

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA - INHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

VALÉRIA DE JESUS LEITE

**ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E AS TEIAS HISTÓRICAS DA
SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE
MINAS NOS ANOS 1990**

UBERLÂNDIA-MG

Fevereiro / 2016

VALÉRIA DE JESUS LEITE

ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E AS TEIAS HISTÓRICAS DA
SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS
NOS ANOS 1990

Tese apresentada ao Programa de
Programa de Pós- Graduação em
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Profa. Dra. Dilma Andrade
de Paula

UBERLÂNDIA-MG

Fevereiro / 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L533e Leite, Valéria de Jesus, 1972-
2016 Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade
no desenvolvimento do Norte de Minas nos anos 1990 / Valéria de Jesus
Leite. - 2016.
218 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Trabalhadores - Teses. 3. Movimentos
sociais - Teses. 4. Desenvolvimento sustentável - Teses. I. Paula,
Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

VALÉRIA DE JESUS LEITE

ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E AS TEIAS HISTÓRICAS DA
SUSTENTABILIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS,
NOS ANOS 1990

Uberlândia, fevereiro de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dra. Dilma Andrade de Paula (Orientadora – UFU/MG)

Prof. Dr. Heloísa Helena Pacheco Cardoso (UFU/MG)

Prof. Dr. Antônio Almeida (UFU/MG)

Prof. Dr. Laurindo Mekie Pereira (UNIMONTES/MG)

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula (UFAC/ACRE)

AGRADECIMENTOS

Nesses quatro anos de curso recebi muita ajuda e portanto tenho muito a agradecer.

A minha família, por tornar mais leve esse processo.

A profa. Dra. Dilma Andrade de Paula por ter acreditado nesse projeto.

Aos professores da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais pelas sugestões e discussões sobre o tema nas disciplinas, sobretudo as disciplinas de seminário de tese ministradas por Paulo Almeida, Antônio Bosi, Rinaldo Varussa e Heloísa Helena. Aos professores do curso de doutorado da UFU, Jaci Seixas, Rosângela Patriota, Célia Calvo.

Aos professores Paulo Roberto de Almeida e Heloisa Helena Pacheco Cardoso e Laurindo Mekie Pereira pela leitura atenta e importantes considerações no exame de qualificação.

A escrita desse trabalho foi enriquecida com a contribuição de muitas pessoas que me cederam entrevistas e me abriram as portas de seus arquivos. Por isso, agradeço a Alvimar Ribeiro dos Santos, da CPT e Carlos Alberto Dayrell e toda a equipe do CAA que permitiu que eu tivesse acesso aos documentos da entidade. Devo agradecimentos a Cristina Fernandes, Maria Clarice Rodrigues de Souza e Aparecido Pereira Cardoso pela disponibilidade em “garimpar” e iniciar um trabalho de organização dos documentos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras com quem conversei e que se dispuseram a partilhar comigo suas experiências. Aos membros da Liga por terem partilhado suas experiências, e em especial, Cleomar Rodrigues, coordenador regional da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, morto em 2014, por lutar por uma vida digna para os pobres desse país. Aos funcionários da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela presteza com que me atenderam durante o tempo em que lá estive.

A Capes pelo apoio financeiro durante parte do curso.

Quero agradecer também aos colegas de república Tadeu Pereira dos Santos e Auricharme Cardoso de Moura pela boa convivência, pelas discussões e pelos muitos momentos de descontração. Nesse mesmo sentido, não posso esquecer dos colegas da VII turma de doutorado da UFU. Cíntia Fiorotti, Rosane Marçal, Janaína Ferreira, Cíntia Braga,

Sandra, Iraneide, Radamés, Ricardo, Tadeu e as nossas inesquecíveis reuniões no Beco da Canela.

Um agradecimento especial a Andrey Lopes de Souza e Auricharme Cardoso de Moura, amigos que fiz nessa caminhada e com quem sempre dialogo sobre os sabores e dissabores da pesquisa acadêmica.

Especialmente, agradeço a minha orientadora, a professora Dilma Andrade de Paula, pela orientação competente, elegante e paciente durante esses quatro anos de curso, apontando perspectivas e possíveis caminhos. Suas reflexões contribuíram muito para o meu amadurecimento acadêmico.

Agradeço também aos professores Heloísa Helena, Elder Andrade, Antônio Almeida, Laurindo Mekie por terem aceitado participar da banca de defesa desta tese.

Enfim, quero dizer que escrever uma tese de doutorado não foi tarefa das mais simples e muitas vezes o resultado alcançado pode nos surpreender. Mas, ao fim a certeza de que a conclusão dessa pesquisa foi somente mais um degrau no processo de amadurecimento e aprendizado. Este trabalho foi feito com dedicação e muitos momentos de solidão, mas também ao longo de um caminho percorrido, seja nas aulas, nos debates, nas conversas com os colegas de curso, nas entrevistas realizadas, nas leituras diárias e na imensa pluralidade de nosso dia a dia. Por isso, só tenho a agradecer a todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram nesse período. A todos e a todas, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar o processo de desenvolvimento regional do Norte de Minas e suas implicações para os trabalhadores entre os anos de 1970 e 2000. Nosso objetivo principal foi compreender as relações de força travadas nesse processo, focando, sobretudo nos conflitos, nos enfrentamentos e nas relações estabelecidas entre os diversos grupos e classes sociais tendo em vista compreender as “particularidades” da região. Para isso, analisamos as vozes que, a princípio, apresentaram-se como discordantes do processo, e a forma como conduziram as ações de contestação ao projeto de desenvolvimento capitaneado pela burguesia local, e que se deu principalmente por meio da noção de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, verificamos como as entidades que apoiavam os trabalhadores se organizaram para disputar espaço no processo de desenvolvimento regional, em especial o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, constituído em 1993. Assim, foi possível conhecer suas propostas e analisar suas ações em um momento em que as políticas da Sudene já eram realidade na região. Os sujeitos escolhidos para direcionar essa pesquisa foram as organizações que buscaram falar pelos trabalhadores, portanto, organizações não-governamentais e pastorais da Igreja Católica, dentre os quais elegemos a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA). Nessa perspectiva, buscamos avaliar se houve participação popular, como aconteceu, e em que medida os movimentos sociais estiveram presentes e quais agentes e agências foram atuantes nesse processo. A opção teórica e metodológica para a construção dessa pesquisa privilegia autores que, a partir da tradição marxista, ajudaram-nos a pensar o político e o econômico de forma articulada com o social. Assim, as reflexões de autores como E. P. Thompson e Antônio Gramsci estão presentes nessa pesquisa como princípios norteadores, ou seja, como meios para operacionalizar e problematizar nossas hipóteses e objetivos. As fontes usadas nessa pesquisa foram variadas. Devido à dificuldade de encontrarmos registros produzidos pelos próprios trabalhadores, privilegiamos os documentos feitos pelas entidades que os apoiaram, como os jornais das Ceps. Além destes, utilizamos relatórios, correspondências, cartilhas, panfletos, estudos, relatos orais, revistas, jornais, relatórios das Audiências Públicas Regionais, processos-crime, dentre outros. A partir desse material foi possível compreender e explicar parte do processo que nos propomos a investigar.

Palavras chaves: Trabalhadores. Estado. Movimentos Sociais. Desenvolvimento sustentável. Norte de Minas.

ABSTRACT

This thesis aims analyze the regional development process from North of Minas Gerais and its implications for workers from 1970 to 2000. Our main aim was understand the forces' relations that have been fought in this process by focusing, especially the conflicts, the confrontations in the relations established between the various groups and social classes to understand the "peculiarities" of the region. For that, we analyzed the voices at first presented as a discordant of this process, and how they have conducted the contestation actions of the development project headed by the local bourgeoisie, and was mainly through the notion of sustainable development. Thus, we see how the entities that supported the workers have organized to dispute space in the regional development process, especially the Sustainable Regional Development Forum, made in 1993. Thus, it was possible to know their proposals and analyze their actions in a moment when SUDENE's policies were already reality in the region. The individuals chosen to direct this research were the organizations that sought to speak for the workers, therefore, non-governmental and pastoral organizations of the Catholic Church, of which we elect the Pastoral Local Commission (CPT) and Alternative Agriculture Center of northern of Minas Gerais. (CAA). This perspective, we seek to evaluate whether there was popular participation, how it happened, and to which extent the social movements were present and which agents and agencies have been active in this process. The theoretical and methodological option for the construction of this research privileges authors from the Marxist tradition, they helped us to think about the political and economic articulated with the social. Thus, the reflections of authors such as EP Thompson and Antonio Gramsci are present in this research as guiding principles, that is, as a means to operationalize and discuss our underlying assumptions and goals. The sources used in this study were varied. Due to the difficulty of finding the records produced by the workers, we privilege some documents made by the entities that supported them, as the papers of the CEBs. Besides these we use reports, correspondence, booklets, pamphlets, studies, oral reports, magazines, newspapers, reports from the Regional Public Hearings, criminal cases, among others. From this material it was possible to understand and explain part of the process that we propose to investigate.

Keywords: Workers, State, Social Movements, Sustainable Development, North of Minas Gerais.

Lista de Mapas, Figuras, Tabelas e Quadros

Mapas

- 01) localização de Montes Claros em relação aos grandes centros.....42
- 02) localização de Montes Claros na área mineira da SUDENE.....42

Figura

- 01) Cartilha pedagógica “A vida na roça tem jeito! Ou o que é Desenvolvimento Rural Sustentável”166

Tabelas

- 1) Propostas encaminhadas para as Audiências Públicas Regionais em Montes Claros para todo Norte de Minas.....118

Quadros

- 01) Acidentes com trabalhadores rurais assalariados e boias frias, em 1985 (Norte de Minas).....48
- 02) Conflitos de terra no Norte de Minas - Áreas desapropriadas sem imissão de posse.....60
- 03) Áreas desapropriadas com imissão na posse e em fase de assentamento.....61
- 04) Processo de formação / CTA.....100
- 05) Estrutura organizacional do Projeto Tecnologias Alternativas.....101
- 06) Integrantes do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional.....112
- 07) Entidades que apresentaram propostas nas Audiências Públicas Regionais em 1993.....121
- 08) Representantes indicados nas audiências municipais – Audiências Públicas Regionais (1995).....125
- 09) Propostas saídas das Audiências Públicas Municipais de Montes Claros.....126
- 10) Representantes Montes Claros – Audiências Públicas Regionais (1995) Propostas defendidas e votadas.....127
- 11) Propostas aprovadas para o Norte de Minas – Audiências Públicas Regionais (1995).....128

12)	Representantes Montes Claros – Audiências Públicas Regionais (1997).....	130
13)	Propostas de Montes Claros – Audiências Públicas Regionais (1997).....	131
14)	Propostas região norte – Audiências Públicas Regionais 1997.....	131
15)	Comissão de representação – Norte de Minas. Audiências Públicas Regionais (1997).....	133
16)	Propostas apresentadas por entidades do Norte de Minas 1993.....	135
17)	Propostas apresentadas por entidades de Montes Claros 1993.....	136
18)	Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (1999).....	168
19)	Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (2000).....	173
20)	Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável.....	174
21)	Relatório do Seminário do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável.....	175
22)	Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável.....	178

Figura

01)	Cartilha pedagógica “A vida na roça tem jeito! Ou o que é Desenvolvimento Rural Sustentável”	166
-----	--	-----

SIGLAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMAMS	Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene
ASI	Assessoria de Segurança e informações
CDL	Clube de Diretores Lojistas
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COVAG	Cooperativa do Vale do Gorutuba
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FPDR	Fórum Popular de Desenvolvimento Regional
FRDS	Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável
IEFF	Instituto Estadual de Florestas
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
MDF	Movimento de Defesa dos Favelados
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
RURALMINAS	Fundação Rural Mineira
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDENOR	Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas
SUVALE	Superintendência para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco

UNIMONTES

Universidade Estadual de Montes Claros

USAID

United States Agency International Development

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO 1	
(DES) CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO E O PROGRESSO!.....	35
1.1 O caminho para o desenvolvimento.....	35
1.2 No campo: a luta por direitos e pela terra.....	44
1.2.1 Os trabalhadores rurais assalariados e o “progresso que traz cativo”.....	48
1.2.2 A luta pela terra no Norte de Minas, “entre morrer de fome ou de tiro”.....	55
1.3 O caminho da mudança?.....	66
CAPÍTULO 2	
AS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DOS ANOS 1990.....	79
2.1 Novos espaços, novos sujeitos, novos valores.....	80
2.2 A Comissão Pastoral da Terra.....	91
2.3 Tecnologias alternativas em “agri-cultura” em busca da sustentabilidade.....	97
2.4 Formação do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional.....	104
CAPÍTULO 3	
OS NOVOS CAMINHOS PARA A CIDADANIA?	116
3.1 As Audiências Públicas Regionais de Minas Gerais.....	117
3.2 As Audiências Públicas Regionais e a “construção da cidadania”.....	134
3.3 O Fórum Popular de Desenvolvimento Regional na dinâmica das Audiências Públicas Regionais.....	140
3.4 Um balanço necessário.....	151

CAPÍTULO 4

CONSTRUINDO A “SUSTENTABILIDADE”	155
4.1 Desenvolvimento sustentável: a quem serve?.....	155
4.2 O Fórum e a pauta do desenvolvimento sustentável.....	163
4.2.1 A questão hídrica e uma possibilidade de ação.....	167
4.3 É preciso “aliviar a pobreza”!.....	179
Considerações finais.....	199
Referências bibliográficas.. ..	205
Fontes	210

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conta a mitologia grega que a Esfinge, ser com corpo de leão e cabeça de homem, montando guarda à frente dos portões da cidade de Tebas, interpelava os viajantes, com a seguinte frase: “decifra-me ou te devoro!”. Em seguida, lançava seu enigma. Quem não o decifrasse, seria devorado pelo ser mitológico.

Considerando que “decifrar” um documento pode significar o mesmo que decifrar um enigma, é possível fazer um paralelo do enredo mitológico com o trabalho do historiador. Ao lidar com as evidências, o historiador corre o risco de ser por estas engolidas, caso não as consiga decifrar. Selecionar e confrontar evidências, investigar possibilidades, elaborar novas questões e abandonar outras é parte do trabalho do historiador, pois só assim é possível desvendar os enigmas que as fontes propõem.

Nessa lida, é preciso “dialogar” com as fontes para não correr o risco de tratá-las como verdade absoluta, o que, caso aconteça, acaba por fazer com que o trabalho final do historiador seja uma mera reprodução. No ofício do historiador, decifrar significa interpelar, questionar – as evidências em uma pesquisa ou mesmo as evidências de sua época. Compreender o mundo em que se vive é também compreender as relações de força que são constantemente travadas na sociedade para, também, posicionar-se a respeito delas e escolher quais pesquisas precisam ser realizadas, quais histórias precisam ser resgatadas e o mais importante: por que precisam ser contadas.

Seguindo essa lógica, cabe ao historiador manter um “diálogo” com suas fontes. Um “diálogo” capaz de promover debate entre “conceitos ou hipóteses” e evidências – mesmo que recentes ou inconvenientes, mas que, certamente, conduzirão à “elaboração de novas hipóteses”, permitindo que essas novas hipóteses sejam testadas diante de tais evidências. Isso pode levar a um questionamento de todos os documentos (contudo, de forma diferente), ou ainda impulsionar uma nova pesquisa que possa comprovar, rejeitar ou aprimorar as novas questões¹.

Foi levando em conta tais supostos que tentamos construir a dissertação de mestrado, defendida em 2010. Essa pesquisa nos fez perceber que o ofício do historiador sempre conduz a novos caminhos que abrem novas e várias possibilidades de compreensão das relações de

¹ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p. 47-62.

força presentes no mundo. Foi percorrendo esse caminho que conseguimos abandonar conceitos pré-concebidos e captar outros significados, outros embates, outras maneiras de produzir sentidos, outras histórias. A dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Uberlândia, foi parte deste caminho.

Para o doutorado, nossa proposta inicial estava relacionada à participação dos movimentos sociais no processo de modernização econômica de Montes Claros-MG, ou seja, em que medida tais movimentos participaram e interferiram nesse processo de modernização e, sobretudo, o que significou esse desenvolvimento para os trabalhadores.

No entanto, a construção da dissertação fez perceptível o fato de que uma análise do processo de modernização econômica de Montes Claros não poderia se limitar somente a essa cidade. Deveria ser pensada em conjunto com a região. Isso porque o crescimento do município reconfigurou social e espacialmente todo o Norte de Minas.

Das 16 entrevistas que realizamos no mestrado, 62,5% eram de pessoas que deixaram outras cidades da região e acabaram em Montes Claros, entre os anos de 1970 e 2000. Portanto, para o doutorado, o projeto consiste em avançar na discussão acerca de alguns pontos específicos que abordamos inicialmente no mestrado, tal como a questão da participação dos trabalhadores e movimentos sociais no processo de desenvolvimento regional.

A partir da leitura da tese em História “Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro”, de Laurindo Mekie Pereira², o tema do doutorado foi se delineando com maior clareza. Pereira conseguiu compreender a dinâmica regional, tendo como ponto de partida as ações da classe dirigente e dominante local, ou seja, a forma como essa classe construiu sua ideologia e estratégias de dominação.

O estudo suscitou indagações que, cremos, mereciam ser discutidas. Ao concluir que a hegemonia não foi conquistada sem resistência, o autor indicou outras possibilidades para se compreender esse processo. Instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a ONG Centro de Agricultura Alternativa (CAA) e a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas foram agentes importantes nesse processo contra-hegemônico, salienta o autor. Enfim, juntamente com uma análise dos documentos, as leituras nos permitiram formular hipóteses e

² PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

problemáticas que considerassem a ação de outros agentes no processo de modernização regional.

Nossas primeiras hipóteses sobre o processo de modernização econômica do Norte de Minas foram pautadas em uma participação ativa dos movimentos sociais. No entanto, o desenrolar da pesquisa e a consulta a novos materiais, associados a novas leituras, abriram novas perspectivas para a compreensão desse processo. Como exemplo, a confirmação de que o Centro de Agricultura Alternativa e sua interação ativa com a CPT e outras entidades associativas e classistas ligadas aos trabalhadores estiveram presentes nesse processo, tendo como espaço de articulação o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, a partir de 1993. Assim, alguns questionamentos emergiram: qual seria a dimensão dessa participação? Como aconteceu? Em que medida os movimentos sociais estiveram presentes? Quais os agentes e agências atuantes no processo?

Essas foram algumas de nossas questões iniciais, questões que foram lapidadas ao longo do processo de pesquisa e escrita da Tese.

Considerado esse contexto, os objetivos da pesquisa são: 1) tentar compreender as relações de força que foram diariamente travadas no processo de modernização econômica do Norte de Minas, focando, sobretudo, nos conflitos, enfrentamentos e nas relações estabelecidas entre os diversos grupos e classes sociais tendo em vista compreender as “particularidades” da região; 2) analisar as vozes que, a princípio, apresentaram-se como discordantes do processo, e a forma como conduziram as ações de contestação ao projeto de desenvolvimento capitaneado pela burguesia local, que se deu, principalmente, por meio da noção de desenvolvimento sustentável; 3) verificar como se deu a participação do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional no processo, a partir de 1993; 4) conhecer as propostas do Fórum e analisar suas ações levando em conta a noção de desenvolvimento sustentável.

Portanto, o que realizamos no trabalho foi analisar a dinâmica social do Norte de Minas e Montes Claros, espaço que, embora apresente particularidades, está em constante sintonia com o todo. Os sujeitos escolhidos para direcionar a pesquisa são as organizações que buscaram falar pelos trabalhadores; portanto, organizações não-governamentais e pastorais da Igreja Católica, dentre as quais elegemos a Comissão Pastoral da Terra e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

A partir dos anos 1960 – especificamente, 1965 –, Montes Claros e alguns outros municípios da região passaram a integrar a área de atuação da Sudene.³ Essa integração favoreceu a burguesia local por meio de incentivos e financiamentos para implantação de indústrias nas principais cidades, bem como grandes projetos como culturas irrigadas e reflorestamento no campo.

A partir dos anos 1980, temos, por um lado, uma mudança na dinâmica regional no que se refere às ações do Estado para o desenvolvimento da pequena produção familiar por meio de programas como o Desenvolvimento Rural Integrado, que, em tese, buscavam centrar os esforços no desenvolvimento de comunidades pobres da região. Embora tenha sido uma mudança na dinâmica no sentido de buscar atender segmentos mais pobres da população, a coordenação desses projetos estava a cargo dos mesmo agentes Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (Sudenor) e Fundação Rural Mineira (Ruralminas), com apoio de outros órgãos públicos como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), Secretaria de Trabalho, Secretaria de Educação, de Saúde, DAE-Minas Gerais, NAE-Minas Gerais, dentre outros.

De outro lado, temos novos agentes atuando na região – como as pastorais da Igreja Católica, principalmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Operária e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), buscando desenvolver um trabalho junto aos trabalhadores, principalmente junto aos trabalhadores rurais da região.

Nesse ambiente ocorre uma aproximação entre técnicos da Secretaria de Estado Trabalho, Assistência Social (Setas) e os agentes de pastoral da CPT. Essa aproximação resultou, em meados da década de 1980, em grupos de debates sobre o modelo de desenvolvimento regional com enfoque na classe trabalhadora regional. A ideia de agentes do Estado (Setas) e pastorais sociais da Igreja Católica (CPT) trabalhando em conjunto na década de 1980 soa um pouco destoante das ações daquele momento, sobretudo por se tratar da CPT e do trabalho que esta instituição vinha realizando no Brasil como um todo.

³ A Sudene foi um projeto do governo federal, idealizado por Celso Furtado, que “pretendia alavancar o crescimento do país, corrigindo as disparidades regionais, sobretudo dos estados que hoje conhecemos como Nordeste, em relação ao Centro-Sul”. Celebrada por muitos e questionada por tantos outros, a Sudene, enquanto incentivadora de vários projetos, esteve presente no processo de desenvolvimento do Norte de Minas, a partir de 1965. Antes, porém, em 1911, o Norte de Minas já estava incluído nas áreas de ações contra as secas. Em 1946, por interferência do então deputado Vasconcelos Costa, a região passa a figurar na área do polígono das secas. Cf.: PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Em entrevista, Carlos Dayrell⁴, agrônomo do Centro de Agricultura Alternativa, lembrou que Tancredo Neves abriu um “diálogo” com a esquerda ao assumir o governo de Minas Gerais entre março de 1983 e agosto de 1984. Naquele momento, essa abertura se efetivou por meio de nomeações para a Secretaria de Trabalho que, juntamente com outros órgãos públicos, ficou encarregada de fazer acontecer o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI).

Em se tratando de Brasil e Norte de Minas, o primeiro PDRI foi o Gorutuba, na região de Janaúba-MG. Constituiu-se a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, com escritório regional em Montes Claros. Por meio da Setas, técnicos foram contratados para atuarem junto aos pequenos produtores rurais da região, inicialmente com o PDRI Gorutuba. Projetos como o PDRI foram parte das estratégias do Banco Mundial para países de terceiro mundo, com o objetivo de promover a paz no campo, ou seja, apaziguar os conflitos sociais e de classe que, naquele momento, eram intensos na região Norte de Minas, assim como em todo o Brasil, sem que fosse, efetivamente, realizada uma reforma agrária. O PDRI foi inserido dentro dos planos de desenvolvimento maiores, como o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social. Estes projetos estavam em sintonia com os objetivos de agentes do Estado, principalmente agências como a Sudenor, Ruralminas e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan) que estavam à frente de sua execução.

Dessa forma, entendemos que agentes do Estado buscaram fomentar e articular espaços que viabilizassem o diálogo e a atuação conjunta com aqueles que estavam à frente dos movimentos sociais, tendo em vista obter o consenso. Sua atuação se deu no sentido de implantar medidas e direcionar ações que tivessem força suficiente para frear a força dos movimentos populares organizados. Ou seja, esgotar os conflitos e tensões e direcioná-los para um terreno em que fosse possível controlá-los.

As Audiências Públicas Regionais foram parte dessas estratégias de controle e o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, constituído para dialogar com os agentes do Estado por meio das Audiências Regionais, conduzidas pela Assembleia Legislativa de Minas

⁴ Carlos Alberto Dayrell nasceu em Sete Lagoas. Formou-se em agronomia pela Universidade Federal de Viçosa. Trabalhou em Moçambique por dois anos, entre fins da década de 1970 e início de 1980, onde adquiriu experiência com a agricultura ecológica. Na faculdade, esteve ligado ao movimento estudantil e à Esquerda. Quando retornou ao Brasil, em fins de 1982, foi trabalhar na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, já no governo de Tancredo Neves, em 1983. Com experiência em agricultura ecológica e uma vez na Secretaria, juntou-se aos programas do governo federal e estadual para o desenvolvimento rural integrado, o PDRI. Uma vez na Setas, foi iniciado um grupo de trabalho para discutir agricultura ecológica na região e encontrou-se na CPT um canal para aproximação dos movimentos sociais. Posteriormente, Dayrell passou a integrar a equipe do CAA a convite da Comissão Pastoral da Terra para trabalhar em áreas de conflitos de terra. Atualmente, trabalha no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

Gerais, também fez parte dessas estratégias. Por isso, recuperar esse processo é de grande importância para o entendimento de como atuaram os mecanismos criados pelo Estado, aqui usado em seu sentido ampliado, de forma a obter consenso e construir a hegemonia.

Tratemos, então, de esclarecer – ainda que de forma breve, neste momento – sobre as Audiências Públicas Regionais e o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional.

Em 1993, em Minas Gerais e em alguns outros estados da federação, as Assembleias Legislativas convocaram audiências públicas regionais com a justificativa de buscar uma maior interação com a sociedade civil. Em Minas, a ideia, segundo o relatório geral publicado pela própria Assembleia Legislativa, era tornar o parlamento mineiro itinerante para, assim, se fazer presente em todas as regiões do Estado. Portanto, o objetivo das audiências públicas foi, supostamente, ouvir propostas sobre o desenvolvimento regional, propostas elaboradas por entidades organizadas da sociedade civil para suas respectivas regiões e, com isso, legitimar políticas futuras. Essas audiências tiveram início no ano de 1993, tendo Montes Claros como cidade sede para ouvir as propostas da região norte, em 30 de junho deste ano.

A ideia de abrir caminhos para a “participação do cidadão” foi parte de uma estratégia que buscou conservar mudando. Conservar a ordem estabelecida, implementando algumas poucas mudanças. Após os movimentos contestatórios e reivindicatórios das décadas anteriores foi preciso tentar capitanear movimentos sociais com o propósito de neutralizá-los de seu potencial combativo. O que aconteceu nos anos 1990 foi uma desestruturação dos movimentos populares seguida de uma explosão de organizações não-governamentais com finalidades diversas, financiadas tanto pelo Estado brasileiro como por entidades estrangeiras. A desestruturação aqui deve ser entendida no sentido de uma reorganização das premissas dos movimentos sociais.

Assim, diante da proposta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, alguns dos agentes que estavam à frente das entidades de apoio aos trabalhadores e movimentos sociais do Norte de Minas (tais como ONGs, sindicatos, associações, pastorais da Igreja Católica, Central Única dos Trabalhadores, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas e outros) articularam-se para apresentar propostas alternativas de desenvolvimento regional para o Norte do Estado. Esse movimento caracterizou a si mesmo como de “caráter popular, plural e autônomo”, formado por “cidadãos comuns, educadores, dirigentes e militantes de movimentos populares e sindical”; sendo chamado Fórum Popular de Desenvolvimento Regional e que tinham por objetivo “a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, justo socialmente e viável economicamente, para a região Norte

Mineira”.⁵ Essa concepção significou, naquele momento, uma ruptura em relação ao projeto modernizador vigente.

No documento emitido por esses agentes, criticava-se a noção de desenvolvimento implantada pela classe dominante em conjunto com agências do Estado, que se baseava principalmente na pecuária de corte extensiva, grandes plantações de eucaliptos, carvoarias e grandes projetos de irrigação. Segundo eles, tais práticas degradavam o meio ambiente e expulsavam o homem do campo. Por isso, as propostas alternativas apresentadas pelo Fórum foram baseadas em um projeto de desenvolvimento que pretendia ser sustentável, socialmente justo e economicamente viável que privilegiaria a “pequena e média produção familiar, comunitária, cooperativa ou empresarial diversificada”.⁶

Entendemos que a ideia de incentivar as práticas de um desenvolvimento sustentável na região, materializada na criação do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, em 1993, foi uma tentativa de disputar os rumos do desenvolvimento regional no Norte de Minas e que as audiências públicas regionais seriam um momento oportuno para chamar a atenção da sociedade, bem como dos agentes do Estado, para as mazelas advindas desse processo.

Vale ressaltar que as primeiras práticas que remetem à ideia de um desenvolvimento sustentável chegaram à região em meados da década de 1980 por meio de um grupo de técnicos e agrônomos que atuavam em projetos como o PDRI, direcionados para a pequena produção. Os PDRI, como já mencionamos acima, foram projetos pensados por agentes do Banco Mundial. Em se tratando de Brasil e do Norte de Minas, foram coordenados pela Sudenor, Seplan e Ruralminas e foi organizado a partir das novas diretrizes do III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (III PMDES), que recomendava a incorporação das comunidades rurais, buscando fazer do desenvolvimento comunitário uma estratégia de implantação.⁷

O trabalho desenvolvido pelos técnicos da Setas e os agentes de pastoral priorizava o uso de tecnologias alternativas para a agricultura, bem como as noções de agricultura orgânica e ecológica. Essas alternativas buscavam fornecer subsídio para os pequenos produtores rurais locais, buscando assegurar-lhes sua reprodução social. Desse trabalho nasceu um grupo de discussão sobre a questão da agricultura orgânica e ecológica, grupo este que, em diálogo e com o apoio da Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra, deu origem ao

⁵ FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. Brochura encadernada, 44 p. p. 4.

⁶ Idem. p. 33.

⁷ MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Avaliação da Estratégia do Planejamento Participativo no PDRI do Vale do Gortuba**.1983. 21 p.

Centro de Agricultura Alternativa, ONG institucionalizada em 1989.⁸ A ONG tinha como missão “apoiar a sustentabilidade e a agroecologia no Norte de Minas como forma de se obter renda. [...] por meio da união entre povos da região, conhecimento local e técnicos criar ferramentas e estratégias economicamente viáveis e sem agredir ao ambiente”.⁹

O trabalho feito pelo Centro de Agricultura Alternativa em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos e Associações frutificou. Foi a partir desse trabalho conjunto que se efetivou a possibilidade, alguns anos mais tarde, da criação do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. A grande novidade do Fórum, enquanto instância articuladora de propostas para o desenvolvimento regional, foi a concepção de desenvolvimento sustentável que, naquele momento, ano de 1993, era algo relativamente novo no país.

É importante para nossos objetivos na construção dessa pesquisa verificar como a noção de desenvolvimento sustentável foi apropriada e difundida na região e na vida das pessoas, a quais ideias a noção se contrapunha, a quais ideias se adaptava e como se desenvolveu, principalmente porque são as noções de sustentabilidade que norteiam os projetos do Fórum. Interessa, também, para a pesquisa, verificar até que ponto tal noção determinou ou norteou políticas públicas para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, entendemos como necessário tratar um pouco do desenvolvimento das pesquisas acadêmicas que trataram do Norte de Minas, a fim de identificar como esses sujeitos – movimentos sociais, entidades representantes dos trabalhadores – são ou não abordados.

A região do Norte de Minas (ou Área Mineira da Sudene) é composta por 89 municípios que agregam entre si características semelhantes, em se tratando de aspectos climáticos. A ideia passou a ser defendida e vulgarizada a partir do interesse das lideranças locais em fazer a região integrar a área de atuação da Sudene. Segundo estudo feito por alguns órgãos – Associação Comercial e Industrial (ACI), Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), Clube de Diretores Lojistas (CDL), Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), dentre outros –, o Norte de Minas apresenta “em sua trajetória histórica,

⁸ A ONG Centro de Agricultura Alternativa iniciou os trabalhos em 1985, ainda como TA – Tecnologias Alternativas. Foi registrada como Centro de Agricultura Alternativa em 1989.

⁹ CENTRO de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.caa.org.br/quem-somos#missao>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

uma forte ligação com o Nordeste: sua ocupação, seu povoamento, as ligações inter-regionais, tudo isto aponta para uma continuidade entre ambos”.¹⁰

A partir de estudos, concluiu-se que seria preciso melhorar a atuação e expandir o tratamento dado à área mineira da Sudene, pois as precárias condições econômicas e sociais só seriam revertidas com incentivos e incrementos que, certamente, poderiam reverter as condições existentes e, assim, promover um crescimento maior e real, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento regional. O estudo que chegou a essa constatação foi realizado em novembro de 1993, e o seu objetivo foi aumentar o percentual dos tributos previstos para a região do Nordeste de 1,8% para 3,0%, como forma de atenuar as desigualdades sociais e econômicas e fixar o homem no campo.¹¹

Essa concepção acima apresentada foi muito bem discutida por Pereira, como mencionado anteriormente. Em pesquisa, o autor verificou como a burguesia local conseguiu se organizar como classe, tornando-se condutora do processo modernizador da região. A hipótese levantada por Pereira foi a de que, nesse processo, a classe dominante local (ou fração) dela construiu uma ideologia regionalista que foi compartilhada por influentes agências da sociedade civil, assim como por professores, jornalistas, intelectuais, escritores, e também por cidadãos em geral, portanto, não se restringiu somente aos intelectuais. Isso significou uma fração da classe dominante local ter sido competente o suficiente a ponto de transformar uma simples ação corporativa, iniciada nas décadas de 1940 e 1950, no exercício de uma hegemonia, nas últimas décadas do século XX.

Assim, temos uma classe que conseguiu universalizar seus interesses, transformando-os em interesses de todos na região.¹² No entanto, essa concepção só se tornou vitoriosa de alguma forma porque encontrou ressonância na vida cotidiana das pessoas, uma vez que a hegemonia ou o hegemônico é vivido e compartilhado em um terreno comum, em que predominam interesses, assimilações e resistências. Dessa forma, a dinâmica deve ser pensada a partir da atuação conjunta dos vários grupos, cujos conflitos e enfrentamentos permeiam as relações sociais. Isso torna-se fundamental se pretendemos analisar a região como espaço de lutas e de interesses conflitantes. Caso contrário, o regionalismo – assim

¹⁰ MINAS GERAIS. Associação Comercial e Industrial (ACI) et al. **A região mineira do Nordeste e o Semi-Árido**. Montes Claros, novembro de 1993. p. 4-5

¹¹ Ibid.

¹² PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político nortemineiro. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

como a noção de região – acabam engessados e servindo a um único propósito: legitimar o pensamento dominante.

A inclusão da região na área da Sudene e a decorrente transformação de suas estruturas econômicas fomentaram inúmeras pesquisas que tentaram explicar esse processo de industrialização, tanto de Montes Claros como do Norte de Minas. A industrialização, o desenvolvimento e o progresso regional, assim como as relações políticas da classe dominante local foram os temas preferidos pelos pesquisadores, sobretudo daqueles que escreveram sobre a região a partir da década de 1980. Por isso, a industrialização e a conseqüente transformação da estrutura econômica da região, bem como suas implicações – seja para a cidade seja para o campo – eram as temáticas que unificavam as pesquisas desenvolvidas principalmente por sociólogos e economistas¹³, que foram os primeiros a desenvolverem pesquisas acadêmicas sobre Montes Claros e o processo de desenvolvimento regional.

A partir da década de 1990, com a Unimontes tendo seu orçamento incorporado ao estado, o conseqüente crescimento e fortalecimento dos cursos de graduação contribuíram para aumentar o número de pesquisas sobre a cidade; primeiramente, as monográficas e, posteriormente, dissertações e teses. No entanto, o foco principal dessas pesquisas continuavam sendo o desenvolvimento regional e suas particularidades, com especial destaque para a atuação da Sudene. As transformações pelas quais passava a cidade não foram suficientes para erradicar a velha política coronelística baseada no poder, segundo constatou

¹³ Cf. BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da área mineira da SUDENE**. Um estudo de caso. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008, 128 p. Vale dizer que um dos primeiros trabalhos foi a dissertação de mestrado de Maria Ângela Figueiredo Braga. Esta pesquisa buscou analisar o projeto de desenvolvimento do governo federal via Sudene, implantado em Montes Claros e Região. Braga observou que essa industrialização “foi encarada como eixo de todo o processo que aceleraria o desenvolvimento da região”, com incremento da infraestrutura que chamou a atenção de investidores. Dessa maneira, o desenvolvimento da região por meio da industrialização foi um dos fatores que atraíram o homem do campo para a cidade, destaca Braga.

Cf. OLIVEIRA, Evelina Antunes F. **Nova Cidade, Velha política**. Poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: Edufal, 2000. 214 p. Sob a orientação de Otávio Soares Dulci, Evelina fez um trabalho utilizando diversas fontes oficiais e particulares. Teve acesso a correspondências, arquivos, além de fazer uso da história oral. As entrevistas orais foram utilizadas com o objetivo de captar “informações específicas sobre situações particulares, como a implantação da SUDENE, dos serviços de água e luz, e sobre determinadas instituições como a Sociedade Rural”. O interesse de Evelina Oliveira era mostrar que, mesmo com as transformações que se processavam, a tônica predominante na cidade de Montes Claros, em termos de relações políticas, continuava fundamentada naquela velha política coronelística, baseada no poder.

Cf. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. Marcos Fábio Martins Oliveira, José Maria Alves Cardoso e Luciene Rodrigues defenderam, respectivamente, dissertação de mestrado e doutorado em História Econômica na Universidade de São Paulo e em Pernambuco. Em conjunto, publicaram no ano 2000 a obra acima apresentada. Uma tentativa, segundo os próprios autores de se “fazer uma história geral do Norte de Minas”. Nessas pesquisas, ganham destaque dados estatísticos, índices econômicos, ou seja, uma visão voltada para as questões econômicas advindas do projeto implantado pelo governo federal e suas implicações para a região e Montes Claros.

Evelina Antunes F. Oliveira.¹⁴ Nesse sentido, compreender como a região se desenvolveu economicamente era uma questão central nas pesquisas, sendo que algumas buscaram “fazer uma história geral do Norte de Minas”, especificamente abordando o viés econômico.¹⁵ Assim, as pesquisas acadêmicas que tratam do Norte de Minas e de Montes Claros, em sua maioria, são pensadas a partir da Sudene. Com isso, a ênfase recaiu sobre o projeto, condicionando os sujeitos sociais e seus movimentos a dados estatísticos e números. A partir dos anos 2000 outras pesquisas surgiram, e sob perspectivas diversas; outros sujeitos sociais foram abordados pela Academia, ainda que, a princípio, fossem abordados de forma cristalizada.¹⁶

O avanço nas pesquisas aconteceu paulatinamente, favorecendo a abordagem de agentes que não aqueles pertencentes à classe dirigente local. Com isso, outros sujeitos

¹⁴ OLIVEIRA, Evelina Antunes F. **Nova Cidade, Velha política**. Poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: Edufal, 2000. 214 p.

¹⁵ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000. 428 p.

¹⁶ VELOSO, Cândida Maria Santos. **Outros modos de viver: pobreza urbana em Montes Claros 1960 a 1980**. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. A autora buscou explicar como se formaram as periferias em Montes Claros. Apresentou os problemas sociais que surgiram com a industrialização e urbanização. Os novos bairros formados principalmente por migrantes, sempre carentes em infraestrutura, assim como o eterno problema dos “lotações” fizeram parte de sua discussão. O que Veloso definiu como “Outros modos de viver” indicou uma cidade que não é a mesma da industrialização, mas sim da contradição. Outros trabalhos, com outros enfoques, também falaram sobre Montes Claros e região.

Cf. FERREIRA, Marcelo Valmor. **Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

Outro historiador que também trabalha com o conceito de “Culturas políticas” Leandro de Aquino Mendes. Especificamente, no curso de história da Universidade Estadual de Montes Claros, as mudanças em sua grade curricular, introduzidas no ano 2000, passaram a exigir o desenvolvimento de monografia para obtenção do título, contribuindo assim para a construção de várias pesquisas sobre a região. A partir de 2011, o curso de História da Unimontes passou a oferecer o curso de Mestrado em História, o que certamente contribuirá para um avanço nas pesquisas sobre a região, sob a perspectiva histórica. Algumas dessas pesquisas monográficas tornaram-se dissertações e algumas poucas estão se tornando teses. Muitas delas buscaram abordar a dinâmica regional, privilegiando histórias e memórias obscurecidas pela historiografia, focando nos modos de vida e trabalho a partir de uma tradição marxista. Essa perspectiva adquiriu maior visibilidade com pesquisas produzidas na Universidade Federal de Uberlândia que, discutindo a dinâmica regional, abordou novos enfoques e novas problemáticas. Isso significou uma mudança na direção das pesquisas desenvolvidas até então sobre a região. Cf. MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

passaram a ser abordados – como os estudantes pesquisados por Souza¹⁷ ou os trabalhadores têxteis e seus modos de vida, os quais abordamos no Mestrado.¹⁸

Com novos enfoques e novas metodologias, esses trabalhos buscaram valorizar a participação dos diversos sujeitos sociais na constituição da cidade. Em comum, há o fato de construir outras histórias. Mais recentemente, essas pesquisas foram enriquecidas pela dissertação de Auricharme Cardoso de Moura e a tese de Rejane Meireles, ambas em História, compondo esse quadro historiográfico.

Cardoso analisou as trajetórias, experiências e memórias dos agricultores do Projeto Jaíba, entre 1990 e 2013. Buscando sair das análises “sistêmicas e quantitativas” o autor adentrou nas relações sociais constituídas por pessoas simples, cuja história não era visitada pela Academia e, dessa forma, conseguiu captar os anseios, vontades, embates e pressões experimentadas pelos agricultores dentro e fora do seu local de trabalho, destacando os modos de vida e de luta dos pequenos produtores rurais.¹⁹

Rodrigues abordou a imprensa em Montes Claros, no período entre 1910 e 1920. O enfoque da pesquisa direcionou-se às disputas de memórias construídas em torno da noção de cidade e sertão. Rodrigues apresenta pontos importantes que nos ajudam a compreender a dinâmica regional da segunda metade do século XX. Analisando especificamente dois jornais locais, a autora captou como a imprensa local foi capaz de criar memórias e usá-las em prol de seus projetos de cidade, seja quanto ao progresso que se queria implantar ou ao sertão que se queria extinguir. Essa memória dialogava com os projetos e concepções de cidade pensados e/ou concebidos pelos grupos políticos que comandavam a cidade naquele momento.

Nesse sentido, a noção de sertão e cidade, embora aparentemente conflitante, caminhavam lado a lado, levando à criação de projetos de convencimento em torno das

¹⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. **Os estudantes movimentam a cidade: trajetórias, lutas e memórias do movimento estudantil em Montes Claros**. 2010. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010. Andrey Lopes de Souza discutiu a movimentação dos estudantes na cidade, sendo que esta é abordada enquanto campo de lutas e disputas. Dessa forma, foi possível ao autor perceber os estudantes movimentando a cidade em outros locais, para além das instituições de ensino, ou seja, nas associações de bairro, nos sindicatos, no teatro de rua, nos bairros e nas igrejas.

¹⁸ LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008)**. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Essa pesquisa buscou compreender os modos de vida dos trabalhadores têxteis de Montes Claros, ou seja, compreender como esses trabalhadores vivem, quais suas aspirações, seus valores, como lidam com os problemas referentes à moradia, à educação, ao lazer e quais significados dão a essas conquistas; que dimensão têm as questões religiosas em sua vida, qual seu envolvimento com os problemas de seu bairro, como se relacionam no trabalho e que importância este adquire em sua vida.

¹⁹ MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetoórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba MG**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

necessidades e urgências da classe dominante local – energia elétrica, água encanada, serviços de postagem, estradas, linha férrea, comportamento civilizado, ou seja, a concepção de progresso que fazia parte das necessidades dos grupos dominantes, mas foi apresentada como necessidade de todos. As hipóteses levantadas pela autora sugerem que a ideia de uma cidade moderna e atrasada era apresentada pela mídia de acordo com os seus interesses, sendo que a concepção de atraso era usada quando era conveniente para os grupos políticos locais. Nesse jogo de interesses, os políticos foram os beneficiados com o conflito em torno do embate cidade *versus* sertão.²⁰

Portanto, as ações dos dirigentes locais, ainda no alvorecer do século XX, resultou na transformação desta cidade. Dentre todos os municípios do Norte de Minas, Montes Claros já se destacava como centro aglutinador de recursos e investimentos públicos desde as primeiras décadas do século XX, o que, em alguma medida, concede ao município um peso maior nas pesquisas acadêmicas.

No entanto, segundo informa Pereira, nem sempre Montes Claros teve essa importância. Ainda em meados do século XIX, as cidades situadas às margens do rio São Francisco, como Januária e São Romão, tinham papel de destaque no cenário regional. No entanto, houve alterações na rota econômica regional com o declínio das províncias de Bahia e Goiás, antigas parceiras de Minas Gerais. Dessa forma, as cidades às margens do São Francisco perderam a importância e a dinâmica regional foi reconfigurada.

Citando Tarcísio Botelho, Laurindo Mekie Pereira ressalta a perda da importância da Bahia no comércio norte-mineiro, ao passo que cresciam as relações com o Rio de Janeiro. Outro fator que merece destaque é a chegada dos trilhos da Central do Brasil. A ferrovia, antiga reivindicação das classes dirigentes, chegou a Montes Claros em 1926. Sua construção

²⁰ RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa**: transformando modos de vida no sertão e na cidade. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Outras pesquisas abordando Montes Claros e o Norte de Minas foram desenvolvidas também no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, criado em 2004. São pesquisas de viés sociológico e antropológico e que têm contribuído para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas sobre o Norte de Minas, focando especificamente a temática das comunidades tradicionais, como quilombolas, gerazeiros, vazanteiros, ribeirinhos, dentre outros. Algumas dessas pesquisas foram orientadas por profissionais formados na Universidade de Brasília como João Batista Costa que defendeu tese de doutorado em 2003. Cf. COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros**: englobamento, exclusão e resistência. 2003. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

Outro trabalho realizado na Universidade de Brasília sobre o Norte de Minas é a pesquisa de Aderval Costa filho. Cf. COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Mais pesquisas têm sido realizadas em instituições fora de Minas Gerais e abordam questões referentes aos conflitos agrários da região, sobretudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

tendo início em 1908 e foi concluída somente em 1950. Entre o início e a conclusão da ferrovia, houve uma interrupção por cerca de 20 anos, fator este que favoreceu consideravelmente a cidade, de forma a fortalecê-la como centro regional, promovendo o desenvolvimento do comércio e a expansão da rede bancária.²¹

Em alguma medida, esse processo ajuda a compreender por que Montes Claros ganhou espaço na região. Já em fins do século XX, o município é o único com capacidade para oferecer serviços mais complexos e diversificados no norte do estado. Por isso mesmo a cidade é tida como um centro unificador de uma rede urbana regional.²² Principalmente, porque atende as necessidades mais urgentes de outros municípios da região quando se trata, por exemplo, de saúde, educação, comércio diversificado ou órgãos federais.

Nossa proposta teórica e metodológica para a construção dessa pesquisa privilegia autores marxistas que deram ao materialismo histórico uma nova perspectiva. Portanto, nessa jornada, vamos buscar um diálogo com autores como E. P. Thompson e Antônio Gramsci. Ambos fizeram parte de um grupo que construiu novas abordagens a partir da tradição marxista e que, escrevendo em momentos diferentes, nos deixaram textos igualmente desafiadores no que concerne aos aspectos metodológicos da pesquisa histórica, assim como no que se refere à construção de conceitos capazes de permitir uma nova compreensão sobre o jogo de forças estabelecido na sociedade. Tanto Thompson quanto Gramsci defenderam a importância de analisar a política articulada com o social e com o econômico.

Desta forma, propomo-nos pensar os conceitos como princípios norteadores. Isso significa usá-los como meios para operacionalizar nossas hipóteses e objetivos. Nesse sentido, termos como sociedade civil, sociedade política, hegemonia, ideologia, dentre outros, serão abordados enquanto catalisadores para se compreender as relações de força estabelecidas em determinado momento histórico; nesse caso, entre os anos de 1970 e 2000, na região do Norte de Minas Gerais. Por isso, eles não são meros conceitos transportados para a pesquisa. Servimo-nos deles à medida que se faz necessário compreender a dinâmica das relações de forças estabelecidas no espaço de nossa pesquisa, com todas as suas singularidades.

O conceito de movimentos sociais é um dos que usamos na pesquisa e que precisa estar claro. Uma das estudiosas do tema no Brasil, Maria Célia Paoli, escrevendo em 1995,

²¹ PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

²² PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

avalia a trajetória dos movimentos sociais no Brasil em dois momentos distintos²³. O primeiro momento está localizado entre os anos de 1970 e 1988, período de sua constituição como sujeitos políticos. O segundo momento estaria localizado após 1988, período de redefinição dos movimentos, sobretudo no que se refere à adesão destes ao espaço político, ou seja, a sua institucionalização. A questão conceitual em torno dos movimentos sociais sempre enfrentou, ao longo dos anos, uma certa indefinição. O termo é considerado vago, principalmente porque agrega em torno de si uma variedade de ações coletivas com diferentes sentidos.

Assim, os movimentos sociais abarcariam os operários fabris que iniciaram greves na primeira metade dos anos 1970, assim como grupos de moradores de bairros que se uniram para reivindicar melhor qualidade de vida, com reivindicações localizadas – como moradia, transporte, custo de vida, saúde, saneamento, água, educação, segurança. Estes foram designados como movimentos sociais urbanos. Já nos anos 1980 novos grupos começam a ocupar a cena política e também são designados como movimentos sociais, embora já atuassem desde outros tempos. É o caso das mulheres, dos negros, dos movimentos organizados no campo e dos indígenas. Não temos o propósito de discutir e esmiuçar o tema, mas é preciso que fique claro o seu uso nessa pesquisa. O termo movimentos sociais será aqui usado para identificar ações coletivas populares, seja nas cidades seja na zona rural.²⁴

Outras questões cruciais para a pesquisa também precisam estar bem definidas, sobretudo por se referirem a um momento ainda repleto de indagações na história recente desse país: a década de 1990. Primeiro, porque os movimentos sociais chegaram a uma encruzilhada no que diz respeito a sua forma de atuação, uma vez que grande parte deles já haviam se institucionalizado ou estavam a caminho. Em alguma medida, isso gerou um clima de desesperança e contribuiu para um arrefecer desses movimentos, permitindo que os representantes do Estado dessem continuidade à políticas de cunho reformista que, ao fim e ao cabo, desestabilizaram, em grande medida, a ação dos movimentos na cidade e no campo. Em segundo lugar, porque foi nesse período que as ONGs se propagaram, elevando a sociedade civil a um outro patamar. É sobre o sentido da sociedade civil que vamos tratar.

O termo “sociedade civil” ganhou força e tornou-se o termo da moda, embora ainda fosse pouco compreendido por alguns ou intencionalmente embaralhado por outros. É desse

²³ PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995.

²⁴ Para maiores esclarecimentos e detalhamentos sobre a temática, ver: PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995.

período a ideia de certa neutralidade da sociedade civil em oposição ao Estado. Uma sociedade civil boa, benéfica *versus* um Estado opressor e malvado. Maniqueísmo que serve a um propósito, visto que as relações entre sociedade civil e Estado não podem ser analisadas de forma tão simplista.

Quando Gramsci desenvolveu seus estudos, chamou a atenção para o fato de que a compreensão do funcionamento do Estado passa diretamente pelas esferas civil e política, que são constituídas por sujeitos sociais diretamente ligados ao poder público e por sujeitos que, mesmo não fazendo parte do aparato estatal diretamente, podem ou não ter influência sobre ele. Gramsci conseguiu mostrar que as relações entre essas instâncias são sempre muito complexas e estão permeadas por conflitos. Por isso, a análise do Estado deve passar obrigatoriamente por uma compreensão mais abrangente do significado do termo “política”. Isso, porque o “Estado não pode ser percebido nem como pura coerção ou violência, nem como puro consenso”. O Estado gramsciano guarda outra dimensão, talvez mais importante que o uso da violência e coerção, quanto a manter sua estrutura: essa dimensão é a política e seu alicerce é a cultura. Cultura entendida como conjunto de visões de mundo – portanto, ideologia.

Essa concepção de uma sociedade civil em oposição ao Estado coloca-a como algo quase mítico, que paira como uma nuvem acima de todos, isenta de qualquer conflito social. Isso significa ausência de interesses divergentes, o que certamente não é o que acontece. Essa abordagem maniqueísta impede que a relação entre as esferas política e civil sejam vistas como de fato são, enquanto uma relação social, com interesses e conflitos e em permanente medição de forças.

Ao fim e ao cabo, tal oposição só serve para afastar a política da vida cotidiana das pessoas. Isso é o que Gramsci chamou de pequena política – ações que só contribuem para reforçar a hegemonia das classes dominantes, ou seja, daqueles que “são aptos a fazer política”. Os textos de Gramsci definem a pequena política como sendo aquela que se ocupa “de questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida”. A grande política foca nas questões ligadas “à fundação de novos estados, a luta pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas econômicos sociais”²⁵, ou seja, as grandes questões como por exemplo a luta por projetos distintos de sociedade.

²⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Fracisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.) **Hegemonia às avessas: economia política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 28-40.

Compreender a pequena política passa também pela compreensão da hegemonia, pois ambas são intrínsecas, principalmente porque muito da hegemonia atual foi construída excluindo a grande política, ou seja, praticando a pequena política. A hegemonia acontece quando valores e crenças se enraízam no senso comum, orientam pensamentos e ações de um grande contingente, muitas vezes sem total consciência. Carlos Nelson Coutinho salienta que esta hegemonia é obtida por meio do consenso passivo. Passivo porque se expressa pela aceitação de naturalidade das coisas.²⁶ Ao fazer pequena política, afasta-se a grande política porque afasta-se dos debates sobre política as grandes discussões em torno de projetos relevantes para a maioria da pessoas; portanto, faz-se também grande política. E, nesse caso, fazer grande política significa trabalhar em prol da conservação das estruturas econômicas e sociais que aí estão. Uma forma simples de constatação da dimensão e alcance da hegemonia da pequena política é a ideia de que todos os políticos são iguais. Cria-se uma aceitação de que tudo é natural. Esse é o efeito mais devastador da oposição entre as esferas civil e política.

Entretanto, como compreender a sociedade civil? Como diferenciar suas ações? Gramsci ressalta que a sociedade civil é um complexo conjunto formado por instituições públicas ou não, que ele chama de aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, as escolas, a imprensa, as instituições, os partidos, a Igreja e suas variadas organizações, os clubes, as associações, os sindicatos. Essas organizações sociais ocupam um papel central na construção e disseminação de ideias e dos valores de uma sociedade.

Em se tratando de Brasil, lembra Virgínia Fontes, as reflexões envolvendo o significado do termo sociedade civil aconteceram tardiamente e são repletas de polêmicas. Ademais, no Brasil, é importante considerar que uma análise sobre política teve que lidar com o peso da ditadura e do autoritarismo. Como resultado disso tivemos – e isso ainda persiste – um antagonismo constante entre civil e militar. Os debates em torno do tema aconteceram também a partir de uma análise teórica. Segundo Virgínia Fontes, “operava-se uma identificação entre forma de governo e Estado, na qual a recusa da ditadura passava a se constituir, simultaneamente, numa negação da luta no âmbito do Estado”.²⁷ A recusa do Estado como um dos *locus* das disputas fomentou uma compreensão acerca do Estado e sociedade civil completamente equivocada, sobretudo porque impediu que ambos fossem compreendidos como instâncias que atuam em conjunto.

²⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Fracisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.) **Hegemonia às avessas**: economia política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 28-40.

²⁷ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 227.

Mas não foi somente os acontecimentos internos que ditaram os debates sobre a sociedade civil no Brasil, ressalta Fontes. As lutas emancipatórias ocorridas em outras partes do mundo também influenciaram. Assim, a eclosão das lutas iniciadas em 1968, a queda do socialismo, o feminismo e o ambientalismo foram acontecimentos igualmente importantes para as reflexões sobre a sociedade civil no Brasil, que aconteceram também incorporando o sentido das lutas emancipatórias que ocorreram fora do país. Mas com o diferencial de que aqui elas adquiriram uma outra conotação, ou seja, a luta contra um Estado opressor.²⁸

Para Ellen Wood, todos esses “elementos e variações conceituais” – desde o feminismo até a questão ecológica, englobando a busca pela paz (e, poderíamos também dizer, o combate à pobreza em detrimento de mudanças estruturais que significassem transformações reais) –fundamentaram-se no conceito de sociedade civil. E aqui não se trata de colocar em xeque a validade das “novas” bandeiras, mas há que se ater com especial cuidado à forma como estão sendo abordadas. Principalmente porque, ao fragmentar a luta, corre-se o risco de não considerar o domínio do capitalismo, o que acarreta no triunfo da pequena política.

Dessa forma, os usos que se fazem do conceito de sociedade civil acabam por transformá-lo em um “abrigo conceitual” que serve para vários fins. Um desses objetivos é mascarar o capitalismo, reduzindo-o a mais uma das esferas que compõem a dinâmica da sociedade moderna. O resultado disso é transformar a economia capitalista em apenas uma das muitas práticas sociais, cujo efeito é embaralhar o conceito do capitalismo ao de economia, ou mesmo a outros conceitos, como capitalismo verde, e fazê-lo desaparecer.²⁹

A Sociedade Política é o “aparelho de coerção de Estado”. Segundo Hugues Portelli, a sociedade política assegura, dentro da lei, a disciplina e a ordem daqueles que refutam seu acordo. São, portanto, o poder executivo, o legislativo e o judiciário e suas ramificações. Gramsci define a sociedade política como instituição que tem por função “o exercício da coerção, da manutenção, pela força, da ordem estabelecida”.³⁰ Sociedade civil e sociedade política estão, portanto, intimamente ligadas e em permanente confronto. Por isso, o que de fato importa não é distinguir as duas “sociedades”, mas compreender a dimensão da atuação de suas organizações. Distingui-las é somente um caminho metodológico, pois, na prática,

²⁸ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

²⁹ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

³⁰ PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 6 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

elas se confundem. Entretanto, o que vimos no Brasil, sobretudo no pós-1970, foram práticas que, na tentativa de enaltecer a sociedade civil, fomentaram uma luta contra o Estado. Naquele momento em especial, ir contra o Estado era importante porque significou negar um Estado opressor. Nessa perspectiva, negava-se a luta no âmbito do Estado, daí a necessidade em encontrar outro *locus* para esta luta. Esse novo espaço foi formado a partir das ONGS, sobre as quais nos deteremos no momento oportuno.

Nesse processo, a atuação dos intelectuais, sejam estes orgânicos ou tradicionais, foi e é parte fundamental na construção da hegemonia. Principalmente se pensarmos nos intelectuais como sendo aqueles que atuam diretamente na sociedade, como organizadores da cultura e de vontades coletivas, em favor de um determinado grupo ou classe. Analisar a importância destes sujeitos foi, a nosso ver, uma das análises mais importantes feitas por Gramsci. Considerar a ação desses agentes, tanto da sociedade civil quanto da sociedade política, torna-se fundamental, porque é nessa relação que é possível perceber a organicidade, a interação de ambas. Como, por exemplo, aconteceu em Minas Gerais, por meio das audiências públicas regionais, na década de 1990, sobre as quais trataremos mais adiante.

Ainda com relação as considerações teórico-metodológicas, o texto de Gramsci “Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)”³¹ chamou-nos a atenção, por discutir interessantes considerações metodológicas. Nesse texto, o autor chama a atenção para a história dos grupos sociais subalternos, que aqui entendemos como aqueles grupos organizados pela classe trabalhadora. Esses grupos têm uma história que Gramsci qualifica como extremamente “desagregada e episódica”. A classe trabalhadora, ou aqueles grupos sociais que estão constantemente remando contra a maré, estão frequentemente submetidos a uma coerção e são, conseqüentemente, divididos. Isso geralmente acontece em virtude da própria luta. Por isso mesmo, ressalta Gramsci, há a necessidade de se recuperar a sua memória e valorizar todo traço de iniciativa autônoma por parte destes grupos. O objetivo mais imediato da obra de Gramsci foi, certamente, entender a derrota do movimento operário italiano nos anos de 1920 e a ascensão do fascismo. Dessa preocupação surge a necessidade de conhecer de forma mais pormenorizada a história da classe trabalhadora.

Por isso, era importante para Gramsci alguns cuidados metodológicos. O autor defende que é preciso, por parte do historiador, algumas preocupações que consideramos

³¹ GRAMSCI, A. **Às margens da história**. In: _____. Caderno 25 (1934). História dos grupos sociais subalternos. (Cadernos do Cárcere, volume 5). p. 129-147.

dignas de nota. Tais preocupações estão presentes nos seis critérios elencados pelo autor, no que ele denomina “critérios de método”.

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica; [...] **2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação;** 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros.³²

Gramsci nos instiga a estudar a adesão de grupos, seja de forma ativa ou passiva, às formações políticas da classe dominante, assim como as diversas tentativas de influir sobre esses programas com o intuito de impor suas reivindicações, atendo-se às consequências que tais tentativas possam vir a ter na determinação de processos de decomposição e de renovação ou de nova formação desses grupos.

A constituição do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, em Montes Claros, no ano de 1993, parece caminhar nessa direção. Mesmo sendo um espaço que surgiu a partir de ONGs e outras instituições, o Fórum se propôs a ser um interlocutor dos movimentos sociais populares e, em alguma medida, carregou os anseios dessa classe. Por isso, o excerto acima é interessante e válido para essa pesquisa, no que se refere aos procedimentos metodológicos apresentados.

A construção da pesquisa foi problematizada tendo como base os seguintes documentos: boletins informativos da Comissão Pastoral da Terra; o *Pelejando* e o *Integração*³³, estadual e regional, respectivamente; material produzido pela Comissão Pastoral da Terra como relatórios, correspondências, cartas, livros e cartilhas; material produzido pelo

³² GRAMSCI, A. **Às margens da história**. In: _____. Caderno 25 (1934). História dos grupos sociais subalternos. (Cadernos do Cárcere, volume 5). p. 129-147.

³³ O *Pelejando* era um informativo mensal da CEBs, distribuído pela CEBs e Movimento pastoral do estado. Foi feito em Contagem e Belo Horizonte, a partir de 1983. O boletim *Integração* seguia os mesmos moldes do *Pelejando*. Criado depois dos encontros da CEBs da Macro Região Norte, buscou integrar as dioceses de Januária, Paracatu, Diamantina e Montes Claros. Nos dois primeiros anos, sua circulação era bimestral, mas a partir de 1986, passou a ser mensal. Os dois boletins também poderiam ser adquiridos por assinatura individual. Ver mais em: MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

Centro de Agricultura Alternativa, como cartilhas, panfletos, relatórios, pauta de discussão de projetos e encaminhamentos, livros; processo-crime sobre a luta pela terra em Cachoeirinha; material da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, como livros e panfletos; entrevistas orais; relatórios produzidos pela ACI de Montes Claros; a imprensa local por meio dos jornais, Diário de Montes Claros, Gazeta do Norte, Diário do Norte, *Jornal de Montes Claros*; Revista Montes Claros em Foco.

A questão que se colocou a partir do contato e análise desse material é como ele poderia nos ajudar a explicar compreender o processo que estamos investigando. Em se tratando dos boletins da CPT, encontramos neles indícios da construção do que podemos chamar de ideologia, isto é, uma concepção de mundo que se queria difundir para os trabalhadores. Eles são importantes porque nos indicam a dimensão da organização dos trabalhadores, seus movimentos e suas articulações com as agências e os agentes que buscavam representá-los.

Nesse sentido, ao tratar como fonte os boletins, a questão que se apresentou tem relação com a mensagem que eles enviavam para os trabalhadores e, conseqüentemente, as ações dos trabalhadores. Basicamente, os objetivos dos jornais eram tentar construir e difundir um modo de pensar e agir que fosse capaz de se contrapor ao projeto dominante. Dentre os documentos analisados – e, em se tratando de instituições ligadas aos trabalhadores –, esses boletins são os que mais se aproximaram de tal objetivo. Em suas páginas foi possível encontrar textos, entrevistas e analogias em torno de questões que envolviam fé e política. Por meio desses textos, tentou-se formar um trabalhador consciente do seu lugar na sociedade, assim como buscar maneiras de lutar contra aquele estado de coisas.

Se, como ressaltou Gramsci, a classe dominante se mantinha no poder por conseguir difundir seu modo de pensar – ou seja, seus valores e seus interesses – para todos os níveis da sociedade, talvez também fosse possível à classe trabalhadora utilizar o mesmo método. Difundir sua ideologia para que ela se tornasse senso comum e encontrasse o maior número possível de pessoas que aderissem a seu projeto.

Nesse sentido, esses periódicos, assim como os demais documentos da Comissão Pastoral da Terra, são importantes para nossa pesquisa porque se tornaram um veículo de contestação da ideologia construída e difundida pela burguesia local, posto que tentavam também difundir uma ideologia própria. Os boletins, em especial o Integração, eram organizados por uma equipe da pastoral que recebia as notícias das comunidades rurais e também de parceiros. Continham denúncias e informações sobre a situação dos trabalhadores

das comunidades rurais, trabalhadores do reflorestamento, das carvoeiras e posseiros. Enfim, esses jornais foram uma forma de apoio aos trabalhadores e sua luta.

Com o mesmo sentido, porém em direção oposta, analisamos a Revista Montes Claros em Foco. Esta revista foi um dos inúmeros canais de comunicação do pensamento da classe dominante local. Suas reportagens e matérias sobre as consequências do processo modernizador regional e sobre a validade da legislação trabalhista no campo são elucidativas do modo de pensar e agir da classe dominante como um todo.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, “(Des)construindo o desenvolvimento e o progresso”, analisamos a organização dos trabalhadores em Montes Claros e região, com suas demandas e suas lutas. Isso significa que, ao abordar a dinâmica da luta dos trabalhadores a partir de suas organizações coletivas, poderemos verificar como se deram essas mudanças e quais suas implicações para a classe trabalhadora. Nesse sentido, propomos para o primeiro capítulo pensar a vida dos trabalhadores, apresentando suas lutas no período anterior ao Fórum – ou seja, décadas de 1970 e 1980. Isso será necessário para que possamos avaliar o processo histórico, compreendendo as mudanças e permanências ocorridas e para que tenhamos condições de avaliar posteriormente como se efetivou ou não a participação dos trabalhadores.

Para o segundo capítulo, cujo título é “As novas configurações sociais dos anos 1990”, a ideia foi entender como se formaram os novos espaços sociais constituídos neste momento, bem como discutir o perfil de alguns dos agentes que compunham o Fórum. Nesse sentido, tanto a Comissão Pastoral da Terra como a ONG Centro de Agricultura Alternativa, desempenharam papéis importantes na atuação do Fórum. Assim, compreender a dinâmica dessas agências foi uma maneira de perceber a funcionalidade deste espaço como meio de reivindicação e/ou como espaço de representatividade de uma parcela da classe trabalhadora, ou até mesmo de cooperação com o *status quo*.

Para o terceiro capítulo, “Os novos caminhos para a cidadania?”, propomos discutir as Audiências Públicas Regionais e abordar as deliberações do Fórum. A ideia para essa parte do trabalho foi discutir as Audiências Públicas Regionais e abordar as deliberações do Fórum. Desta maneira, torna-se possível conhecer as suas propostas para Assembleia Legislativa de Minas Gerais e relacioná-las às demandas dos trabalhadores tratadas no primeiro capítulo. Com isso, verificamos como os agentes do Estado se organizaram para construir uma determinada ideia de cidadania.

O quarto capítulo, “Construindo a ‘sustentabilidade’”, foi o momento em que discutimos a noção de desenvolvimento sustentável e suas implicações sociais, ou seja, a quem serve tais práticas. Portanto, como as propostas apresentadas pelo Fórum Popular de Desenvolvimento Regional estão baseadas nas ideias de desenvolvimento sustentável, foi necessário discutirmos em que se baseiam esses princípios, em qual ambiente foi possível plantar a ideia de um novo modelo de desenvolvimento e como essa ideia foi construída e difundida ao longo do tempo na vida das pessoas.

Assim, foi possível identificar os significados do Fórum diante das lutas dos trabalhadores, diante das transformações dos anos 1990 e diante das lutas sociais do presente. O Fórum Popular de Desenvolvimento Regional posteriormente Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, foi, portanto, um espaço de aglutinação de diversas agências da sociedade civil direcionadas para a sociedade política por meio das Audiências Públicas Regionais. Portanto, em alguma medida, legitimou a ação do Estado agindo na cooptação e na formação de um consenso.

Trilhar esse caminho significou deslocar a análise de um modo de produção abstrato para a história concreta de um sistema de relações sociais, pois conceitos auto-explicativos como capitalismo, pró-capitalismo, anti-capitalismo, desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade acabam sendo insuficientes. Por isso, é preciso cavar fundo, seguindo as indicações do sociólogo Hugo Zemelman, o qual lembra que há que se desvendar as entranhas, ver como funciona, e há que começar por entender que essas lógicas econômicas, aparentemente onipresentes, não são lógicas matemáticas, mas lógicas culturais³⁴. Acreditamos que, ao tentar desvendar essas lógicas culturais estaremos fazendo a passagem do capital para as relações sociais capitalistas.

³⁴ ZEMELMAN, Hugo. **Conocimiento colonizado y conocimiento liberador**. El papel de la ciencia em la transformación social. p. 261-280.

CAPÍTULO 1

(DES)CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO E O PROGRESSO

O objetivo deste capítulo é pensar a vida dos trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980, período anterior ao Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, em Montes Claros e no meio rural do Norte de Minas. Para dar conta desse objetivo, vamos, neste primeiro momento, buscar esses trabalhadores nos jornais da Igreja Católica, Pelejando e Integração, além de revistas, jornais de circulação regional, processos-crimes, entrevistas, Jornais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), recortes de jornais encontrados nos arquivos da CPT e do CAA.

O nosso foco são as organizações coletivas, mas quando necessário, trabalhamos com algumas entrevistas. Esse é um caminho para compreendermos as mudanças ocorridas, para avaliarmos o processo histórico e o que veio depois, a partir da atuação do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Por isso, o capítulo está dividido em três partes.

Primeiro, vamos abordar de forma sucinta Montes Claros e o Norte de Minas e sua inserção na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), assim como da Codevasf. Por ser um tema já bastante discutido, limitar-nos-emos a introduzi-lo de forma a contribuir para o bom entendimento da argumentação.

Em seguida, vamos abordar brevemente os conflitos no campo, que serão analisados sob duas perspectivas: a dos pequenos proprietários e a dos assalariados e as lutas destes em defesa da posse da terra e de seus direitos, respectivamente. Encerraremos, então, com uma análise das organizações populares na cidade de Montes Claros.

1.1 O caminho para o desenvolvimento

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou por profundas transformações. Especificamente, ao se tratar do Norte de Minas, é perceptível na literatura produzida uma ideia de que toda uma organização social se desfez a partir da chegada da Sudene. As indústrias, na cidade e as mudanças no campo transformaram modos de vida, desestruturaram as cidades e modificaram as “relações tradicionais estabelecidas” no campo.

No entanto, alguns acreditam que antes da década de 1960 a população norte mineira, em sua cultura, “celebrava a solidariedade entre todos e, principalmente, a fartura de todos”.³⁵ Essa ideia de que, antes da Sudene, tudo era fartura soa de forma simplista, por desconsiderar os conflitos e os embates ocorridos na região anteriormente; embora compreensível quando se confronta com um presente deformado, acaba reforçando o poder do latifúndio e, em certa medida, acaba por absolver o sistema.

Quando tratamos do processo de modernização das estruturas econômicas de Montes Claros não podemos nos restringir somente aos seus limites geográficos. Quando analisamos os resultados desse processo, estamos também fazendo uma análise da região e do país. A dinâmica experimentada durante esse período nos mostra que as transformações por que passou essa cidade na segunda metade do século passado afetou a região como um todo, do mesmo modo como as transformações ocorridas na região influíram nela.

Portanto, tratar dos trabalhadores e de seus enfrentamentos diários, da luta por moradia, por infraestrutura, por educação, através de suas organizações coletivas, assim como dos trabalhadores rurais – sejam pequenos sítiantes ou assalariados rurais – em suas relações com os agentes do Estado e também com a classe dirigente local, faz parte de um mesmo processo de luta e de afirmação de direitos envidados pela classe trabalhadora deste país que queremos fazer conhecido.

Na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970, com o desenvolvimentismo brasileiro em seu auge, a industrialização em Minas Gerais começou a se consolidar. Nesse ambiente repleto de ambições desenvolvimentistas em que a Sudene foi criada, as lideranças políticas do Norte de Minas já estavam em sintonia, já apresentavam capacidade de mobilização, conforme foi constatado por Pereira.³⁶ Uma de suas mais importantes conquistas foi a inclusão do Norte de Minas na área de abrangência da Sudene, embora a inclusão de alguns municípios na área do Polígono das secas já tivesse sido efetivada desde 1946.³⁷ Com isso, o Norte de Minas, a partir de 1965, passou a fazer parte de duas dinâmicas desenvolvimentistas maiores, a mineira e a nordestina, sendo que esta última tinha sua pauta direcionada pela Sudene e se baseava em políticas de combate à seca e geração de emprego. Por isso, entender a dinâmica do Nordeste é importante para entender

³⁵ FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. 44 p. Brochura encadernada. p. 4.

³⁶ PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

³⁷ O Polígono das Secas foi instituído em 1936 e, em 1946, Montes Claros e outros municípios da região foram incluídos na área do Polígono.

também a dinâmica do Norte de Minas, já que as transformações aqui ocorridas só foram possíveis por meio dos investimentos da Sudene.

Todavia, as políticas públicas do governo federal para promover o desenvolvimento do Nordeste tem início muito antes da Sudene. Segundo informa Luciene Rodrigues, as ações governamentais buscando promover o desenvolvimento do Nordeste aconteceram desde o fim da Segunda Guerra Mundial e envolviam o aproveitamento dos recursos da bacia do São Francisco. Até a criação da Sudene, em 1959, o governo federal já havia destinado inúmeros recursos para projetos e ações, principalmente com relação às questões hídricas, como a construção de barragens. Em 1945, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e, em 1946, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), inspirada no modelo norte-americano de valorização econômica do Vale do Rio Tennessee. A CVSF foi efetivamente criada em 1948 e estava vinculada diretamente à Presidência da República. Seu objetivo foi elaborar e executar um plano geral para o aproveitamento do Vale do São Francisco, considerando todo o potencial hidrelétrico do Vale, desenvolvendo a agricultura, a irrigação, a indústria, as comunicações, educação e saúde, além de coordenar as desapropriações de terra e o assentamento de agricultores.³⁸

Esse foi um plano de desenvolvimento com ações complexas que requereu um extenso conjunto de atividades e responsabilidades. Foi dividido em períodos, sendo que o primeiro focou em estudos básicos, o segundo tratou de implantar a estrutura necessária e o terceiro deu continuidade aos programas, preocupando-se também com a construção de barragens e sistemas de irrigação. Entre 1964 e 1967, ressalta Luciene Rodrigues, o governo estadunidense prestou assistência técnica à Comissão do Vale do São Francisco, em convênio que envolvia também a Sudene e CHESF e a *United States Agency International Development* (USAID). A intenção foi fazer um estudo mais elaborado dos recursos hídricos e dos solos do Vale do São Francisco, com o objetivo de desenvolver a irrigação. Os resultados apresentados apontaram uma capacidade de três milhões de hectares de terras irrigáveis e 12.500 MW de potencial hidroelétrico, assim como a necessidade de reestruturar a Comissão do Vale do São Francisco. Seguindo tais recomendações, em 1967 o governo extingue essa instituição e cria a Superintendência para o Desenvolvimento do Vale do São

³⁸ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** – uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 17-29.

Francisco (Suvale). Esta, no entanto, não tem a autonomia da CVSF e seus programas são atrelados à Sudene.³⁹

A Suvale passou a atuar na elaboração de planos diretores e estudos de viabilidade, seguindo as recomendações do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 1972, outro estudo é encomendado pelo governo brasileiro junto à empresa estadunidense *Development and Resources Corporation*. O resultado, apresentado em 1974, recomendava a reorganização da Suvale. Novamente o governo brasileiro extinguiu este órgão e criou, em 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. A Codevasf tinha como objetivo aproveitar os recursos hídricos e do solo do São Francisco para a agricultura, pecuária e indústria, diretamente ou por meio de organismos públicos e privados.⁴⁰ É com base nesses projetos que a classe dirigente do Norte de Minas vai viabilizar seus interesses. Esses interesses serão defendidos e difundidos como interesses de toda uma região.

Como já foi dito, o Norte de Minas passou a integrar a área de atuação da Sudene desde 1965, passando então a usufruir dos programas federais para a região. Em conformidade com o ideal desenvolvimentista, as políticas para o desenvolvimento regional basearam-se na industrialização incentivada nas cidades, com destaque para Montes Claros e Pirapora, e no incremento das relações produtivas no campo, sendo que os projetos agropecuários (como a pecuária de corte e o reflorestamento) foram apoiados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, enquanto que os projetos públicos de agricultura irrigada (Gorutuba, Jaíba, Pirapora e Jequitaiá) ficaram a cargo da Codevasf e Ruralminas.

Assim, a Codevasf articulada à Sudene e Ruralminas, coordenou o desenvolvimento econômico na bacia do São Francisco.⁴¹ Portanto, as transformações, seja no campo ou nas cidades, tiveram como base e aconteceram atreladas a uma dinâmica maior, isto é, do capitalismo brasileiro, principalmente as indústrias do centro-sul, sempre em conformidade com lógica capitalista mundial. À frente desse processo estavam os agentes do poder público, em âmbito estadual e federal, associados à burguesia local, por meio das ações de órgãos como a Sudene, Ruralminas, Codevasf.

³⁹ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** – uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 17-29.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid.

A inserção do Norte de Minas nessa dinâmica empolgou os agentes da administração pública e toda a classe dirigente local. Um vídeo ressaltando os benefícios do progresso para a cidade e região, produzido provavelmente entre 1973 e 1975, indica esse entusiasmo. Parte deste vídeo está disponível no canal Youtube.

Montes Claros, conhecida pela projeção da cultura de sua gente e pela importância de sua pecuária, **orgulha-se de liderar o surto de progresso que atinge toda uma região. Em perfeita sintonia com a realidade socioeconômica do momento brasileiro**, Montes Claros no explodir do seu trabalho, na operosidade de seu povo, impõe-se como uma das mais dinâmicas e progressistas cidades de Minas Gerais. O prefeito Moacir Lopes, preocupado em dar o melhor a população, vem realizando um excelente trabalho administrativo. **Com uma visão aberta para as ambições desenvolvimentistas de uma coletividade laboriosa e atuante [...]** (grifos nossos).⁴²

O vídeo apresenta um texto que é narrado à medida que são projetadas imagens da cidade de Montes Claros e das obras executadas. A ideia foi associar Montes Claros e sua administração como pioneiras no desenvolvimento regional e integradas ao mundo moderno: **“cidade que lidera um surto de progresso”**. Isso pode ser percebido quando se analisa as ações dos dirigentes locais, no decorrer do processo histórico. Promovendo mesas-redondas, jornadas e seminários, os representantes da classe dirigente do Norte de Minas, por meio da ACI e Sociedade Rural articulava projetos, firmava parcerias e reivindicava recursos do poder público federal e estadual. Um desses encontros aconteceu em 1953. A III Reunião das classes produtoras foi promovida pela Associação Comercial de Minas Gerais com a colaboração da Associação Comercial local e contou com a participação de pecuaristas, comerciantes, empresários, lideranças eclesiásticas e políticas, que ao fim elencaram dezoito recomendações para serem enviadas ao poder público.⁴³

Com o mesmo objetivo foi comemorado o centenário de Montes Claros em 1957. O evento, promovido pela Sociedade Rural, contou com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Na oportunidade, foi inaugurado o Parque de Exposições e realizada a primeira exposição agropecuária regional. Atualmente, (2015) em sua 41ª. edição, a exposição

⁴² Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=APBfI_iDJNQ. Acesso em: 10 out. 2013. O vídeo foi produzido entre 1973 e 1975, período do mandato de Moacir Lopes, citado no vídeo como prefeito de Montes Claros naquele momento.

⁴³ PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

agropecuária de Montes Claros é o momento oportuno para os pecuaristas realizarem grandes negócios. Os eventos para comemoração do centenário da cidade tinham como objetivo angariar recursos públicos e privados para Montes Claros e região. Foi solicitado junto ao então presidente Juscelino Kubistchek “empréstimo para Montes Claros, erradicação da doença de chagas, conclusão das obras da rodovia Corinto/Montes Claros com asfalto, instalação do frigorífico em Montes Claros, melhorias na Estrada de Ferro Central do Brasil e construção da hidrelétrica de Jequitaiá”.⁴⁴ Ao governo estadual solicitaram um novo sistema de abastecimento de água para Montes Claros e uma política que incentivasse e protegesse o algodão e a indústria têxtil.

Em 1965, a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Sudene foi parte de uma negociação que envolveu as lideranças locais em uma “luta” para incluírem a região. Uma vez pertencente à área de atuação da Sudene, foi inaugurado na cidade o escritório do órgão com o objetivo de facilitar as relações entre as lideranças regionais e sua cúpula. Nesse mesmo ano, 1965, foi completada a rede de transmissão do sistema de abastecimento de energia da usina hidrelétrica de Três Marias e inaugurado o Frigorífico Frigonorte, antiga reivindicação dos pecuaristas locais. Em 1976, a ACI conduziu importantes investimentos para a cidade, dentre os quais a criação da Escola Técnica. Essa escola tinha como finalidade formar e qualificar mão de obra para as indústrias incentivadas pela Sudene.

Como podemos observar, as atividades da classe dirigente local sempre se deram no sentido de promover um determinado “desenvolvimento e progresso regional”. Desenvolvimento e progresso empreendidos de acordo com os objetivos e interesses de uma fração da classe dirigente local e sempre defendidos como interesse de todos. Assim, as atividades intensas serviriam para mostrar, para possíveis investidores e para a população local, aquilo que o governo municipal estava realizando e a classe dirigente local se esmerava para difundir: um surto de progresso estava ocorrendo na região e era conduzido por Montes Claros. Além de mostrar como uma fração da burguesia regional se colocou em perfeita sintonia com as “ambições” do discurso desenvolvimentista, uma vez que estava promovendo eventos como congressos, jornadas e mesas-redondas conseguiu acompanhar os passos da burguesia nacional, além de plantar em corações e mentes um ideal progressista para Montes Claros. Passar adiante essa ideia e enaltecer Montes Claros como a cidade da cultura e de uma gente laboriosa foi algo muito bem explorado que, ao longo do tempo, serviu para tirar o foco

⁴⁴ PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 45.

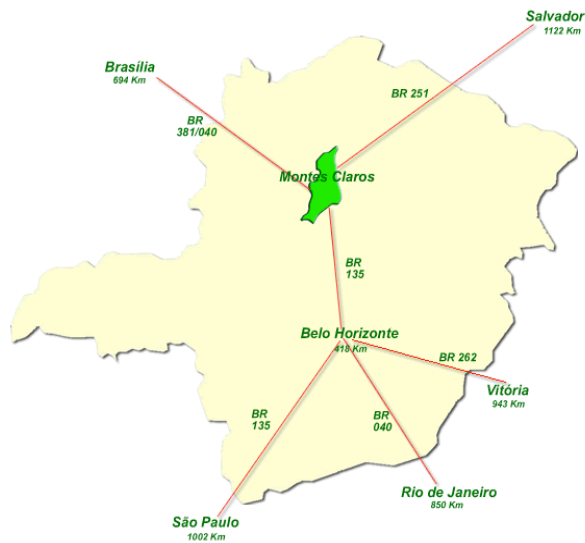
dos conflitos e da luta de classes na região. Portanto, o que está em evidência é uma ideia de cidade que se queria construir.

Com isso, a imagem de Montes Claros como centro polarizador regional foi sendo construída e, com o tempo, adquiriu consistência como tal. Montes Claros tornou-se a “princesa do norte”. Já nesse período, a cidade começava a crescer e, conseqüentemente, atrair pessoas, buscando melhores condições de vida. Luciene Rodrigues ressalta que o período de maior industrialização de Montes Claros aconteceu entre 1975 e 1985.⁴⁵ Nesse período, a cidade foi incluída no programa Cidade de Porte Médio, um programa criado com o objetivo de “conter os dois grandes fluxos migratórios do país, ou seja, do Sul para o Centro-sul e do Norte para o Centro-sul”, em municípios considerados como estratégicos e com condições para absorver o fluxo de pessoas que migravam em direção às capitais do centro sul.⁴⁶ Abaixo, tem-se no mapa a localização de Montes Claros em relação aos grandes centros urbanos e na área de atuação da Sudene.

⁴⁵ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** – uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

⁴⁶ Em 1978, o governo federal criou o Programa Cidade de Porte Médio. Os recursos seriam captados pelo Ministério do Interior através do Conselho de Desenvolvimento Urbano junto ao BIRD. O Banco Nacional de Habitação e o governo completariam a parceria. Para a implantação do Programa foi firmada um convênio com a prefeitura. Segundo Evelina Antunes F. Oliveira, o Programa Cidade de Porte Médio ficaria sob a gerência da Superintendência de Apoio aos Municípios, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento. Segundo noticiou o Diário de Montes Claros, os recursos obtidos com o Programa Cidade de Porte Médio seriam utilizados para a retificação do Rio Vieira, construção da rodoviária, centro administrativo e várias obras de infraestrutura urbana. Veja mais em: Programa Mineiro de Cidades de Médio Porte. **Diário de Montes Claros**. 09 out 1977. Arquivo particular de Américo Martins Filho. OLIVEIRA, Evelina Antunes F. Nova Cidade, Velha política. Poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: Edufal, 2000.

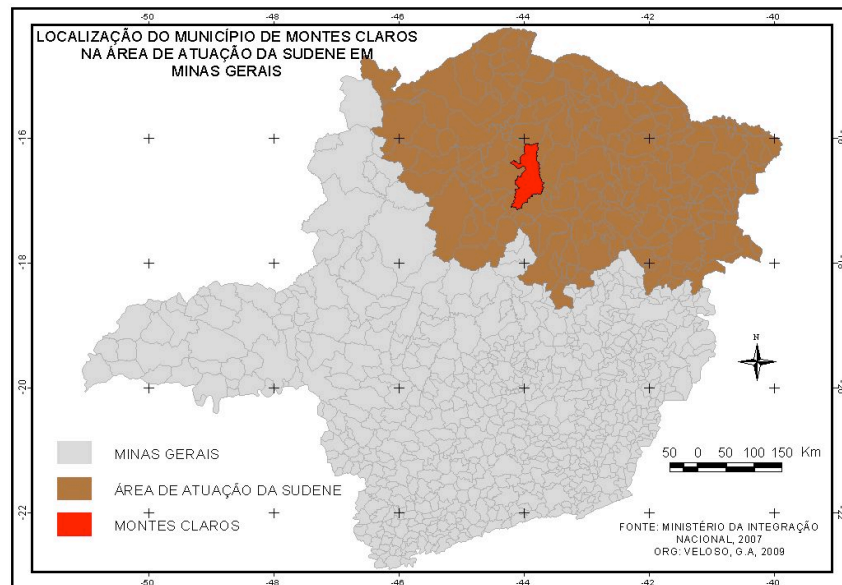
Mapa 1 – Localização de Montes Claros em relação aos grandes centros



Fonte: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/meiamaratonademontesclaros/chegar.html>.

Segue a localização de Montes Claros na área mineira da Sudene.

Mapa 2 – Localização de Montes Claros na da área mineira da Sudene



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2007.

Org.: VELOSO G. A., 2009.

Evelina Antunes F. de Oliveira, em análise, diz que as poucas obras que foram feitas pela administração não foram suficientes para amenizar os graves problemas enfrentados pela população pobre da cidade. Em suma, a cidade experimentou, entre as décadas de 1970 e 1980, um momento de altos investimentos proporcionados por recursos públicos, mas não foi capaz de resolver questões estruturais que até hoje causam transtornos aos moradores. O transporte coletivo, o grande fluxo de veículos no centro da cidade e a limpeza pública são alguns dos inúmeros problemas não solucionados pelas sucessivas administrações, o que não difere de outras regiões do país.⁴⁷

Só para termos uma ideia do aumento expressivo da população urbana em Montes Claros, os números do IBGE apontavam uma população de 85.971 habitantes na zona rural, em 1960, e 46.531 na cidade. Na década de 1970, a migração aumentou e, nesse período, temos 31.332 pessoas vivendo no campo e 85.154 na zona urbana. Entre 1980, 1990 e 2000 a população urbana aumentou enquanto diminuíram os moradores da zona rural.⁴⁸ A análise desses números informa um crescimento demográfico acelerado, sobretudo a partir da década de 1970, período em que a indústria, sob incentivo, foi responsável por 45,63% do emprego industrial no município. Oliveira informa que a partir desse momento Montes Claros e o Norte de Minas começaram a sentir os resultados positivos das políticas de promoção industrial, com uma taxa de emprego de 85,1% para o ano de 1977.⁴⁹ A cidade se transformou, adquiriu uma nova feição, novos bairros surgiram, indústrias foram instaladas, pessoas foram chegando. Um crescimento que suscitou inúmeras cobranças por parte da população que constantemente reivindicava infraestrutura nos bairros: água, luz, saneamento, escolas, pavimentação de ruas, limpeza pública, postos de saúde, hospitais.

Essa é a imagem de Montes Claros que se queria disseminar. Uma cidade que fosse capaz de conduzir um surto de progresso de toda uma região. As décadas de 1970 e 1980 foram o período em que a região recebeu um número maior de investimentos incentivados pela Sudene. No entanto, esse projeto dominante foi o tempo todo tensionado pela classe trabalhadora. No campo e nas cidades os trabalhadores estavam, diariamente, lutando por terra, por trabalho, por infraestrutura, por direitos. Organizações populares como o Movimento de Defesa dos Favelados e o Movimento dos Atingidos por Barragens foram

⁴⁷ OLIVEIRA, Evelina Antunes F. **Nova Cidade, Velha política**. Poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: Edufal, 2000. 214 p.

⁴⁸ LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida**: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 152 f. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

⁴⁹ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

formados a partir da luta por moradia, seja na cidade ou no campo. No caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o remanejamento de comunidades inteiras que perderam suas terras e casas para os grandes projetos de irrigação.

Nesse processo, a atuação das Comunidades Eclesiais de Base foi extremamente significativa. Em seus encontros, os trabalhadores, além de discutirem a Bíblia, também falavam sobre política, sempre buscando associar as passagens bíblicas com a vida diária.⁵⁰ A Igreja Católica, por meio das pastorais sociais, em especial da Terra e Operária, participou na organização dos trabalhadores, na constituição dos sindicatos e na formação de lideranças.⁵¹ Os movimentos sociais, em todo o país, constituíram-se recorrendo às CEBs, e ao Movimento Sindical. Pode-se dizer, portanto, os trabalhadores, ancorados nas pastorais sociais da Igreja, tiveram condições de questionar e causar tensão no projeto da classe dirigente local.

1.2 No campo: a luta por direitos e pela terra

O processo de desenvolvimento, como é próprio no sistema capitalista, aconteceu de forma excludente e explorando ao máximo o trabalhador, seja ele da cidade ou do campo. Em transformações desse tipo, as necessidades assim como os modos de vida das

⁵⁰ MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política**: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2010.

⁵¹ Alguns autores captaram esse novo momento no país, analisando tais sujeitos e a forma como adentraram a cena política nacional. Principalmente porque agora não se tratava somente da classe operária, mas sim de uma diversidade de sujeitos sociais, que se movimentavam por vários lugares, como os bairros, a Igreja, os sindicatos. Esses sujeitos emergiram ocupando novos espaços, promovendo uma reviravolta na compreensão da classe trabalhadora enquanto protagonista de sua própria história. Eder Sader conseguiu captar essas experiências proletárias tendo como base a cidade de São Paulo. Sader focou nas trajetórias vividas por pessoas pobres, em sua maioria, migrantes. Interrogando as pessoas sobre como foi viver em São Paulo entre os anos 1960 e 1980, o autor constatou uma variedade de experiências advindas de situações diversas, principalmente dos distintos lugares ocupados na relação de trabalho e dos diferentes modos de vida. Identificou a organização familiar em função do trabalho; os sonhos comuns partilhados, sendo que a casa própria se destacou como o mais importante; a trajetória dos migrantes pela cidade; e a ocupação dos espaços públicos da cidade por essas pessoas. Naquele momento, era importante apresentar outros caminhos para a compreensão do processo histórico que privilegiasse a classe trabalhadora. Por isso, a importância de perceber os processos sociais que esses sujeitos registraram, bem como para as transformações na cidade, ou seja, nos bairros, nas ruas e avenidas – como esses movimentos se formaram, como se organizaram e como se fortaleceram.

Buscando responder esses questionamentos, Sader examinou as “matrizes discursivas”, constatando a presença forte da Igreja Católica, da Esquerda e dos sindicatos, numa combinação de forças que possibilitou aos trabalhadores se organizarem, tornando-se um novo sujeito político. As matrizes discursivas analisadas por Sader, ainda que em crise, serviram de apoio aos movimentos sociais: a força das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a Esquerda que mesmo devastada tinha um corpo teórico consistente e o Movimento Sindical, cuja força vem do lugar institucional que ocupa. Cf. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

comunidades locais são completamente ignoradas. O que importa é o lucro. Como escreveu Raymond Williams “o modo de produção capitalista continua a ser [...] o agente mais eficiente e poderoso de todos esses tipos de transformação física e social. A cidade é a maneira mais convencional de se ver essa espécie de transformação; e o campo [...] é sem dúvida outra”.⁵²

No Brasil, as transformações no campo se intensificaram a partir da década de 1960, como já enfatizamos acima, com os grandes projetos de irrigação e com as grandes plantações de eucalipto, dentre outros fatores. Esse processo promoveu mudanças no país como um todo, e no Norte de Minas não foi diferente. Aqui, a paisagem rural foi remodelada pelas extensas plantações de eucaliptos, pelos perímetros irrigados para cultivo de frutas entre as cidades de Jaíba e Matias Cardoso; o Gorutuba, em Janaúba e Nova Porteirinha; pelo projeto Pirapora na cidade de mesmo nome; e, ainda, a Lagoa Grande em Nova Porteirinha. A implantação desses projetos de irrigação só foi possível com a desapropriação de centenas de famílias, tarefa que ficou a cargo da Codevasf, conforme mencionado anteriormente, além da Ruralminas e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Muitas famílias foram remanejadas, outras foram para as cidades da região e algumas permaneceram nas proximidades.⁵³ É, também, nesse mesmo período (fins de 1960) que o Estado passa a conceder grandes áreas de terra para as empresas de reflorestamento. A presença das empresas de reflorestamento na região significou mudanças significativas para a vida dos antigos moradores.

Nesse ambiente de grandes transformações, a perda é do pequeno trabalhador rural, de posseiros, arrendatários, agregados, parceiros e meeiros, que não conseguiram se manter no meio rural. Muitos deles acabaram perdendo suas terras ou vendendo-as a preços módicos para as grandes empresas. As relações de produção e trabalho foram sendo alteradas no campo. A introdução de máquinas modernas, agrotóxicos e fertilizantes acabaram por direcionar e ditar os rumos da agricultura no Brasil, sendo tidas como sinônimo de progresso e desenvolvimento do campo. O pequeno produtor tornou-se refém dos bancos ou das novas

⁵² WILLIAMS, Raymond. **O campo e cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das letras, 2011. p. 478.

⁵³ Sobre o Projeto Jaíba, veja-se: MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajatórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba MG**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

Conferir ainda: RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba – uma interpretação**: 1970-1996. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. A pesquisa de Rodrigues destacou o viés econômico do projeto Jaíba, enquanto que Moura destacou e priorizou os modos de vida dos agricultores.

técnicas conhecidas como “pacotes modernizadores”, que consistiam na dinâmica trator-irrigação-fertilização química-herbicida-agrotóxico. Havia ainda os problemas com relação ao solo e ao cultivo inadequado, os quais intensificava esses problemas.

Alvimar Ribeiro dos Santos, agente de pastoral, relatou-nos, quando entrevistado, um pouco de sua experiência à frente da Pastoral Operária e Comissão Pastoral da Terra, desde que foi fundada em Montes Claros, no início dos anos 1980. Alvimar nasceu em Santa Rosa de Lima, distrito de Montes Claros, em 1955. Até os 17 anos viveu com a família em Engenheiro Dolabela, distrito de Bocaiuva, cidade próxima a Montes Claros, em fazendas da Agroindústria Malvina, de onde sua família foi despejada. Foi trabalhador rural, trabalhador da construção civil e operário. Como ele mesmo disse, “aquilo marcou minha vida”.⁵⁴ Uma vez em Montes Claros, já trabalhando como operário, engajou-se no movimento sindical e na Pastoral Operária, e, mais tarde, justamente por sua origem rural, foi convidado a trabalhar na Pastoral da Terra. Avaliando sua trajetória, sentiu que “dentro do processo da luta poderia contribuir com outras famílias que passou o que a gente passou”. Sua fala revela um processo de reajustamento na cidade. O envolvimento com as questões sociais foi a forma encontrada para suprir as carências experimentadas quando ainda vivia no meio rural. Foi nesse processo que ele se fez enquanto sujeito social. E são nas atividades de suporte à classe trabalhadora que ele reforça sua identidade de classe.

Conversamos com Alvimar no escritório da Pastoral da Terra, no centro de Montes Claros. O entrevistado nos falou sobre o seu envolvimento com os movimentos sociais, destacando, primeiramente, sua experiência na zona rural e sua identificação com a causa dos trabalhadores.

Olha, eu iniciei... eu fui trabalhador rural aos 17 anos... eu vim pra Montes Claros... sou de Montes Claros, mas filho de migrante, né... eu fui trabalhador da construção civil, fui operário. Trabalhei muitos anos... fui classificado no exército na época daquela construção, em 1973, servi, depois fiquei no exército e aprendi a profissão de pedreiro de acabamento, mestre de obras. E na década de 1980, eu e os companheiros da profissão operária, nós fizemos a organização de tomar o sindicato da construção civil. Aí nós ganhamo, 70% + 1 voto. E ali eu continuei na Pastoral Operária. Por ter um pouco... por ter vindo do meio rural e um pouco essa afinidade com o campo eu fui convidado pra Pastoral da Terra... aí eu me apaixonei porque toda minha família e eu, meu pai na época, né... em Dolabela... a gente foi, ainda quando criança foi despejado de várias áreas e aquilo marcou a minha vida...

⁵⁴ SANTOS, Alvimar Ribeiro. Alvimar Ribeiro Santos: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: escritório da CPT. 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

então, assim... não que eu queria vingar, mas eu descobri dentro do processo da luta que poderia contribuir com outras famílias que passou o que a gente passou dentro de resgatar aquilo que é de direito deles.⁵⁵

A Comissão Pastoral da Terra⁵⁶, atua em Montes Claros e no Norte de Minas desde o ano de 1982, e seu trabalho consiste em prestar assessoria aos trabalhadores rurais, auxiliando-os em situação de conflito de terras, na defesa dos direitos e na formação de lideranças. Antes de atuar na Pastoral da Terra, Alvimar atuou na Pastoral Operária e acompanhou de perto a formação de muitos dos sindicatos da cidade. A criação dos sindicatos foi fundamental na luta dos trabalhadores rurais e urbanos por melhores condições de trabalho.

É importante mencionar que, nesse momento, décadas de 1970 e 1980, a organização coletiva dos trabalhadores rurais e urbanos na região era ainda incipiente. Uma organização mais efetiva ocorreu somente nos anos 1980, com a chegada da Comissão Pastoral da Terra. No entanto, ao se organizarem coletivamente para defender seus direitos, os trabalhadores acabaram sofrendo perdas importantes – tanto de companheiros que foram mortos, como dos registros de sua luta. Em 1985, o Jornal *Pelejando* informou sobre um incêndio na Delegacia Sindical de Jaíba. O incêndio destruiu documentos, fichas e máquinas. Acredita-se que o incêndio tinha ligação com as denúncias e os enfiamentos levados a cabo pela Delegacia Sindical contra as carvoeiras da região e em defesa dos boias-frias⁵⁷.

Como já mencionamos, nesse processo de constituição da luta coletiva dos trabalhadores, a Igreja Católica, por meio de sua ala progressista e sob a inspiração teórica da

⁵⁵ SANTOS, Alvimar Ribeiro. Alvimar Ribeiro Santos: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora. Alvimar trabalha há trinta anos como agente de pastoral na CPT, atuando em todo o Norte de Minas Gerais.

⁵⁶ A Comissão Pastoral da Terra nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia (GO). Inicialmente, a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Em sua página na internet consta que a CPT foi “[...] Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. [...] Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. [...]”. Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente, de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. Cf.: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>. Acesso em: 26 jun. 2014. Segundo Alvimar, a Pastoral da Terra é um projeto denominado Proderor, financiado pela Misereor. Misereor é uma instituição católica alemã que atua em várias partes do mundo, desde 1958. Segundo consta de seu site, a Misereor atua cooperando com o desenvolvimento, na América Latina, Ásia, África e Oceania.

⁵⁷ DENUNCIAS E SOLIDARIEDADE: Atentado contra a Delegacia Sindical do Jaíba. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Montes Claros: ano III, n. 22, out.1985. 12 p. p. 08.

Teologia da Libertação, atuando por meio das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais acabou por ter uma enorme participação principalmente na formação política desses trabalhadores, seja no campo ou na cidade. Por isso mesmo, neste capítulo, trabalharemos os jornais da CPT, pois eles foram os principais meios de comunicação da luta e contribuíram muito para a formação dos trabalhadores e suas organizações de classe. Usaremos também, além da imprensa local, um processo-crime envolvendo posseiros da região. O que faremos nos próximos tópicos é apresentar um pouco das transformações experimentadas pelos trabalhadores rurais, tanto os assalariados como os pequenos proprietários.

1.2.1 Os trabalhadores rurais assalariados e o “progresso que traz cativo”

A chegada das reflorestadoras, na década de 1970, contribuiu para acirrar os conflitos no campo. A tensão envolvia os pequenos sítiantes, posseiros, fazendeiros e as empresas de reflorestamento. Em se tratando dos trabalhadores rurais assalariados, a violência acontecia através do não cumprimento da legislação trabalhista e total desrespeito aos direitos humanos. Em sua página na *internet*, a Pastoral da Terra apresenta alguns números da violência experimentada pelo trabalhador rural na década de 1980. Abaixo, o quadro com parte dos dados retirados do site da Pastoral da Terra para o Norte de Minas.

Quadro 1 – Acidentes com trabalhadores rurais assalariados e boias-frias em 1985 (Norte de Minas)

Data	Trabalhador	Cidade	Idade	Empregador	Acidente
25/01	Hamilton de O. Neto	Itacambira	17	Plantar	Morto em balsa sem segurança
25/01	Miguel José dos Santos	Itacambira	27	Plantar	Morto em balsa sem segurança
27/07	Dois trabalhadores mortos e não identificados	Varzelândia			Capotamento
04/09	Quatro boias-frias mortos	Espinosa			Caminhão sem freio

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, ANO 1985. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/downloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985>. Acesso em: 10 jan. 2014

A precariedade das condições de trabalho eram sempre noticiadas em diversos meios de comunicação, mas principalmente nos boletins produzidos pelas Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Operária. Os boletins, *Integração* e *Pelejando*, eram periódicos editados pela Igreja Católica, por meio das Dioceses, em nível regional e estadual, respectivamente. Esses boletins tinham grande circulação entre as Comunidades Eclesiais de Base, sindicatos e associações urbanas e rurais, bem como entre os parceiros da Igreja, naquele período. Os boletins eram feitos com a colaboração dos membros das comunidades que enviavam notícias sobre os conflitos de terra, assassinatos de trabalhadores, desrespeitos aos direitos trabalhistas e humanos, fundação de associações e sindicatos. Os boletins também discutiam questões relacionadas à política, das eleições à Constituinte, informavam sobre as celebrações, cultos, festas e reflexões sobre assuntos de interesse da classe trabalhadora.⁵⁸

Assim, os boletins cumpriam o objetivo de informar e formar um trabalhador mais crítico sobre a sociedade. Especificamente no Jornal *Integração*, editado na Diocese de Montes Claros, na seção *CPT Denuncia*, encontramos uma matéria informando sobre as vítimas diárias das Reflorestadoras no Norte de Minas. As mortes de Hamilton e Miguel José dos Santos, constantes do Quadro acima, aconteceram no rio Congonhas. Quando eles faziam o transporte de mudas de eucalipto em uma balsa improvisada com tambores e tábuas puxadas por duas cordas de *nylon*, a embarcação não resistiu a força das águas. Há também dois

⁵⁸ A leitura dos boletins *Integração* e *Pelejando*, entre 1983 e 1997, sugere uma mudança no seu perfil. Até fins da década de 1980, ambos os boletins apresentavam um perfil mais combativo, que parece ter sido abandonado após os primeiros anos da década de 1990.

trabalhadores mortos em um capotamento e não identificados, moradores da cidade de Varzelândia. Eram dois jovens: Geraldo e Agostinho, este último era líder comunitário e do culto dominical.⁵⁹

Como já mencionamos anteriormente, o desenvolvimento do campo no Norte de Minas aconteceu priorizando alguns segmentos: as empresas de reflorestamento, os grandes projetos de irrigação e a pecuária extensiva. Pereira ressalta que o reflorestamento foi priorizado em virtude do aumento da demanda por carvão vegetal na indústria mineira, centro do Estado. Para atender tal demanda o Estado concede, durante a década de 1970, grandes áreas de terras de sua propriedade na região para as empresas de reflorestamento, as quais tiveram também amplos benefícios do governo, em se tratando de incentivos fiscais e créditos, via Sudene. O Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), em consonância com os grandes capitalistas, qualificava a região Norte do Estado como o lugar ideal para se investir, por apresentar terras livres e prontamente utilizáveis.⁶⁰

No entanto, o Norte de Minas não era uma região abandonada. Aqui se encontravam inúmeros trabalhadores originários de todas as partes do Brasil, sobretudo de outras cidades da região. Muitas das pessoas que chegaram à região vieram devido à propaganda feita pelo governo do estado sobre terras devolutas, ainda na década de 1950.

Em 2008, Aderval Costa Filho defendeu a tese “Os gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro”. Neste trabalho, o autor identificou inúmeros núcleos de povoamento na região formados por escravos fugidos, índios, pobres livres desde o século XVIII. A pesquisa de Costa Filho indica que muitos camponeses estavam estabelecidos nela por serem descendentes de escravos fugidos ou pertencerem a tribos indígenas, ou ainda aqueles que vieram em busca de um pedaço de terra.⁶¹ Todavia, essas pessoas, moradores das comunidades, não tinham como comprovar a posse da terra, quase sempre recebidas em herança. Nesse sentido, os conflitos de terra envolvendo grandes fazendeiros e posseiros ou comunidades indígenas eram uma realidade muito antes de a região ser incorporada na área de abrangência da Sudene.

⁵⁹ CPT DENUNCIA. Vítimas diárias das reflorestadoras. **Integração**. Jornal das CEBs, CPT e CPO do Norte de Minas, Montes Claros, ano III, n. 9, jan./fev. 1985.

⁶⁰ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. A área da Sudene em Minas Gerais. Informações Básicas para Investidores. INDI/SDI-CIN/025/EP. Belo Horizonte, nov. 1987. UFMG/Biblioteca Universitária. Relatório.

⁶¹ COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

O projeto desenvolvimentista acarretou profundas mudanças na paisagem regional. Dados apresentados por Luciene Rodrigues informam que em 1975 havia 71 mil hectares reflorestados na região e, em 1985, observa-se um salto de 1.124%, sendo que a área total reflorestada passou para 868 mil hectares. Os principais municípios com áreas reflorestadas foram Buritizeiro, Januária e Rio Pardo de Minas, com 44,6% da área total coberta por eucaliptos em 1985. Em se tratando da área reflorestada em relação a área do município, Lassance aparece em primeiro lugar, com 44% de sua área reflorestada com eucaliptos; em segundo está Rio Pardo de Minas, com 36% e, em terceiro Buritizeiro, São João do Paraíso e Itacambira, com 30%. Luciene Rodrigues informa ainda que entre 1985 e 1989 foram desmatados uma área de 990 mil hectares.⁶²

O avanço do reflorestamento aconteceu expulsando os pequenos sitiantes. Nesse ambiente, os trabalhadores rurais que foram empregados pelas reflorestadoras se viram obrigados a conviver com uma situação constante de riscos. Estavam expostos aos venenos que eram levados junto com eles nos caminhões e trabalhavam muito mais que as oito horas estabelecidas pela lei. Não recebiam as horas extras e não tinham assistência médica; tampouco recebiam os dias em que se ausentavam por estarem doentes. Muitas vezes, moravam em acampamentos feitos de plástico com água velha e quente para beber.⁶³ Muitos desses trabalhadores não tinham a carteira assinada e corriam o risco de perder a vida nos caminhões que os transportavam, como consta no Quadro 1.⁶⁴

Nessas circunstâncias, a organização dos trabalhadores em sindicatos possibilitou, mesmo que por pouco tempo, inúmeras mobilizações, buscando melhores condições de trabalho. A importância das pastorais sociais nesse processo, cabe ressaltar, foi fundamental. Em especial, a Pastoral da Terra e Pastoral Operária, subsidiaram a organização dos trabalhadores e tiveram uma importância muito significativa nesse processo. Significavam muito mais que uma ligação entre Igreja e fiéis, sobretudo porque ofereciam um suporte extremamente necessário, à medida que a luta se tornava maior e mais abrangente. Era, pois, o meio de informar às demais comunidades sobre os acontecimentos.

⁶² RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** – uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

⁶³ HISTÓRIA das lutas dos trabalhadores rurais de Minas Gerais. **Comissão Pastoral da Terra**, Montes Claros, mai. 1984. Greve no Paraíso, p. 16-25. Brochura. 34 p.

⁶⁴ Algumas das empresas de reflorestamento atuantes na região eram Florestaminas, Embaúba, Florestas Rio Doce, Metalur, Minas Florestas, Itapeva, Plantar, Planta Sete, Carbovegetal, Acesita, Vale do Guará, Itamagnésio, Usita, Perfil, Replasa, Catuai, Decoimbra, Cimental.

O caderno elaborado pela Comissão Pastoral da Terra em maio de 1984 para ser usado nos encontros promovidos nas comunidades rurais, sob o título de “História das lutas dos trabalhadores rurais: greve no Paraíso”, foi feito para debater a greve dos trabalhadores da Florestaminas, ocorrida entre 30 de maio e 12 de junho de 1983 e organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Paraíso em parceria com os trabalhadores. Esse material é interessante e contém um significado importante para a luta dos trabalhadores, pois nele está registrado uma parte da história vivida pelos trabalhadores do reflorestamento naquela cidade. Segundo informa a CPT, o intuito foi registrar a história para que outros trabalhadores a conhecessem e para que, em alguma medida, esses registros pudessem contribuir na organização de outros trabalhadores.⁶⁵

O Caderno foi organizado em nove tópicos a serem debatidos em reuniões ou encontros das Comunidades Eclesiais de Base. Nesses tópicos foram abordados os conflitos e a exploração a que os trabalhadores do reflorestamento eram diariamente submetidos, desde a chegada das reflorestadoras e a consequente mudança nas relações de produção. O texto denuncia o ideal de progresso que aprisiona o pequeno trabalhador ao invés de libertá-lo. Aprisiona, porque promove a perda da terra do pequeno sítio para as empresas que aumentavam suas cercas e iludiam pessoas simples com promessas de bons salários e progresso para todos. Além de relatar a movimentação que antecedeu a greve, o texto também discute os problemas e os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores em sua organização, suas pequenas conquistas até na decisão de greve pela assembleia geral. Percebe-se que, ao lembrar esse passado, o objetivo é conhecê-lo e apresentá-lo a outros. Assim, usando o passado como arma para transformar o presente, torna-se possível redimi-lo.⁶⁶ Significa, portanto, que ele não foi em vão.

As ações dos trabalhadores eram sempre desmanteladas pelos representantes das empresas de reflorestamento. Entretanto, mesmo nas situações adversas, os trabalhadores de São João do Paraíso, mantiveram seu sindicato e continuaram a promover encontros. A importância da Comissão Pastoral da Terra pode ser avaliada também quanto a momentos como esses em que, por meio dos seus jornais, davam destaque aos encontros e às pautas discutidas. Buscava-se divulgar a situação precária dos trabalhadores, assim como os principais assuntos debatidos nas reuniões – como a situação dos trabalhadores que lidavam

⁶⁵ HISTÓRIA das lutas dos trabalhadores rurais de Minas Gerais. **Comissão Pastoral da Terra**, Montes Claros, mai. 1984. Greve no Paraíso. Brochura. 34 p.

⁶⁶ LOWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

com o cultivo do eucalipto, tanto no plantio como na produção do carvão. Ambas as situações eram difíceis, pois os trabalhadores não conseguiam suportar o serviço por mais de seis anos.⁶⁷

A situação desses trabalhadores seguiu do mesmo modo em praticamente todos os cantos do Norte de Minas. As reflorestadoras eram constantemente acusadas de não cumprirem a legislação trabalhista, seja em Grão Mogol, Rubelita, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Taiobeiras ou qualquer outra. A situação de exploração agia como um combustível na organização da luta contra as empresas. Cerca de 400 trabalhadores, desta vez funcionários da Embaúba Florestal, na região de Grão Mogol, paralisaram as atividades entre 05 a 22 de abril de 1986, exigindo tratamento digno e o cumprimento da legislação trabalhista. A greve foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão Mogol, fundado em janeiro do mesmo ano.⁶⁸

A importância da CPT para a classe trabalhadora da região seguia sendo de fundamental importância. Sobretudo, porque os trabalhadores recorriam aos agentes da pastoral para auxiliá-los nas negociações em situações de conflitos, como ocorreu na Indústria Malvina S/A, em 1986, quando 1600 trabalhadores do corte da cana-de-açúcar paralisaram as atividades e promoveram um quebra-quebra nas dependências da empresa. Na tentativa de desmobilizar os trabalhadores, a Industrial Malvina criou um sindicato dentro da empresa com o objetivo de controlar e fiscalizar os trabalhadores.⁶⁹

Em 1992, na mesma Indústria Malvina S/A, um grupo de 2000 trabalhadores foram demitidos sem receber qualquer indenização. Os trabalhadores que ainda tinham vínculo com a empresa, cerca de 537 pessoas, viviam em condições sub-humanas, recebendo somente uma cesta básica como pagamento. Na área rural, o empregador mantinha em seus alojamentos cerca 865 trabalhadores sem nenhum tipo de assistência. Os trabalhadores reuniram-se em assembleia e decidiram entrar na justiça do trabalho.⁷⁰

Além dos enfrentamentos com os patrões, os trabalhadores também tinham que lidar com os conflitos internos de sua própria organização. Encontramos denúncias que

⁶⁷ ENCONTRO de assalariados do reflorestamento: Pelejando. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Contagem-MG: ano 2, n. 9, mai.-jun. 1984.

⁶⁸ TRABALHADORES rurais reagem contra a exploração: Integração. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Montes Claros: ano II, n. 16, jun. 1986. Vale ressaltar que o mesmo estava acontecendo com trabalhadores de Rubelita, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso.

⁶⁹ TRABALHADORES rurais reagem contra a exploração: Integração. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Montes Claros: ano II, n. 16, jun. 1986.

⁷⁰ IRREGULARIDADES na Indústria Malvina: Pelejando. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Contagem: ano X, n. 105, fev.-mar. 1993.

contestavam as ações dos órgãos de classe, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais. As acusações partiram da Comissão Pastoral da Terra e se referem, por exemplo, no caso da Fetaemg, a não apoiar os trabalhadores por ocasião da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).

Outra denúncia foi feita pelo Jornal *Pé no Chão*, editado pela Central Única dos Trabalhadores. Segundo o jornal, a Contag havia negado sua própria história ao optar por não realizar o congresso para escolher sua nova diretoria, que já estava no poder por mais de 20 anos. Em alguma medida, esses conflitos internos acabaram por prejudicar as ações dos trabalhadores, sobretudo por este ser um momento de formação de lideranças e de efetivação dos seus sindicatos.

O não cumprimento da legislação trabalhista foi um dos grandes enfrentamentos que a classe trabalhadora e suas organizações coletivas tiveram. Cumprir a lei foi uma tarefa “extremamente difícil” para os pecuaristas locais. Uma matéria veiculada pela Revista *Montes Claros em Foco*, em novembro de 1979, discutia a aplicação da legislação trabalhista na região. O título foi “O problema trabalhista: ameaça ou direito?” Consta da nota que “já houve até crime de morte, quando um fazendeiro matou seu empregado que queria receber pela terceira vez”⁷¹.

Apresentar este caso como um fato cotidiano foi, ao mesmo tempo, uma maneira de legitimar a fala dos fazendeiros e desqualificar as demandas dos trabalhadores. Para uma parcela considerável dos criadores de gado, a crise no campo teve uma causa muito distante do que fora experimentado pelos trabalhadores. Segundo a reportagem fazendeiros da região que anteriormente mantinham em suas propriedades vinte ou trinta famílias, naquela data (1979), mantinham uma ou duas. Isso, segundo os fazendeiros, acontecia porque a Legislação Trabalhista Rural era um “fantasma que ronda o campo”, pois permitia aos trabalhadores rurais reclamar seus direitos trabalhistas em qualquer época, caso se sentissem lesados pelo patrão.

Segundo a matéria, Edilson Brandão, pecuarista, agricultor e liderança em Janaúba, disse que “são estes direitos, infundáveis no tempo, que estão causando o esvaziamento no

⁷¹ O PROBLEMA trabalhista: ameaça ou direito? **Montes Claros em Foco**, Montes Claros, ano XII, n. 36, ago. 1979.

campo”. Ressaltou, inclusive, que “é mais seguro não ter o empregado”⁷², visto que a qualquer momento o fazendeiro poderia enfrentar causas trabalhistas que não terá como quitar. Opinião que foi compartilhada pelo advogado Eustáquio Cruzoé, de família tradicional na cidade. Nessa perspectiva, o esvaziamento no campo teve como causa a má conduta de trabalhadores rurais, mesquinhos e gananciosos, que usaram de ardil para enganar seus patrões e obter ganhos na justiça do trabalho.

Esse é o argumento sob o qual foi construída a matéria. Nas seis páginas que discutem o tema, as imagens do homem do campo – seja à frente de sua casa feita de adobe ou com um saco nas costas caminhando pela estrada de terra em direção à cidade – reforçam a ideia de que o problema do campo está na deficiência da legislação que regula as relações de trabalho. Nessa perspectiva, as “soluções” impostas pela legislação se resumem a “ser favelado na cidade ou ser bóia-fria no campo.”⁷³

1.2.2 A luta pela terra no Norte de Minas, “entre morrer de fome ou de tiro”

As investidas do governo – estadual ou federal – para modernizar a economia da região esbarraram nas necessidades dos moradores locais, causando um enorme descompasso entre estes e o poder público. Essa dinâmica proporcionada pelo ideal desenvolvimentista acabou por permear todas as relações estabelecidas, causando profundas transformações na vida do homem do campo. No Norte de Minas não foi diferente. Muitos trabalhadores não conseguiram lidar com essa situação e deixaram o campo, o que resultou na venda das terras a preços módicos. Outros tiveram suas propriedades tomadas por fazendeiros ou empresas que não mediram esforços para isso. O trabalho feito por Costa Filho, mencionado anteriormente, faz uma análise desses grupos sociais que habitavam essa região. Costa Filho ressalta que

trata-se de um povo numeroso, morador de 27 localidades ou grupos locais, situados na confluência dos municípios do centro norte-mineiro de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Catuti e Monte Azul. Segundo meus levantamentos de campo, ao todo são aproximadamente 5.000 pessoas, 650 famílias, muitas das quais coabitando e ocupando

⁷² O PROBLEMA trabalhista: ameaça ou direito? **Montes Claros em Foco**, Montes Claros, ano XII, n. 36, ago. 1979. 75 p. p. 56.

⁷³ *Ibid.* p. 58.

exíguas frações de terra dos seus ancestrais, em meio a grandes fazendas de pecuária extensiva. Não obstante o considerável contingente populacional e flagrante situação social, caracterizada a seguir, durante o levantamento bibliográfico e os trabalhos de campo constatei ser este povo marcado pela invisibilidade social e historiográfica.⁷⁴

Assim, expulsos de suas terras ou seduzidos pelo discurso do progresso, muitos foram morar nas pequenas cidades e passaram a trabalhar como assalariados nas empresas de reflorestamento, nos perímetros irrigados ou nas grandes fazendas de gado.

Ao confrontar a produção historiográfica com as fontes, podemos inferir que os projetos públicos para a região transformaram-na em um terreno minado, abrigando inúmeros conflitos. Existem projetos distintos sendo disputados nesse espaço, embora, por muito tempo, somente um deles tenha sido priorizado pela mídia e pela Academia. O desenvolvimento e o progresso tão propalados pela classe dirigente local não seguiu o seu curso original. Enquanto agentes do Estado e governos buscaram, por meio dos seus órgãos de ação, abrir frentes de expansão do capital no Norte de Minas, os trabalhadores buscavam manter-se na terra e dela viver. Mas, fazendo isso, atrapalhavam os planos do poder público para a região. O clima de tensão sempre foi muito evidente; era possível perceber – ao ler as páginas policiais dos jornais, ao conversar com os vizinhos que sempre contavam sobre um assassinato – uma cerca que fora aumentada, casas queimadas, trabalhadores demitidos, acidentes com caminhões que transportavam pessoas para o trabalho. Os trabalhadores se faziam presentes na mídia dessa forma.

Parte desse processo pode ser compreendido ao analisar o conflito de Cachoeirinha, antigo distrito de Varzelândia, na região de Jaíba. Esse se tornou o caso mais emblemático de luta pela terra no Norte de Minas.

Em 1967, 212 famílias de posseiros foram expulsas das terras que ocupavam havia décadas. Consta dos jornais que a retirada dos posseiros foi feita por “12 soldados armados com metralhadoras, acompanhados de vinte e tantos jagunços”. O ocorrido ganhou destaque na imprensa regional e nacional; antes disso, porém, já havia acontecido uma ação, em 1964, para tentar retirar os posseiros.⁷⁵

⁷⁴ COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p.11.

⁷⁵ Aproveitamos para aqui agradecer aos colaboradores da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas por nos ter cedido a cópia do processo. O processo a que nos referimos, foi impetrado na justiça por Georgino Jorge de Souza contra Adenilson Rodrigues Veloso. Segundo Georgino Jorge de Souza, Adenilson Rodrigues

As notícias veiculadas pela mídia sobre Cachoeirinha fazem os acontecimentos parecerem confusos, embora sua compreensão seja fácil. Entender a dinâmica que envolve essa questão é importante para se compreender a luta pela terra na região. Consta de jornais e também foi dito por pessoas que a propaganda sobre terras devolutas feita pelos agentes do Estado de Minas Gerais incentivou muita gente, a partir dos anos iniciais da década de 1960, a seguir em direção à região do Jaíba, em busca de seu pedaço de terra.

Isso está registrado no depoimentos de alguns dos posseiros que constam da ação penal impetrada contra Adenilson Rodrigues Veloso por Georgino Jorge de Souza e também através nas manchetes dos jornais.⁷⁶ Da página 211 desse processo, consta o depoimento de Norberto José Lopes, residente em Janaúba, 64 anos, natural de Castro Alves-BA, um dos posseiros expulsos em 1967. Norberto declara que perdeu 236 porcos castrados, em ponto de engorda; dez hectares de milho plantado, seco, pronto para a colheita. Norberto falou também sobre João Francisco de Jesus que, assim como ele, também teve suas lavouras de mamona saqueadas. Elas estavam estimadas em mais de 30 mil quilos. João Francisco tinha lavoura de arroz, milho e feijão e também criava porcos. Além de João Francisco, cita-se, também, os nomes de Pio Miguel da Silva, Joaquim da Esperança, Belchior Alves Felício e Marinho; todos perderam suas lavouras.⁷⁷

Os autos do processo, assim como as matérias veiculadas pelos jornais e anexadas ao processo, dão conta da chegada de posseiros a partir de 1963. Não informam sobre os descendentes de escravos ou os nativos que habitavam a região há mais de 100 anos, ou

Veloso, ao defender os posseiros, teria ofendido a sua honra proclamando impropérios e inverdades. Em sua defesa, Adenilson anexou inúmeros recortes de jornais com matérias sobre o despejo dos posseiros, além de outros materiais produzidos pela Comissão Pastoral da Terra. O objetivo de Adenilson foi deixar claro que os “impropérios e as inverdades” foram ditas primeiramente por outros e por muitas pessoas e eram de conhecimento público. Cf. MINAS GERAIS. Processo-crime. **Vara Criminal de Montes Claros**, Montes Claros, 1981. 330 p. p. 68-70.

⁷⁶ Para entender um pouco mais sobre a questão das terras em disputa em Cachoeirinha, consideremos que consta dos autos do processo que pertenciam, legalmente, a uma antiga família da região, com muitos herdeiros. Quando as terras foram divididas, Konstantin Christoff, um dos herdeiros, vendeu sua parte e os direitos que tinha sobre os espólios de seu pai e irmãos para Manoelito Maciel Salles, fazendeiro em Vitória da Conquista, e Sebastião Alves da Silva, bancário em Montes Claros. Também consta das páginas do processo que ambos, Manoelito e Sebastião, estavam interessados nos incentivos públicos para implantação de empresa rural. O Cel. Georgino, ex-comandante do 10º. Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, foi constituído procurador dos adquirentes com o objetivo de reaver o direito de propriedade. As ações de Georgino Jorge de Souza, advogado dos adquirentes, desembocou em dois projetos de despejo violentos, segundo os posseiros. Um desses processos está disponível no site do Arquivo Público Mineiro, em página relativa aos documentos do DOPS. O outro processo refere-se à queixa-crime impetrada por Georgino Jorge de Souza contra o advogado dos posseiros Adenilson Rodrigues Veloso. O processo de Georgino, impetrado em 1982, faz uso dos documentos e testemunhos do processo anterior, ocorrido em 1973. MINAS GERAIS. Processo-crime. **Vara Criminal de Montes Claros**, Montes Claros, 1981. 330 p. p. 84-86.

⁷⁷ SOUZA, Georgino Jorge de. Queixa-crime contra Adenilson Rodrigues Veloso. In: MINAS GERAIS. Processo-crime. **Vara Criminal de Montes Claros**, Montes Claros, 1981. 330 p.

quando mencionam, o fazem de forma muito discreta. A ideia foi qualificar os posseiros como aventureiros ou interesseiros. O que é apresentado sobre Norberto José Lopes evidencia um pouco disso.

casado, lavrador, residente e domiciliado nesta cidade de Janaúba [...] que desde o ano de 1959, vindo de São João da Ponte, reside no município de Janaúba; que veio para Janaúba pelo fato de sua esposa possuir um pequeno comércio neste município e haver necessidade de estar próximo do mesmo; que no correr do ano de 1963, quando já era pai de dois filhos e dedicava-se ao comércio de sua esposa [...] que constituía-se de uma loja de tecidos, tomou conhecimento através da leitura do Jornal Estado de Minas, que o Governador Magalhães Pinto declarara que as terras da região de Cachoeirinha, no Município de Varzelândia, [...] eram devolutas, pertencentes ao Estado; que assim sendo, dispôs-se, assim como inúmeras outras pessoas a dirigir-se para a região de Cachoeirinha, a fim de apossar-se de um pedaço de terreno e cultivá-lo, que, esclarece, ainda quando no município de Janaúba, dedicava-se também ao cultivo de um pedaço de terreno com 3.600 m², pertencente à sua esposa Marieta Antunes Vieira; que na região de Cachoeirinha, ocupou um terreno de cerca de cinquenta alqueires.⁷⁸

A região de Cachoeirinha, segundo definiu o antropólogo João Batista de Almeida Costa, era o “Território negro do Jahyba”, e compreende Brejo do Amparo, Morrinhos, atual Matias Cardoso e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, atual Brasília de Minas, São José do Gorutuba, Porteirinha e Tremedal, hoje Monte Azul. Nesses espaços, vivem, segundo Costa, povos quilombolas, sendo que uma dessas comunidades, Brejo dos Crioulos, foi constituída por remanescentes de quilombos e está há mais de cem anos na região.⁷⁹

Portanto, a região já era habitada por descendentes de escravos e índios. Por isso, a forma como foi conduzida as investigações acerca do conflito em Cachoeirinha permite-nos inferir que os posseiros foram apresentados como desvinculados da terra, contribuindo para uma imagem negativa deles na sociedade. A luta dos posseiros de Cachoeirinha para reaverem suas terras se estendeu por quase 20 anos, sendo resolvida pela Justiça em 1986, quando os trabalhadores foram legalmente assentados em suas antigas terras.

Apesar de Cachoeirinha ter chamado, com mais ênfase, a atenção da imprensa e das autoridades, existiam outros conflitos no Norte de Minas, como mostram os quadros 2 e 3 a seguir. A violência praticada por fazendeiros e empresas produziu muitas mortes na região.

⁷⁸ Ibid. p. 211.

⁷⁹ COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros**: englobamento, exclusão e resistência. 2003. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

Assassinatos e desrespeito aos direitos humanos, somam alguns dos ingredientes que compunham essa realidade. Situação que foi denunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro, por meio do Jornal *CORRENTE* de dezembro de 1981.⁸⁰

O Encontro promovido pelo Sindicato, aconteceu entre os dias 28 e 29 de novembro e contou com a presença de 80 lavradores da zona rural de Buritizeiro e de Delegações de Montes Claros, Unaí, Manga, João Pinheiro, Janaúba e Jequitaiá. O objetivo foi discutir os problemas que afligiam a região. O evento foi organizado de forma que todos os lavradores pudessem expor suas opiniões. Nos dois dias de debate, concluíram que tudo havia piorado. A questão considerada como mais séria referia-se à posse da terra e à luta desigual que os lavradores enfrentavam na justiça contra as “poderosíssimas firmas” que, segundo eles, lançavam mão dos mais “escusos recursos para dobrá-los, usando muitas vezes a violência, queimando barracos, espancando colonos, quando se trata de expulsá-los da posse”.⁸¹

O grupo de trabalhadores também analisaram a situação enfrentada pelos lavradores que deixam a roça para seguirem em direção à cidade, sobretudo devido à falta de preparo para lidar com as coisas próprias das cidades. Os altos preços dos gêneros de primeira necessidade ocasionados pela importação de alimentos também esteve na pauta do Encontro, principalmente naquele momento, em que as lavouras deram lugar aos milhões de pés de eucaliptos. Em maio de 1982, o mesmo jornal *CORRENTE* destacou uma matéria sobre a violência da Plantar. Segundo informou o jornal, o deputado Cássio Gonçalves (PMDB) denunciou, em 27 de abril de 1982, a empresa de Reflorestamento Plantar S/A. Segundo consta do *CORRENTE*, a Plantar, “desde 1974, vem desenvolvendo uma verdadeira guerra contra humildes posseiros, no município de Buritizeiro, expulsando-os de suas terras à base da violência”.⁸²

Segundo os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra no ano de 1985, Minas Gerais apresentava 65 áreas de conflitos de terra com grande índice de violência. Foram cinquenta trabalhadores mortos, cinco feridos, cinco presos. Os conflitos atingiram 21.123 pessoas, em uma área de 100.953 hectares, com um número elevado de ameaças de

⁸⁰ LAVRADORES discutem reflorestamento. *Corrente*, ano V, n. 61, Pirapora, dez/1981. O *CORRENTE* foi um periódico de circulação na cidade de Pirapora e, possivelmente, na região. Em suas páginas eram publicadas entrevistas, reportagens, contos, poesias e crônicas, dentre outros.

⁸¹ Ibid.

⁸² CÁSSIO denuncia ação violenta da plantar. *Corrente*, Pirapora, ano V, n. 66, mai./1982.

morte.⁸³ Nos primeiros anos da década de 1990, os dados da Comissão Pastoral da Terra dão conta de 86 conflitos na região. Abaixo, trazemos alguns dados sobre esse ambiente.

Quadro 2 – Conflitos de terra no Norte de Minas
Áreas desapropriadas sem imissão de posse

Município	Local do conflito	Famílias	Área (ha)	Data	Decreto
1) Januária	Faz. Capivara	67	2850	03/06/88	96131
2) Joaquim Felício	Faz. Catoni	75	7.797	03/06/88	96126
3) Manga	Faz. Ressaca		6695	15/01/87	93937
4) Monte Azul	Faz. Poço da Vovó	09	3338	05/07/89	97912
5) São Romão	Faz. Vargem Grande		1171	22/07/88	96397
6) Ubaí	Faz. Pacuí		5290	22/05/89	97771
7) Varzelândia	Várias fazendas – Cachoeirinha	100	8423	02/04/86	92509
Município	Situação do local do conflito				
1) Januária	Pendente na justiça. Classificada como empresa rural.				
2) Joaquim Felício	Contestado judicialmente. Classificada como empresa rural. Mantém o conflito. Fazendeiro ganha a liminar, mas a ação do despejo é contestada pelo STR Bocaiúva, que impede o despejo				
3) Manga	Processo adm. suspenso por medida cautelar. Potencial para 120 famílias.				
4) Monte Azul	Sem imissão na posse, mantém o conflito. Famílias ocupam a área.				
5) São Romão	Contestada na justiça				
6) Ubaí	Contestada na justiça				
7) Varzelândia	Contestada na justiça desde 1986				

Fonte: Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993, 44 p.

⁸³ CONFLITOS de terra no Brasil. Comissão Pastoral da Terra, 1985. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/266?Itemid=23>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

Quadro 3 – Áreas desapropriadas com imissão na posse e em fase de assentamento

Município	Local do conflito	Famílias pessoas	Área (ha)	Data	Decreto
1) Januária	Faz. Picos	46	9054	21/09/89	98153
2) Montalvânia	Faz. Vaca Preta		5431	21/09/89	98165
3) Manga	Faz. Agrivale e Mocambinho Jaíba I	295	20577	22/09/86	93302
4) Manga	Faz. Manga ou Japoré	25	6509	10/08/87	94753
5) São Romão	Faz. São João Boqueirão	33	17348	04/09/87	94840
6) São Romão	Faz. Brejo Verde Logradouro		3322	05/08/88	96508
7) São Romão	Reserva Logradouro ou Projeto Sagarana	120	8000	1960	Colonização Incra
8) São Romão	Faz. Vereda grande	127	7229	13/10/83	88860
9) São Francisco	Faz. Morrinhos ou Água Branca	32	1170	21/06/89	97856
10)Varzelândia	Faz. Caitité	10	964	03/1987	Compra
11)Varzelândia	Faz. Córção ou Boa Esperança	33	2420	29/08/88	96439
Município	Situação				
1) Januária	Imissão na posse sem projeto de assentamento				
2) Montalvânia	Imissão na posse em 04/04/1990				
3) Manga	Com imissão na posse em 22/09/87, sem projeto de assentamento. Estima-se potencial de 4100 beneficiários.				
4) Manga	Imissão na posse em, 16/03/88, ainda ocupada pelo proprietário. Potencial para 238 beneficiários.				
5) São Romão	Imissão na posse em 28/07/88, mas ocupada por grileiro. Potencial para 506 beneficiários.				
6) São Romão	Imissão na posse em 15/04/89. Potencial para 126 beneficiários.				
7) São Romão	Sem projeto parcelamento para novos colonos. Procera/88 30.000 OIN's				
8) São Romão	Imissão na posse em 19/10/85. 1990 – Projeto parcelamento aprovado, mas parado. Ainda não concretizado as reivindicações do projeto de assentamento: 07 escolas, 01 posto de saúde, 45 km de estradas, 07 poços artesiano e divisão da área em 194 lotes.				
9) São Francisco	Imissão na posse em 05/11/91				
10)Varzelândia	Projeto parcelamento aprovado				
11)Varzelândia	Imissão na posse em 14/02/89, aprovado projeto parceladamente. Potencial para 100 famílias. PROCERA/1989.				

Fonte: Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993, 44 p.

A violência no meio rural foi noticiada em diversos meios de comunicação, mas principalmente pelos jornais produzidos pelas CEBs, CPT, Pastoral Operária, o Integração e o Pelejando. Em 1984, foi assassinado o líder sindical Eloy Ferreira da Silva, no município de São Francisco. A morte de Eloy, considerado, na época, um dos maiores líderes sindicais do

Norte de Minas, foi mencionada em praticamente todas as edições dos boletins informativos da Comissão Pastoral da Terra, durante os anos de 1980, ao lado de outros que morreram na luta pela terra.⁸⁴

Nesse ambiente de permanente tensão e conflito, é preciso considerar o fato de que muitos dos pequenos proprietários rurais não tinham e não têm como comprovar a posse da terra, recebida muitas vezes por meio de herança. Assim foi com a família de José Adão quando, em 1980, deixou a zona rural, no entorno de Montes Claros. Seu Dedé, como é chamado, questionado na entrevista sobre se tinham vendido o sítio quando vieram para a cidade, respondeu:

Vendeu... era muito pequeninim e tinha uns problema. Terra de papai era tudo enrolada e depois que nós vendeu lá já deu confusão. Até hoje (2009) ainda tá enrolado.

Valéria: Tem escritura não?

José Adão: Tem nada... tem não. A maioria lá não tem. Na região lá (Fazenda Cabeceiras) a maioria dos pequeno sitiante não tem não. Papai mesmo começou a mexer... já mataram um lá... um fazendeiro, eu fui testemunha dele, porque na época que ele matou o cara, eu morava lá ainda, depois que ele matou o cara que eu fui testemunha dele, porque eu vi na hora... vi quando ele matou o cara. Quem matou ele não. Na época que eu já tava aqui, mataram ele lá. Ele era boa pessoa... mas esse negócio de terra dá morte demais, agora mesmo nessa fazenda Lapa Grande. [...] Eles quer fazer um parque florestal, um trem lá... sei que deu uma confusão danada. Esse povo, eles pode. Mas tem que pagar o cara bem pago, dá uma casa aqui. Vem cá... e a fazenda de Afrânio Nogueira? Que tem lá pertim? Finado Afrânio Nogueira... é rico, uma fazenda boa. Eu quero ver se eles vão desapropriar essa fazenda... cheia de gado. Tem uma dona que mora aqui que vendeu o dela lá pra Luis Pires que é tudo rico... eu quero ver se eles vai desapropriar esse povo.⁸⁵

Ao fim da fala de Seu José Adão, sua esposa, dona Lia concluiu: “esse povo que tem dinheiro pode fazer isso, né... é perigoso tomar... porque, de primeiro os fazendeiro tomava as fazenda dos que era mais pobre, né”. A falta da escritura sempre foi algo comum, e mesmo que a posse da terra fosse amparada pela lei do usucapião, os pequenos sitiante não

⁸⁴ Foi criado em Belo Horizonte o centro de documentação Eloy Ferreira da Silva para organizar e registrar a memória e a história dos trabalhadores que lutaram pela terra em Minas Gerais.

⁸⁵ ADÃO, José. **José Adão**: depoimento [jul. 2008]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: casa do entrevistado, 2008. Formato mp3 (1h 30 min). Entrevista concedida à autora.

conseguiam ou não sabiam como proceder para ter acesso a ela.⁸⁶ Considerando a fala de seu José Adão, em que constata que “esse negócio de terra dá morte demais”, para muitos foi preferível vender a terra e não correr maiores riscos. Sobretudo em situações em que as relações estabelecidas eram, como bem observa dona Lia, de extrema desigualdade.

Consta dos periódicos da CPT que a empresa Adiflar, situada em São Francisco, Norte de Minas, teria invadido, em junho de 1984, a posse de Faustino Lopes de Oliveira. A cerca foi cortada e outra foi colocada de forma a diminuir a propriedade do trabalhador. A denúncia foi feita pela Comissão Pastoral da Terra.⁸⁷ De outro boletim (1988) consta uma nota do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacarambi e Januária, relatando que um posseiro havia sido baleado em Itacarambi, por um grileiro. A nota do Sindicato informa que o motivo teria sido porque o trabalhador havia vencido na Justiça uma ação de manutenção de posse.⁸⁸

Em 04 de janeiro 1987, trabalhadores rurais da região de Barra do Guaicuí, em um total de 106 trabalhadores liderados por José Sétimo dos Santos, escreveram uma carta aos deputados Armando, Ronan Tito e Leopoldo Bessoni, em visita à região. A carta foi escrita à mão pelo Sr. José e, nela, ele pede que seja feita a Reforma Agrária, pois esse era o grande sonho dos trabalhadores, de modo que pudessem ter pão para comer. Os trabalhadores queriam que as fazendas “Tanque e Bomfim”, fossem desapropriadas.⁸⁹

Os conflitos também aconteceram em virtude da desapropriação de comunidades inteiras para criar os perímetros irrigados. Em 1984, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba convocou os moradores da região para uma Assembleia que aconteceria no dia 29 de julho. A finalidade seria debater a situação de mil famílias que moravam à margem esquerda do Rio Gortuba e que seriam desapropriadas pela Codevasf. As duas mil famílias que moravam do lado direito já haviam sido desapropriadas pela mesma Codevasf na década de 1970. Segundo informa a nota, essas famílias foram jogadas em favelas, a terra foi entregue a fazendeiros e uma pequena parte teria sido reservada para colonização. Agora a Codevasf

⁸⁶ A lei do Usucapião na Constituição Federal de 1934, destinada a promover melhoria na vida do trabalhador rural, estabelecia que a extensão da terra poderia ser de até 10 ha, com posse por 10 anos contínuos. Já com a Constituição de 1946, em seu artigo 156, determinou-se uma área de 25 ha. Em 1964, com o Estatuto da Terra, no artigo 98, temos uma extensão de terra de 100 ha. Em 1981, a lei 6.969, estabeleceu uma área não excedente a 25 ha. Com a Constituição Federal de 1988, o tempo para usucapião passou a ser de 5 anos e a extensão não superior a 50 ha.

⁸⁷ DENÚNCIA contra a firma Adiflar em São Francisco. Pelejando. Jornal das Cebs, PO, CPT de Minas Gerais, ano 2, n. 10. Jul./ago. 1984.

⁸⁸ POSSEIRO baleado em Itacarambi. Pelejando. Jornal das Cebs, PO, CPT de Minas Gerais CPO de Minas Gerais. Contagem-MG, n. 49, fev. 1988.

⁸⁹ SANTOS, José Sétimo dos. **Carta aos deputados**. Barra do Guaicuí. 04 jan de 1987. Arquivo Comissão Pastoral da Terra.

pretendia retirar as famílias restantes. O impasse se deu porque as famílias não aceitaram a “oferta”. Essas desapropriações tinham como propósito a continuação da implantação do perímetro irrigado do Gorutuba.⁹⁰

A luta pela terra no Brasil e os conflitos que envolveram as transformações no campo evidenciam algumas questões importantes. Uma delas, talvez a principal, é que os agentes do Estado nunca se preocuparam efetivamente em promover uma reforma agrária. Segundo Francisco de Oliveira, na era Vargas a agricultura no Brasil foi mantida ativa, mas nunca estimulada.⁹¹ Posteriormente temos os grandes investimentos para a modernização do campo, mas nada que indicasse a realização de uma reforma agrária. Quando um governo sinalizou a possibilidade de uma reforma agrária o setor conservador do país respondeu com um golpe civil-militar.

Nesse sentido, tanto a marcha para o oeste promovida por Getúlio Vargas em fins da década de 1930 como os grandes projetos de irrigação implantados no Norte de Minas nas décadas de 1970 foram uma saída para não se efetivar a reforma agrária. Também, o governo de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XX, passa a incentivar a ida de trabalhadores para a região de Jaíba, Norte do Estado, ao mesmo tempo em que concede grandes extensões de terras para os grandes empreendimentos agrícolas nessa mesma região. Essas transformações sociais impostas pelos agentes capitalistas promoveram mudanças profundas no campo. Nesses enfrentamentos, os agentes do Estado federal e também dos governos estaduais se posicionaram ao lado dos interesses capitalistas, mas se esqueceram de avisar aos trabalhadores. Estes, mesmo que de forma precária, se organizaram para lutar por seus direitos.

O período de maior investimento do poder público na região aconteceu entre os anos de 1975 e 1985. Nesse período, existiu um sistema de monitoramento sobre a região conduzido por órgãos públicos interessados em manter a “paz e tranquilidade” da região, livrando-a das influências comunistas. Principalmente porque um ambiente conflituoso se colocava contra os objetivos do governo para a região, pois afastava possíveis investidores.

Isso pode ser constatado ao verificarmos uma correspondência emitida pelo escritório da Sudene em Montes Claros à Assessoria de Segurança e informações da Sudene (ASI), que estava sob os cuidados do Coronel João Batista Ramos Lima. Trata-se de um ofício

⁹⁰ CODEVASF ataca Janaúba. Pelejando. Jornal das Cebs, PO, CPT de Minas Gerais. Contagem: ano 2, n. 10, jul./ago. 1984. Os projetos de perímetros irrigados de Janaúba estão sendo estudados por Auricharme Cardoso de Moura, em tese de doutorado em História Social, na Universidade Federal de Uberlândia.

⁹¹ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

informando sobre a situação de Cachoeirinha. Consta do relatório, qualificado como secreto e confidencial, que “começa a ser esboçado um movimento por parte de elementos reconhecidamente de tendências esquerdistas, no sentido de dificultar a vinda de grande grupos para a região conhecida como Jaíba dentro de nossa área de atuação”.⁹² Segundo informa o relatório, havia um esforço conjunto entre Estado e órgãos federais para criar um ambiente propício para investidores nessa região do país. No entanto,

agitações e arbitrariedades [...] faz com que vários empresários interessados em ali adquirir terras para seus projetos, fiquem intranquilos, temendo problemas com relação a posse e uso das terras que por eles venham a ser adquiridas.⁹³

O relatório ainda aponta a grande cobertura dada pela TV Globo-MG, em cadeia nacional, veiculando entrevistas com posseiros, em que estes afirmaram que “soldados da Polícia Militar mineira metralharam crianças, filhos de posseiros”⁹⁴. Essas denúncias criavam uma imagem negativa para possíveis investidores, o que acabava atrapalhando os planos dos agentes do Estado para a região.

Ao que nos parece, a Sudene colaborou ativamente com o aparelho repressor do governo Militar no sentido de mantê-lo informado sobre esses conflitos ocorridos no Norte de Minas e na tentativa de calar essas vozes. A existência da Assessoria de Segurança e Informações sugere a magnitude dos projetos implantados no local e o compromisso dos agentes envolvidos, sejam estes empresários, órgãos públicos ou privados, em torná-los bem sucedidos. O que nos leva a inferir que os objetivos dos agentes do Estado para a região se inserem em uma dinâmica maior, que vai além de proporcionar um desenvolvimento econômico, mas está centrado também na organização social e espacial.

⁹² ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. DOPS. Pasta 1065. Busca geral “Gerogino Jorge de Souza”. p. 28-30. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Ibid.

1.3 O caminho da mudança

Para muitos, deixar o campo nem sempre foi uma opção, mas sim uma necessidade que se impôs diante de uma situação extrema. Nesse sentido, a cidade passa a ser encarada como a única alternativa, tornando-se a oportunidade de estudo para os filhos e, talvez, sua própria redenção. Essa é uma questão que passa pela compreensão da sociedade em que vivemos e também pela compreensão de seus valores hegemônicos. Um desses valores é a educação escolar. A importância dispensada à educação enquanto salvadora é reiterada constantemente. Nas relações estabelecidas socialmente, a educação é apresentada como condição para se obter sucesso, é o caminho para uma vida satisfatória, uma vida diferente do que fora outrora.

Um de nossos entrevistados, o Sr. Humberto Leal, fornece-nos a dimensão deste significado. Perguntei se ele havia sentido muita diferença quando chegou em Montes Claros. Sua resposta foi longa e muito detalhada, focando sobretudo nas dificuldades da vida na cidade. Ao fim da questão concluiu que “se eu tivesse hoje um estudo mais elevado eu seria outra pessoa, né?”. Entretanto, Humberto também reconhece a importância de se ter um capital social, que, somado à educação escolar, poderia significar melhorias em sua vida: “talvez pela amizade que eu tenho eu tava mais bem colocado, ganhava um pouquinho mais, que aí dava pra me manter”.⁹⁵

Essa concepção de educação como salvadora e redentora está presente na vida das pessoas e torna-se mais forte quando é confrontada com um passado “fracassado”. Por isso, é preciso dar aos filhos a oportunidade que lhes foi negada, ou ainda, faz-se necessário seguir um caminho diferente daquele trilhado pelos pais. A fala de José Adão, mencionado acima, foi nesse mesmo sentido. Quando falava sobre sua vida na cidade e sobre como construiu sua casa, concluiu que “fui fazendo devagarzim”. Sobre os filhos, ressaltou que “formei meus filho no segundo grau, o que eu pude fazê eu fiz”.⁹⁶ A educação e o trabalho, como forma de ganhar honestamente o sustento, podem ser entendidos como alguns dos valores hegemônicos de nossa sociedade. Ao se referir à sua vida na zona rural, Humberto ainda disse que a sua permanência na roça o impedia de trabalhar e estudar. Ressaltou que “cê ficava indeciso e

⁹⁵ LEAL, Humberto. **Humberto Leal**: depoimento [jan. 2009]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: casa do entrevistado, 2009. Formato mp3 (1 h 40 min). Entrevista concedida à autora.

⁹⁶ ADÃO, José. 31 **José Adão**: depoimento [jul. 2008]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: casa do entrevistado, 2008. Formato mp3 (1h 30 min). Entrevista concedida à autora.

aquele negócio da gente acostumar tanto com aquela rotina do dia a dia, cê acabava desinteressando do lado melhor que era os estudo, né, que tinha que preocupar”.⁹⁷ A percepção de Humberto sobre o seu passado só faz sentido agora diante das oportunidades perdidas devido ao pouco estudo. É nesse sentido que o hegemônico é vivido e compartilhado em um terreno comum, em que predominam interesses convergentes e divergentes, assimilações e resistências.

Certamente, para Humberto, essa não foi uma decisão fácil, porque, ao lembrar, suas palavras saíram carregadas de emoção. Humberto veio para Montes Claros em fins da década de 1980. Deixou parte de sua família no distrito de Miralta, localizado próximo a Montes Claros. Veio seguindo os passos do irmão Jenival, que, segundo ele, mesmo sendo mais novo, “sempre acordou mais cedo”. A figura de Jenival é marcante na vida de Humberto e isso está presente em sua narrativa. O irmão é uma referência. Certamente a experiência de Jenival na cidade significou a possibilidade de vitória em meio às adversidades. Ao falar sobre o irmão, Humberto deixa transparecer toda sua admiração e respeito.

Quando ele veio pra cá, minha filha, ele não tem vergonha de falar, se cê conversar com ele... cê admira, ele rastava chinelo de dedo, as vez o chinelo quebrava o botão e ele colocava um grampim e ia pra escola, e com isso hoje ele conseguiu chegar pelo menos uma parte do que ele queria.⁹⁸

Assim como Humberto buscando alternativas para a escassez enfrentada no campo, centenas de trabalhadores deixaram a zona rural em direção às cidades, na esperança de mudanças, que, mesmo sendo poucas, para eles foram significativas. Pudemos perceber isso quando estávamos escrevendo nossa dissertação de mestrado. Quando estávamos produzindo as entrevistas, tivemos a oportunidade de conversar com 16 pessoas. Todos trabalhadores ou ex-trabalhadores da indústria têxtil de Montes Claros. Desses 16 entrevistados, encontramos dois trabalhadores que saíram de suas cidades antes da década de 1960. Oito desses trabalhadores vieram para Montes Claros entre 1970 e 1990. Os outros seis disseram ter nascido na cidade. Todos os que deixaram sua cidade afirmaram ter saído em busca de melhorias. Talvez por isso, tudo que foi conseguido, embora seja pouco para muitos, para eles tornou-se motivo de orgulho e satisfação.

⁹⁷ ADÃO, José. 31 **José Adão**: depoimento [jul. 2008]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: casa do entrevistado, 2008. Formato mp3 (1h 30 min). Entrevista concedida à autora.

⁹⁸ LEAL, Humberto. **Humberto Leal**: depoimento [jan. 2009]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: casa do entrevistado, 2009. Formato mp3 (1 h 40 min). Entrevista concedida à autora.

O ir e vir de pessoas em Montes Claros e no Norte de Minas é algo anterior à Sudene, mas se intensificou com a integração da região à sua área de abrangência. A pesquisa feita por Edi de Freitas Cardoso Junior é uma das que verificam uma movimentação na cidade, já nas primeiras décadas do século XX.⁹⁹ Durante a década de 1960, os dados do IBGE para Montes Claros apontavam que 85.971 pessoas moravam na zona rural e 45.531 moravam na zona urbana. A partir dos anos de 1970 ocorre uma inversão nesses números e a cidade passa a ter 85.154 e o campo 31.332 pessoas.¹⁰⁰

Durante o século XX, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural e passou a ter a maioria da população nas cidades. Essa migração se intensificou na segunda metade do século passado. O avanço do capitalismo no campo, principalmente com as reflorestadoras e com as grandes empresas agrícolas, expulsou o pequeno proprietário que, em muitas ocasiões, se viu obrigado a vender seu pequeno pedaço de terra e migrar de uma cidade para outra buscando emprego ou outras oportunidades.

Encontramos em jornais locais daquele período algumas referências à construção de casas e conjuntos habitacionais na cidade, sobretudo em Montes Claros.¹⁰¹ Talvez tenha esse sido um dos motivos que atraíram Domingos Lopes Martins, deficiente físico, nascido em Januária, em 1937. Até os 21 anos, Domingos trabalhou na roça. Em fins da década de 1950, deixou a zona rural e se estabeleceu em Manga, onde trabalhou como barbeiro por 30 anos.

Em 1988, ficou desempregado e resolveu tentar a sorte em Montes Claros. Sem condições financeiras para comprar ou alugar uma casa, foi viver sob marquises ou em espaços vazios, ficando nessas condições por cinco anos. Em março de 1991, estava vivendo em um lote vago, na rua Melo Viana, no bairro Morrinhos, próximo ao centro da cidade,

⁹⁹ Montes Claros e seu desenvolvimento industrial, bem como o crescimento demográfico, foi discutido pelos autores abaixo:

CARDOSO JUNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRAGA, Maria Angela Figueiredo. **Industrialização da área mineira da SUDENE**. Um estudo de caso: Montes Claros. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

OLIVEIRA, Marcos Fabio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, L. et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000. p. 13-103.

Outro trabalho importante foi a tese de PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁰⁰ FRANÇA, Iara Soares. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

¹⁰¹ LEITE, Valéria de Jesus. Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 2010.152 f. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas e Artes. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

quando o proprietário pediu que ele desocupasse o lote. Sem trabalho, seguiu para o bairro Santa Lúcia com a mulher, quatro filhos e um neto de 2 meses, onde conseguiu um lote com a prefeitura. De posse do terreno, Domingos armou sua barraca, mas logo se viu desabrigado, pois um dos funcionários da Secretaria de Ação Social o expulsou do lote para repassar a outra pessoa. Esse caso foi publicado no *Jornal do Norte* em 16 de abril de 1991, devido a denúncias dos moradores a um vereador local.¹⁰²

Foi buscando conter a ida de trabalhadores como Domingos Lopes Martins para os grandes centros que o governo federal se viu obrigado a controlar a migração. Para isso, foi criado o programa Cidades de Porte Médio, em fins da década de 1970. Esse programa foi pensado com o objetivo de “conter os dois grandes fluxos migratórios do país, ou seja, do sul para o centro-sul e do norte para o centro-sul”¹⁰³, em municípios considerados estratégicos e com condições para absorver o fluxo de pessoas que migravam em direção às capitais do centro sul. Os recursos seriam captados pelo Ministério do Interior por meio do Conselho de Desenvolvimento Urbano junto ao BIRD, uma das instituições que formam o Banco Mundial. O Banco Nacional de Habitação e o governo do Estado completariam a parceria.

Para implantação do Programa em Montes Claros foi firmado um convênio com a Prefeitura. O Programa ficaria sob a gerência da Superintendência de Apoio aos Municípios, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento.¹⁰⁴ Segundo noticiou o *Diário de Montes Claros*, os recursos obtidos com o Programa seriam utilizados para a retificação do Rio Vieira, construção da rodoviária, Centro Administrativo e várias obras de infraestrutura urbana.¹⁰⁵

Entre 1960 e 1980, a população do município de Montes Claros cresceu de forma acelerada. Esse aumento expressivo de novos moradores era composto por habitantes em condições precárias ou sem nenhuma condição financeira, morando em construções deficientes em morros, à beira das rodovias ou em áreas de risco. Essa foi uma realidade nacional, principalmente nas últimas décadas do século passado. Situação só se agravou com o decorrer dos anos.

¹⁰² VEREADOR critica tratamento que a Ação Social dá aos sem casa. *Jornal do Norte*, Montes Claros, 16 abr. 1991. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

¹⁰³ PROGRAMA Mineiro de Cidades de Médio Porte. *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 09 out. 1977. Arquivo particular de Américo Martins Filho. Cf. também: MONTES CLAROS recebe Cr\$ 7,1 bilhões. *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 28 nov. 1984. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

¹⁰⁴ OLIVERIA, Evelina Antunes F. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste*. Maceió: Edufal, 2000. 216 p.

¹⁰⁵ PROGRAMA Mineiro de Cidades de Médio Porte. *Diário de Montes Claros*, Montes Claros, 09 out. 1977. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

Em um ambiente como esse, a aquisição da casa própria passou a ser o objetivo perseguido por todos aqueles que não dispunham de um teto. Tornou-se, portanto, o grande sonho da classe trabalhadora. Mesmo com a constante e crescente mobilização popular em prol desse objetivo, esse desafio nunca foi tratado de forma efetiva pelos governos. Em Montes Claros, especialmente para quem chegava de outros lugares e para a classe trabalhadora pobre já estabelecida na cidade, a situação sempre foi difícil devido aos altos preços dos aluguéis e materiais de construção.

Em todo o Brasil, como dito, os movimentos populares se organizaram para reivindicar melhores condições de vida entre as décadas de 1970 e 1980, com grande apoio das Comunidades Eclesiais de Base e pastorais da Igreja Católica. Os debates e reflexões que aconteciam em torno dessas questões ocorriam nos salões paroquiais, nas casas dos trabalhadores, ou em reuniões sindicais. Uma das principais lutas se deu mesmo em torno do problema habitacional nas cidades, com importante atuação do Movimento de Defesa dos Favelados (MDF). Esse movimento foi criado na década de 1970, na região Belém, na grande São Paulo, com os participantes formando pequenos grupos para reflexão e debate. Posteriormente, o grupo passa a contar com a presença de missionários irlandeses, padres e irmãs, apoiados e incentivados pelo bispo local.¹⁰⁶

Com o tempo, o MDF estabeleceu relações com outras experiências de organização dentro da própria cidade de São Paulo, como o Movimento de Favelas de Santo André. O trabalho acontecia “num espírito de reflexões e orações” o que levou a um primeiro passo para a discussão dos problemas locais e suas possíveis soluções.¹⁰⁷ A legalização institucional do MDF aconteceu em 1985, quando este se tornou referência para o restante da cidade e também para o Brasil como um todo. No Norte de Minas, o MDF já estava atuando desde 1984.

No decorrer da década de 1970, em Montes Claros, alguns programas de habitação foram anunciados pelo poder público municipal em parceria com o Banco Nacional de Habitação, mas nunca foram suficientes. A revista *Montes Claros em Foco*, em agosto de 1979, veiculou uma matéria ressaltando os problemas sociais na cidade. O título foi “as favelas invadem a cidade”¹⁰⁸, e a reportagem enfatizava os problemas relacionados ao aumento populacional e a sua implicação direta: o aumento das favelas. A matéria ressaltou

¹⁰⁶ MDF (2015). **Movimento de defesa do favelado**. Quem somos. Disponível em: <<http://www.mdf.org.br/quem-somos/historico.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ AS FAVELAS invadem a cidade. **Montes Claros em Foco**, Montes Claros, ano XII, n. 36, ago. 1979. p. 42.

ainda que os estudos estavam sendo feitos no sentido de viabilizar um conjunto habitacional para aqueles moradores.

Essa matéria saiu em agosto de 1979 e dois anos antes, em 14 de agosto de 1977, a mesma notícia constava do jornal *Diário de Montes Claros*, com o título de “conjunto habitacional para os favelados”. As informações do jornal ressaltavam que o então prefeito Antônio Lafeté Rebello estaria preparando um programa habitacional *sui generis* no país. Não foi possível identificar com clareza o que esse programa teria de tão especial e diferente dos demais. Talvez o fato de atender famílias que não tinham renda fixa seja considerado pelos organizadores o seu grande diferencial. A matéria ressalta ainda que o prefeito tinha como meta coibir a invasão de locais públicos e o surgimento de favelas nas margens das vias públicas.¹⁰⁹ A revista em questão, *Montes Claros em Foco*, evidencia o modo de pensar da classe dirigente local sobre essas questões. A noção de que as “favelas” estariam invadindo a cidade indica uma percepção reduzida e muito conveniente sobre os problemas sociais enfrentados pela cidade. Sugere, portanto, que a pobreza ou a favelização não está associada ou não tem relação com a organização social da cidade ou com o sistema capitalista, tornando-se apenas um produto da ingerência no campo. Na concepção da mídia montes-clarense o fato de Montes Claros ter o segundo entroncamento rodoviário do país, também propiciou o “surgimento” de favelas e despejou pessoas indesejadas na cidade.

Como a falta de habitação sempre foi um problema negligenciado pelas autoridades, os movimentos populares organizados que lutavam por moradia em Montes Claros foram, aos poucos, ganhando visibilidade. No início dos anos 1980, especificamente em 1984, em

¹⁰⁹ Essa proibição certamente está relacionada com as muitas ocupações ocorridas em Montes Claros. Nos primeiros anos de 1970, um grupo de pessoas recém-chegadas do campo ocupou uma área vazia em Montes Claros, localizada na região norte da cidade. A área era considerada de risco, pois ficava debaixo dos fios de alta tensão da Companhia Energética de Minas Gerais. A trajetória de C.P. S., quando chegou a Montes Claros é representativa do que experimentou inúmeros desses migrantes que aqui chegaram. Constantina Pereira da Silva foi uma das muitas pessoas que ocuparam essa área vazia e perigosa da cidade. De lá saíram em 2010, quando a Cemig construiu, em parceria com o governo, um conjunto de apartamentos para as famílias que lá viviam. Quando questionada, em entrevista, sobre as ações públicas quando do momento da ocupação da área ela conta que “quando tinha assim na base dos cinco anos que eu morava aqui, hoje [2009] já tem 40 anos, naquele tempo teve uma reunião, no dia lá, na prefeitura sobre nós morando aqui. Ai eles falou assim: que ordem foi que vocês tem, que vocês invadiu a Vila Mauricéia, aquelas áreas lá pra fazer casa? Ai eu peguei e falei assim... e eu fui a pessoa que todo mundo ficou besta com o que eu respondi, porque todo mundo queria falar isso né, mas não sabia, ai eu falei né, e o juiz estava perto né: oh ninguém fez invadir ali por boniteza e querendo enricar não, a gente só invadiu porque nós não tinha terreno pra morar, e nós não tinha salário pra poder comprar um terreno pra pagar a prestação também, então o que que nós tinha que fazer? Os pais de família, cheio de crianças, nós não tinha onde morar, então foi a única coisa que nós temos que fazer foi invadir a área da CEMIG”. SILVA, Constantina Pereira da. Constantina Pereira da Silva. depoimento [out. 2010]. Entrevistadora: Laura Cristina Cordeiro. Montes Claros: casa do entrevistado, 2010. Formato mp3. Entrevista cedida para esta pesquisa.

consonância com o seu congêneres em São Paulo, o MDF já estava organizado e atuando na cidade.

A primeira atuação de que temos registro aconteceu quando da ocupação de uma área pertencente à Companhia de Distrito Industrial de Minas Gerais (CDI), localizada no Distrito Industrial de Montes Claros. A área foi ocupada por um grupo de trabalhadores desempregados. Consta que essas terras estavam destinadas à construção de indústrias, mas havia vinte anos estavam desocupadas. Nos primeiros dias de junho de 1984 cerca de 100 famílias se organizaram e ocuparam esse espaço e, em pouco tempo já haviam plantado suas roças. A organização contou com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, do MDF e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros. Os trabalhadores ocuparam a área por cerca de três anos, mas foram retirados em 8 de novembro de 1987. A imprensa noticiou o fim do conflito e a negociação que foi feita com os posseiros com a presença da Comissão Pastoral da Terra. Os posseiros seriam indenizados com dinheiro e sementes e auxiliados no replantio das roças.¹¹⁰

Em 29 e 30 de julho de 1985, o MDF promoveu o seu 2º Encontro, com a participação de cinco moradores de cada favela da cidade. Em Assembleia, decidiram melhorar a organização e ampliar a luta pela documentação da terra, formando equipes para coordenar o movimento em Montes Claros e para lidar com as autoridades, além de escolheram os representantes em nível local para participarem do Encontro Nacional em Recife. Nesse mesmo ano, em 27 de outubro de 1985, os membros do Movimento de Defesa dos Favelados se reuniram para avaliar e coordenar suas atividades. Embora o Movimento estivesse ativo, o desenvolvimento das atividades foi considerado lento, e também se considerava que o movimento estaria sofrendo interferências de políticos.¹¹¹

Todos os conflitos e embates vividos no Brasil nesse momento contribuíram para que a questão habitacional tivesse novos contornos na cidade, o que significou também o desenvolvimento de outros movimentos organizados na região. Quanto ao poder público, quando atuava, o fazia no sentido de dotar de alguma infraestrutura os novos bairros ou de legalizar ocupações, como aconteceu em 1995 com um grupo de pessoas que ocuparam uma área vazia entre os bairros Vila Atlântida e Eldorado, na região norte de Montes Claros. Segundo o presidente da Associação de Moradores do Bairro Nova Morada, Humberto Leal, a

¹¹⁰ CAA (Arquivo). Acabou o conflito: CDI negocia com posseiros com indenização e mais sementes. **Diário de Montes Claros**. Out. 1987. Recorte de jornal fotografado.

¹¹¹ BOLETIM Integração. CEB's, CPT, PO do Norte de Minas. Montes Claros: Diocese de Montes Claros. Ano II, n. 12.. jul./ago. 1985.

área ocupada pertencia à prefeitura. A ocupação ocorreu em 1995, mas já estava delineada desde 1986. Segundo Humberto era

uma área verde que tem na beira dessa barroca, dali pra baixo, aquilo era uma área verde que existia da Prefeitura, só que o pessoal fizeram a invasão e invasão essa que tá até hoje só no papel, disse que as escritura ia sair tal dia, que ia pegar os dados de todo mundo pra legalizar cada morador. E legalização essa que tá até hoje na Prefeitura. Isso foi logo no início de 86 pra 89, que começou... 95 pra 96 começou a invasão, só que essa conversa de escritura... isso já foi mais ou menos nessa época que eu tô te falano, que já tinha esse plano de fazer, só que não fez a distribuição pro povo, o pessoal invadiu colocano lona, barraco de lona e depois foi e passou a construir. Depois que começou a construir que eles viro que o pessoal não ia sair fora mesmo, não ia desistir aí eles decidiro já fazer... vim e colocar a metragem, dividir, fazer a distribuição pra cada um.¹¹²

Diante da indisposição do poder público em resolver a situação, os próprios moradores ocuparam a área e construíram suas casas, obrigando a prefeitura a medir, dividir e distribuir os lotes para cada família. Atualmente, este é o bairro Nova Morada, do qual Humberto Leal era o presidente da Associação, em 2009. A luta, naquele momento (2009) era pela emissão das escrituras, que tem sido protelada pela prefeitura há muitos anos. Além disso, a infraestrutura do bairro – como a canalização de áreas de barrocas, asfaltamento de ruas e instalação de escolas também foi conquistada a partir das reivindicações dos moradores.

Os movimentos populares organizados em Montes Claros são de longa data. A imprensa sempre noticiou a movimentação dos trabalhadores por meio de abaixo-assinados ou por meio dos seus representantes diretos em associações e sindicatos, desde a década de 1950. Em uma breve consulta ao arquivo público da Câmara dos Vereadores, encontramos inúmeros abaixo-assinados cobrando e reivindicando melhorias em bairros e ruas da cidade. No entanto, a movimentação e organização dos populares em fins dos anos 1970 e início dos 1980 foi parte de um novo momento histórico, em que a participação da Igreja, estudantes, mulheres, trabalhadores foi peça fundamental para os movimentos sociais que surgiram daí em diante, principalmente pelo seu engajamento contra um Estado repressor.¹¹³

¹¹² LEAL, Humberto. **Humberto Leal**: depoimento [jan. 2009]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: casa do entrevistado, 2009. Formato mp3 (1 h 40 min). Entrevista concedida à autora.

¹¹³ Analisando os espaços dos estudantes na cidade, Andrey Lopes de Souza conseguiu captar as suas formas de organização coletiva, suas mobilizações e suas lutas em um momento de intensa transformação social, seja por meio dos seus próprios movimentos, seja na Igreja, nos partidos políticos, ou nas associações de bairro. SOUZA, Andrey Lopes de. **Os estudantes movimentam a cidade**: trajetórias, lutas e memórias do

Nos boletins informativos da Igreja era muito comum notas informando sobre a formação de novos sindicatos e associações, como em junho de 1986, quando os trabalhadores na indústria de calçados de Montes Claros informavam que sua Associação já estava em funcionamento, tendo sido registrada em 22 de maio de 1986. Da mesma forma, as lavadeiras também se organizaram, formando sua Associação para divulgar o quadro de preços.¹¹⁴

Portanto, os trabalhadores de Montes Claros e região se constituíram enquanto sujeitos coletivos com a participação efetiva das Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Operária. A militância se fazia nas pastorais, no movimento de mulheres, no movimento pró-moradia, nas associações de amigos do bairro, nas ligas de futebol de várzea; entretanto, a fundação de associações e sindicatos sempre foi uma questão complicada naqueles anos de 1980, sobretudo devido às constantes ameaças, perseguições e às demissões dos empregados sindicalizados.¹¹⁵ Nesse sentido, a fala de Alvimar Ribeiro dos Santos, agente da Comissão Pastoral da Terra, ajuda-nos a compreender melhor a importância desse momento, em que a luta e a organização da classe trabalhadora sofreram mudanças.

Sempre eu falo que a luta aqui... pelo menos nessas causas sociais, o movimento chegou dez anos atrasado da luta das grandes metrópoles, né... a dificuldade que tinha é porque realmente não tinha as representação de classe, né. No caso, eu atuei na disputa da eleição do Sindicato da Construção Civil, já na capacitação pela Pastoral Operária... foi em 82, 29 de maio de 82 que ganhamos o Sindicato, 50% e mais 1. Tiramos uma pessoa que tava lá há 25 anos e as dificuldades é porque não tinha funcionário. [...] Aí a partir daí que entramos mais na atuação, no sentido de pedido de fiscalização, de organizar mais esse setor. Teve uma greve mesmo que nós fizemos, teve uma participação de quase 5 mil pessoas. Tivemos algumas conquistas, mas... e aí veio também nesse sentido, expandiu pra outros

movimento estudantil em Montes Claros. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2010.

¹¹⁴ **Nova tabela de preços das lavadeiras.** In: Integração. *Jornal das CEBs, CPT e PO do Norte e Noroeste de Minas*. Ano II, n. 11, mai/jun 1984. A formação da associação das lavadeiras da cidade, certamente, foi um ganho significativo para uma parte das mulheres que trabalhavam com a lavagem de roupas. Lavar roupas para terceiros sempre foi uma das poucas opções para as mulheres que migraram para Montes Claros, como foi por exemplo com dona Constantina Pereira da Silva. Constantina chegou em Montes Claros no início da década de 1970 e sua primeira ocupação foi lavar roupa, mesmo sem dispor de água encanada em sua casa. Sobre esse período ela relata que: “quando eu mudei pra cá, o nosso sofrimento foi tão grande.. aqui não existia luz, não existia água, nós bebíamos água da barroca, aqui era uma barroca, a chuva vinha e abria cada buraco aqui, no chão, tipo um minador e aí a água caía dentro daquela barroca e a gente ia apanhando água pra lavar roupa, pra fazer comida”. SILVA, Constantina Pereira da. Constantina Pereira da Silva. depoimento [out. 2010]. Entrevistadora: Laura Cristina Cordeiro. Montes Claros: casa do entrevistado, 2010. Formato mp3. Entrevista cedida para esta pesquisa.

¹¹⁵ O Sindicato dos Químicos de Montes Claros, em cartilha comemorativa de seus 15 anos, relatou algumas situações em que a antiga Biobrás, atual Novo Nordisk, perseguia os funcionários sindicalizados e de como interferia nas questões relativas ao sindicato da classe.

interesses, fundação de outras entidades, né, a extensão do Sindiute, Sindicato da Alimentação, vários ramos de profissão que não tinha sindicato foram sendo fundados. Eu mesmo atuei muito naquela... uma repercussão muito grande que deu aqui, aquela Mariflor... onde a caldeira explodiu... morreu oito trabalhador... lá também foi uma das ações que a gente conseguiu fechar essa fábrica, porque o material era muito antigo.¹¹⁶

A narrativa de Alvimar, ao focar as questões enfrentadas pela classe trabalhadora em Montes Claros, assim como as dificuldades para se organizarem, evidencia o constante desrespeito aos direitos trabalhistas, algo que não era exclusividade dessa cidade. A luta por direitos relatada por Alvimar não ficou restrita ao chão da fábrica. A luta diária por saúde, educação, transporte coletivo, saneamento básico, era travada em todos os cantos.¹¹⁷ O transporte coletivo e os serviços prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), por exemplo, sempre foram destaques nas reclamações; inclusive, segue sendo até os dias atuais. O transporte coletivo urbano foi, por sua vez, duramente criticado pela União das Associações de Moradores, Vilas e Distritos de Montes Claros (Unammoc).

Em um pequeno arquivo, o ex-membro da Unammoc, Sr. Pedro, guarda o que restou daquele período. Inúmeros recortes de jornais que informavam sobre a Unammoc e suas atividades.

Fazendo uma breve leitura do Livro de Manchetes e Notícias da Unammoc é possível perceber que, entre 1988 e 1993, a entidade teve, nos vários jornais de circulação local, inúmeras notícias veiculadas informando sobre suas atividades. Nesse período, Luiz Tadeu Leite e Mário Ribeiro da Silveira estiveram à frente da administração pública local. Luiz Tadeu foi prefeito entre 1983 a 1988 e elegeu seu candidato, Mário Ribeiro, que governou entre 1989 e 1992. No pleito posterior, Luiz Tadeu volta a se eleger, governando entre 1993 e 1996.¹¹⁸ É justamente esse o período em que as ações da Unammoc se destacam. Ela pode ser considerada um braço político do então prefeito Luiz Tadeu Leite.

Segundo Nemézio Rodrigues de Souza, ex-presidente da Unammoc, a entidade sempre foi participativa e atuante e só perdeu espaço na administração do prefeito Jairo

¹¹⁶ SANTOS, Alvimar Ribeiro. **Alvimar Ribeiro Santos**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

¹¹⁷ LEITE, Valéria de Jesus. Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 2010.152 f. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas e Artes. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

¹¹⁸ Informações obtidas no sítio eletrônico da Prefeitura de Montes Claros. Disponível em: <<http://www.montesclaros.mg.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

Ataide, que governou após a saída de Tadeu Leite, entre 1997 e 2004. Em entrevista, ele conta que Jairo “castrou a Unammoc”. Nemézio informou que a entidade tinha cadeira no Conselho Municipal de Transporte Coletivo, na Associação Comercial e Industrial de Montes Claros e no Conselho Municipal de Saúde. Segundo Nemézio, a Unammoc continuou participando somente do Conselho Municipal de Saúde.¹¹⁹

Quando eu ganhei pra UNAMOC o prefeito era Tadeu, como eu tinha um certo relacionamento com ele, vindo lá da cidade Cristo Rei, aí fizemos um trabalho legal. O movimento comunitário de Montes Claros mais expandiu foi no mandato de Tadeu. Querendo ou não Tadeu praticamente é o pai do movimento comunitário de Montes Claros, isso é consenso no meio dos líderes mais antigos de lá. [...] depois que tinha as associações, um número bom de associações na zona urbana e rural, ele incentivou a criação da união, da UNAMOC, e ele sempre deu suporte, sempre trabalhou. E uma coisa interessante com Tadeu: Tadeu nunca aceitou empregar presidente de bairro, era uma coisa que ele nunca aceitou fazer, ele falava assim: olha se sua associação precisa de ajuda entra com um projeto na câmara e a gente dá subsídio via prefeitura, e ele fez muito isso.¹²⁰

Os registros da Unammoc apontam para uma extensa atividade envolvendo as associações de bairro da cidade e o poder público municipal, sempre promovendo encontros e discutindo assuntos considerados de interesse da população – como, por exemplo, o Plano Diretor, e propostas para a Lei Orgânica Municipal, que estava sendo debatida no final do ano de 1989, ano em que os representantes do Estado de Minas Gerais estavam reunidos em Assembleia Constituinte para elaborar a Constituição Estadual.

Os anos 1980 chegaram ao fim e com ele também a esperança de mudanças reais para a classe trabalhadora. Foi o que sugeriu o agrônomo Horácio Martins de Carvalho, em agosto de 1989, ao escrever para a Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Carvalho, então técnico do instituto Cajamar, escreveu sobre o momento da Reforma Agrária na Nova República e a ausência de perspectivas de mudanças. Utilizando os conceitos gramscianos, o autor sugere a capitulação das lideranças de esquerda que, associada a outros fatores, teria impedido uma reforma agrária a partir de baixo. Para o autor, teria ocorrido uma cooptação das lideranças populares perante a classe dominante. Esse “transformismo” se deu com a ocupação funcional do INCRA por um grupo de intelectuais de esquerda, criando, dessa

¹¹⁹ SOUZA, Nemézio Rodrigues de. **Nemézio Rodrigues de Souza**: depoimento [mar. 2012]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Jaíba: casa do entrevistado, 2012. Formato mp3 (1h 20 min). Entrevista concedida à pesquisadora. Nemézio Rodrigues Costa Filho nasceu em São Francisco. Em Montes Claros se engajou no movimento associativista. Foi presidente da Unammoc entre 1993 e 1997. Atualmente mora em Jaíba.

¹²⁰ Ibid.

forma, um clima de confiabilidade entre movimentos sociais e o novo governo. Confiabilidade esta que proporcionou um ambiente favorável para negociações políticas e cooptação de lideranças vinculadas à ideia de uma reforma agrária. Uma vez firmado pacto, as ações aconteceram no sentido de não instigarem a mobilização popular em defesa da Reforma Agrária.¹²¹

Nessa lógica, agentes e agências do Estado precisavam reformatar o modo de participação dos movimentos populares. Os agentes da sociedade civil e, em alguma medida, a população, deveriam participar ativamente – ou, ao menos, pensar que estariam participando de forma ativa e democrática, seja na zona rural ou nas cidades. Uma maneira de fazer isso foi forçando a criação de associações. Isso significou que, para ter o direito de participar, de opinar na administração pública e ser ouvido, era preciso adequar-se às novas normas e exigências impostas pelos agentes do Estado. Isso levou a uma institucionalização dos movimentos populares. Nemézio Costa conta como foi a expansão das associações em Montes Claros, naquele momento.

[...] eu fui eleito pra UNAMOC em 93. Aí eu fiquei sete anos como presidente, foram três mandatos que eu ganhei. [...] Aí nós começamos a trabalhar. Aí veio o *boom* de associações, quando eu cheguei na UNAMOC tinha 27 filiadas, eu saí de lá deixei quase 300 filiadas; muitas associações. Nós integramos na época a Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais, a FAMEMG, que tinha sede em Curvelo na época, e também integramos a CONAM que é a Confederação Nacional de Associações de Moradores, e todas elas a UNAMOC participou da diretoria, na FAMENG eu era vice-presidente da região Norte, como representante da UNAMOC, e na CONAM eu fui conselheiro, do conselho administrativo da entidade lá. Participamos da Primeira Conferência Nacional de Habitação, na época do governo Itamar. E a UNAMOC foi muito ativa, a UNAMOC foi uma das precursoras da festa nacional do pequi, a UNAMOC tava lá e fez valer aquela festa ali, e fizemos um trabalho muito bom.

O ingresso em associações e outras formas de organização foi uma das maneiras encontradas pelos agentes do Estado para diluir a participação popular em uma forma de participação que sugere democracia, concedendo aos movimentos populares um caráter mais ameno. Em Minas Gerais, uma das formas encontradas para lidar com a participação popular foi também por meio das audiências públicas regionais, visto que, para inscrever propostas, era preciso que a entidade fosse legalizada. No próximo capítulo, iremos analisar o

¹²¹ CARVALHO, Horácio Martins de. O transformismo na Nova República e a contra-reforma agrária. Reflexos sobre o meio ambiente. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Movimentos Sociais: lições e esperanças**, ano 19, n. 2, p. 3-6, ago./nov. 1989.

surgimento do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional e sua pauta de reivindicações. Analisaremos também dois dos membros do Fórum, que foram importantes pilares para sua constituição, a Comissão Pastoral da Terra e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

CAPÍTULO 2

AS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DOS ANOS 1990

Neste capítulo, buscamos compreender as circunstâncias que tornaram possível a constituição de novos espaços de articulação entre agentes da sociedade civil e do Estado, em fins da década de 1980 e início dos anos 1990. Dentre elas, as audiências públicas regionais de Minas Gerais, que buscaram neutralizar os conflitos sociais latentes na região. Diante disso, temos como objetivo: 1) discutir o perfil de alguns dos agentes que compõem o Fórum, uma vez que tanto o Centro de Agricultura Alternativa como a Comissão Pastoral da Terra desempenharam papéis importantes na atuação deste; 2) entender o Fórum e verificar se sua formação se constituiu em espaço efetivo para articulação de propostas e projetos envolvendo os trabalhadores. Para isso, faz-se necessário identificar os principais agentes do Fórum, a fim de perceber a funcionalidade deste espaço como meio de reivindicação e/ou como espaço de representatividade de uma parcela da classe trabalhadora, ou até mesmo de cooperação com o *status quo*. Por isso, a importância de conhecer e examinar esses agentes do Fórum enquanto sujeitos coletivos.

Suas deliberações nos permitirão compreender parte de uma dinâmica até então pouco divulgada. Há que se ressaltar que tanto o Fórum como o CAA e a CPT são analisados enquanto agentes em um determinado processo histórico. Nosso objetivo é tornar clara a importância dessas agências nesse processo, tanto para a classe trabalhadora como para a ordem estabelecida. Portanto, não se faz nesse texto uma análise técnica dos serviços prestados por eles, mas sim uma compreensão de suas práticas a partir de objetivos maiores. Isso se torna muito importante, à medida que nos permite conhecer outras vozes dissonantes dentro do mesmo processo, mas que optaram por não participar desse circuito oficial: a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas. Nessa perspectiva, poderemos avaliar, posteriormente, as questões que o Fórum não foi capaz de abordar, como por exemplo, a questão agrária.

Começaremos tentando entender a ideia por trás do conceito de pós-modernidade e suas implicações sociais.

2.1 Novos espaços, novos sujeitos, novos valores

A crise que culminou com o chamado neoliberalismo foi analisada e debatida por inúmeros pensadores das mais diversas áreas. É consenso entre eles que essa crise deixou uma profunda lacuna ideológica, responsável por desestabilizar as matrizes histórico-científicas e político-ideológicas da sociedade, culminando em um novo momento da história: a pós-modernidade. Tema esse ainda controverso, mas que remete a uma crise de valores. Essa crise ideológica serviu de sustentação para uma desmontagem de ordem econômica internacional, abalando os valores que fundamentavam projetos e lutas sociais, ocasionando um vazio ideológico.¹²² Esse novo momento foi captado por Frederic Jameson como um novo estágio do modo de produção capitalista, o que coloca os valores pós-modernos como os valores culturais desse novo período da história dos homens.¹²³

Pensando a partir dessa perspectiva, o ponto fundante da pós-modernidade estaria fincado, segundo o economista José Fiori¹²⁴, nos anos 1960; mais especificamente, em 1968, um momento extremamente importante para as lutas coletivas em várias partes do mundo.

Em Paris, Praga, Estados Unidos, América Latina aconteceram inúmeras manifestações, as quais são indicativas de uma profunda mudança política e econômica de ordem mundial, que teve em seu processo algumas vitórias expressivas das ações de contestação ocorridas entre 1968 e 1973. Estas, somadas a outros fatores como a derrota dos Estados Unidos na guerra do Vietnã, a Primavera de Praga e a internacionalização do sistema bancário americano (que motivou o fim do padrão-dólar) contribuíram para engendrar uma crise econômica que atingiu de formas variadas as economias capitalistas nos anos 1980.

Como resposta a essa crise, as lideranças políticas e econômicas reorganizaram o sistema capitalista. As ações neoliberais, introduzidas em 1981 por Ronald Reagan nos EUA, e Margareth Thatcher na Inglaterra, a partir de 1978, fomentaram as privatizações e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, promovendo uma reordenação na divisão do trabalho. Isso significou um período de reconstrução e reestruturação que também foi de

¹²² FIORI, José Luís. Sobre a crise contemporânea: uma nota perplexa. In: FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p. 193.

¹²³ JAMESON, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Veja também: SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.

¹²⁴ FIORI, José Luís. Sobre a crise contemporânea: uma nota perplexa. In: **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p. 177.

reenquadramento do trabalho e de consolidação da supremacia capitalista, com a economia estadunidense ditando as regras.

Os movimentos sociais que se constituíram em todo o mundo a partir da segunda metade do século XX e, no caso do Brasil, após o Golpe Militar de 1964, são frutos desse mundo em crise. Um mundo cujos valores e referenciais, antes considerados seguros, passaram a ser questionados.¹²⁵ Um mundo em que o progresso prometido e tão largamente difundido no pós-guerra não conseguiu alcançar todos os povos. Algumas partes desse mundo, como a América Latina, por exemplo, as últimas décadas do século XX, foram marcadas por graves crises econômicas e sociais, com altos índices de pobreza.

Nesse ambiente de extrema carência, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, foram forjados movimentos sociais que, sobretudo a partir da década de 1970 – período em que quase toda a América Latina esteve sob o signo de governos autoritários –, foram de grande importância na conquista de direitos e no processo de constituição de um espaço minimamente “democrático”, pelo menos no que se refere a eleições livres, sobretudo quando se tem em conta um passado autoritário.

Em se tratando de Brasil, os movimentos sociais se organizaram tendo como elemento unificador as carências e a pobreza em que vivia a maioria da população. População esta que arcou com as pesadas consequências de um projeto desenvolvimentista implantado pelo Estado, que desconstruiu modos de vida no campo e nas cidades, de uma forma assustadoramente violenta.

Constituídos como espaços de reivindicação e contestação social, os movimentos sociais tinham um discurso que se colocou contra o Estado. Alguns estudiosos do tema informam que, embora alguns tivessem conotação revolucionária, a maioria não se orientava pela revolução.¹²⁶ A luta era pelo direito a ter direitos, sendo as suas ações coletivas diferentes das tradicionais, com movimentos organizados nos bairros protestando contra a carestia, reivindicando habitação, creches, saúde, educação. Sader ressalta que o apoio aos movimentos veio da Igreja, por meio das CEBs e pastorais, e daqueles que formaram a

¹²⁵ Uma leitura interessante sobre o tema pode ser encontrada em SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.

¹²⁶ PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995.p. 35.

Teologia da Libertação, ancorados em um pensamento de esquerda e também no movimento sindical que se renovara com o novo sindicalismo.¹²⁷

Podemos inferir que esses movimentos significaram para a sociedade brasileira, no período de sua redemocratização, um esforço conjunto de parte da população para se construir e consolidar práticas cidadãs em uma sociedade marcada pelo autoritarismo e conservadorismo, trazendo à tona questões esquecidas e formando novos espaços de luta que foram importantes para a construção de um espaço público que se queria “comum”.

Embora a grande preocupação social, naquele momento, estivesse voltada para a organização de um sistema parlamentar com eleições livres, alguns analistas conseguiram perceber que os movimentos sociais almejavam muito mais que a consolidação da democracia. Eles buscavam “inventar essa democracia”.¹²⁸ Essa percepção com relação aos movimentos sociais passa diretamente pela compreensão da experiência histórica vivenciada pela sociedade brasileira com relação à cidadania, ou com a sua ausência, em períodos anteriores. Em uma breve análise da história brasileira é possível constatar a fragilidade de um espaço público, em que fosse possível ao cidadão comum exercer os seus direitos – isso quando existiam, já que, no Brasil, as questões sociais sempre foram tratadas como casos de polícia.

O registro desses fatos permite-nos refletir sobre os efeitos políticos que as mobilizações e lutas coletivas desempenharam na sociedade. Quão importante eles foram para a constituição de uma cidadania? Podemos inferir que, sob essa perspectiva, a busca pela democracia foi mais que uma concepção: foi uma experiência vivida e partilhada no tempo e no espaço, por sujeitos múltiplos e em situações distintas, mas que experimentaram a exploração do capitalismo em seus variados níveis. É, portanto, parte de um processo histórico. Uma questão que se apresentou sob várias possibilidades a partir das práticas populares dos anos anteriores, que se traduz, de acordo com Paoli, na “antecipação e rememoração no tempo presente”. Antecipação das possibilidades de reivindicação e participação social, enquanto se rememora uma sociedade autoritária e excludente face às práticas inovadoras dos movimentos sociais.¹²⁹

¹²⁷ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹²⁸ PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995.

¹²⁹ PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: Experiência no mundo público na história do Brasil moderno. São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, set/dez 1989.

Dessa forma, os resultados da presença dos movimentos sociais na política brasileira podem ser mensurados pelas conquistas obtidas na Constituição de 1988, que asseguraram mecanismos de participação popular nunca antes existentes no país, como a iniciativa popular para propor leis e participação nas decisões do poder público, assim como sua fiscalização.

Essa movimentação gerou 122 emendas reivindicando direitos, com mais de 12 milhões de assinaturas.¹³⁰ Nesse processo, foram as lutas populares que se configuraram como elemento determinante para a criação de novos direitos na sociedade brasileira, pressionando as classes dominantes a favor da implantação de novos direitos que permitiram, mesmo que de forma regulada, a possibilidade de um lugar para que o cidadão comum pudesse tentar se expressar politicamente. Dessa forma, e diante de um passado repressor e excludente, essas “conquistas”, ainda que frágeis, foram extremamente significativas.

No entanto, mais que a constatação da consolidação de um espaço público, o que se discutiu ao fim dos anos 1980 foram as mudanças ocorridas em torno das questões propostas para se compreender a dinâmica dos movimentos sociais. Ou seja, o incômodo dos estudiosos com relação aos movimentos sociais – e que, em alguma medida, dialoga com este trabalho – repousa na relação concernente à sua governabilidade. Isto é, na relação entre Estado, governos e movimentos sociais.

Fazendo uma análise da trajetória dos movimentos sociais por meio da literatura que aborda o tema, Maria Célia Paoli indica dois momentos em que as questões analisadas foram redirecionadas. Primeiramente, entre 1985 e 1987, quando se passou a analisar os resultados políticos dos movimentos, sendo que a autonomia e uma possível perda de identidade estavam em evidência nos debates sobre o tema.

O segundo momento em que há um deslocamento aconteceu, segundo a autora, quando da não regulamentação dos direitos conquistados, após 1988. Esse fato contribuiu, juntamente com a derrota política em 1989, para que houvesse um desencanto com o espaço institucional político. Paoli destaca que esse desencanto foi sentido por meio de um clima de descrença, nos anos iniciais da década de 1990. O economista Luis Fiori vai além e diz que

¹³⁰ PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995.

“foram tempos de melancolia democrática”, com predominância do pensamento e prática neoliberais, as quais levaram a um arrefecimento dos movimentos sociais.¹³¹

Paoli ressalta que compreender essas conquistas é a chave para avaliar a validade das ações coletivas e sua relação com a política, com partidos, governos, associações civis e com os conflitos gerados pela democracia, bem como para a importância dos movimentos no que se refere à construção e efetivação da cidadania.¹³² Entendemos que compreender essas conquistas também abre caminho para outras dimensões da luta pela cidadania no Brasil. Principalmente, quando se trata de avaliar criticamente a constituição dessa “cidadania” e o quanto ela camufla ou deforma a realidade social de uma sociedade capitalista.

Por isso, acreditamos que revisitar esse processo de redemocratização tantos anos depois, mas com as memórias ainda vivas, pode ser a oportunidade para reavaliar os caminhos seguidos pelos movimentos sociais em sua interação com os agentes do Estado, assim como identificar quais foram os mecanismos utilizados por agentes, tanto do Estado como da sociedade civil, para frear a força desses movimentos e conseqüentemente reprimir a conquista de mais direitos. Foi com esse pensamento que buscamos compreender a conjuntura dos anos 1990, para que possamos perceber as novas configurações sociais estabelecidas naquele momento.

A década de 1990 foi, para os países periféricos como o Brasil e seus vizinhos da América Latina, o momento para se ajustar. Os programas de ajustamento foram pensados e articulados pelo Consenso de Washington para que fossem cumpridos por todos os países da periferia capitalista. Esses programas foram uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais, levadas a cabo pelos *technopols*, ou seja, economistas capazes de conduzir a mesma agenda definida em Washington em seus países de origem. Essa agenda comum consistia em três fases que se complementavam: 1) estabilização macroeconômica; 2) reformas estruturais, que consistiam em uma liberalização financeira e comercial, desregulamentação dos mercados e privatização das estatais; e 3) retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

No Brasil, o plano real foi conduzido nesses termos e com estes objetivos. Mas para que fosse possível essa condução, era preciso ter um governo que fosse capaz de dar

¹³¹ FIORI, José Luís. Sobre a crise contemporânea: uma nota perplexa. In: **Em busca do dissenso perdido**. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p. 190.

¹³² PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995. p. 35.

sustentação a tal projeto. Para o economista José Luís Fiori, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso foi o ingrediente necessário para completar a receita. Dessa forma, as orientações de Washington foram cumpridas no Brasil, tendo à frente, primeiramente Fernando Collor de Melo, para depois serem aprofundadas com Fernando Henrique Cardoso.¹³³

Foi com FHC que as ideias e práticas neoliberais se consolidaram no Brasil. Como mencionado, as ações estavam voltadas para a privatização de empresas estatais, redução dos gastos públicos, flexibilização das leis trabalhistas e econômicas. Tudo feito sob a falsa ideia de que o mercado deveria, por conta própria, regular a si mesmo. Nessa lógica, a interferência do Estado nas questões econômicas deveria ser mínima o quanto possível. O Brasil dos anos 1990 foi avaliado como tendo um desenvolvimento dependente e associado que contou com a convivência das mesmas forças políticas e econômicas que sustentaram o regime militar.¹³⁴

Nessas circunstâncias, encontrando-se o país sob novas diretrizes, temas como cidadania, globalização, sociedade civil, desenvolvimento sustentável, economia verde, dentre outros, ganharam força à medida que encontraram ressonância na vida cotidiana. Dentre eles, o tema “sociedade civil” aliado à “cidadania” passa a ser o que explica a necessidade ou a urgência dos demais.

Analisar a busca pela cidadania no Brasil é uma questão importante e necessária, sobretudo quando se torna clara a forma como esta foi discutida pela mídia, por agentes dos governos, Estado e sociedade civil organizada e colocada para a população. Uma cidadania que se queria pela “participação plena” dentro dos moldes permitidos pelos agentes que controlavam o país. Ser cidadão significava doar sangue, votar, ajudar o próximo, engajar-se em uma ONG, lutar pela causa ambiental, dentre outras coisas.

As reflexões sobre o termo sociedade civil aconteceram tardiamente no Brasil. Sua análise e compreensão foi largamente influenciada pelas grandes lutas internacionais. No Brasil, a exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo, as reivindicações também giraram em torno de melhorias de vida, passando pelas questões referentes às minorias e ao meio ambiente. No entanto, os debates em torno desses movimentos sociais, considerados

¹³³ Fernando Henrique Cardoso foi um dos intelectuais latino-americanos que pensaram a teoria da dependência. Além dos textos do próprio FHC, há uma boa explanação em FIORI, José Luís. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

¹³⁴ FIORI, José Luís. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

como “novos” ou como “movimentos sociais urbanos”, acabaram por desvinculá-los das classes trabalhadoras e, por conseguinte, da luta de classes. Isso significa novas e distintas interpretações sobre o momento e uma disputa em torno do sentido de sociedade civil. A ideia de uma sociedade civil boa *versus* um Estado opressor é parte desse momento. Um momento em que o que estava em jogo, como escreveu Paoli, era posicionar-se contra o Estado, pois isso significava estar contra a ditadura. Portanto, a associação da forma de governo ao Estado levou a uma recusa da luta contra a ditadura no âmbito do Estado.

A descrença presente nos anos iniciais da década de 1990, em todos os setores nos quais a luta havia sido travada, pode ser lida em um dos relatórios da Assembleia Regional da CPT Norte de Minas, da diocese de Montes Claros, realizada em 1994. O tema foi “Resgatar a esperança e a vida na terra”, que, diante de uma realidade opressora, promoveu mudanças na vida do povo pobre. Esse relatório, em especial, indicou que a CPT passou a incorporar em suas ações outras práticas, haja vista que uma atuação de reivindicação e contestação tornava-se insuficiente. Era preciso “iniciar e aprofundar a discussão sobre um projeto para os trabalhadores rurais, com propostas que envolvessem os municípios e na elaboração de projetos para as comunidades.”¹³⁵

A descrença percorreu outros caminhos. Em “O Brasil e capital-imperialismo”, Virgínia Fontes observa que os exilados políticos que voltaram para o país a partir de 1979, trouxeram na bagagem a decepção com os partidos políticos, considerados organizadores de movimentos sociais e, portanto, uma forma de castrar suas ações, além de um redirecionamento dos debates acadêmicos¹³⁶. Nos anos 1990, as ideias neoliberais tornaram-se cada vez mais fortes, afastando qualquer possibilidade de mudanças na estrutura da sociedade, e transformando a busca pela cidadania em uma melhor integração na sociedade de consumo.

Esse ambiente propiciou o fortalecimento e expansão de entidades organizadas da sociedade civil. As ONGs, de certa forma, significaram novas formas de participar, reivindicar e intervir na sociedade. Atuando em parceria com e contra o Estado, formaram um novo espaço inicialmente definido por seu antagonismo. Em outros termos, não era o Estado e nem o mercado, ou tampouco as instituições religiosas, acadêmicas ou políticas. “As ONGs

¹³⁵ DIOCESE DE MONTES CLAROS. Resgatar a esperança e a vida na terra. Assembleia Regional da CPT Norte de Minas. Montes Claros, jul. 1994. Relatório.

¹³⁶ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 215-244.

formaram organizações movidas pelo interesse público e sem fins lucrativos”, ressalta a pesquisadora Selene Herculano¹³⁷.

Entretanto, organização não-governamental é um termo que mais confunde que esclarece. A premissa de que estavam contra o Estado, embora fossem financiadas por ele e também por agências internacionais, gerou e gera grandes problemas, ao menos em termos de análise, uma vez que não se é público, tampouco privado. No entanto, em meio a um momento de incertezas está a certeza de que as ONGs devem ser analisadas enquanto espaços de disputa e conflito social, e, portanto, como *locus* de construção e defesa de determinados valores, ou seja, aparelhos privados de hegemonia.

Um dos diferenciais das ONGs está no fato de que elas remodelaram as formas de organização popular. Não se associavam a partidos, nem defendiam projetos políticos comuns, mas trabalhavam com demandas específicas: contra a pobreza, questões ambientais, mulheres, negros, homossexuais, crianças. Cabe salientar que as ONGs promoveram uma transformação no que se refere à militância, principalmente por adotar a ideia de estar a serviço de movimento popular.¹³⁸ Foi a profissionalização da militância que, segundo Fontes, modificou a política no Brasil, da mesma forma que mudou os espaços e a forma como os movimentos sociais atuavam.

Uma das grandes questões estava relacionada à autonomia que, aos poucos, passou a significar a “autonomia de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas”, impedindo de se construir uma contra-hegemonia que englobasse mais do que os interesses corporativos.¹³⁹ Essa forma de atuação contribuiu para apagar os conflitos de classe. Resta-nos saber que hegemonia foi construída ou reforçada.

Em texto escrito nos anos 2000, Selene Herculano salienta que as ONGs “representam um lado da Sociedade Civil que está em contraposição ao mundo da produção que, de mãos dadas com o Estado, tem sido protagonista até aqui de um crescimento econômico desigual, socialmente injusto e degradador do meio ambiente”.¹⁴⁰ Para Herculano, “as ONGs constituíram-se no Brasil como espaços alternativos para o exercício de cidadania e como atores políticos necessários para se alcançar o desenvolvimento sustentável, aquele que

¹³⁷ HERCULANO, Selene. **Ongs e Movimentos sociais**: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In: HERCULANO, Selene. Meio Ambiente: questões conceituais. Niterói: UFF/PGCA-Riocor, 2000. p. 123-155.

¹³⁸ FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. p. 215-244.

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ HERCULANO, Selene. Loc. cit.

promoveria a um só tempo justiça social e equilíbrio ambiental”.¹⁴¹ Virgínia Fontes, citando Fernandes e Landim, ressalta que as ONGs definiram a si mesmas como entidades “sem caráter representativo, que não integrassem grandes instituições”, e como organizações que estavam a “serviço de camadas da população oprimida, dentro de uma perspectiva de transformação social”.¹⁴²

Ao lado da questão das ONGs é preciso considerar também as suas demandas específicas, e a questão ambiental é uma delas. Os anos 1990 foram um período em que as questões ambientais e os problemas concernentes à sobrevivência da humanidade passaram a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, proporcionando duras críticas ao sistema capitalista por parte dos ambientalistas.

Esses problemas já estavam sendo discutidos desde o Clube de Roma, mas a década de 1990 é o momento em que as ações são postas em prática. Para os ambientalistas, a hora era de repensar e discutir as questões que envolviam a relação do homem com o seu *habitat* e as implicações do modelo de desenvolvimento capitalista. Para tanto, era preciso debater esse “problema” e a Rio-92 serviu para esse fim, discutir a relação do homem com o seu meio ambiente. No mesmo ano, ambientalistas brasileiros promoveram a Eco-Brasília, um evento menor que aconteceu em Brasília, mas que tentou retomar alguns dos encaminhamentos apresentados na Rio-92.¹⁴³

José Luis Fiori, escrevendo em 1993, ressaltou o rápido crescimento do ecologismo e da religião como um dos efeitos da crise ideológica que instaurou a pós-modernidade. Analisando os desdobramentos dessa crise, Fiori estabeleceu uma relação entre a lacuna proporcionada pela pós-modernidade e a forma como foram abordados os temas que envolviam o meio ambiente e a religião. Nesse sentido, Fiori aponta o ecologismo e a religiosidade como movimentos que cresceram vertiginosamente ao longo dos anos de 1990¹⁴⁴.

Essas foram questões que se fizeram muito impactantes na vida diária das pessoas. Seus desdobramentos foram muito abrangentes, pois tiveram como ponto de partida a questão

¹⁴¹ HERCULANO, Selene. **Ongs e Movimentos sociais**: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In: HERCULANO, Selene. Meio Ambiente: questões conceituais. Niterói: UFF/PGCA-Riocor, 2000. p. 123-155.

¹⁴² FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. Rio de Janeiro: UERJ. 2. ed. 2010, p. 215-244.

¹⁴³ PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL. Brasília, Câmara dos Deputados, 24 e 25 nov. 1992.

¹⁴⁴ FIORI, José Luís. Sobre a crise contemporânea: uma nota perplexa. In: **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p. 192-193.

econômica e do desenvolvimento. Isso porque a “economia verde” depende substancialmente da economia petroleira.¹⁴⁵

Plasmada em novas ONGs, a questão ecológica deixou de ser exclusiva dos movimentos contestatórios e passou a ser preocupação para governos, conservadores ou não, passando a fazer parte da pauta do Banco Mundial. Na perspectiva de Fiori, as questões ecológica e a religiosa conseguiram preencher o espaço vazio que se formou nos corações e mentes das pessoas, sendo que a questão ecológica apontou caminhos para se reformar o sistema sem grandes alterações através da noção de desenvolvimento sustentável e da economia verde.

Numa conjuntura em que os movimentos sociais das décadas passadas constituíram-se como um espaço de reivindicação e mobilização, por meio de um discurso contrário ao Estado, coube a esse mesmo Estado propor novas formas para negociar com esses movimentos. Assim sendo, as novas formas de participação que emergiram nos anos 1990 significou a criação de mecanismos por parte dos agentes do Estado, aparentemente com o objetivo de esgotar ou minimizar esses conflitos, como aconteceu, por exemplo, em São Paulo, nos primeiros anos de 1990, com o acordo das montadoras.¹⁴⁶ Esses espaços, instituídos por agentes da sociedade civil e do Estado tinham o propósito de suprimir e redirecionar a força dos movimentos sociais para um caminho onde fosse possível controlá-los. O objetivo foi apaziguar os conflitos anteriores, constituindo novas formas de interlocução com os agentes do poder, como também aconteceu em Minas Gerais com as Audiências Públicas.

As Audiências Públicas Regionais foram instituídas pelo parlamento mineiro com o objetivo de aproximar Estado e sociedade civil em busca da promoção do desenvolvimento regional de forma “inovadora”. Isso sugere uma mudança de atuação da ALMG no que se refere à forma de lidar com essas questões.¹⁴⁷ O modelo de desenvolvimento implantado em

¹⁴⁵ MORENO, Camila. **Economia verde é o novo discurso hegemônico**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Economia-verde-e-novo-discurso-hegemonico-diz-pesquisadora/3/25270>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Francisco de. Quanto Melhor, Melhor. O acordo das montadoras. **Novos Estudos** – Cebrap, p. 3-7, n. 36, jul./1993. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/70/20080625_quanto_melhor_melhor.pdf>. Acesso em 01 ago 2015. Ver também: PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero/ILDEFES/LABOR, 1995. p. 35.

¹⁴⁷ É preciso considerar as mudanças que ocorreram na composição da Câmara dos Deputados, naquele período. Segundo dados disponibilizados pela Câmara em sua página na internet, a 12ª legislatura, entre 1991-1995, teve dez deputados ligados ao PT. Na 13ª legislatura, entre 1995 e 1999, temos um total de oito deputados eleitos pelo PT.

Minas Gerais passa a ser questionado, sob alegações de que estaria destruindo o meio ambiente e desconsiderando as especificidades regionais. Um modelo de desenvolvimento que não foi gestado naquele momento, mas faz parte de um longo processo de articulação da burguesia estadual, que vem desde os primórdios da República.

Nesse processo, cabia ao Estado auxiliar e coordenar, mas nunca concorrer com o setor privado. A especialização industrial foi um projeto de desenvolvimento estadual alternativo à diversificação produtiva, tendo como carro chefe a indústria metalúrgica. Esse projeto ganhou força e acabou como opção para as lideranças políticas na década de 1950. No entanto, a adesão ao projeto de desenvolvimento centrado na indústria metalúrgica não foi imediata. Otávio Dulci ressalta que podem ser observados quatro momentos entre 1930 e 1960 no desenvolvimento das políticas econômicas para Minas Gerais. Até 1940, predominam os esforços para a diversificação agrícola; entre 1941 e 1946, a expansão industrial; entre 1947 e 1950, predomina um equilíbrio entre agricultura e indústria. Finalmente, entre 1951 a 1955, temos a valorização da especialização industrial.

O desenvolvimento de Minas Gerais, centrado na indústria metalúrgica, foi pensado e arquitetado desde os anos iniciais da República. Esse modelo de desenvolvimento que prevaleceu em Minas Gerais apresenta três características: especialização produtiva, participação efetiva do capital estrangeiro e papel central do Estado. Citando Delgado, Pereira ressalta que esse não era o projeto ideal da burguesia mineira. Esta, por sua vez, esteve o tempo todo atenta às diretrizes gerais da burguesia nacional com relação a questões como o papel dos agentes tanto do Estado como do capital externo. Assim, quando nas décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimentismo estava em seu auge a industrialização em Minas Gerais começou a se consolidar.

As críticas ao modelo de desenvolvimento ocorreram principalmente na década de 1980. Mas devemos acrescentar outros ingredientes nesse processo: a chegada da redemocratização e a necessidade que os agentes do Estado tinham de dar uma resposta aos movimentos sociais das décadas anteriores. Ao convocar as Audiências Públicas Regionais, a ALMG estava cumprindo exigências da Constituição de 1988 e também atendendo reivindicações populares. E a criação do Fórum, em 1993, que teve como meta a participação nas Audiências Públicas Regionais, convocadas pela Assembleia Legislativa mineira para discussão do desenvolvimento regional, foi uma resposta de parte dos movimentos organizados que, naquele momento, já seguiam os caminhos da institucionalização.

Refletir sobre essas questões nos ajuda a pensar de uma forma mais completa a formação de supostas novas possibilidades de participação do cidadão e, por conseguinte, da “sociedade civil”, por meio de um desses espaços, o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, no Norte de Minas. Antes, porém, torna-se necessário conhecer os agentes que possibilitaram a constituição desse espaço: Comissão Pastoral da Terra e Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

2.2 A Comissão Pastoral da Terra

Em 1985, na coluna *Integração Informa*, do Jornal *Integração*, foi publicado um pequeno texto com o título “Teologia da Libertação”. O texto informava sobre a visita do Papa João Paulo II ao Brasil e sua mensagem aos jovens, trabalhadores, crianças, índios e às autoridades, a quem pediu mais amor à justiça e melhor divisão das riquezas do país. A nota terminou ressaltando que

sem que a gente possa entender, havia sempre nos seus discursos críticas à Teologia da Libertação com endereço certo aos bispos, padres e religiosos quem vêm assumindo concretamente a Missão Libertadora e Profética da Igreja na América Latina. Chegou mesmo a referir-se à Teologia da Libertação como um “desvio grave”.¹⁴⁸

A reprimenda da Igreja Católica de Roma com relação à Teologia da Libertação e, conseqüentemente, às práticas das pastorais sociais da Igreja na América Latina, aconteceu após a eleição de Karol Wojtyła, o papa João Paulo II, em 1978. No entanto, em momentos anteriores, a Igreja Católica já havia passado por um processo de mudanças no seu interior, o qual redirecionou o seu campo de ação. A Encíclica Vaticano II, ocorrida em 1964, promoveu mudanças e orientações no que se referia às práticas de evangelização da Igreja.¹⁴⁹ Alguns consideraram que as Comunidades Eclesiais de Base foram o alicerce dessas mudanças, que teriam sido iniciadas a partir de 1950 e se tornando mais efetivas na década de 1970 e 1980,

¹⁴⁸ INTEGRAÇÃO INFORMA. Teologia da Libertação. **Boletim Informativo das CEBs, CPT, CPO do Norte de Minas**. Diocese de Montes Claros, Diocese de Montes Claros, ano II, n. 9, jan/fev. 1985.

¹⁴⁹ AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 5, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009>. Acesso em: 01 ago. 2015.

após as encíclicas papais. Uma nova concepção de Igreja foi consolidada após essas conferências episcopais e essa nova Igreja passa obrigatoriamente pela valorização do leigo e por uma descentralização hierárquica, com importante atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1952, por D. Hélder Câmara, e do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), em 1955. A Conferência de Medellín, em 1968, aprofundou as discussões do Vaticano II priorizando as questões sociais da América Latina e concluindo que, para se alcançar a paz, seria preciso acabar com a desigualdade social.

Isso tudo significou uma nova prática interna à Igreja, voltada para o pobre, para o excluído. Esse foi o “novo jeito de ser igreja”, tão difundido pelas Comunidades Eclesiais de Base e pastorais Brasil afora. No entanto, a opção pelos pobres dentro da Igreja era algo que já vinha acontecendo mesmo antes do Vaticano II. Eder Sader faz um esboço do cristianismo das comunidades de base, destacando as transformações sofridas no interior da Igreja, tendo como ponto de partida a crise à qual buscou responder, os princípios que a inspiraram, as práticas sociais que foram iniciadas, e quais os métodos trabalhados, assim como as questões apresentadas.¹⁵⁰

Nesse sentido, temos o Vaticano II e as demais encíclicas papais norteando os clérigos na Conferência de Medellín, direcionando-os para outro caminho, considerado como sendo mais avançado. O documento final de Medellín aponta a desigualdade social como o principal problema a ser enfrentado pela Igreja. “O desenvolvimento é o novo nome da paz”, conclusão da encíclica *Populorum Progressio*, de 1967.¹⁵¹ Assim, a Igreja buscou um desenvolvimento que fosse capaz de libertar os homens do estado de pobreza. Com esse espírito, os primeiros textos da Teologia da Libertação começam a ser escritos, esboçando um novo jeito de ser igreja. As bases foram estimuladas e a fé atrelada à justiça social.¹⁵²

A Teologia da Libertação foi concebida na América Latina por teólogos tais como Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Betto, Enrique Dussel, Hugo Assman, dentre outros. Esses teólogos comungavam das mesmas ideias sobre os grandes problemas sociais brasileiros e da América Latina. Suas preocupações, seguiam no sentido de superar a pobreza que alimentava a desigualdade social, e significou o progressismo na igreja católica,

¹⁵⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

¹⁵¹ MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2010.

¹⁵² MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, 2010.

transformando-se em referência para as Comunidades Eclesiais de Base e pastorais, influenciando modos de pensar e agir de uma parcela da sociedade. Desse processo emerge um grupo de bispos, padres, freiras e frades com uma atuação considerada mais “progressista”, em conjunto com leigos e fiéis.

Para Michel Lowy¹⁵³, a Teologia da Libertação contribuiu para modificar a história da América Latina, uma vez que inspirou milhões de cristãos das CEBs e das pastorais a lutarem por uma sociedade mais justa e humana. Contudo, quando João Paulo II é eleito, em 1978, as coisas mudam dentro da Igreja, particularmente na América Latina. A Igreja voltou a ser centralizadora e as divergências internas aumentaram; muitos clérigos não concordaram com as imposições de Roma. A Igreja, naquele momento, perdia muitos de seus fiéis.

Em 1985, os textos de Leonardo Boff foram considerados nocivos à fé cristã e este foi condenado a um ano de silêncio obsequioso, sendo afastado de suas funções. Em entrevista recente dada à revista época, Boff argumentou que tanto João Paulo II como Bento XVI abortaram as inovações iniciadas por João Paulo I, contribuindo para afastar a Igreja do mundo.¹⁵⁴ Durante a década de 1990, a Igreja viu seus templos esvaziarem, enquanto que os neopentecostais cresciam vertiginosamente no Brasil. Naquela época, o afastamento de Boff arrefeceu o trabalho das bases e das pastorais e, posteriormente, isso pesou nas práticas da Igreja, uma vez que os bispos conservadores, aos poucos, enfraqueceram as ações da CPT.

A Nova Igreja que despontou de Medellín atuou ativamente na sociedade por meio das pastorais sociais e das comunidades de base, apoiando os movimentos sociais na busca por justiça social e na defesa dos direitos. As CEBs tiveram um papel muito importante na organização e na divulgação das lutas sociais. No Norte de Minas, sua importância pode ser mensurada ao se constatar que a maioria das lideranças sociais da região iniciaram seus trabalhos nos salões paroquiais e, na sequência, engajaram-se nos movimentos sociais. Pessoas como Filogônio Francisco da Silva, o Filó, nascido em Varzelândia, em 1949. Em entrevista dada a Rosely Carlos Augusto, Filó fala sobre as mudanças que experimentou depois de seu engajamento nas CEBs.

¹⁵³ LOWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 46-47.

¹⁵⁴ BOFF, Leonardo. **João Paulo II e Bento XVI afastaram a Igreja do mundo**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI172828-15227,00LEONARDO+BOFF+JOAO+PAULO+II+E+BENTO+XVI+AFASTARAM+A+IGREJA+DO+MUNDO.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

[...] antes dessas reuniões (círculos bíblicos), a gente vivia a coisa muito simplória, a coisa era muito simples... Não precisava pensar muito, né? Até que eu vim para o primeiro encontro aqui, de Montes Claros, das CEBs. Depois foi o encontro de Leopoldina, Leste II. Aí foi toda essa história de conhecimento, aprofundamento e mudança nesse patamar que a gente vem seguindo até hoje.¹⁵⁵

Assim como Filogônio, Juarez Teixeira Santana, nascido na comunidade de Morrinhos, próximo a Bocaiúva, também trilhou o mesmo caminho. Juarez conta que nasceu em uma família grande, com 13 irmãos, e aponta que, antes de ser ativo no movimento sindical: “eu comecei com o movimento eclesial, na década de 1970, que eu acho que foi um movimento forte das CEBs”.¹⁵⁶

Filogônio e Juarez foram algumas das lideranças sociais entrevistadas por Rosely Augusto em sua tese de doutorado, que tratou dos saberes produzidos em consequência da participação dos sujeitos na luta social. Em comum, estes têm o fato de terem iniciado nos trabalhos das CEBs e, posteriormente, terem se engajado nos sindicatos, na luta pela terra, na defesa do meio ambiente, dentre outros. A organização de cursos de formação de lideranças sociais, nos moldes dos que fizeram Filogônio, Juarez eram realizados constantemente, e significaram um amadurecimento dos movimentos sociais na região. Dessa maneira, a atuação das pastorais junto aos movimentos de bairro e suas várias bandeiras de luta foram essenciais no que se refere à construção de um caminho possível para a cidadania.

A bandeira da CPT seguiu sendo o apoio aos movimentos sociais, à causa do negro, do índio, da mulher, do trabalhador. Por isso, a importância em valorizar as potenciais lideranças regionais visando desenvolver um trabalho conjunto de organização e fortalecimento da classe trabalhadora.

Os trabalhadores que foram expulsos de suas terras em nome do progresso e do desenvolvimento encontraram uma ponta de esperança nos encontros e celebrações promovidas pelos agentes da CPT. Paralelamente à defesa e à luta para que os trabalhadores tivessem seus direitos respeitados, os agentes da pastoral atuavam no sentido de conscientizar esses trabalhadores. E isso era feito por meio dos cursos de formação, nas reuniões, com cartilhas e panfletos sobre temas específicos e também com os jornais *Pelejando* e

¹⁵⁵ AUGUSTO, Rosely Carlos. **Aprender na Prática**: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, Norte de Minas, nas últimas três décadas. 2011. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

¹⁵⁶ Ibid.

Integração, visto que ambos tinham um forte conteúdo de denúncia em relação aos conflitos no campo, às questões relativas à política, à reforma agrária.

Nos jornais, eram publicados textos sobre a Teologia da Libertação e sua importância, sobre a América Latina e a luta contra o imperialismo estadunidense. Por esse comportamento, a CPT foi acusada de desenvolver um trabalho mais social que pastoral. Em 1991, os trabalhos realizados foram registrados sob o nome de “Pastoral Rural”.¹⁵⁷ A mudança foi uma tentativa da ala conservadora da Igreja de tentar minar os trabalhos da CPT. Em entrevista com Alvimar, agente da CPT em Montes Claros, perguntamos sobre a criação da Pastoral Rural. No que ele responde:

na verdade, essa questão da Pastoral Rural ela nasceu dentro de um processo conflituoso. D. Geraldo que era bispo, ele tinha muito medo dessa questão de conflito e até porque também os antigos fazendeiro era muito amigo [do bispo] muito religioso e tal. E diante de um embate que teve com o delegado da polícia civil, que não era da alçada dele tá mexendo, era mais a polícia militar, que teria que fazer o BO lá, e uma área foi ocupada e nós chegamos pra fazer uma reunião naquela época e ele falando, tinha autoridade pra isso, ele falando que a CPT deixava de existir e que atuasse a Pastoral Rural. Mudou de nome, né? Mas não adiantou porque já tava na cabeça das comunidade quem era CPT. Então não tinha como... nós continuamos com as mesmas ações, chamando de Pastoral Rural... não fazia muita diferença não... a luta continuava. E o hoje dentro do material da arquidiocese continua como CPT, dentro das cartilha, que tira alguma diretriz, que fala em assembleia a missão de todas as pastorais... tá lá como pastoral da terra.¹⁵⁸

Analisando o papel político desempenhado pela Igreja Católica no Brasil e sua relação com os agentes do Estado e da sociedade civil, Dermi Azevedo afirma que esta atuou como “ator da sociedade civil e da sociedade política, no processo de pressão e de negociação com a arena estatal com vistas ao restabelecimento da plenitude democrática”. Salienta ainda que “um dos principais campos do engajamento social e político da Igreja é o da defesa e promoção dos direitos humanos, e, nessa área, a Igreja, pouco a pouco, vai cedendo parte do seu protagonismo para as entidades da sociedade civil organizada”.¹⁵⁹

¹⁵⁷ DIOCESE DE MONTES CLAROS. Relatório de Avaliação da Pastoral Rural. Montes Claros, mai. 1991. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra.

¹⁵⁸ SANTOS, Alvimar Ribeiro. **Alvimar Ribeiro Santos**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

¹⁵⁹ AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 5, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009.. Acesso em: 01 ago. 2015.

Talvez seja possível entender melhor essa conclusão a que chegou Azevedo se fizermos uma análise a partir da década de 1990, sobretudo devido à institucionalização de grande parte dos movimentos sociais. Ademais, a própria CPT, já no início de sua atuação na região, adequou-se ao formato ONG, uma vez que seu trabalho é financiado por instituições internacionais ligadas à Igreja Católica. A despeito disso, a Misereor, instituição alemã que atua no Brasil por meio das pastorais sociais, ao analisar o perfil de seus parceiros no Brasil constatou como tendência a secularização desde o início dos anos 1990. O perfil dos parceiros de Misereor, que, em tempos passados, era quase que totalmente eclesial, “parece estar em transformação” constata o relatório. O relatório segue dizendo que a diminuição da participação de parceiros ligados à Igreja pode ser explicada devido à atuação autônoma das organizações populares que se formaram a partir da atuação das pastorais, e também pelo “aumento geral de ONGs independentes como sujeitos de iniciativas de desenvolvimento”, ao mesmo tempo em que “os parceiros eclesiais se retiram gradualmente do setor social”.¹⁶⁰

Nesse mesmo relatório, ao avaliar as perspectivas para o futuro de suas ações no Brasil, a Misereor constata, em 1994, que, com o fim da ditadura e o restabelecimento da liberdade de organização, um grande número de “organizações de auto-promoção” e “associações de interesses” devem se encarregar de projetos ou participar mais ativamente no que se refere à sua supervisão e execução. Diante disso colocou que

a consequência lógica desta tendência com rumo a novos protagonistas é que no futuro haverá certamente menos projetos executados sob responsabilidade direta da Igreja, tanto mais que uma redefinição de suas prioridades, várias dioceses tendem a concentrar-se mais nos desafios pastorais internos da Igreja em vez de na continuação de programas sociais integrados. É particularmente na perspectiva de os movimentos e organizações populares assumirem maior auto-responsabilidade que os fatores competência técnica e administrativa adquirem importância fundamental. É especialmente nesse campo que residem talvez importantes tarefas para programas de assessoria e formação a serem oferecidos pelas numerosas ONGs intermediárias, [...] que reivindicam um papel autônomo como atores sociais.¹⁶¹

Para a Misereor, a sociedade civil que então se formava no Brasil, ocuparia, em um futuro próximo, um espaço maior na sua lista de parceiros por ser ela a responsável pelo aparecimento de novos agentes e também pela crescente autonomia das organizações de base.

¹⁶⁰ CAA – Norte de Minas. **Perfil de cooperação de Misereor no Brasil**. Aachen, out. 1994. Rp/Bz/Kön/Sn/Bel.. Documentação. p. 7.

¹⁶¹ CAA – Norte de Minas. **Perfil de cooperação de Misereor no Brasil**. Aachen, out. 1994. Rp/Bz/Kön/Sn/Bel. Documentação. p. 8.

Em certa medida, a atuação dos agentes da CPT local estava em consonância com os objetivos da Misericórdia, principalmente ao promover debates e discussões ainda no início da década de 1980, que, posteriormente, deram origem a novos espaços de diálogo como a ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e, que, posteriormente, em 1993, formou outro espaço que pretendia ser de articulação e debate de projetos e políticas para os trabalhadores – a saber, o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. É sobre o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas que trataremos no próximo tópico.

2.3 Tecnologias alternativas em “agri-cultura” em busca da sustentabilidade.

O trecho abaixo é parte da resposta de Carlos Dayrell, agrônomo do CAA, à pergunta realizada na entrevista, sobre como foi adquirido um casarão no centro histórico de Montes Claros. Consideremos sua fala.

Tancredo Neves era governador em 82. Ele assumiu o governo e abre um diálogo com a esquerda. [...] Então a Secretaria de Estado do Trabalho ficou na mão desse pessoal de esquerda. E no âmbito do governo federal e estadual tinham alguns programas chamado “Desenvolvimento Rural Integrado” direcionado para a pequena produção rural. Então teria um programa que era a Setas, né, secretaria de trabalho, que trabalhava na região com os chamado PDRI. Primeiro PDRI Verde Grande Gorutuba – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Gorutuba, e depois o PDRI Jequitai Verde Grande. Eu sei que ampliou... Então, quando terminou meu período de dois anos lá [em Moçambique] eu voltei pra Minas e comecei a procurar. Então me indicaram e eu vim, fui trabalhar em Janaúba e Porteirinha. Ai quando eu tava no Estado, na Setas, a gente começou a discutir... porque quando eu tava em Moçambique eu tive experiência lá em agricultura ecológica, o pessoal tava desenvolvendo agricultura ecológica... então eu chego pra cá, eu encontro o pessoal discutindo também agricultura alternativa... começando a articular... então dentro da Setas... dentro desse programa... na verdade, não era a Setas... a gente montou um grupo de trabalho “Grupo de Estudos sobre a Pequena Produção Rural”... que envolvia a Setas, SUDECOPE... os técnicos que estão aqui na região. E a gente falava... a gente precisa se aproximar do movimento social da região... então a gente começa a se aproximar da CPT... a gente vai conversar com a CPT.¹⁶²

¹⁶² DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

Após responder como conseguiram angariar o montante para a compra do imóvel, Dayrell direcionou sua fala para o tempo em que havia saído da faculdade de agronomia em Viçosa. Relembrou sua simpatia pelas causas da esquerda e o período em que esteve na África, onde trabalhou em Moçambique por dois anos. Menciona seus primeiros contatos com a agricultura ecológica, a volta para o Brasil, ainda no início dos anos 1980, o ingresso na Secretaria de Estado Trabalho e Assistência Social e o contato com outros técnicos interessados em trabalhar com agricultura ecológica.

A fala de Dayrell traz à tona um momento em que a grande preocupação no país era reorganizar a sociedade brasileira. O “abrir um diálogo com a esquerda” é parte desse momento de tentativa de constituição de um espaço público que tem significado diferente, dependendo de qual perspectiva se analisa a questão. Para os agentes do Estado, importava frear e reordenar os trabalhadores e seus movimentos. Na perspectiva de muitos militantes dos movimentos sociais, era a oportunidade para se construir um espaço público comum, onde fosse possível ao cidadão participar ativamente da política. No entanto, isso significou mais a reformatação de modos de agir e pensar de grande parte dos movimentos sociais que se aliaram ao Estado.

No Boletim Informativo *Integração*, referente aos meses de julho e agosto de 1985, consta da coluna *Tecnologia Alternativa* um texto informando sobre a criação de um novo espaço para o pequeno produtor rural. O texto ressalta que, preocupado com o aumento do consumo de agrotóxico nas lavouras, um grupo de pequenos produtores realizaram, sob a coordenação da CPT, o I Encontro Regional de Tecnologia Alternativa na Agricultura, entre os dias 19 a 21 de julho de 1985. O Encontro teve apoio da Setas e assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social (Fase), bem como de alguns técnicos da Empresa de Assistência Rural Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater). Ao fim do Encontro decidiu-se:

- Evitar ao máximo o uso de produtos químicos,
- Intensificar o uso de adubos orgânicos,
- Fazer experiência com as culturas que se combinam,
- Divulgar experiências que dão certo para os pequenos produtores,
- Exigir mudança de atuação dos órgãos oficiais,
- Manter um centro de experimentação em Juramento para dar continuidade ao trabalho e praticar experiências alternativas.¹⁶³

¹⁶³ TECNOLOGIA ALTERNATIVA: Integração. Boletim Informativo da Cebes, CPT e PO do Norte e Noroeste de Minas. Diocese de Montes Claros, ano II, n. 12, jul./ago., 1985.

Deste primeiro Encontro saiu um projeto para a implantação de um Centro de Tecnologias Alternativas, que posteriormente viria a se tornar o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Do primeiro projeto de constituição desse Centro consta que seu objetivo era “contribuir no processo de experimentação/apropriação de tecnologias alternativas já desenvolvidas pelos trabalhadores no Norte de Minas”, e também “servir como canal alternativo de comunicação e discussão de questões ligadas a estrutura agrária, técnicas de produção e medicina popular”.¹⁶⁴ Esse primeiro rascunho foi fruto das discussões que ocorreram no Encontro de julho de 1985.

Nesse encontro, após discutirem e trocarem experiências sobre as dificuldades para se desenvolver novas técnicas de produção, os participantes concluíram que não havia interesse das indústrias, tampouco do governo, quando se tratava de difundir e incentivar tecnologias alternativas de produção. Por isso, eles defendiam a necessidade em organizar um espaço para preencher essa lacuna, onde fosse possível realizar testes, montar unidades para demonstração, organizar cursos e debates. Também chegaram à conclusão de que o grande problema do Norte de Minas era a falta de terras para a maioria da população. Por isso, o projeto do centro de tecnologias alternativas propunha discutir questões referentes à estrutura agrária da região.¹⁶⁵ Esse foi o rascunho inicial. O projeto foi enviado à Finep, por meio da Fase e à Misereor. As reuniões e discussões continuaram acontecendo no decorrer de 1986.

O projeto inicial foi aprovado pela Finep para três anos, com duração até 1989. Os primeiros trabalhos foram iniciados em 1987 e, a partir daí, foi montada uma equipe nuclear. Os agentes que compunham essa equipe buscaram dialogar com os organismos públicos atuantes na região, como Sudenor, Setas e Programa de Desenvolvimento das Comunidades Rurais (Prodecor), para apresentarem o projeto do CTA e discutirem possíveis parcerias. A Setas demonstrou interesse no projeto e, a partir de então, emergiram perspectivas de trabalho conjunto. Uma equipe local, representante do governo alemão (Misereor), também se mostrou interessada em colaborar com o projeto CTA.

Na sequência, mais encontros foram organizados, a partir dos contatos e reuniões anteriores, para tratar da implantação de um CTA em Montes Claros, entre 24 a 27 de fevereiro de 1987, tendo em vista que o apoio da Finep iria até 1989. O encontro seguinte teve a participação de 13 trabalhadores rurais, entre sindicalistas e lideranças comunitárias,

¹⁶⁴ CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DO NORTE DE MINAS. Montes Claros, out. 1985.

¹⁶⁵ Ibid.

técnicos do TA-Fase e Casa de Pastoral. Prestaram assessoria técnicos do Centro de Integração Rural do Espírito Santo (CIR), Movimento de Educação Popular do Espírito Santo e CTA de Ouricuri-PE, Setas-MG e equipe técnica do CTA-MG. Foi nesse encontro que se definiu os termos de trabalho do CTA-Montes Claros. Foi definida uma área para atuação que ficou restrita a seis municípios da microrregião de Montes Claros: Montes Claros, Bocáiuva, Mirabela, Coração de Jesus, Francisco Sá e Juramento e apoio aos assentamentos de Varzelândia e São Francisco.¹⁶⁶

A formação de um centro de tecnologias alternativas que almejasse o financiamento de um órgão público federal deveria obedecer alguns requisitos que tentamos tornar claro no Quadro 4.

Quadro 4 – Processo de formação / CTA

Projeto local	Projeto nacional	ONG responsável	Agentes financiadores	Órgãos financiadores nacionais ou internacionais
Centro de Tecnologias Alternativas	Projeto Tecnologias Alternativas	Fase	Finep	Nacional - Governo Federal
				Internacional - Misereor

Fonte: PTA/Fase. Rio de Janeiro, jul. 1986. Centro de documentação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

O centro deveria ser de atuação local e deveria estar em conformidade com as diretrizes da Finep. Essa adequação era feita pela Fase, por meio de seu Projeto de Tecnologias Alternativas que, por conseguinte, submetia-se ao projeto da Nova República. Esta, por sua vez, estava em sintonia com o conjunto de instruções da política estadunidense e suas agências de crédito: Banco Mundial e FMI, por exemplo. O CTA de Montes Claros estava dentro dessa rede. Abaixo, organizamos um quadro com a estrutura do projeto de Tecnologia Alternativa da Fase.

¹⁶⁶ CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DO NORTE DE MINAS. Montes Claros, out. 1985.

Quadro 5 – Estrutura organizacional do Projeto Tecnologias Alternativas

1. Item não identificado
2. Área de atuação do projeto
3. Posicionamento do projeto no contexto científico e tecnológico - discutir a importância do projeto, sua motivação e a oportunidade de sua execução.
1) Origem e justificativa do projeto TA na sua globalidade
(a) articulação entre cientistas e movimentos sociais
(b) expressão de demanda por pesquisa
(2) O projeto TA como instrumento de desenvolvimento científico tecnológico
(3) O projeto como processo
4. Descrição dos objetivos do projeto
1) objetivos gerais e específicos do projeto TA no seu conjunto
a) Geral
b) específico
2) objetivos dos centros de tecnologia alternativa
5. Metodologia
1) formação de uma rede nacional
2) processo de organização a nível dos estados, e de criação de Centros de Tecnologias Alternativas – CTA.
3) estruturação da rede estadual
4) coordenação nacional do Projeto T. A
5) modelização
6. Bibliografia
1) aspectos metodológicos
2) aspectos setoriais
3) aspectos temáticos agrícolas
4) resultados dos trabalhos do projeto TA/Fase
7. Utilização dos resultados do projeto
Objetivos específicos de cada centro
1) Curicuri – Pernambuco
2) Montes Claros – Minas Gerais
3) objetivos da coordenação e assessoria científica
4) Metas
8. Recursos humanos do projeto

Fonte: PTA/Fase. Rio de Janeiro, jul. 1986. Centro de documentação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

Especialmente, o item 3.3 ressalta que ambos, PTA e CTA, foram recursos empregados para a implantação das diretrizes políticas da Nova República no que diz respeito ao Plano Nacional de Reforma Agrária e aos objetivos de fortalecimento da pequena produção rural. Consta do relatório da Fase que os projetos de tecnologias alternativas faziam parte de uma rede nacional, iniciada em 1983, que, a partir de então, organizava entidades para que pudessem atuar em nível estadual, onde normalmente se tomavam as decisões de criação de um centro de tecnologia alternativa. Especial atenção era dada à parceria com instituições oficiais de pesquisa que atuassem na mesma área, como foi com a Embrapa, no

caso do centro de Montes Claros. A coordenação nacional trabalhava no sentido de facilitar esse processo, assessorando e integrando-o ao programa Sistemas Integrados de Produção.¹⁶⁷

O trabalho com as tecnologias alternativas seguiu sendo feito com o financiamento da Finep até janeiro de 1989, juntamente com Casa de Pastoral de Montes Claros. Em 1988, o segundo projeto do CTA, feito inicialmente em 1987, sofreu algumas adaptações. Foi enviado à Misereor e aprovado para execução em três anos. Esse segundo projeto foi justificado tendo como base a ineficiência de agentes do Estado em efetivar uma política de desenvolvimento que conseguisse alcançar os segmentos mais pobres da população no campo. Por isso, os representantes do Estado estariam ampliando suas ações, tendo como meta atingir os pequenos produtores rurais. A ação estatal aconteceria por meio dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado, que fazia parte das políticas de alívio à pobreza implementadas pelo Banco Mundial.¹⁶⁸ Tinham por objetivo fazer do pequeno camponês um consumidor em potencial, além de minimizar os conflitos sociais no campo.¹⁶⁹

Com relação aos pacotes de modernização sugeridos pelos programas de desenvolvimento do governo, o CTA – que, posteriormente, se torna CAA – tinha um discurso contrário. Os agentes do CTA se colocaram contrários a esse pacote modernizador porque ele não respeitava o saber camponês. A adoção de uma tecnologia considerada avançada pelo pequeno produtor sempre acontecia de forma “desastrosa e parcial”, uma vez que o pacote deveria ser adquirido por inteiro, fazendo com que os pequenos produtores quase sempre ficassem em dívida com os bancos.

Como a falta de assistência técnica e de crédito rural para os pequenos produtores sempre foi um problema na região, o tema era constantemente debatido pelos representantes nos encontros promovidos pela CPT em parceria com o CTA, especialmente em um momento em que a situação financeira dos pequenos produtores da região se agravava ainda mais, seja pela redução das propriedades, seja pelo desgaste do solo.

Diante desse quadro cada vez mais caótico e da organização possibilitada pelos agentes de pastoral da CPT e pelos membros do CTA, os movimentos organizados dos trabalhadores passam a reivindicar a participação nas políticas destinadas aos trabalhadores

¹⁶⁷ PTA/FASE. Centro de Tecnologia Alternativa. Rio de Janeiro, jul 1986. Centro de Documentação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

¹⁶⁸ PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944-2008). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009, p, 112-161.

¹⁶⁹ CAA. Centro de Tecnologias Alternativas do Norte de Minas. Projeto para segunda fase de implantação. Julho de 1988. Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

rurais. O CAA nasce e solidifica o seu trabalho na região a partir de demandas como essa. Usar técnicas alternativas, de baixo custo e de fácil aplicação apresentava menor risco quanto a sua utilização e, segundo o CAA, seria “uma forma de enfrentar o grande capital e os pacotes tecnológicos governamentais”.¹⁷⁰

Antes de se tornar CAA, o CTA definiu como sua concepção de trabalho “ser essencialmente um centro de formação de trabalhadores rurais nas questões relativas à pequena produção, em particular no que concerne às opções do tipo tecnológico”.¹⁷¹ Mas, ao trabalhar com a terra, outras questões foram identificadas e consideradas de grande importância para que esse objetivo fosse realizado: as questões referentes à política agrária e agrícola. Para que a pequena produção fosse viável, essas questões que estão diretamente ligadas ao trabalho do CTA foram consideradas como “impossíveis de serem ignoradas”.¹⁷²

Com a aprovação da segunda etapa pela Misereor, em 1989, o CTA se desvincula da Fase e cria uma instituição autônoma, o Centro de Agricultura Alternativa, para dar seguimento aos trabalhos. Nessa fase, as diretrizes adotadas pela nova entidade passavam pelo acompanhamento de comunidades rurais e assentamentos, assessoria às entidades de trabalhadores e formação de lideranças, na zona rural de Montes Claros e também em comunidades de outros municípios como Mirabela, Bocaiúva e Varzelândia.¹⁷³ Para desenvolver as tecnologias alternativas, a entidade adquiriu uma propriedade com cerca de 65 hectares, próxima a Montes Claros, para instalação da Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA), situada a 36 km de Montes Claros.

Com o passar dos anos, o trabalho desenvolvido no CAA tornou-se mais exigente, envolvendo um número maior de projetos e parceiros. Seus projetos tinham por objetivo pensar propostas alternativas para os pequenos produtores rurais em um momento de expansão capitalista na região.¹⁷⁴

¹⁷⁰ CAA. Centro de Tecnologias Alternativas do Norte de Minas. Projeto para segunda fase de implantação. Julho de 1988. Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ CAA. Síntese do projeto para segunda fase de implantação. Setembro de 1989. Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

¹⁷⁴ Em seu sítio eletrônico, o CAA informa que suas ações, desde 1989, são no sentido de “construir uma opção de acompanhamento técnico em comunidades rurais, onde busca romper com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, aportando novos enfoques metodológicos”. Influenciado pelos movimentos sociais e consciente do processo desenvolvimentista em curso, suas práticas se baseiam em definições conceituais trilhadas pelos atores sociais que traçam os seus princípios básicos, que são: “afirmação e valorização do saber camponês; recuperação, conservação e aproveitamento dos recursos naturais; concepção universalizante do saber técnico; inserção da Agricultura

Carlos Alberto Dayrell definiu assim os objetivos iniciais da entidade: “era uma coisa assim: como que os pequenos produtores poderiam sobreviver, conseguir sua reprodução social nesse contexto, né? Ou que propostas seriam importantes, que englobassem a questão da tecnologia, da agricultura, da terra”.¹⁷⁵ A criação do CTA/CAA em Montes Claros, se justifica em face às demandas dos pequenos produtores que foram ao encontro dos objetivos dos representantes do Estado.

Dayrell ressaltou que havia um grupo de pessoas com interesse em discutir com o Estado políticas públicas para o desenvolvimento local. Mas, do outro lado, temos os agentes do Estado tentando controlar o desenvolvimento regional. A questão é sempre direcionada para o regional e o local. Programas como os PDRI fizeram parte dessa estratégia, pois estavam vinculados aos objetivos do programa Polo Noroeste, financiado pelo Banco Mundial, com o objetivo de amenizar a pobreza, nos anos de 1970.

O Plano Noroeste atuou em três frentes: PDRI, Projetos de Colonização e Projetos de Irrigação, com as ações sendo concentradas no PDRI devido às exigências do Banco Mundial. As intenções do PDRI eram aumentar a produção agrícola anual dos pequenos produtores rurais, com a intenção de formar consumidores no campo. Mas o PDRI focava os que tinham a terra e que pudessem comprovar posse; portanto, deixou de fora os trabalhadores rurais assalariados, os posseiros, meeiros e arrendatários; ou seja, a maioria dos trabalhadores rurais. Um dos objetivos do CTA caminhava nesse sentido, de fazer chegar aos pequenos produtores programas como o Desenvolvimento Rural Integrado.

2.4 Formação do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional

Diante da proposta da ALMG em ouvir entidades organizadas da sociedade civil com o objetivo de discutir os rumos do desenvolvimento regional, foi constituído, a partir de agências e agentes da sociedade civil, dentre sindicatos, pastorais, ONGs, profissionais

Alternativa na dinâmica de organização da produção camponesa; caráter político da ação CAA/NM”. Disponível em: <<http://caa.org.br/institucional>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

¹⁷⁵ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

liberais, um espaço para apresentar propostas de desenvolvimento para a região. Isso ocorreu por meio das Audiências Públicas Regionais, em 1993.¹⁷⁶

Esse espaço foi denominado Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. A criação do Fórum, como lugar de disputa para definir ações políticas visando o desenvolvimento regional, pode ser compreendido, segundo seus interlocutores, diante do processo de desenvolvimento implantado na região, por meio do governo federal via Sudene, com o aval das lideranças empresariais da região e sobre o qual tratamos no primeiro capítulo. Assim, as ações e discussões de agentes ligados aos trabalhadores, como a ONG Centro de Agricultura Alternativa e entidades como a Comissão Pastoral da Terra, sindicatos rurais e urbanos, além de outras entidades de Montes Claros e também da região, também influenciaram na criação do Fórum.

Quando questionamos Alvimar e Carlos Dayrell sobre o Fórum, ambos o associaram-no a um passado de luta e experiências partilhadas, das quais inúmeras entidades fizeram parte: Centro de Agricultura Alternativa, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, além da Central Única dos Trabalhadores e demais sindicatos e movimentos sociais. Alvimar, ao ser perguntado sobre o Fórum respondeu:

Meu Nome Alvimar, sou da Pastoral da Terra. A Pastoral da Terra é fundada aqui em 1982. Então, eu costumo falar que as organização do movimento chega aqui no Norte de Minas após os grandes movimentos na década de 1970 em São Paulo. Então, aqui chega 10 anos atrasado devido à questão industrial e tudo, né... então a classe trabalhadora praticamente ela foi assim muito sofrida da questão da organização de classe. A própria PT e PO que tive a oportunidade de participar, principalmente a PT nós colaboramos muito na fundação de vários sindicatos na região aonde eles não tinham nenhuma organização de classe pra contrapor a exploração tanto na área de posse, os conflitos de terra e aí foi um processo de fundação dessas entidades que respondesse essa demanda de conflitos existentes [...], seja na área trabalhista de conflitos de terra e principalmente no Norte de Minas ele é uma região do Estado onde tem muitas terras devolutas. Com a chegada das reflorestadora houve um embate maior entre empresa e trabalhadores e comunidade como um todo e o sindicato ele é fundado no sentido de defender essas demandas. E na época também se falava muito com relação a questão da reforma agrária muito forte. E cada sindicato lutar separado era um pouco fragilizado e com o passar do tempo foi se dando a ideia nas discussões políticas no sentido de que essas organizações pudessem se juntar e planejar as ações, o que que ia fazer no decorrer do ano. É nesse sentido

¹⁷⁶ As audiências públicas regionais serão tratadas no capítulo 3.

que nasceu o fórum já nesse espaço, com o objetivo de juntar as reivindicações dos trabalhadores.¹⁷⁷

Alvimar traz para a narrativa a sua experiência de luta na Pastoral Operária e na Pastoral da Terra, no que se refere à organização dos trabalhadores. Principalmente, porque para Alvimar o Fórum é produto e continuidade desse processo e sua fala revela toda a importância dessa experiência. Para Carlos Alberto Dayrell, o Fórum “suruiu num momento até interessante. Foi mais uma provocação de fora pra dentro”. Relata que sua constituição aconteceu em virtude da Assembleia, mas reconhece que as ações que culminaram com o Fórum faziam parte de um “processo que já vinha acontecendo aqui na região, e que tem a ver com a própria atuação que a gente já vinha tendo no CAA”.¹⁷⁸ A fala de Dayrell, assim como a de Alvimar, é focada na década de 1980 e na tensão vivida no campo, principalmente com relação a luta pela posse da terra e sobre a qual tratamos no capítulo anterior.

Dayrell ainda destaca que, em meados dos anos 1980, constituiu-se o Centro de Agricultura Alternativa, em articulação como o movimento sindical, com as pastorais e com as questões ambientais, ocupando grande espaço nos debates e conversas: “as pessoas começam a discutir e questionar: porque o cerrado tá acabando?”¹⁷⁹ Questões estas que também estão sendo discutidas em outros espaços.

Em 1990, a prefeitura de Montes Claros organiza a primeira Festa Nacional do Pequi, atualmente em sua 25ª. edição. Uma Festa que é, conforme Dayrell, “[...] marcante, porque ela passa a discutir as questões mais estruturais, mais estruturantes que vinham degradando os cerrados do Norte de Minas Gerais”.¹⁸⁰ Portanto, tanto para Alvimar quanto para Dayrell, o Fórum representa uma linha contínua com os movimentos anteriores. O que foi possível perceber ao analisar os documentos foi um redirecionamento das ações do Fórum em prol de demandas consideradas mais urgentes, neste caso, a questão hídrica, para a população da zona rural, principalmente entre os anos de 2001 e 2002.

Isso significa, portanto, que entre as demandas iniciais apresentadas pelo Fórum algumas foram mais trabalhadas do outras. No entanto, não devemos entender essa escolha de

¹⁷⁷ SANTOS, Alvimar Ribeiro. **Alvimar Ribeiro Santos**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

¹⁷⁸ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

¹⁷⁹ Ibid.

¹⁸⁰ Ibid.

forma simplista. Analisando fontes e fazendo uma leitura contrária, percebemos que, com o passar dos anos, os agentes que estavam à frente do Fórum perceberam onde era possível atuar e obter resultados imediatos, vide exemplo da questão hídrica.

As ações do Fórum, neste período, devem ser analisadas tendo como referencial a atuação de dois dos principais agentes que o constituíram e sobre os quais já falamos: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e Comissão Pastoral da Terra. O CAA foi institucionalizado em 1989, iniciou seus trabalhos em 1987, com apoio financeiro da Finep e da Casa de Pastoral de Montes Claros. Ainda como Centro de Tecnologias Alternativas, seus agentes trabalhavam em conjunto com a CPT e outras entidades de apoio aos trabalhadores, como Fetaemg e Central Única dos Trabalhadores, as quais atuavam prestando auxílio aos trabalhadores quando se tratava de greves, ações judiciais, reuniões e negociações.

Ao CAA cabia prestar assessoria técnica, auxiliar nas questões referentes aos cuidados com o solo, ao plantio, tecnologias alternativas para o controle de pragas, dentre outras. Tanto Dayrell como Alvimar ressaltam que os debates políticos aconteciam regularmente na CPT, sendo fruto dos projetos e ações dessas entidades. A fala de ambos indica que o terreno em que foi possível constituir o Fórum foi preparado ao longo dos anos.

Com o correr do tempo, o Centro de Agricultura Alternativa consegue ocupar um lugar de destaque na região, uma vez que suas ações quanto à agricultura orgânica adquirem consistência. No entanto, para uma entidade que almejava trabalhar com agricultura alternativa – e, conseqüentemente, ocasionar uma reforma agrária – o acesso à terra são (ou deveriam) ser questões centrais em sua pauta. Afinal, para desenvolver e difundir práticas alternativas em agricultura é necessário contato direto com aquele que lida com a terra, ou seja, o homem do campo. Dessa forma, podemos inferir que, uma vez enterradas as possíveis centelhas revolucionárias no Brasil, o caminho possível para essas entidades era a participação nas diretrizes que envolviam as definições das políticas públicas locais. No Norte de Minas, faltava ao CAA articular com outras agências sua inserção e participação na dinâmica regional, uma vez que as definições das políticas públicas eram sempre conduzidas pelo mesmo grupo político: fazendeiros e empresários da região e suas entidades representativas.

Dizemos isso porque, ao analisar os relatórios produzidos por entidades privadas como a ACI, ou por órgãos públicos como o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), dentre outros, é perceptível que as políticas públicas sobre as quais falamos

acima sempre foram discutidas e definidas por lideranças empresariais, como a ACI, Sociedade Rural e, a partir dos anos 1980, pela Amams.¹⁸¹

Esses relatórios traçam o perfil da região, contendo informações para investidores em potencial. Um desses documentos foi organizado em 1970, com o título de: “A Área da Sudene em Minas Gerais: Informações Básicas para Investidores”. O texto apresentava os aspectos geográficos da região; a infraestrutura, sobretudo a questão do transporte, a comunicação, a energia, o abastecimento de água, a área industrial; os recursos humanos que envolviam a mão de obra, a população, educação e saúde; os recursos naturais e as principais matérias primas; os incentivos fiscais ofertados pelo Estado e pelo governo; os recursos financeiros disponíveis; quais os órgãos estaduais que cuidavam do desenvolvimento regional, promoção e assistência aos investidores e o potencial industrial e agropecuário da região. Tudo era meticulosamente apresentando sempre focando nos aspectos positivos. Com relação à mão de obra, era destacado e enfatizado sua abundância e baixo custo.¹⁸²

Em novembro de 1987, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI) atualizou as informações básicas para investidores. O novo documento, assim como o de 1970, tinha por objetivo atrair novos investidores para a região. Por isso, além de apresentar as características físicas da área mineira da Sudene – como clima, solo, vegetação, hidrografia e população – preocupou-se mais em destacar as “vantagens locacionais”. Ou seja, informações sobre a localização estratégica, isto é, a proximidade da região com os grandes mercados consumidores da região Sudeste, a infraestrutura de transporte amplamente favorável, os programas especiais do governo para a região, o sistema de comunicações, a rede bancária, o sistema educacional.

O potencial econômico da região também foi abordado, com especial destaque para os grandes projetos de irrigação como o Jaíba e o Gorutuba, os quais, naquele momento estavam em fase de investimentos em infraestrutura.¹⁸³ Obviamente, o mesmo não acontecia quando o objetivo era captar recursos. Nesse caso, o discurso deixa de ser positivo e passa a focar nas carências regionais. Mas o que queremos enfatizar com isso é que o desenvolvimento ou a

¹⁸¹ A organicidade da classe dominante local já foi explorada por Laurindo Mekie Pereira. Cf. PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁸² INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. A área da Sudene em Minas Gerais. Informações Básicas para Investidores. INDI/SDI-CIN/025/EP. Belo Horizonte, nov. 1987. UFMG/Biblioteca Universitária. Relatório.

¹⁸³ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. A área da Sudene em Minas Gerais. Informações Básicas para Investidores. INDI/SDI-CIN/025/EP. Belo Horizonte, nov. 1987. UFMG/Biblioteca Universitária. Relatório.

modernização econômica regional foi pensada e levada a cabo pelos agentes do Estado e por governos, em sintonia com uma fração da classe dominante local, sempre atenta às circunstâncias e antenada à burguesia nacional.

Portanto, todos os empreendimentos que chegavam à região estavam direta ou indiretamente associados aos planos e às vontades da classe dirigente local, que buscava atender aos seus próprios anseios.¹⁸⁴ No entanto, para uma entidade que se propunha a desenvolver técnicas alternativas à agricultura tradicional, o Centro de Agricultura Alternativa precisava de articulação. Como dissemos anteriormente, para conseguir políticas públicas ou projetos que beneficiassem os trabalhadores, era preciso participar das diretrizes que norteavam o desenvolvimento regional.

Isso se tornou uma possibilidade em 1993, quando o parlamento mineiro instaurou as Audiências Públicas Regionais e convidou entidades da sociedade civil a se organizar e participar. Dessa forma, os integrantes do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, juntamente com Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, Comissão Pastoral da Terra, sindicatos urbanos e rurais e outras entidades representativas, organizaram-se para a ocasião. Dayrell ressalta que as articulações estabelecidas até aquele momento foram fortalecidas por meio da ação implementada pelo parlamento mineiro, porque antes, “de alguma maneira esse pessoal vai fazendo algum diálogo, mas [eram] diálogos pontuais”.¹⁸⁵

já existia uma articulação mais incipiente, que o pessoal vinha conversando, mas foi interessante que quando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais coloca que vinha discutir nas regiões propostas que ela gostaria de ouvir pra poder orientar os rumos do desenvolvimento de Minas Gerais, então... falei assim: uai gente, nós temos propostas, como é que nós vamos fazer? Vai discutir aqui? Porque os interlocutores até então era a Sociedade Rural, era os ruralistas, né, era as elites industriais que discutiam, que pressionavam demanda pra Sudene.¹⁸⁶

¹⁸⁴ PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁸⁵ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: ONG Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

¹⁸⁶ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: ONG Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

Carlos Dayrell lembra que a ideia da formação do Fórum perpassava as instituições representativas dos trabalhadores e também a Universidade Estadual de Montes Claros:

surgiu uma proposta de apresentar uma proposta que os movimentos vinham discutindo. Então, esse processo de conversa... eu falei assim: a gente tem que conversar. Mas que propostas? Aí a gente acionou o pessoal ligado a academia, então a Luciene (Rodrigues), Geraldo Reis... então, são pessoas que a gente tinha um contato mais próximo, né. A gente conseguiu fazer uma proposta... [...] a gente tinha uma relação legal, tinha a CUT, tinha a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), então cê tinha o diálogo com essas organizações que mais ou menos tinha uma leitura mais próxima das questões... então, foi daí que surgiu a proposta do Fórum.¹⁸⁷

Com o objetivo de divulgar as ideias os organizadores do Fórum tornaram público um convite para uma reunião, visando discutir as propostas elaboradas por eles e incorporar outras. O convite, transcrito abaixo, circulou dias antes da reunião e teve como objetivo reforçar a ideia de trabalho conjunto e de união entre a classe trabalhadora em oposição à burguesia local, com o objetivo de pleitear encaminhamento para suas propostas junto ao governo, o que aconteceria por meio das audiências públicas. Abaixo segue o convite.

No dia 30 de junho/93, será realizado em Montes Claros uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa. É um importante momento para que o povo da região apresente suas propostas e projetos a serem incorporados no orçamento do Estado para o próximo ano. É importante, também, por ser um canal aberto entre o povo e os deputados.

A partir da necessidade de elaborarmos um documento com propostas contemplando diversas áreas (setor agropecuário, industrial, meio ambiente, educação, cidadania, saúde, moradia, transporte, cultura e meios de comunicação) é que tomou corpo um movimento de caráter popular, plural e autônomo. A esse movimento (composto por cidadãos comuns, educadores, dirigentes e militantes de movimentos populares e sindical) denominamos FÓRUM POPULAR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Nesse sentido convidamos você, para uma Assembléia Geral de movimentos populares e sindicais, com objetivo de discutir as propostas já elaboradas pelo FÓRUM e incorporar novas sugestões. Entendemos que, para apresentarmos nossas propostas na Audiência Pública, no dia 30/06,

¹⁸⁷ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: ONG Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

necessitamos de uma unificação dos movimentos em torno de um projeto global para a região.¹⁸⁸

O texto do convite, apresentado acima, aponta para duas perspectivas de análise do Fórum no que se refere à sua legitimidade. Primeiramente, o Fórum precisava se legitimar perante aqueles que ele buscava representar, ou seja, os movimentos sociais. Por isso, enquanto entidade representativa, o Fórum precisava agregar em torno de si o maior número possível de movimentos, a fim de obter respaldo social. Portanto, convidar os movimentos populares e sindicais e trazê-los para sua área de atuação foi uma forma de evocar as memórias de um passado comum, buscando valorizar todas as experiências vividas e, especialmente, aquilo que veio depois dessa luta, ou seja, o Fórum. Naquele momento, para essas lideranças, o Fórum significava a continuação de uma luta anterior que agora estava sendo travada em um outro terreno. Era, pois, necessário legitimar a criação do Fórum e sua necessidade para os movimentos sociais e para a região, pois, até aquele momento, conforme já mencionado, tudo que se referia ao desenvolvimento regional era debatido e resolvido pela Sociedade Rural e ACI.

E é justamente o desenvolvimento levado a cabo pela burguesia local que é contestado pelo Fórum. Portanto, é nesse ambiente que a ideia do Fórum deve ser legitimada, uma vez que, segundo seus interlocutores ele foi pensado e discutido a partir dos movimentos sociais e entidades de apoio aos trabalhadores. Conforme foi dito, “já existia uma articulação mais incipiente, que o pessoal vinha conversando”.¹⁸⁹ Assim, no entendimento de seus interlocutores, o Fórum foi concebido a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores já organizados.

Em segundo lugar, temos o Fórum defendendo uma “unificação dos movimentos em torno de um projeto global para a região”.¹⁹⁰ Isso poderia render ao Fórum legitimidade perante o governo, uma vez que se apresentava como espaço que agregava inúmeras outras entidades, dentre as quais sindicatos e ONGs, como pode ser visto no Quadro 6. Reunir todos os movimentos sociais em uma única linha de ação é algo impossível, mas para os seus interlocutores demonstrar tal interesse serviria a um único objetivo: afirmar os objetivos do Fórum.

¹⁸⁸ FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. Brochura encadernada, 44 p.

¹⁸⁹ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: ONG Solar dos Sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

¹⁹⁰ FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, Brochura encadernada, 1993.

As audiências regionais que aconteceram em 30 de junho foram precedidas por uma Assembleia Geral do Fórum no dia 29 de junho, às 18h; portanto, um dia antes, na sede da Fetaemg, em Montes Claros. Isso indica que o documento já estava pronto, como o próprio convite coloca. Portanto, é pouco provável que tenha sofrido grandes alterações em seu conteúdo. Isso remete-nos a outra questão: a instituição do Fórum e sua assinatura são momentos distintos. Por isso, é necessário identificar quem eram os participantes, sobretudo porque essa reunião foi o resultado e não o processo. Precisamos considerar que o Fórum não representa todos os trabalhadores, mas uma parcela, sobretudo por meio das instituições. Essa parcela da população que estava engajada na militância política, seja do bairro, seja na Igreja Católica.

Para melhor visualizarmos os signatários do Fórum, inserimos abaixo um Quadro com as entidades que assinaram o seu documento.

Quadro 6 – Integrantes do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional (continua)

Entidade	Tipo
01) Comissão Pastora da Terra	Igreja Católica
02) Central Única dos Trabalhadores	Entidade sindical
03) Grupo de Estudos Ambientais	
04) Sind. UTE – Subsede Montes Claros	Entidade sindical
05) Centro de Agricultura Alternativa	ONG
06) Sindicato da Indústria da Construção Civil e Imobiliário do Norte de Minas	Entidade sindical
07) Associação pra Barca Andar	ONG
08) Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	Entidade sindical
09) União das Associações de Pequenos Produtores Rurais de Montes Claros	Associativismo
10) Pastoral Operária	Igreja Católica
11) Pastoral da Moradia	Igreja Católica
12) Sind. UTE Subsede de Januária	Entidade sindical
13) Sind. UTE Subsede de Mato Verde	Entidade sindical
14) Sind. UTE Subsede de Bocaiúva	Entidade sindical
15) Centro Comunitário Rural da Lagoa de Baixo – Rubelita	Associativismo
16) Oposição Bancária do Norte de Minas	Entidade sindical
17) Movimento de Defesa dos Favelados	Movimento social
18) Sindicato dos Servidores Públicos de Montes Claros	Entidade sindical
19) Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de Montes Claros	Entidade sindical
20) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela	Entidade sindical
21) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salinas	Entidade sindical
22) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rubelita	Entidade sindical
23) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buritizeiro	Entidade sindical

Fonte: Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, 1993

Quadro 6 – Integrantes do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional (continuação)

24) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botumirim	Entidade sindical
24) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiaí	Entidade sindical
25) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coração de Jesus	Entidade sindical
26) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha	Entidade sindical
27) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Varzelândia	Entidade sindical
28) Sindicato dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade do Norte de Minas	Entidade sindical
29) Universidade Estadual de Montes Claros	Entidade pública
30) Comissão do Núcleo de Saúde do Trabalhador	
31) Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros	
32) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco	Entidade sindical
33) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária	Entidade sindical
34) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão Mogol	Entidade sindical
35) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva	Entidade sindical
36) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lassance	Entidade sindical
37) Sindicato dos Industriais e Extrativos do Norte de Minas	Entidade sindical
38) Movimento do Graal	ONG
39) ADUNIMONTES – Seção Sindical ANDES	Entidade sindical
40) Associação dos Profissionais da Caixa Econômica Federal	Associativismo

Fonte: Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, 1993.

Nesse sentido, a Assembleia Geral do Fórum serviu para legitimar o movimento perante as esferas política e civil, reforçando a ideia de que este se fez com a participação popular, de forma plural e autônoma. Nessa perspectiva, para ser representativo e popular era preciso discutir suas propostas com os movimentos sociais, com os trabalhadores, para, então, incorporá-los. Por isso, em tese, precisava ser “global”.

Na lista de presença, ao fim do documento, existem inúmeras assinaturas de trabalhadores, acompanhadas do registro de seu local de morada ou somente identificadas com a profissão. Nessa reunião estiveram presentes cerca de 88 pessoas entre representantes sindicais, de pastorais, ONGs, lavradores e representantes de bairros, com destaque para os bairros operários da zona norte de Montes Claros, como o Santos Reis, Eldorado, Nova Morada, Vila Atlântida, Renascença, Vila Áurea, além de sindicatos rurais de outras cidades da região, como consta do Quadro acima. A participação de trabalhadores reafirmou a ideia de autonomia popular defendida pelos representantes do Fórum.

Há que se ressaltar, no entanto, que o projeto de unificação dos movimentos sociais proposto pelo Fórum, não foi bem recebido por outros representantes populares, como por exemplo, a Unammoc, evidenciando que seu projeto não poderia ser global. Em seu discurso perante a assembleia, nas Audiências Regionais, a presidente da entidade associativista, Ivaneide de Queiroz Alvarenga, não avalia como positiva uma unificação para fins

reivindicatórios. Em sua fala no plenário ela ressaltou que “o movimento comunitário anda às voltas com esse tipo de mentalidade faraônica que, no fim, só beneficia a quem não necessita de benefícios”.¹⁹¹ Uma clara referência às pretensões do Fórum, e também um indício de que a representatividade não foi global.

Dessa reflexão foi possível inferir que o Fórum, ao tentar envolver os trabalhadores nessa nova forma de luta, fazê-los sentir parte de algo maior, como ser representado por instituições como a Pastoral da Terra e até mesmo o Centro de Agricultura, entidades que já tinham um certo respeito, conseguiu (ou ao menos tentou) legitimar suas ações tanto perante os movimentos sociais quanto perante o governo, em um momento de grande diversidade reivindicatória e mudanças no cenário político nacional.

Além disso, refletir sobre isso nos coloca diante da seguinte questão: como compreender o Fórum e sua constituição nesse momento específico da história do Brasil? Pode ser entendido como resultado das ações reivindicatórias do passado, uma vez que várias das entidades que o compunham vinham de uma longa tradição de lutas e mobilização social? Ou pode ser compreendido como estratégia para disputar a representatividade na sociedade? Nesse caso, representar os trabalhadores significa também falar em nome deles.

As duas compreensões nos parecem corretas. O Fórum Popular de Desenvolvimento Regional que posteriormente se tornou Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável pode ser entendido como uma estratégia para disputar representação social que se vale do passado de luta e mobilização dos seus signatários, mas que adquire sentido distinto dos movimentos sociais que o originou. Nos anos 1990, espaços como o Fórum serviram mais para abafar do que para canalizar aspirações sociais populares. Nesse sentido, podemos dizer que o Fórum se estabeleceu a partir das circunstâncias criadas pelos agentes do Estado, no sentido de ser um novo espaço para o diálogo entre este e os agentes da sociedade civil, a fim de amenizar os conflitos das décadas passadas. Dentro desta perspectiva, cabe a nós verificar como se deu sua atuação na sociedade, isto é, quem se beneficiou de fato com a sua representatividade.

Na época de sua fundação, em 1993, o Fórum reunia um total de 37 entidades. Em 1995, formavam a Secretaria Executiva a Fetaemg, a CPT, o Sindicato dos trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Sinter), a Rede de

¹⁹¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública Montes Claros. Taq.: Wandisa/Amélia. Dig.: Wand/Minardi/Amélia/Normando. Belo Horizonte, jun. 1993. f. 13, p. 7

Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) e a Cáritas Brasileira – Regional MG. Mesmo não compondo a Secretaria Executiva o CAA sempre foi parte importante no Fórum. A coordenação do Fórum estava a cargo dessas entidades, que se revezavam na organização e nos encaminhamentos de responsabilidade do mesmo a cada dois anos. Atualmente, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável atua no formato de redes, portanto, não existe uma entidade que esteja à frente.¹⁹²

No próximo capítulo vamos discutir as circunstâncias que tornaram possíveis as Audiências Públicas Regionais em Minas Gerais.

¹⁹² Após a conclusão desta pesquisa tivemos acesso a dissertação de mestrado de Lucíola da Silva Paranhos, defendida em 2006, no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Paranhos analisou a articulação das redes sociais no Norte de Minas, levando em conta a atuação de dois Fóruns regionais: o Fórum do Norte de Minas Integrado e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas. Ao que tudo indica o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas é o sucessor do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, formado em 1993, que posteriormente foi chamado de Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável e analisado em nossa pesquisa. Infelizmente não foi possível incorporar todas as informações que a pesquisa de Paranhos traz para a compreensão do Fórum em questão. Segundo a autora o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas foi criado em 1997, por agências organizadas da sociedade civil, a saber: CAA, Comissão Pastoral da Terra, Fetaemg e Sindicatos. Suas ações foram no sentido de mobilizar, discutir e propor alternativas para o desenvolvimento regional considerando uma boa convivência com o ecossistema.

Cf. PARANHOS, Lucíola da Silva. **Tecendo a rede e pescando o peixe: Desenvolvimento e redes sociais: a articulação local-global no Norte de Minas Gerais**. 2006, 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

CAPÍTULO 3

NOVOS CAMINHOS PARA A CIDADANIA?

Os anos de 1990, época da criação do Fórum, foi um momento de redefinição das lutas sociais no cenário político brasileiro. O clima de desesperança, sentido nos primeiros anos da década de 1990, arrefeceu os movimentos sociais, como salientou Paoli, ao mesmo tempo em que as ONGs emergiram como novos sujeitos políticos, como parte de uma sociedade civil que se colocou em oposição à sociedade política. Lembremos, pois, segundo Ellen Wood, que a utilização moderna do termo sociedade civil está relacionada, em tese, a um espaço de liberdade fora do Estado, em que seja possível autonomia, associação voluntária e pluralidade.¹⁹³ Na década de 1990, acabou se tornando o tema da moda, embora não se soubesse muito bem seu significado.

Analisando o tema numa perspectiva gramsciana, podemos dizer que a sociedade civil é formada por associações profissionais, clubes, cooperativas, grupos ligados às questões ambientais, grupos de gênero, culturais, religiosos, instituições políticas, escolas, imprensa, dentre outras. É nesse conjunto de organismos privados que, segundo Gramsci, se organiza a hegemonia e o consentimento.

Em um país como o Brasil, que tentava deixar no passado um regime militar e ditatorial, em que as liberdades civis foram massacradas, a “efetivação” da sociedade civil como espaço contrário ao Estado foi a forma encontrada para buscar participação social. Entretanto, como já dissemos anteriormente, as esferas civil e política mantêm relações permanentes. Ambas são noções utilizadas para tornar clara a compreensão do social, e por isso, não devem ser analisadas de forma separada. O que mais importa não é distinguir as duas sociedades, mas sim compreender a dimensão e a organicidade da atuação de suas organizações.

Um momento particularmente rico para se visualizar a atuação dessas organizações são as Audiências Públicas Regionais. Por isso, neste capítulo temos por objetivo tratar das audiências regionais em Minas Gerais, entre 1993 e 1997, e sua metodologia, ou seja, como aconteceu, quem participou e como se deu essa participação.

¹⁹³ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 205.

3.1 As Audiências Públicas Regionais de Minas Gerais

As Audiências Públicas Regionais foram, na concepção da ALMG, uma nova forma de fazer política, um instrumento para ouvir entidades organizadas da sociedade civil e suas propostas para o desenvolvimento de suas respectivas regiões. A experiência das audiências públicas foi classificada pela ALMG como pioneira, sendo que um dos seus objetivos era “conhecer a realidade de cada parcela da população lá mesmo onde ela se encontrava”.¹⁹⁴ Pedro Bandeira, analisando as audiências mineiras e de outros estados, ressaltou que elas significaram um novo método para promover o desenvolvimento regional.¹⁹⁵ A primeira audiência regional aconteceu em 1993, em todas as regiões do estado e em cidades previamente determinadas. No Norte de Minas, as reuniões aconteceram em Montes Claros, em 30 de junho do referido ano.¹⁹⁶

As audiências continuaram em 1994, 1995 e 1997, com mudanças significativas em relação à de 1993. O Relatório Geral de 1994 a definiu como encontros que buscavam:

abrir caminhos à efetiva participação do cidadão, junto com seus representantes, na identificação e discussão dos problemas econômicos do Estado; possibilitar a comunicação direta entre o Legislativo estadual e os municípios; e permitir ao primeiro o conhecimento aprofundado e sistemático das realidades regionais. Entre os objetivos precípuos está também o de permitir à Assembleia Legislativa a coleta de dados que, de um lado, irão subsidiar o trabalho parlamentar e a formulação do planejamento estadual e, de outro, possibilitarão a elaboração da proposta orçamentária com base em prioridades regionais estabelecidas, **democraticamente pelo voto das lideranças regionais**.¹⁹⁷

Diante do convite feito pelo Parlamento, as entidades representativas de classe, organizações não-governamentais, prefeituras, vereadores, associações de bairros, escolas, igrejas, deputados, dentre outros, apresentaram mais de duas mil propostas em todo o Estado de Minas, nas primeiras audiências. Dentre elas, o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, sobre o qual já falamos. A oportunidade, até então negada à sociedade, de participar das decisões políticas sobre os rumos de seu país, estado e região, foi abraçada por parte da

¹⁹⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994.

¹⁹⁵ BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Brasília, fev. 1999. As Audiências Públicas Regionais foram adotadas por outros estados brasileiros.

¹⁹⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ibid.

¹⁹⁷ Ibid. Grifos nossos.

população, que sempre esteve à margem. Por isso, o encaminhamento de propostas, somadas à chance de discutir possibilidades para o desenvolvimento regional levou várias entidades a se organizar para as reuniões. Vamos tentar entender esse processo trazendo a dinâmica das audiências até 1997, pois sua organização nos dá pistas para compreendermos melhor esse processo.

Na tabela 1, abaixo, condensamos todas as propostas apresentadas à Assembleia por temas, para que tenhamos uma ideia daquilo que foi colocado pelos representantes do Norte de Minas, nas primeiras Audiências, em 1993.

Tabela 1 – Propostas encaminhadas para as Audiências Públicas Regionais em Montes Claros para toda o Norte de Minas

Propostas	Total de propostas	Porcentagem %
1) Saneamento básico	47	16.43%
2) Habitação	14	4.88%
3) Construção e recuperação de pontes, cascalhamento, recuperação e asfaltamento de estradas, construção de anel rodoviário	90	31.46 %
4) Pavimentação urbana	34	11.89%
5) Eletrificação urbana e rural	39	13.65%
6) Grandes obras: fórum, rodoviárias, matadouro, faculdades, parques, prédios para prefeituras	22	7.69%
7) Construção e recuperação de açudes e poços artesanais	12	4.20%
8) Unidades de produção: fabriquetas; gráficas; frentes de trabalho contra a seca; sítios arqueológicos; projetos culturais	24	8.40%
9) Telefonia urbana e rural	04	1.40%
TOTAL	286	100%

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais, 1993.

O Quadro a seguir foi feito para que tenhamos uma ideia das entidades que fizeram as propostas, mesmo sem especificá-las.¹⁹⁸

¹⁹⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Propostas. Pastas 1 e 2. 1993. Essas propostas foram retiradas de um relatório organizado pela Assembleia, de

Quadro 7 – Entidades que apresentaram propostas nas Audiências Públicas Regionais em 1993 (continua)¹⁹⁹

Entidade	Número de propostas
Unammoc – Montes Claros	10
Amams – Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene	99
Prefeitura Municipal de Januária	5
OAB	1
Prefeitura Municipal de Claro dos Poções	3
Casa da Memória do Vale do São Francisco	3
Prefeitura Municipal de Grão Mogol	4
Câmara Municipal de Mirabela	3
Câmara Municipal de São João da Ponte	1
Prefeitura Municipal de Francisco Dumont	5
Prefeitura Municipal de Montes Claros	2
Câmara Municipal de Montes Claros	4
Fetaemg	1
Câmara Municipal de Pirapora	2
Conselho de Desenvolvimento de Cabeceiras da Cruz	1
Câmara Municipal de Januária	1
Associação de Moradores do Bairro Alterosa – Montes Claros	2
Associação de Moradores do Bairro São Judas II – Montes Claros	2
Associação de Comunitária de Moradores de Nova Esperança – Distrito Montes Claros	1
Apae	1
Câmara Municipal de São Romão	8
Centro Evangélico de treinamento e discipulado – Montes Claros	2
Prefeitura Municipal de Montalvânia	6

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais, 1993.

onde constava o autor e a proposta encaminhada. Agrupei todos os encaminhamentos independentemente do autor. Como algumas propostas se repetiam, agrupei-as em torno de temas.

¹⁹⁹ Essas entidades apresentaram propostas nas Audiências Regionais, em Montes Claros tiveram essas propostas registradas pela ALMG.

Quadro 7 – Entidades que apresentaram propostas nas Audiências Públicas Regionais em 1993 (continua)²⁰⁰

Sindicato dos trabalhadores – serviço público federal; estadual; professores; indústrias gráficas; indústrias alimentícias	3
União das mulheres piraporenses	1
Câmara Municipal de São Francisco	24
Associação de Santana do Mundo Novo – Juramento	1
Comunidade comunitária dos moradores de Borá – Brasília de Minas	1
Associação dos pequenos produtores rurais do povoado de Santo Antônio – Fco Dumont	1
Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados	2
Prefeitura Municipal de Juramento	10
Prefeitura Municipal de Bocaiúva	8
Câmara Municipal de Matias Cardoso	2
Prefeitura Municipal de Manga	10
Associação Comercial e Industrial de Montes Claros	3
Sociedade Rural	3
ALMG – Roberto Amaral	4
Câmara Municipal de Bocaiúva	1
Câmara Municipal de Montes Claros	1
Sindicato dos trabalhadores rurais, CUT, CAA, Associação pra Barca Andar, Grupo de Estudos e Ações Ambientais.	4
Associação Cidade Cristo Rei	1
Associação Batista Luz e Vida	1
Câmara Municipal de Mirabela	4
Diário do Norte – Jornal Montes Claros	1
Câmara Municipal de Janaúba	2
Amams	15
Sindicato dos Professores de Minas Gerais	2
AMECRE	5

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais, 1993.

²⁰⁰ Essas entidades apresentaram propostas nas Audiências Regionais, em Montes Claros tiveram essas propostas registradas pela ALMG.

Quadro 7 – Entidades que apresentaram propostas nas Audiências Públicas Regionais em 1993 (continuação)²⁰¹

Fórum Municipal – OAB	1
Prefeitura Municipal de Itacarambi	2
Câmara Municipal de Bocaiúva	4
Total	286

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais, 1993.

A ideia presente na definição das audiências regionais sugere um foco no desenvolvimento regional e local, em que o ponto principal seria aproximar o parlamento do cidadão para que este pudesse ter uma participação efetiva, o que levaria os agentes do Estado a conhecer de perto, de forma “aprofundada e sistemática”, as realidades regionais. Essa é uma das justificativas apresentadas pela ALMG para a instituição das Audiências Públicas Regionais. Também consta do relatório da Assembleia que as audiências só foram possíveis devido às mudanças na Constituição do Estado de Minas Gerais, que, por sua vez, seguia orientações da Constituição Federal de 1988. Por isso, não se pode esquecer que as audiências são parte das reivindicações alcançadas pela população por meio da Constituição Federal de 1988. A questão, portanto, passa a ser o significado desse mecanismo naquele momento. Em que medida as audiências públicas se constituíram um espaço para a prática política? E quem participou?

A percepção dessas questões passam pelo entendimento da participação nas Audiências Regionais, assim como pela forma como foram conduzidas. Ou seja, como foram organizadas, quem participou e de que forma participaram. Uma das definições dadas às Audiências Públicas Regionais pela ALMG foram de encontros que visavam “abrir caminhos à participação efetiva do cidadão, cujo objetivo era construir um “canal de comunicação direta entre as comunidades e os poderes constituídos”. Assim, a participação nas reuniões foi aberta à população. Nos anos de 1993, 1994 e 1995, a apresentação de propostas ficaram restritas a representantes de “instituições públicas e privadas legalmente constituídas”, sendo permitido

²⁰¹ Essas entidades apresentaram propostas nas Audiências Regionais, em Montes Claros, e tiveram essas propostas registradas pela ALMG.

um inscrito por instituição.²⁰² Da forma como foram organizadas as reuniões, a participação do cidadão comum só era possível se ele fosse associado a uma entidade, como mencionamos.

Analisando as proposições de 1993, na Tabela 1, percebemos que a questão da habitação, um dos maiores enfrentamentos da população, ocupou a sexta posição em um total de oito categorias. O saneamento básico, que, no primeiro capítulo, vimos ser um dos grandes problemas de Montes Claros e da região, naquele período ocupou a segunda colocação. As propostas referentes à construção e recuperação de pontes, encascalhamento, recuperação e asfaltamento de estradas, bem como construção de anel rodoviário, somaram 31.46% de todas as propostas apresentadas pelas lideranças regionais, ocupando o primeiro lugar.

Notadamente essas foram as propostas mais defendidas pelas autoridades e lideranças empresariais da região. No entanto, as questões com relação à posse da terra e os conflitos ocorridos no campo não aparecem na relação de propostas, mesmo que, ainda nos primeiros anos da década de 1990 a situação no campo se apresentasse com maior gravidade, com os conflitos entre pequenos agricultores, posseiros, grandes empresas e fazendeiros acontecendo com mais regularidade.

Como, então, compreender encaminhamentos que priorizam construção e recuperação de pontes e construção de anel rodoviário em uma região onde a pobreza era aguda e os conflitos envolvendo a posse da terra faziam parte do cotidiano? Diante disso, como analisar as ações dos agentes do Estado? Sabemos que a construção ou a reforma de pontes e estradas, em alguma medida, serve a todos. Mas, naquele momento, construir pontes ou reformar estradas foi parte de concessões feitas a uma parcela da população, mas que serviu muito mais aos grandes fazendeiros do que aos pequenos sítiantes ou trabalhadores rurais.

A pressão popular das décadas passadas fez com que o Estado e a classe dominante tivessem que ceder às mobilizações e reivindicações populares. Dessa maneira, cria-se a ilusão ou a sensação de que reivindicações serão atendidas e de que todos, sem exceção, podem exercer a cidadania de forma plena, e seriam cidadãos “ativos”. A ilusão acontece porque parte das reivindicações populares nem sequer são discutidas. As Audiências Públicas Regionais não foram feitas para seguir um caminho de grandes mudanças na estrutura social; portanto, questões que envolvessem a luta pela terra ou a reforma agrária ficaram de fora. Apresentando proposta direta sobre essa questão, encontramos apenas o Sindicato dos Comerciários de Janaúba e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas

²⁰² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994.

Gerais. No entanto, essas propostas não constam no cômputo geral feito pela ALMG, que totalizou as 286 propostas. A proposta da Fetaemg incluída nesse relatório final foi para ampliar e abrir novas feiras livres.

As entidades que mais tiveram propostas apresentadas em 1993 foram a Amams, a Unammoc e as prefeituras municipais. A Amams totalizou 114 propostas para os seus associados, ou seja, as prefeituras municipais. Dessas 114 propostas, temos um total de 59 (ou seja, 51,75%) solicitando verbas para construção de pontes, estradas vicinais, asfaltamento entre cidades, encascalhamento e rodoviárias; quatro dessas 114 propostas solicitavam construção de casas populares (3,50%). Das propostas, nove delas (ou 7,89%) foi para construção de poços artesianos. Para saneamento básico tivemos 15 propostas, totalizando 13,16%. As demais propostas pediam eletrificação rural e urbana, serviços de telefonia, construção de prédios públicos para prefeituras e matadouros, máquinas, parques municipais e aeroportos, além de infraestrutura urbana. As prefeituras, isoladamente, também se encarregaram de apresentar suas urgências.

Analisar essas propostas foi interessante porque foi possível identificar o modo de agir das lideranças políticas para conseguirem seus objetivos. Não se tratava de coibir a participação de outras entidades, tampouco de apresentar muitas propostas. A estratégia foi a união e o empenho político para conseguirem a aprovação das obras. Com esse objetivo, uniram-se ACI, Sociedade Rural, OAB-Montes Claros, Prefeitura e Câmara Municipal de Montes Claros para pleitear a construção do anel rodoviário, o novo prédio para o Fórum em Montes Claros e o asfaltamento da estrada da produção. Essas obras foram entregues à cidade alguns anos depois. A prefeitura e a Câmara de Montes Claros ainda solicitaram convênios para a construção de conjuntos habitacionais.

Após as reuniões de 1993, a ALMG reorganizou as Audiências Públicas Regionais de modo a torná-las mais “funcionais”, o que significou limitar a participação e a proposição. Por isso, em 1994, a dinâmica ficou definida da seguinte forma: em um primeiro momento seriam feitas inscrições para participar e apresentar propostas em reuniões abertas ao público. As propostas seriam feitas por escrito e apresentadas por representantes de instituições públicas ou privadas legalmente constituídas.

Alguns representantes puderam apresentar e justificar suas propostas oralmente em plenário, assim como também aconteceu em 1993.²⁰³ A grande diferença, em 1994, foi que, no segundo dia, seriam feitas as leituras das propostas e, ao fim, escolhidas dez propostas que fossem consideradas, por cada representante, como importante para a sua cidade ou região. E, para isso, foi preciso construir acordos. Na última parte do encontro, seriam apresentadas as 15 propostas mais votadas, que seriam novamente votadas para se estabelecer uma ordem de prioridade. Essa ordem de prioridade definiria o peso de cada uma como demanda na região.²⁰⁴

Ainda nas audiências públicas de 1994, no decorrer dos trabalhos e por sugestão dos participantes, foram feitas algumas alterações. No segundo módulo dos trabalhos haveria a escolha de uma comissão regional de representação, que seria encarregada de acompanhar junto à ALMG a situação das propostas, num processo que, naturalmente, segundo o próprio relatório “exigia empenho político para que fossem incorporadas ao orçamento”. Outra nova ideia incorporada foi a lista contendo reivindicações dos prefeitos e associações microrregionais”. Essa lista seria entregue juntamente com a relação das propostas mais votadas. O Norte de Minas era representado pela Amams, assim como todos os municípios que estivessem na área de abrangência da Sudene.²⁰⁵

Em 1995, as Audiências Públicas Regionais tiveram mais mudanças na sua estrutura: a incorporação do poder Executivo e Judiciário e audiências públicas municipais precedendo as audiências regionais. Neste ano foram 3.082 propostas, sendo que 228 saíram da região Norte.²⁰⁶ Segundo consta do relatório, as audiências contaram com a participação de 46 municípios, 39 prefeitos, 40 presidentes de câmaras municipais e 94 representantes da sociedade civil, que apresentaram as propostas da região.²⁰⁷ Em Montes Claros as audiências municipais, que antecederam as regionais, tiveram 65 participantes, entre representantes de associações de bairros, ONGs, prefeitura, câmara municipal, igreja e órgãos públicos, que

²⁰³ Nas audiências que aconteceram em 30 de junho de 1993, inúmeras entidades apresentaram propostas a Assembleia: Câmara de vereadores, prefeituras, deputados, associações de moradores de bairros e da zona rural, ONGs, sindicatos, escolas públicas, as pastorais da igreja católica, entidades das igrejas evangélicas e entidades representativa da indústria, dos ruralistas, dos municípios.

²⁰⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ Ibid. O número de propostas que constam do relatório feito pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (onde todos os encaminhamentos para a macrorregião norte foram condensados) contém 228 propostas.

²⁰⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1994, 1995, 1997.

escolheram os nomes para representar a cidade nas reuniões da Assembleia, conforme o Quadro 8.

Quadro 8 – Representantes indicados nas audiências municipais – Audiências Públicas Regionais (1995)

Nome	Representante
Benedito Paula Said	Prof. Universitário, radialista, vereador representando a Câmara municipal.
Aliomar Veloso Assis	Prefeitura de Montes Claros – representante do Prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite.
Elias Siuf	Empresário local
Alfredo Ramos	Advogado – ligado aos sindicatos
Nemésio Rodrigues	Representante da União das Associações de Moradores, Vilas e Distritos de Montes Claros (Unammoc)
Karini Liliane L. E. e Mendonça	Assistente Social. Sociedade civil

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1995.

Consultando os arquivos das Audiências Públicas Regionais na ALMG, encontramos as propostas que foram votadas pelos representantes e as propostas priorizadas para a região. Contudo, os indicados para representarem Montes Claros foram substituídos, pois os nomes constantes do processo de votação não confere com os indicados nas reuniões municipais. O Quadro 9 abaixo foi organizado com as propostas encaminhadas para as audiências regionais e, no Quadro 10, temos os representantes e sua votação nas audiências regionais. No Quadro 9, temos as propostas priorizadas em ordem de importância.²⁰⁸

²⁰⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Gerência de Projetos Institucionais. Norte II. Caixa 86, 13ª. Leg. 1995-1998.

Quadro 9 – Propostas saídas das Audiências Públicas Municipais de Montes Claros para as Audiências Públicas Regionais de 1995

Propostas
1) Construção de uma penitenciária regional e de um novo prédio para o Fórum.
2) Execução de um programa de preservação das nascentes de Serra Velha, que envolve os rios Verde Grande, São Lamberto, Guavinipã e Pacuí, associado a um programa de gerenciamento ambiental e de manejo de microbacias, numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais, com a participação de entidades comunitárias de pequenos produtores rurais, sindicatos e entidades que desenvolvem trabalho voltado para as questões do meio ambiente.
3) Construção e manutenção de um centro do Menor Infrator, associado a outras ações e iniciativas.
4) Criação e execução de um programa habitacional.
5) Construção de uma estação de tratamento de esgotos em Montes Claros.

Fonte: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1995

Os quadros abaixo, 10, 11, e 12 foram organizados a partir de anotações que fizemos ao consultar o material arquivado e as listagens disponibilizadas nos relatórios da ALMG de 1995, realizada na cidade de Pirapora-MG.

Quadro 10 – Representantes Montes Claros – Audiências Públicas Regionais (1995)
Propostas defendidas e votadas (continua)

Nome	Representante	Propostas defendidas
Leopoldo Mameluque	Sociedade Civil – (Advogado ligado aos sindicatos).	03) Construção e manutenção de um centro de reeducação do menor infrator, centros de aprendizagem e produção, centros de triagem. 20) Construção de uma penitenciária regional e novo prédio para o Fórum de Montes Claros. 79) Criação de um centro de produção e gerenciamento em Bocaiuva. 128) Estação de tratamento de esgoto em Montes Claros.
Benedito Paula Said	Câmara Municipal (Prof. Universitário e vereador pelo PTB)	03) Construção e manutenção de um centro de reeducação do menor infrator, centros de aprendizagem e produção, centros de triagem. 20) Construção de uma penitenciária regional e novo prédio para o Fórum de Montes Claros. 124) Tratamento e canalização do esgoto de Francisco Sá e conclusão do hospital municipal. 128) Estação de tratamento de esgoto em Montes Claros.
Karini Liliane	Sociedade Civil (Assistente Social, CPT)	03) Construção e manutenção de um centro de reeducação do menor infrator, centros de aprendizagem e produção, centros de triagem. 20) Construção de uma penitenciária regional e novo prédio para o Fórum de Montes Claros. 124) Tratamento e canalização do esgoto de Francisco Sá e conclusão do hospital municipal. 128) Estação de tratamento de esgoto em Montes Claros.
José Geraldo Oliveira	Sociedade Civil. (Vereador pelo PSDB).	03) Construção e manutenção de um centro de reeducação do menor infrator, centros de aprendizagem e produção, centros de triagem. 20) Construção de uma penitenciária regional e novo prédio para o Fórum de Montes Claros. 128) Estação de tratamento de esgoto em Montes Claros.
Marlene Alves de Souza	Poder Executivo	03) Construção e manutenção de um centro de reeducação do menor infrator, centros de aprendizagem e produção, centros de triagem. 20) Construção de uma penitenciária regional e novo prédio para o Fórum de Montes Claros. 79) Criação de um centro de produção e gerenciamento em Bocaiuva. 128) Estação de tratamento de esgoto em Montes Claros.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1995.

Quadro 11 – Propostas aprovadas para o Norte de Minas – Audiências Públicas Regionais (1995)

Proposta	Município	Colocação
Asfaltamento rodovia MG401 entre Jaíba até o rio São Francisco em Matias Cardoso	Matias Cardoso	1º
Pavimentação da BR 479 300 km entre Januária /Arinos	Januária	2º
Asfaltamento entre Grão Mogol/ Cristália/ Botumirim / Itacambira e Juramento		3º
Asfaltamento da Minas Gerais 120 entre Riacho dos Machados e Porteirinha	Riacho dos Machados	4º
Criação e instalação de uma Unidade de Tratamento Intensivo em Bocaiúva	Bocaiúva	5º
Hospital Regional em Taiobeiras para atender Salinas, São João do Paraíso, Rio Pardo de Minas e Águas Vermelhas	Taiobeiras	6º
Asfaltamento da estrada entre Brasília de Minas e Coração de Jesus	Brasília de Minas Coração de Jesus	7º
Construção das barragens do projeto Jequitai	Jequitai	8º
Asfaltamento e alargamento do acesso a BR 122 até a BR 251 entre Capitão E, néas a Francisco. Sá – 30km	Capitão E, néas	9º
Construção de hospital regional em Salinas	Salinas	10º
Implantação de uma universidade agrícola em Lassance	Lassance	11º

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1995.

Das 228 propostas encaminhadas por representantes do Norte de Minas nas Audiências Públicas Regionais, em 1995, onze foram escolhidas como prioritárias, conforme consta do Quadro 11. Os cinco representantes de Montes Claros (ver Quadro 10) parecem ter sido também os representantes da região, porque suas votações incluem propostas de outras cidades. A dinâmica da votação aconteceu da seguinte maneira: cada representante escolheu dez propostas, sendo que, ao fim, foram priorizadas as mais votadas. No entanto, as propostas de número 03, 20 e 128, que foram as mais votadas, não fizeram parte da lista de prioridades da região. Dentre elas, as de número 20 e 128 foram atendidas pelo governo. A penitenciária Regional de segurança máxima foi construída em Francisco Sá e entregue à comunidade em 2004. O novo prédio da Justiça em Montes Claros foi entregue à população em 21 de setembro de 1999, exatos cinco anos após a primeira audiência regional. Por último, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) teve início em agosto de 2007. Essa obra foi a que mais demorou para ser atendida.

Entender a dinâmica da representação também é necessário para uma compreensão da organicidade entre essas duas esferas sociais. Os cinco representantes de Montes Claros que

constavam dos documentos da ALMG não foram os mesmos que participaram da votação; portanto, houve mudanças. Dentre todos os representantes, temos como suplentes Ubaldo Ferreira Gonçalves e José Geraldo Oliveira, ambos vereadores pelo PSDB, na legislatura 1993-1996; José Geraldo Cardoso, José Hélio Guimarães de Carvalho e Wilasbar Caldeira de Souza, vereadores pelo PDT entre 1993 e 1996; Alvimar Ribeiro dos Santos, agente de pastoral (Comissão Pastoral da Terra) e Leopoldo Mameluque, advogado ligado aos sindicatos.

Assim, de um total de sete suplentes, cinco estão vinculados à esfera política. Os titulares, que escolheram as propostas, foram Karini Liliane L. E. e Mendonça, Assistente Social que trabalhava na CPT; Leopoldo Mameluque, advogado ligado aos sindicatos; Benedito Said, vereador pelo PTB, professor universitário e radialista; Marlene Alves de Souza, representando o poder executivo municipal; e José Geraldo de Oliveira, vereador pelo PSDB. Segundo a ALMG, exceto o representante da Câmara de Montes Claros, os demais pertenciam à sociedade civil.

Essas propostas foram consideradas prioridade para Montes Claros e, mesmo não fazendo parte da lista final da região, foram atendidas. Essa dinâmica indica ações políticas muito bem articuladas em prol de determinados interesses, que estavam sendo reivindicados desde 1993. Nota-se que três das cinco propostas foram votadas pelos cinco representantes, o que sugere, portanto, que havia uma sintonia entre eles. Nesse caso, o empenho político e exercício de convencimento, assim como uma composição de interesses, foram necessários para que elas fossem também defendidas por todos. Conclui-se que o mais importante não era ter sua proposta na lista de prioridades, mas sim articular e se empenhar politicamente para que as propostas fossem comuns, para que todos reivindicassem, defendessem e apresentassem os mesmos interesses, principalmente o “povo”.²⁰⁹

Em 1996 as audiências públicas não aconteceram, provavelmente por ser ano de eleições. O governo do Estado, segundo informações do Relatório Geral, disponibilizou um montante de 38 milhões para atender parcialmente as demandas de 1995. Em 1997, mais ajustes aconteceram. A partir do encontro realizado na cidade de João Pinheiro, iniciou-se uma discussão sobre a escassez de recursos, o que levou os representantes que participavam daquela reunião a decidirem que a verba destinada deveria ser dividida em partes iguais.

²⁰⁹ Não sabemos dizer quando as propostas de 1995 foram atendidas.

Do relatório da Assembleia consta que isso significou uma “quebra no significado regional do evento”, uma vez que essa discussão foi incorporada em todas as regiões. O rateio dos recursos entre os municípios ocorreu de formas diferentes para cada região. No Norte, esses recursos foram divididos em partes iguais, entre as associações microrregionais, sendo que o total que coube a elas foi de R\$ 444.444,00, conforme Quadro 14. Nesse ano, foram 3.029 propostas com um total de 365 para a região Norte, sendo priorizadas nove propostas.²¹⁰ No Quadro 12, os representantes indicados pelas audiências municipais em 1997 para as reuniões regionais em Salinas.

Quadro 12 – Representantes Montes Claros – Audiências Públicas Regionais (1997)

Nome	Representante
José Geraldo Drumond	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
Francisco Monteiro de Freitas	Delegacia Regional de Segurança Pública
David Crosland Guimarães	Associação Comercial e Industrial (ACI) – Classe empresarial
José Geraldo Leão	Central Única dos Trabalhadores – Classe laboral
Braulino Caetano Santos	Centro de Agricultura Alternativa (CAA)

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1997.

Esses representantes não coincidem com os identificados no arquivo da ALMG. Os nomes de Afonso Arnaud Neves, Ivan José Lopes (Câmara Municipal), Irineo Torres (sociedade civil) e José Geraldo Leão (CUT) aparecem como representantes de Montes Claros para as Audiências Públicas Regionais de 1997. Nesse ano, as reuniões continuaram sendo abertas ao público, e com o mesmo formato de 1995, ou seja, com as reuniões municipais antecedendo as regionais. As inscrições nas reuniões municipais poderiam ser feitas por qualquer cidadão, bastando preencher o formulário com nome e endereço legíveis. Então, mesmo que o cidadão comum se inscrevesse e apresentasse sua proposta nas reuniões municipais, essas propostas teriam que disputar voto com outras de entidades mais fortes e melhor organizadas.

²¹⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1997.

Nesse sentido, a participação de um cidadão comum, se houvesse, não renderia frutos, pois seria consumida pelas demais. Esses critérios de participação compunham uma pequena cartilha lançada pela ALMG como sugestão de regulamento para a etapa municipal das Audiências Públicas Regionais, em 1997. Neste ano, Montes Claros encaminhou as seguintes proposições.

Quadro 13 – Propostas de Montes Claros – Audiências Públicas Regionais (1997)

Propostas
1) Equipamento do hospital e pronto socorro municipal da região oeste de Montes Claros.
2) Recursos para a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, para a consolidação dos novos cursos em cidades do Norte de Minas.
3) Construção da Casa do Preso Albergado em Montes Claros.
4) Recursos para Projeto de viabilização econômica e ambiental da Bacia do Riachão beneficiando Montes Claros, Coração de Jesus, Mirabela, Patis, Brasília de Minas.
5) Recursos para dinamização do Projeto Amanhã em parceria com a Codevasf, destinado a promover o emprego e a renda de cursos profissionalizantes para crianças e adolescentes da periferia de Montes Claros.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1997.

As propostas priorizadas para a região foram divididas obedecendo as áreas de atuação da Amams, conforme quadro transcrito abaixo.

Quadro 14 – Propostas região norte – Audiências Públicas Regionais 1997 (continua)

Microrregião	Proposta	Valor	Município
1) Amams Alto Rio Pardo	Patrulha motomecanizada	444.444,00	
2) Amams Alto Rio Verde	Encascalhamento de 60 km de estrada	55.555,00	Francisco Sá
Amams Alto Rio Verde	Barragens	55.555,00	São João da Lagoa
Amams Alto Rio Verde	Aplicação na área da saúde: construção e aquisição de veículos.	333.333,00. Repasse às Prefeituras.	Montes Claros, Coração de Jesus, Claro dos Poços, Glaucilândia, São João do Pacuí, Juramento.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1997.

Quadro 14 – Propostas região norte – Audiências Públicas Regionais 1997 (continuação)

3) Amams Alto São Francisco	Aquisição de equipamentos para hospital Dr. Rodolfo Mallard	63.492,00	Buritizeiro
Amams Alto São Francisco	Ampliar centro de saúde	63.492,00	Ibiaí
Amams Alto São Francisco	Conclusão de unidade mista	63.492,00	Jequitaiá
Amams Alto São Francisco	Asfaltamento de estradas	63.492,00	Ligação de Ibiaí à BR 365
Amams Alto São Francisco	Construção de pontes sobre Riacho Fundo e Ribeirão	63.492,00	
Amams Alto São Francisco	Aquisição de materiais hospital Pirapora	63.492,00	Pirapora
Amams Alto São Francisco	Ampliação hospital	63.492,00	Ponto Chique
4) Amams Baixo São Francisco	Patrulha motomecanizada	444.444,00	
5) Amams Médio Jequitinhonha	Patrulha motomecanizada	444.444,00	
6) Amams Médio São Francisco	Equipamentos e materiais para hospitais e redes pluviais.	444.444,00	
7) Amams Portal do Norte	Aquisição de frota mecanizada	444.444,00	
8) Amams Serra Geral de Minas	Aquisição de patrulha motomecanizada	444.444,00	
9) Amams Vale do Peruaçu	Aplicação dos recursos em equipamentos para a área de saúde	444.444,00	Manga, Januária, Cônego Marinho, Montalvânia, Miravânia, Juvenília.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1997.

Como vimos, as audiências públicas regionais foram reformuladas ao longo dos anos, sobretudo no que se refere à forma como se dava a participação dos proponentes. A diferença entre as reuniões de 1993 e 1997 são enormes, evidenciando o quão distante o cidadão ficava das Audiências Públicas Regionais. Em 1994, como mencionado anteriormente, uma dessas reformulações determinou a criação de uma comissão de representação para a região. A essa comissão caberia intervir junto ao parlamento para obter resultados satisfatórios com relação à aprovação das propostas. Localizamos somente a comissão de representação das Audiências Públicas Regionais de 1997, que foi composta exclusivamente por prefeitos de cidades da região. Abaixo, a relação com os nomes.

Quadro 15 – Comissão de representação – Norte de Minas
Audiências Públicas Regionais (1997)

Nome	Representando	Participação como
Ricardo Afonso Veloso	Poder executivo	Prefeito Bocaiúva
Antônio Soares Dias	Poder executivo	Prefeito Francisco Sá
Wildemar Maximino da Cruz	Poder executivo	Prefeito Janaúba
Leônidas Gregório de Almeida	Poder executivo	Prefeito Pirapora
Josemar Soares Lima	Poder executivo	Prefeito Varzelândia

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1997.

Os membros da comissão de representação deveriam acompanhar e intervir junto aos parlamentares para que os encaminhamentos fossem executados. Com isso, temos os agentes representantes que participaram das Audiências Públicas Regionais, notadamente representantes pertencentes à esfera política, atuando como o elo entre a população e o Estado, ou seja, a própria sociedade política.

Ao se referir às Audiências Públicas Regionais, a ALMG, em 1997, ressaltava a sua importância como parte de uma “parceria com os diversos segmentos sociais” que serviria como “instrumento de intercâmbio e de identificação de suas realidades”. Tal parceria tinha como objetivo

dividir com as comunidades a tarefa de planejar o desenvolvimento mineiro [...]. Em vez do governo decidir, com base apenas no seu *staff*, o que fazer para melhorar a vida dos cidadãos de uma determinada região, ele vai ouvir isso da boca de prefeitos, vereadores, dirigentes de partidos políticos, de associações comunitárias e outros representantes da sociedade civil.²¹¹

Os documentos analisados sugerem, de forma muito clara, a organicidade entre sociedade política e sociedade civil. Organicidade que é construída pelos intelectuais orgânicos que atuam diretamente junto as camadas populares.

²¹¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1997.

3.2 As Audiências Públicas Regionais e a “construção da cidadania”

Para a ALMG, as agências que formavam a sociedade civil organizada eram os representantes e lideranças do povo nesse processo considerado como participativo. Era por meio delas que a ALMG conheceria as demandas do povo mineiro.²¹² Por isso, para a ALMG, a participação nas Audiências Regionais significava muito mais que discutir o desenvolvimento regional. Era, pois, no dizer da ALMG, um “abrir caminhos à efetiva participação do cidadão”, que fosse capaz de contribuir para uma aproximação mais efetiva entre Estado e sociedade, e, dessa forma, se transformar no “exercício concreto da cidadania”²¹³.

Abaixo, organizamos dois quadros com propostas mapeadas no material arquivado pela ALMG, para 1993. No Quadro 14, temos algumas propostas de entidades da região e no Quadro 16, estão propostas de entidades da cidade de Montes Claros. Algumas dessas propostas constam do cômputo final divulgado pela ALMG, cujos resultados foram apresentamos na tabela 1, na página 118, outras simplesmente foram descartadas.

²¹² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1994, 1995, 1997.

²¹³ Idem.

Quadro 16 – Propostas apresentadas por entidades do Norte de Minas 1993

Representante	Entidade	Proposta	Cidade
José Diniz Souza – Líder comunitário	Grupo Cultural Grande Sertão Veredas	Construção de uma quadra poliesportiva e de uma biblioteca pública. Construção de um centro de saúde e contratação de pessoal.	Urucuia
Wagner Machado – presidente.	Sindicato dos Comerciantes de Janaúba	Impedir venda de terra ocupada por 17 famílias de pequenos produtores, em Janaúba .	Janaúba
Leobino Antunes de Bem	Vereador	Patrolamento e encascalhamento das estradas das comunidades rurais de Janaúba	Janaúba
Avelino Pereira Nogueira	Conselho Sindical dos trabalhadores do Norte de Minas	Reforma Agrária nas terras localizadas em Jaíba, principalmente naquelas desapropriadas pelo governo: Ometto e Agrivale.	Jaíba
Elzio Mota Dourado	Prefeito Manga	Aeroporto; conclusão do terminal rodoviário; pavimentação de ruas; asfalto rodovia Itacarambi-Manga; eletrificação rural	Manga
Plínio Ferreira Ventura	Presidente Câmara Matias Cardoso	Viabilizar recursos para o setor da saúde; ambulância; asfaltamento da estrada Matias Cardoso-Jaíba; Verbas para frente de trabalho contra a seca.	Matias Cardoso
Edilson Geraldo Viana	Jornal Maria da Cruz Notícias	Suprir carência de recursos financeiros dos municípios emancipados com abertura de crédito especial no orçamento do Estado	Pedras de Maria da Cruz
Câmara Municipal Janaúba	Câmara Municipal Janaúba	Melhoramento das estradas vicinais em Janaúba e região; eletrificação rural na área de Janaúba	Janaúba

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. 1993. Caixas 1 e 2. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quadro 17 – Propostas apresentadas por entidades de Montes Claros 1993 (continua)

Representante	Entidade	Proposta
José Antônio da Silva Jesus	Associação dos Amigos do Bairro Nova Morada	Modificar a lei que expulsa o homem do campo. Criar lei que acaba com o monopólio do transporte coletivo
Coriolano Ribeiro Afonso	Superintendência Regional da Fazenda/Norte	Redução do prazo para apostilamento do servidor público
João Milton Barbosa Fonseca	Obras sociais paróquia São Sebastião	Auxílio para manutenção de cursos profissionalizantes para adolescentes e 3ª idade
Jorgina Aparecida da Costa	Clube dos Desbravadores	Ajuda na construção de área para o clube, para cursos de culinária, eletricitista e encanador
José Maria Saraiva (vereador)	Conselho Administrativo paróquia São João	Implantação do voto distrital e fidelidade partidária
Vítor Luiz Dias	Associação dos moradores e amigos do bairro Ipiranga	Copasa e Cemig colocarem vencimento das contas para o fim do mês
Fernando Deusará (empresário)	Associação Comercial e Industrial – ACI	Governo assumir orçamento da Unimontes; asfalto para a estrada da produção; conclusão da BR 251; implantação do anel rodoviário norte; construção do prédio do Fórum
José Geraldo Souto (corretor de imóveis)	Associação dos corretores de Imóveis	Revisão dos critérios de estabelecimento de valores de custas e emolumentos cartorais.
Humberto de Souza Pereira (empresário)	Sindicato Comércio Varejista de Montes Claros	Solicita estudo para elaboração de P.L com vista a isenção de ICMS sobre as vendas a prazo dentro dos limites da correção monetária
Reginauro Silva	Jornal Diário do Norte	Restauração da parte histórica da cidade; construção do Fórum; perdão de impostos visando a reativação do Frigorífico de Montes Claros; recursos para a conclusão da casa do jornalista do Norte de Minas; ampliar a escola da APAE; patrocinar o projeto expresso pequi
Márcia Oliveira de Barros	Associação das gestantes	Porque a vacina MMR [meningite] não é mais encontrada nos postos?
Max Oliveira Matos	Associação mineira de empregados na construção de redes elétricas	Mutirão para construção de redes; extensão de postes em periferias; eletrificação de novas localidades; autofinanciamento através da iniciativa privada.
Ricardo Diógenes Alves Dias	Grêmio da Escola E. Helena Prates	Incentivo ao esporte nas escolas estaduais; ronda militar à noite na frente da escola.
Antônio Carlos Câmara (vereador)	Câmara de vereadores	Fornecimento de material e recursos humanos para a polícia civil; prédio para a Justiça em Montes Claros.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. 1993. Caixas 1 e 2. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quadro 17 – Propostas apresentadas por entidades de Montes Claros 1993 (continua)

Porfirio Francisco de Souza	Conselho Sindical dos Trabalhadores rurais e urbanos do Norte de Minas	Exigir do presidente da RFF a volta de dois trens de passageiros de prefixo noturno e expresso que serviu a linha de BH a Monte Azul
Aureo Fabiano Soares Souza	Sindicato dos trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais	Proposta de P.L que restitui o conselho tripartite e estabelece critérios de composição das entidades de previdência privada dos trabalhadores de empresas estaduais; Projeto de Lei para proibir terceirização de serviços permanentes das empresas estaduais concessionárias de serviços públicos.
Helena Gonçalves de Oliveira	Associação de moradores do conjunto habitacional Cristo Rei	Ampliação da rede hospitalar com atendimento gratuito para toda a região; verificar altas taxas cobradas pela Copasa; verificar causa do aumento abusivo das prestações da casa própria no município
Geraldo Magalhães Zuba	Sociedade São Vicente de Paula	Verba para manutenção e ampliação do asilo
Salmon Alencar de Souza	Associação Batista Luz e Vida	Área para construir a sede da Associação; profissionais para trabalhar com as crianças
João Francisco dos Santos	Projeto Comunitário Betel	Centro de reabilitação para menores infratores; clínica psiquiátrica para Montes Claros
Jorge Luiz Pereira	Igreja Novo Mundo em Cristo	Construção e manutenção de albergue para os imigrantes de Montes Claros
Edina de Souza Ramos e Gabriel do Nascimento Vieira	Pastoral da Moradia	P.L de iniciativa popular que institui o fundo estadual de moradia
OAB	OAB	Fórum para Montes Claros
Prefeitura de Montes Claros	Prefeitura de Montes Claros	Construção de hospital municipal;
Câmara Municipal de Montes Claros	Câmara Municipal de Montes Claros	Governo do Estado deve assumir o orçamento da Unimontes; Asfaltar a estrada da produção; subsidiar energia para micro e pequenos produtores da região; apoio do governo para erradicar a febre aftosa; implantação do anel rodoviário norte; construção de prédios escolares da rede estadual; programa habitacional para a população carente; programa de apoio e incentivo à instalação de micro unidades de industrialização na zona rural; Novo prédio para o Fórum em Montes Claros; produtos da cesta básica isentos de ICMS; perfuração de quinhentos poços comunitários; instalação e manutenção do núcleo de saúde do trabalhador; assistência à criança e ao adolescente carente.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. 1993. Caixas 1 e 2. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quadro 17 – Propostas apresentadas por entidades de Montes Claros 1993 (continuação)

Ivaneide Queiros Alvarenga	Unammoc	Construção de duas unidades mistas de produção com produtos de limpeza, doces, pães, conservas, temperos, equipada com o material necessário para produzir; gráfica comunitária; albergue comunitário; escola de 2º grau e um centro de formação profissionalizante no bairro Santa Eugênia e Eldorado; isenção de taxa de água para famílias carentes e desempregadas; pontes para o bairro São Geraldo; isenção de taxas para as associações no RICMS; centros comunitários sociais no bairro Maracanã; saneamento básico no bairro Nossa Senhora das Graças; verificar aumento das mensalidades da casa própria; posto de saúde no bairro Village do Lago II; projetos habitacionais que atendam as famílias de baixa renda; energia elétrica na Vila Castelo Branco; rede de esgoto no bairro Independência; creche e albergue no Monte Carmelo II; canalização do córrego Melancias; canalização do córrego Bicano.
-------------------------------	---------	--

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. 1993. Caixas 1 e 2. Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Os encaminhamentos referiam-se a infraestrutura básica, ou seja, melhores condições de vida. Saúde, educação, reforma agrária, transporte, moradia, política agrária e ambiental, dentre outros aspectos, foram questões abordadas pelos movimentos sociais nos anos anteriores²¹⁴ e continuaram sendo as reivindicações apresentadas à ALMG nas audiências. Questões colocadas por agências como o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, sindicatos e associações que participavam das reuniões regionais, além de deputados, prefeitos e vereadores.

Ao longo dos relatórios de 1994 a 1997, as palavras mais presentes usadas para identificar os sujeitos da relação com os agentes do Estado foram “comunidades”, “população”, “populações regionais”, “representação popular” e “lideranças”. Desse conjunto, também faziam parte os representantes das instituições de representação política como prefeituras e câmaras municipais. Os documentos da ALMG indicam que essas agências formavam a sociedade civil organizada e eram os representantes e lideranças do povo nesse

²¹⁴ Muitos autores trataram deste tema, dentre eles, temos:

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História Operária do Brasil. In: LEITE, José Sergio Leite. **Cultura e identidade Operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 18-34, 1987.

processo chamado por eles de participativo, e, por meio desses representantes a ALMG conheceria as demandas do povo mineiro. Por isso, para a ALMG, as Audiências Públicas Regionais significaram “abrir caminhos à efetiva participação do cidadão”, contribuindo para uma aproximação mais efetiva entre agentes do Estado e agentes da sociedade civil, transformando-se no “exercício concreto da cidadania”.²¹⁵

Os artifícios usados pelos organizadores das Audiências Públicas Regionais como “efetiva participação do cidadão” e “exercício concreto da cidadania” são como um “canto de sereia”. Servem para criar a ilusão de que todos estão participando e estão mudando os rumos do desenvolvimento regional. Entretanto, essa ideia de cidadania faz parte do discurso oficial que está presente nos documentos organizados pelos agentes do Estado que conduziram as audiências regionais. A ideia de uma participação efetiva da maioria social nas questões políticas é algo inatingível, pois a cidadania em uma sociedade capitalista é limitada. Mas como aconteceu a participação que a ALMG considera como participação popular? Quem participou e como participou?

Com base nos documentos disponibilizados pela ALMG, podemos dizer que uma participação popular, nos moldes defendidos pela própria ALMG, foi possível na primeira reunião regional, em 1993, em que entidades recém-instituídas e segmentos que já se faziam presentes no cenário político como pequenas associações e sindicatos puderam participar diretamente, mesmo que suas propostas não tivessem sido apresentadas em plenário. Diante disso, como compreender as audiências públicas regionais nesse processo de abertura política vivido pelo brasileiro no início dos anos 1990? As reformulações feitas pela Assembleia nas Audiências Regionais, tais como reduzir, votar e priorizar propostas são indicativos, dentre outras coisas, da limitação imposta pelo sistema capitalista. O Parlamento não teve interesse em lidar com um contingente tão alto de participação, o que sugere, ao fim e ao cabo, que essa participação não foi algo interessante.

As Audiências Públicas Regionais significaram, dentre outras coisas, uma nova forma de participação política, um mecanismo criado pelo Estado para controlar os movimentos sociais que se formaram no país, em décadas anteriores. Além das audiências regionais, tivemos em Minas Gerais os Seminários Legislativos, os Fóruns Técnicos e o Ciclo Nacional de Debates. Todos foram mecanismos criados pelo Estado para uma “aproximação mais efetiva com a sociedade”. Mas, ao fim e ao cabo, essas ações do Estado foram mecanismos

²¹⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1994, 1995, 1997.

para dar a impressão de participação, pois criaram uma ilusão de que a “população” estaria participando efetivamente dos debates e ela própria direcionando as propostas, o que, sabemos, não aconteceu. Por mais que as ações populares e organizações da sociedade civil tenham incomodado e influenciado políticas públicas, elas funcionavam sempre como uma forma de controlar a maioria social.

3.3 O Fórum Popular de Desenvolvimento Regional na dinâmica das Audiências Públicas Regionais

Para as Audiências Públicas Regionais, o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional apresentou um documento que foi entregue aos representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nas reuniões das Audiências Públicas Regionais. Esse documento apresentou um diagnóstico da modernização econômica regional, além de trazer propostas gerais e específicas para cada área do desenvolvimento econômico do município e da região. Foi assinado por quarenta e uma entidades, sendo mais da metade de sindicatos urbanos e rurais, além de organizações não-governamentais e as pastorais da Igreja Católica, como foi mostrado na tabela 1, página 118.

O documento foi dividido em três partes. A primeira, continha dados sobre a população urbana e rural da região, entre os anos de 1960 e 1989, e taxas de crescimento populacional. Na segunda parte, foi analisado o modelo de desenvolvimento implantado na região e, por último, apresentadas as propostas gerais e específicas para o que seria um novo modelo de desenvolvimento. Assim sendo, o documento final que o Fórum apresentou à Assembleia, avaliou o desenvolvimento regional como inapropriado, pois este não teria acontecido com a dinâmica necessária para absorver a mão de obra que foi expulsa do campo. O desenvolvimento rural, por sua vez, efetivou-se contra o meio-ambiente e penalizando a maioria da população.²¹⁶

Nesta perspectiva, o Fórum se propôs buscar um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado em princípios agroecológicos, que conseguisse beneficiar a população como um todo. Para isso, propunha realizar um “amplo debate com a sociedade civil para se

²¹⁶ FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. 44 p. Brochura encadernada. p. 33.

apontar pistas que viabilizem um redirecionamento do desenvolvimento”, sob a orientação dos preceitos autossustentáveis.²¹⁷ Um modelo que deveria privilegiar a pequena e média produção familiar, comunitária, cooperativa ou empresarial diversificada, que fosse capaz de produzir alimentos e gerar emprego de forma ecologicamente sustentável. Portanto suas propostas se referiam a: 1) habitação e transporte; 2) educação e cidadania; 3) indústria; e 4) política agrária e ambiental.

Quanto à habitação e transporte, foi sugerido um projeto de iniciativa popular de moradia, com o uso de tecnologias alternativas, para a construção de casas populares de baixo custo, políticas públicas para as famílias de baixo poder aquisitivo, além de financiamento para materiais de construção e lotes. No que se refere ao transporte, as exigências eram: construção e o melhoramento de estradas vicinais; transporte subsidiado para estudantes, tanto nas cidades como no campo; reativação da malha ferroviária; aquisição, legalização e circulação de veículos comunitários. Nada foi mencionado sobre o transporte coletivo urbano de Montes Claros. Com relação ao tópico “educação e cidadania”, as propostas foram para melhorias dos salários dos professores, estadualização da Unimontes²¹⁸, implantação de centro de fomento e pesquisa direcionado a estudos sobre a região, um programa para merenda escolar que fosse articulado com a produção dos pequenos produtores rurais. A política industrial proposta pelo Fórum “exige dos órgãos governamentais apoio a pequena produção industrial têxtil e de confecções”²¹⁹, sobretudo a familiar comunitária, já presente na região, além de uma fiscalização por parte dos órgãos competentes junto às empresas poluidoras.

As propostas para a política agrária e ambiental foram as mais elaboradas. O texto afirma que “urge mudar o enfoque atual de desenvolvimento que concentra terra e renda, descaracteriza a cultura regional, consome predatoriamente os recursos naturais e provoca êxodo rural, migração e favelização urbana”.²²⁰ Para esse setor, o Fórum defendia um modelo que valorizasse os pequenos proprietários e que promovesse um sistema de produção integrado. Portanto, as reivindicações defendidas pelo Fórum englobavam medidas para melhorar e tornar possível o acesso à moradia, ao transporte, à educação e à cidadania. Reforma agrária e uma política que discutisse o meio ambiente também foram questões defendidas.

²¹⁷ FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. 44 p. Brochura encadernada. p. 33.

²¹⁸ Naquele momento, a Universidade Estadual de Montes Claros estava mobilizada pela inclusão do orçamento total da instituição nos recursos do Estado.

²¹⁹ Idem. p. 33-34.

²²⁰ Idem. p. 33.

As reuniões com o Parlamento aconteceram no dia 30 de junho de 1993, no Centro Cultural Hermes de Paula, em Montes Claros.²²¹ A ata das reuniões indicava a presença de autoridades políticas, empresariais, acadêmicas e eclesiais da cidade, além das inúmeras entidades representativas de classe. Representando o Fórum, estava Luciene Rodrigues (Unimontes), Alvimar Ribeiro dos Santos (agente de pastoral), Carlos Eduardo Mazzeto, (agrônomo, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Lucrécio Rocha (CUT) e Maria Geovanda Batista. Eles apresentaram as propostas organizadas pelo Fórum Popular de Desenvolvimento Regional para a assembleia,²²² enquanto Ivaneide de Queiroz Alvarenga falou em nome da Unammoc. Às audiências públicas regionais foram apresentadas, naquela oportunidade, 286 propostas para a região.²²³

Em sua fala, Luciene Rodrigues chamou a atenção para a urgência em mudar o modelo de desenvolvimento econômico atual. Salientou que a região norte está em uma das macrorregiões do estado que recebe maior volume de recursos e, justamente por isso, o Fórum não solicitaria mais verbas, mas sim um redirecionamento dos investimentos públicos na região. Luciene reforçou a ideia de que o Fórum priorizava a justiça social, a viabilidade econômica e a sustentabilidade. Sua crítica foi dirigida aos altos investimentos nas indústrias e aos projetos de irrigação.

Alvimar Ribeiro dos Santos focou sua fala na questão da terra. Enfatizou a necessidade de resolver a questão fundiária, concluindo-se os assentamentos das 86 áreas de conflitos da região. Carlos Eduardo Mazzeto encarregou-se de apresentar as ideias alternativas aos projetos de irrigação e a monocultura do eucalipto. Maria Geovanda, por sua vez, explanou sobre o papel da educação dentro dessa nova concepção de desenvolvimento, salientando a importância de construir escolas para os trabalhadores da zona rural. Aproveitou para criticar a falta de oportunidades para a mão de obra local. Lucrécio Rocha, a

²²¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994. No ano de 1994, elas aconteceram na cidade de Januária. Em 1995, foi a vez de Pirapora receber. Em 1996, não tivemos as reuniões regionais e, em 1997, elas aconteceram em Salinas.

²²² A Universidade Estadual de Montes Claros teve grande participação nas audiências regionais, tanto por meio de seus professores – como Luciene Rodrigues que contribuiu para a execução do documento do Fórum – quanto por meio do então reitor, que sempre esteve presente nas assembleias e nas comissões de representação.

²²³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994. Esse número de propostas foi encontrado em um dos relatórios organizados pela ALMG, de onde constava o autor e a proposta. As propostas foram somadas desconsiderando os autores e as repetições.

seu turno, focou as questões urbanas, como a habitação e o transporte, também solicitando junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a volta do trem de passageiros.²²⁴

Ao fim e ao cabo, o documento produzido, em 1993, pelos agentes que compunham o Fórum foi reduzido a cinco propostas não muito diferentes das demais. Foram elas: compra de lotes articulados com financiamentos para materiais de construção e assistência técnica; construção e manutenção das estradas vicinais na zona rural; modernização da malha ferroviária do Norte de Minas e investimentos em abastecimento de água. Nas Audiências Públicas Regionais de 1994, algumas das propostas feitas pelo Fórum em 1993 estavam diluídas nas propostas de outras entidades.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco e de Januária e a Fetaemg encaminharam algumas das reivindicações do Fórum, sobretudo com relação aos projetos de irrigação implantados na região e às plantações de eucalipto. As propostas foram: 1) formação de uma comissão de avaliação para o projeto Jaíba, com a participação do Banco Mundial, técnicos indicados pelo Estado e pela sociedade civil organizada; 2) participação efetiva da sociedade civil organizada e população interessada nas decisões sobre verbas para o projeto Jaíba, bem como resgatar a concepção original do projeto; 3) coibir novos plantios de eucalipto; 4) compra de fazendas em Bonfinópolis de Minas; 5) indicação, por parte da ALMG, de dotação orçamentária; 6) destinação às comunidades de áreas de eucalipto abandonadas; 7) implantação das propostas do Seminário Minas Terra. Essas foram as propostas apresentadas por entidades classistas dos trabalhadores às Audiências Públicas Regionais.

Em 1995, a proposta que o Fórum encaminhou para as audiências regionais, por meio das audiências municipais, abordou a questão hídrica. Reivindicou-se a execução de um “programa de preservação das nascentes, associado a um programa de gerenciamento ambiental e de manejo de microbacias”, donde os recursos naturais fossem usados de forma sustentável e com participação de entidades comunitárias. No entanto, essa proposta não obteve nenhum voto dos representantes. Em 1997, uma das cinco propostas priorizadas para a cidade reivindicava as demandas apresentadas pelo Fórum e se tratava de recursos para desenvolver um projeto que fosse viável econômica e ambientalmente para a Bacia do Riachão. Dentre os representantes municipais estava Braulino Caetano, representando o CAA

²²⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública Montes Claros. Belo Horizonte. Jun 1993. p. 55-65.

e não o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Mas a proposta não estava presente nas prioridades regionais.

Além do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, uma infinidade de entidades se mobilizaram para apresentar as suas propostas nas audiências, dentre as quais temos a Unammoc. Ivaneide de Queiroz Alvarenga, presidente desta entidade ressaltou que: “enquanto entidade soberana do associativismo comunitário neste município, considera de grande relevância que se atendam aos pedidos das associações, uma vez que a diversidade de situações não viabiliza nenhuma tentativa de centralização reivindicatória, pelo menos neste instante”.²²⁵

O discurso apresentado pela União das Associações de Moradores, Vilas e Distritos de Montes Claros apresentou algumas contradições àquele pregado pelo Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Enquanto este pregava a união em torno de um movimento global, a Unammoc, por meio de sua presidente, reconhecia as dificuldades e defendia a importância da diversidade, ao menos naquele momento. Para Ivaneide, não era possível, naquele momento, uma centralização reivindicatória. Dentre outras coisas, Ivaneide Queiroz Alvarenga defendeu a manutenção do homem no campo, a erradicação das favelas por meio de programas de saneamento básico, construção de casas populares e fabriquetas. Encerrou sua fala, ressaltando que o povo do Norte de Minas “se esforça para viver dignamente em uma região desassistida e em franca decadência”.²²⁶ O discurso do Fórum e do movimento associativista coloca em contradição ideias diferentes sobre Montes Claros e o Norte de Minas.

Enquanto um reconhece os recursos presentes na região e exige um redirecionamento dos investimentos públicos, o outro vê a região como “desassistida”.²²⁷ Essa ideia de uma região desassistida associada à seca constante faz parte do discurso praticado pela burguesia regional para obter verbas públicas. Mas mesmo se dizendo contrários ao modelo de desenvolvimento predominante, tanto o Fórum quanto o movimento associativista acabam, em algum momento, defendendo as ideias da burguesia, mesmo que de forma diferente. A partir das falas de Luciene Rodrigues e Ivaneide Alvarenga, podemos inferir que o Norte de

²²⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública Montes Claros. Taq.: Cidinha/Letícia. Dig.: Rosana/Letícia/Wilson. Belo Horizonte. Jun. 1993. f. 13, p. 6.

²²⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública Montes Claros. Taq.: Wandisa/Amélia. Dig.: Wand/Minardi/Amélia/Normando. Belo Horizonte. jun 1993. f. 14, p. 1.

²²⁷ Luciene Rodrigues é professora na Universidade Estadual de Montes Claros. Em 1998, defendeu a tese sobre investimentos agrícolas na região, com foco no projeto Jaíba.

Minas recebia inúmeros recursos públicos, porém esses recursos não eram usados de forma a beneficiar das camadas populares.

Segundo o Relatório Geral de 1993, as propostas desse ano foram encaminhadas em blocos, sem obedecer critérios de priorização, como passou a acontecer a partir de 1994.²²⁸ Em 1993, as entidades encaminhavam as propostas e indicava os seus representantes, e estes deveriam defendê-las em plenário. Estas propostas foram organizadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em um relatório com o nome do autor e a proposta. Cada autor poderia apresentar quantas propostas quisesse, sendo que uma mesma proposta poderia estar vinculada a mais de uma entidade.

As propostas da Unammoc e do Fórum foram defendidas por seus representantes no plenário, mas muitas outras ficaram apenas registradas nos formulários. Consultando todo o material disponível sobre as audiências de 1993, descobrimos propostas como a do Sr. José Antônio da Silva de Jesus, presidente da Associação de moradores do bairro Nova Morada, em Montes Claros, que propôs a quebra do monopólio do transporte coletivo na cidade. Esta é uma das proposições que não constam do referido relatório. O Sr. José Antônio pede que seja modificada a lei que expulsa o homem do campo, obrigando-o a ir morar nas favelas das cidades. Também solicita mudança na legislação que determina que o próprio político defina seu salário.²²⁹

Localizamos também a proposta da Sra. Maria de Jesus Mendes Pereira, lavradora e membro da Associação de trabalhadores Rurais de Santa Luzia, na comunidade de Laranjeiras, em Mirabela. Ela solicitava que o governo olhasse para o homem do campo. Em sua simplicidade pedia ao “senhor deputado pra olhar por nós da zona rural, pois estamos muito abandonados por estas entidades do governo, [que] não está prestando serviço como podia ser”, justificando a proposta com o fato de que o atendimento prestado pela Emater e pela Sudenor não teria compromisso com os trabalhadores.²³⁰ O Conselho Sindical dos Trabalhadores do Norte de Minas, situado em Montes Claros, representado por Avelino

²²⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994.

²²⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta da Associação de amigos do bairro Nova Morada. Pasta 2. 1993.

²³⁰ Idem.

Pereira Nogueira solicitou “reforma agrária nas terras localizadas em Jaíba, principalmente nas que já foram desapropriadas pelo governo, as terras de Ometto e Agrivale”.²³¹

Também Wagner Machado, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Janaúba, redigiu uma carta aos deputados presentes na audiência pública, na qual solicitou “interferência junto a Cooperativa de Irrigação do Vale do Gortuba com vistas a impedir a venda de gleba de terra de 60 ha, localizada em Janaúba e ocupada por 17 famílias de pequenos produtores rurais”.²³²

Junto com o formulário-síntese da proposta, o representante do sindicato dos comerciantes de Janaúba anexou uma carta assinada pelo coordenador Abílio Ramos de Souza e mais quinze assinaturas. Essa carta informava que as famílias ocupavam a área pertencente à Cooperativa de Irrigação do Vale do Gortuba (Covag) há um ano e meio, aproximadamente, e já estavam colhendo suas plantações. Segundo informa a carta, a Covag estava sendo pressionada por um fazendeiro e industrial local, o Sr. Omir Antunes, para vender as terras de sua propriedade. A carta ainda faz referência à desapropriação ocorrida tempos atrás com as famílias que moravam à margem direita do rio.²³³

A Covag era uma cooperativa de pequenos produtores locais, criada pela Codevasf, para administrar o perímetro irrigado do Vale do Gortuba. Ao criar a Covag, a Codevasf tinha como objetivo transferir a responsabilidade da gestão do projeto Gortuba para os próprios produtores, para que eles pudessem se organizar em relação à produção e à venda de seus produtos. Essa cooperativa foi criada na década de 1980 para ser um espaço dos pequenos irrigantes, mas com passar dos anos, tanto os médios quanto os grandes proprietários da região tornaram-se associados da cooperativa e assumiram a direção da mesma, o que contribuiu para transformar a Covag em um mecanismo para obter benefícios particulares. Além disso, a cooperativa não conseguiu assegurar bons preços para os seus associados, obrigando os produtores a negociarem com os atravessadores. Todos esses problemas levaram à extinção da Covag, ainda na década de 1990, e a Codevasf reassumiu o

²³¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Norte de Minas. Pasta 2. 1993.

²³² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta do Sindicato dos Comerciantes de Janaúba. Pasta 2. 1993.

²³³ Idem.

controle do projeto Gorutuba. Além de produtores rurais, a Covag tinha, em sua lista de associados, grandes empresas agroindustriais que atuavam na região.²³⁴

A luta das famílias para permanecerem nas terras onde já haviam morado, plantado e colhido foi possível a partir de uma organização conjunta mediada pelo Sr. Wagner Machado, como informamos acima. Conversando com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba, o entrevistado nos informou que essas famílias faziam parte daquelas que foram expulsas da margem direita, na década de 1970, para a efetivação do Projeto Gorutuba, sobre as quais mencionamos no 1º capítulo. Ele disse ainda que, na época, nada foi feito no sentido de que essas famílias recebessem uma indenização digna. Muitas das famílias que perderam as terras para o Projeto Gorutuba seguiram para outros centros, como São Paulo e Belo Horizonte e outras ficaram na região. Relembrando esse período, a Sra. Joana Francisca da Silva contou como a Codevasf agiu com as famílias que moravam à margem direita do Gorutuba.

Na época que nós mudamos de lá da terra nós tinha quatro hectares de terra, aí nós foi expropriado pela barragem, eles fez umas valeta ao redor das casas que o povo tinha que sair e aí saiu com uma mixaria, que não deu pra comprar uma casa nem de cinco cruzeiro nessa época, e pai vendeu gado, vendeu porco, vendeu cabrito, madeira, vendeu tudo pra comprar uma casinha de cinco cruzeiro nessa época. Nós saiu da terra feito um...foi jogado pro lixo mesmo, eles fez nós sair de lá sem nada, e o povo foi saindo, foi expropriado, sem nada.²³⁵

Essa situação conflitante não era divulgada e, por conseguinte, não era conhecida por muitos. A mídia informava que o projeto havia sido construído para irrigar o “maior celeiro agrícola do Estado”. A Revista Montes Claros em Foco, de abril de 1979, publicou uma nota dizendo que o sonho fora realizado, com o dia 9 de março de 1979, tornando-se um dia inesquecível no calendário histórico da cidade. A construção da barragem, de fato, transformou a cidade.²³⁶ Em 1979, foram duas mil famílias expulsas de suas terras. O valor pago a essas famílias não foi uma indenização condizente com a situação, mas, como dizem

²³⁴ Para maiores informações sobre o Projeto Gorutuba veja: VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba-MG e o desenvolvimento regional**. 2003. 86 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

²³⁵ SILVA, Joana Francisca da. **Joana Francisca da Silva**. [mar. 2015]. Entrevistador: Auricharme Cardoso de Moura. Janaúba.: casa da entrevistada, 2015. Formato mp3 (37 min). Entrevista cedida à nossa pesquisa por Auricharme Cardoso de Moura.

²³⁶ BICO DA PEDRA, um sonho realizado: **Montes Claros em Foco**, abr. 1979, p. 39.

em Janaúba, foi “um cala-boca” calculado, no dizer daqueles que sofreram a desapropriação, não pelo valor da terra, mas pelas benfeitorias que cada família possuía, como um curral, um pasto ou gado. Dona Joana enfatizou que foram expropriados de suas terras e que muitos moradores morreram de desgosto após deixarem suas casas. O dinheiro recebido da Codevasf não foi suficiente para comprar um terreno ou mesmo uma “casinha” na cidade.

Joana. Aí eles fez umas valetona ao redor da casa, que o carro chegou de ré e pegou as coisinhas e o povo teve que sair.

Entrevistador. Que coisinhas eram essas?

Joana. Era os material que a gente tinha dentro de casa.

Entrevistador. Eles falaram com vocês antes sobre a desapropriação?

Joana. Eles avisou, mas não tinha acertado com o povo. Como é que o povo ia sair sem nada, né? Como é que fazia a gente sair pra morar debaixo de uma árvore? Eles tinha que pagar o povo primeiro. Mas pagou uma mixaria, que não deu pra comprar uma casinha nem de cinco cruzeiro nessa época, não deu pra comprar. Aí precisou vender os gadim tudo e a valença de Deus que nós tinha um parente que vendeu pra pai essa casinha pra depois nós ir trabalhando pra pagar. Mas dinheiro da nossa terra mesmo num deu pra nada, eles tirô nós com nada. Saiu o povo e a maioria dos idoso morreu porque eles tinha a terrinha e pra morar debaixo... em casa dos outros de favor, que eles num deu conta de comprar nem um terreno, nem uma casinha própria pra eles morar, né? A minha vó mesmo foi uma, né. Foi um caos.

Entrevistador. E a vó da senhora morreu?

Joana. Morreu, num durou quase nada. Ela foi morar no fundo de uma casa do fio dela lá em Janaúba e ela desgostou da cidade porque era acostumada na roça com aquele terrenão, porque ela tinha era oito alqueire de terra, nessa época.

Entrevistador. Como foi a vida da senhora depois que saiu da terra?

Joana. Nós foi trabalhar, trabalhar panhando algodão pros outros pra num passar fome, né, aí nós foi catar algodão pros outros porque nós tinha pouco estudo nesta época. Eles fez os povo sair da terra igual um bando de cavalo, expropriou o povo lá e num explicou nem nada, não falou nada, até hoje o povo não recebeu nada.²³⁷

Assim como D. Joana, o Sr. Aumerindo também contou sobre a desapropriação. Em sua fala existe uma memória comum partilhada sobre o que aconteceu após a saída das famílias da terra.

Entrevistador. O pai do senhor morava na beira do rio?

Aumerindo. Morava, nós morava lá, era tudo pertim do rio.

Entrevistador. Ele teve que sair de lá depois que construiu a barragem?

²³⁷ SILVA, Joana Francisca da. **Joana Francisca da Silva**. [mar. 2015]. Entrevistador: Auricharme Cardoso de Moura. Janaúba.: casa do entrevistado, 2015. Formato mp3 (40 min). Entrevista cedida à pesquisadora por Auricharme Cardoso de Moura.

Aumerindo. [...] Teve que sair, mudou pra Janaúba. Mudou contrariado. Ficava falando que largou o terreno dele aí, que num tinha terra pra trabaiá mais, e eu também fui pra Janaúba.

Entrevistador. O senhor tava com quantos anos?

Aumerindo. Eu tava com uns quarenta e poucos.

Entrevistador. E como é que foi?

Aumerindo. Foi mal servido, né, eu fui pra Janaúba, mas eu num fui assim satisfeito não, né. Aí de lá eu comprei esse terreno e vim embora.

Entrevistador. E esse pessoal que recebeu o dinheiro da indenização, foram pra onde?

Aumerindo. [...] Os que recebeu foi pra Janaúba, chegou lá comprou um lote pequenim, fez uma casinha, só de tristeza eles morreu e desapropriou eles e eles foi pra uma casinha.²³⁸

Muitas famílias foram desagregadas e seus modos de vida foram desestruturados em benefício de alguns poucos. Conversando com os moradores da margem direita a memória ainda é muito viva. Contam que valetas foram abertas ao redor das casas como forma de pressionar os moradores a saírem e aceitarem o acordo. Os depoimentos reafirmam que muitos dos que perderam suas terras acabaram morrendo de desgosto, sobretudo por terem ido morar com parentes, serem obrigados a trabalhar em serviços que não tinham aptidão, ou mesmo serem “camaradas” em terras de outros. Fato é que essas famílias, anos depois, ainda tencionavam o projeto Gorutuba e evidenciavam a face perversa do modelo de desenvolvimento efetivado na região e no país.

A proposta encaminhada por Wagner Machado foi ignorada pela ALMG que, nem sequer, a computou no registro final. Mas a pressão em torno dessa questão causou incômodo nas lideranças da região, ao ponto de, em 1995, Aldimar Dimas Rodrigues, ex-prefeito de Janaúba, entre os anos de 1988 e 1992 e em seu primeiro mandato como parlamentar pelo PP, propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o processo de desapropriação feito pela Codevasf na área do Projeto Gorutuba. Segundo consta do relatório da CPI, a Codevasf alegou que a desapropriação da área foi iniciada em 1972, pelo DNOCS e, de imediato, foi criado o “Projeto Amanhã”, cujo objetivo era aproveitar a força dos colonos jovens nas áreas de irrigação, tornando-os qualificados para obter melhores resultados. Consta do relatório que muitos dos trabalhadores desapropriados não acreditaram

²³⁸ SOUZA, Aumerindo Martins de. Aumerindo Martins de Souza. [mar. 2015]. Entrevistador: Auricharme Cardoso de Moura. Janaúba: casa do entrevistado, 2015. Formato mp3 (48 min). Entrevista cedida à pesquisadora por Auricharme Cardoso de Moura.

no projeto e “erradicaram para outros centros ou se instalaram à margem da área desapropriada, vivendo de serviços eventuais”.²³⁹

Nesse sentido, a CPI entendeu que “se, de um lado, a lei não dá guarida aos infortunados do Gorutuba, devido à incidência prescricional dos seus direitos, de outro, a política na sua verdadeira essência deve atuar quando se tem em vista a necessidade da promoção, ainda que tardiamente, do apaziguamento social.”²⁴⁰ Portanto, a conclusão da CPI, buscando apaziguar a situação foi de que “houve falhas no assentamento do pessoal, devido à inexperiência, o que certamente não ocorrerá na implantação do Projeto Jaíba”.²⁴¹ Como forma de reparar essas “falhas” o superintendente da Codevasf “admitiu a grande oportunidade de se aproveitarem os reclamantes do então Projeto Gorutuba, devidamente cadastrados no Projeto Jaíba, que assentará até 1997, cerca de 1200 a 1300 famílias”.²⁴² Assim, as famílias desapropriadas ou os seus descendentes teriam “privilégios” quando acontecessem os novos assentamentos no Projeto Jaíba.

Situações como essa do Projeto Gorutuba, em que os trabalhadores reclamaram de violência e do baixo valor da indenização, em alguma medida, contribuíram para manchar a imagem do projeto. Sobretudo, em um momento que as ONGs locais passaram a denunciar ao Banco Mundial a forma como esses projetos estavam sendo implantados na região. A instalação de uma CPI serviu somente para mascarar uma situação e passar uma imagem de comprometimento com os trabalhadores. Foi solicitada simplesmente para amenizar os ânimos daqueles que perderam suas terras e para registrar a “preocupação” dos representantes do Estado com os trabalhadores.

Ao admitir as falhas e frisar que, embora a lei não dê guarida aos infortunados do Gorutuba, a CPI, diz praticar a verdadeira essência da política, ao se dispor a “corrigir” essas falhas, dando àqueles que reclamam a oportunidade de irem pra outro local. Na prática, as questões permaneceram e ainda permanecem lá, porque as Audiências Públicas Regionais não ouviram as propostas de desapropriação para fins de reforma agrária, tampouco dos inúmeros conflitos pela posse da terra, que ainda existem na região.

²³⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. RELATÓRIO CPI. 16/11/1995. Cedido por Auricharme Cardoso de Moura.

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Ibid.

²⁴² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. RELATÓRIO CPI. 16/11/1995. Cedido por Auricharme Cardoso de Moura.

3.4 Um balanço necessário

Ao fim das Audiências Públicas Regionais, é preciso observar a questão sob dois ângulos: a estratégia dos dirigentes locais e as propostas apresentadas. Com relação aos encaminhamentos, ficou claro que se referiam quase que totalmente a reivindicações de saneamento básico, construção de hospitais, escolas, postos de saúde, pavimentação, infraestrutura urbana e rural. Essas medidas fazem parte das obrigações do governo, mas eram praticamente inexistentes na região. São, portanto, medidas que aliviariam a pobreza. Não se discutiu, nas Audiências Públicas Regionais, mudanças estruturais da sociedade. A exceção foi o documento do Fórum, que tocou em questões centrais na região, mas não teve força suficiente para seguir adiante.

Em se tratando da classe dirigente regional, esta se mostrou organizada e articulada entre si, no que se refere às estratégias para alcançar seus objetivos para a região. Nesse caso, as Audiências Públicas Regionais foram um momento em que essas lideranças, políticas e econômicas, puderam trabalhar seus projetos de convencimento social. Nota-se, a partir da análise dos documentos disponibilizados pela ALMG, que as reivindicações feitas pela ACI, Sociedade Rural, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Montes Claros ficaram centradas na construção do anel rodoviário, pavimentação da estrada da produção, construção de um presídio regional, construção do prédio para a Justiça e a construção da rede de tratamento de esgoto e a estadualização da Universidade local. Foi em torno desses objetivos que as entidades se uniram.

A ALMG coloca as audiências como o momento de construção da democracia e da cidadania. Ao verificar os relatórios das Audiências Públicas Regionais, temos 1993 como o único ano em que uma participação poderia ser considerada como mais “democrática” para uma parcela de entidades organizadas da sociedade civil, como ONGs, empresas, igrejas, sindicatos, escolas, universidades, dentre outros. No entanto, nem todos os proponentes tiveram suas propostas ouvidas. As propostas constantes nos quadros 16 e 17, de autoria de José Antônio Nunes, morador da comunidade de Borá, em Brasília de Minas; Porfírio Francisco de Souza, representante e presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Norte de Minas; João Milton Barbosa Fonseca, representando as obras sociais da paróquia São Sebastião, no bairro maracanã, em Montes Claros; José Maria Saraiva, presidente do Conselho Administrativo da Paróquia de São João e vereador em

Montes Claros; Vitor Luiz Dias, presidente da Associação de Moradores e Amigos do bairro Ipiranga, em Montes Claros; Helena Gonçalves de Oliveira, presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional São Judas Tadeu, no bairro Cristo Rei, em Montes Claros; João Francisco dos Santos, Cabeleireiro, representando o projeto comunitário Betel, em Montes Claros; o pastor Jorge Luiz Pereira Ferreira, representante da Igreja Novo Mundo em Cristo; Júlio César Dias Almeida, lavrador e comerciante em Engenheiro Navarro; Lucílio Batista Mendes, presidente Associação de Santana do Mundo Novo em Juramento: são algumas das propostas feitas em 1993, mas que se perderam nas várias caixas onde foram arquivados o material produzido naquelas reuniões.

Para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, as audiências regionais se traduziram em uma nova forma de fazer política ou, segundo consta do relatório, significaram uma “coragem política de inovar”. A ideia de novidade nesse processo é problemática. Talvez a inovação seja pelo fato de ter o povo encaminhando propostas diretas ao parlamento, em um primeiro momento, algo que não foi bem avaliado pela ALMG, tendo em vista as mudanças ocorridas nas reuniões subsequentes. Mas se considerarmos todas as reivindicações dos movimentos organizados anteriormente, não encontramos nada de novo nessas práticas. Ao fim e ao cabo, as decisões por essa ou por aquela proposta continuaram a cargo das mesmas lideranças regionais, como mostramos acima. Afinal, a comissão de representação foi criada justamente para intervir junto ao Parlamento, a fim de ter suas propostas incluídas no orçamento. As lideranças que decidiam quais propostas priorizar eram os políticos locais, como os vereadores, prefeitos, empresários, fazendeiros, todos pertencentes ou em total sintonia com os interesses da classe dirigente local.

Nesse processo é preciso ressaltar o grande destaque que teve a Amams, que esteve sempre presente nos grandes debates regionais, sempre em sintonia com as outras entidades representativas. A Amams foi uma entidade que

participou diretamente das decisões políticas que foram decisivas para o desenvolvimento da Área Mineira da Sudene, como a criação da Universidade Estadual de Montes Claros, a construção da ponte sobre o Rio São Francisco no município de Januária, a pavimentação dos trechos que ligam Montes Claros a Espinosa, Itacarambi e a Rio-Bahia; implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba, o maior da América Latina e a construção da Usina de Irapé, apenas para citar alguns exemplos. Políticos importantes se transformaram em lideranças regionais a partir da atuação que tiveram na entidade, como o vice-líder do Governo Aécio Neves na Assembléia, deputado Arlen Santiago, o qual foi presidente da Amams, e a secretária

extraordinária para o Norte de Minas, e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Elbe Brandão, que foi secretária executiva. Nas últimas décadas, nenhum projeto de relevância para a região foi discutido ou colocado em prática sem a participação da AMAMS.²⁴³

Nesse sentido, a ideia que se queria passar é que as decisões não cabiam mais ao governo ou à sociedade política, mas sim ao povo, já que era este que decidiria o que fazer. É isso que consta do relatório geral da Assembleia: o povo decidiria “democraticamente”, por meio do voto de suas lideranças, aquilo que seria feito. Pode-se achar problemático evocar o “povo” nesse processo, mas o interesse da ALMG é passar adiante a ideia de uma participação popular. Não existe uma preocupação com conceitos e seus significados. Nesse sentido, tanto o povo quanto a sociedade civil são usados de acordo com o que convém à ALMG.

Dessa forma, com o “povo” ao seu lado para “dividir com as comunidades a tarefa de planejar o desenvolvimento mineiro”, o governo pretendia adquirir o apoio da sociedade civil, ou seja, daqueles que representam as populações e que formam opiniões.²⁴⁴ Por isso, as Audiências Públicas Regionais se constituíram em um mecanismo para reformatar a atuação dos trabalhadores, um mecanismo para enquadrá-los em uma forma de fazer política dentro dos moldes e dos limites estabelecidos por eles. As Audiências Públicas Regionais foram um espaço de participação, mas também foram um meio dos agentes do governo e também dos agentes do Estado de tomar as rédeas e ditar os caminhos da participação política da sociedade. Domesticar para neutralizar conflitos da década anterior e, dessa forma, obter a vitória na construção da hegemonia com o apoio de agentes e agências da sociedade civil.

Mas as reivindicações de frações da burguesia precisavam ter respaldo no anseio da população, precisavam ser legitimadas de alguma maneira. Nesse sentido, a Amams teve um papel de destaque e de grande importância, pois esteve presente nas audiências regionais e sempre apresentou uma extensa lista de reivindicações, dentre as quais podemos destacar saneamento básico, escolas e hospitais – demandas da classe trabalhadora que foram incorporadas por ela e que serviram de alavanca para políticos importantes se transformarem em lideranças regionais.

²⁴³ História. **Amams**. Disponível em: <<http://www.amams.org.br/site/institucional/3/historia.html>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

²⁴⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1995.

Entre as entidades que se organizaram para encaminhar propostas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais estava o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional. Criado a partir de um conjunto de agentes e agências que buscavam representatividade no Norte de Minas, o Fórum apresentou um documento contendo, além de suas propostas, uma espécie de dossiê em que foi discutido o modelo de desenvolvimento predominante na região. As propostas do Fórum tinham como base um “desenvolvimento sustentável, justo socialmente e viável economicamente”.

Nessa perspectiva, tanto Fórum Popular de Desenvolvimento Regional quanto as Audiências Públicas Regionais se configuraram como instrumento para direcionar e moldar as ações da classe trabalhadora. O Fórum, ao buscar representar todos os movimentos sociais, acaba por direcionar suas lutas, tirando deles o protagonismo dessas ações e criando uma dependência dos movimentos populares em relação a ele. As audiências regionais ditam a participação popular, isto é, definem a maneira como essa participação deveria acontecer. Com isso, ambos influenciam e direcionam os trabalhadores e seus movimentos para os caminhos construídos pelos agentes do Estado.

No entanto, a participação do Fórum nas Audiências Públicas Regionais não obteve sucesso, ao menos de acordo com os documentos analisados por nós. Estes mostram que nenhuma das propostas foram atendidas. Assim sendo, quais foram as ações dos agentes do Fórum no sentido de defender seus projetos? Onde e como os representantes do Fórum direcionaram suas ações após as Audiências Públicas Regionais? Trataremos disso no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

CONSTRUINDO A “SUSTENTABILIDADE”

Neste capítulo, interessa-nos abordar o sentido do Fórum, sua noção de sustentabilidade e como esta foi desenvolvida. Ou seja, entender a noção de sustentabilidade proposta pelo Fórum que foi disseminada no Norte de Minas, em qual ambiente foi possível plantar essa a ideia de um novo modelo de desenvolvimento e como foi construído e difundido ao longo do tempo na vida das pessoas. A partir daí tratar-se-á de suas práticas em benefício de parcelas da população.

Relembramos que o Fórum, enquanto espaço de articulação para políticas públicas regionais, foi uma tentativa inicial de disputar a condução do desenvolvimento regional no Norte de Minas, por ocasião das Audiências Públicas Regionais promovidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sobre as quais já falamos. Preocupados com a construção de um projeto que priorizasse um desenvolvimento “sustentável, justo socialmente e viável economicamente”, o Fórum se formou com o objetivo de intervir no planejamento do governo, redirecionando orçamentos e políticas públicas no sentido de “privilegiar a cidadania e a infraestrutura”²⁴⁵. Portanto, o que estamos buscando tornar claro é se a atuação do Fórum, nesse processo, foi de transformação ou conservação.

4.1 Desenvolvimento sustentável: a quem serve?

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o governo estadunidense volta suas atenções para a expansão do capitalismo enquanto um sistema global, sobretudo para evitar o avanço do comunismo. A ideia era reconstruir os países devastados pela guerra e impedir que outros países se tornassem socialistas. Assim, a noção de desenvolvimento é fomentada nos EUA enquanto uma política para expansão internacional do capitalismo. Mas o desenvolvimento não foi somente uma política de Estado. Walt Whitman Rostow é considerado, por muitos estudiosos do tema, como um dos intelectuais mais importantes na concepção do

²⁴⁵ FÓRUM POPULAR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Fórum popular de desenvolvimento regional**. Montes Claros, 1993. 44 p.

desenvolvimento também como ideologia. Nesse sentido, o desenvolvimento foi política de Estado para expansão do capitalismo e política ideológica para combater o avanço do comunismo.²⁴⁶

Para atingir seus objetivos os agentes do Estado norte-americano induziram e financiaram pesquisas realizadas por universidades – em especial, na área das Ciências Sociais – com o objetivo de auxiliar suas ações na promoção do desenvolvimento em outras partes do globo. O objetivo era construir um novo mundo, ancorado nas ideias de desenvolvimento e progresso. Contudo, essa remodelação é também destinada ao mundo estrangeiro, ou seja, àqueles países tidos como atrasados; para isso, nada melhor que ciência e tecnologia trabalhando juntas para o bem da humanidade, constatou Ribeiro.

A ciência foi usada para instrumentalizar o poder do Estado com o objetivo de construir e afirmar a hegemonia norte-americana. O desenvolvimento foi, portanto, associado à ideia de modernidade. Para promovê-lo e fazer com que chegasse aos mais recônditos lugares do planeta foi preciso um esforço conjunto entre agentes do governo e instituições que conseguiram criar interesses e saberes comuns, sobretudo projetos destinados à governança de territórios e populações. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deixa de ser somente um discurso e passa a ser uma ideologia, que é compartilhada também por agentes dos governos e lideranças das nações ditas “subdesenvolvidas”. Agências como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criados com esse objetivo, de financiar os países subdesenvolvidos em projetos de seu interesse, buscando “aliviar a pobreza” e diminuir a “desigualdade social”, consideradas um entrave e uma ameaça ao sistema capitalista.

Em se tratando do Banco Mundial, muitos trabalhos analisam sua performance e sua importância para os agentes do governo americano, no que se refere a sua atuação enquanto ator político, intelectual e financeiro. Essa instituição tem agido no sentido de “organizar” projetos sobre desenvolvimento em nível mundial, contribuindo para a supremacia estadunidense. A tese defendida por Pereira aponta o Banco Mundial, especialmente sob a liderança de McNamara, a partir de 1968, como uma agência cujas operações se consolidaram como um pilar na questão do desenvolvimento. Robert McNamara acreditava em uma íntima relação entre violência e atraso econômico. Por isso, era importante trabalhar no sentido de preservar a ordem política e atacar a pobreza. Esse foi um dos seus principais objetivos à frente do Banco Mundial.

²⁴⁶ RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento Ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2007. 446 f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, 2007.

Pereira constatou que, ao eleger a agropecuária como centro de ações para promover o crescimento dos países considerados pobres²⁴⁷, os agentes do Banco Mundial articularam a criação de grupos para desenvolver pesquisas agrícolas internacionais, a partir de iniciativas das fundações privadas americanas Ford e Rockefeller. A criação desses centros fomentou novas unidades que acabaram por obter apoio público e privado. Encabeçava a lista deste sistema a USAID, empresa americana que prestou assessoria à Comissão do Vale do São Francisco, entre 1964 e 1967, para incrementar os estudos sobre a capacidade hídrica do Vale do São Francisco.

Os centros de pesquisa sobre a agricultura foram responsáveis pela formação de técnicos agrícolas que exportaram seus conhecimentos para os países clientes do banco, dentre eles o Brasil. Estudo feito por Sônia Mendonça aponta a atuação desses intelectuais como aqueles que prepararam a sociedade brasileira para o que veio após o golpe de 1964: a revolução verde.²⁴⁸ Para os Estados Unidos, o campo era considerado um termômetro para os governos, por isso a importância em controlar o campesinato também por meio dos planos de crédito agrícola e assistência técnica.²⁴⁹ Tratando a pobreza como uma mera questão administrativa, os agentes do Banco Mundial seguiram exercendo sua função de preservar o *establishment*.

O público-alvo dos agentes do Banco Mundial para financiar projetos estava na África, América Latina e Caribe, nesses países as operações do Banco Mundial deveriam triplicar. Com metas anuais estabelecidas, a ordem era fazer o dinheiro circular, principalmente porque as reservas do banco só aumentariam se projetos financiáveis fossem criados. Nesse sentido, o Banco Mundial tornou-se uma agência aparelhada e organizada para monitorar os seus principais clientes, inclusive orientando projetos destinados a sanar a pobreza no campo e nas cidades dos países pobres.

Em 1973, o Banco Mundial, por meio de seus agentes, criou um programa orientado à pobreza, cujas diretrizes orientavam para o uso de pacotes modernizadores para incrementar a agricultura, promovendo um aumento na produtividade da terra com o uso de tecnologia de ponta e insumos industriais; realização de pequenas obras na zona rural privilegiando

²⁴⁷ Países “pobres” são aqueles que não conseguiram um desenvolvimento científico, tecnológico e social. Quase sempre estão localizados na América Latina, Ásia e África. A expressão é usada conforme PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

²⁴⁸ PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

²⁴⁹ PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 112-221.

irrigação, drenagem, estradas vicinais, armazenamento e comercialização, escolas e centros comunitários, além da construção de serviços públicos para gerar emprego.

João Márcio Mendes Pereira informa que essas foram as diretrizes do plano de McNamara, teorizado em 1974, dando origem à obra “Redistribuição com crescimento”. A publicação desse livro significou embasar academicamente e exportar para o mundo pobre o “Desenvolvimento Rural Integrado”, programa largamente usado no Brasil, em especial no Norte de Minas, a partir do Planoroeste, nas décadas de 1970 e 1980. A partir dessa pesquisa foi institucionalizada a ideia de pobreza absoluta e públicos alvos como legítimos mercedores das políticas públicas. Com isso, chegou-se à conclusão de que seria preciso “repartir um pedaço do crescimento do bolo, e não o bolo”.²⁵⁰ Tudo em comum acordo com as exigências do Clube de Roma.

A ideia de um desenvolvimento sustentável começou a ser esboçada nesse ambiente desenvolvimentista do pós-guerra, mas se intensificou em fins dos anos 1960. Os problemas relacionados à sobrevivência humana, crescimento desenfreado da economia, aumento de desastres ambientais, aquecimento global, crescimento dos desertos, fizeram com que os cientistas de todo o mundo abordassem a questão do desenvolvimento de forma coordenada. Dessa preocupação, emergem novos caminhos para se pensar a noção de desenvolvimento sem atacar o meio ambiente, principalmente através do Clube de Roma, em 1968, e da Conferência de Estocolmo, em 1972. Esta última foi a primeira reunião que tratou de questões ambientais.

O Clube de Roma, formado por personalidades de diversas áreas, foi constituído para ser um espaço de discussão dos grandes problemas mundiais, principalmente aqueles relacionados ao desenvolvimento do planeta, ainda na década de 1960. Essas reuniões foram concluídas com o pensamento de que os problemas ambientais eram causados pela pobreza e pela falta de tecnologias adequadas nos países pobres. Ou seja, mesma lógica de pensamento da cúpula do Banco Mundial.

Desses debates surgiram os ingredientes necessários para se formar uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Essa Comissão foi fundada em 1984 e, em 1987, apresentou ao mundo o relatório de suas atividades. O “Nosso Futuro Comum”, título um tanto quanto romântico, foi o documento produzido pela Comissão em resposta ao apelo da Assembleia Geral das Nações Unidas. Imbuídos do objetivo de promover “uma

²⁵⁰ PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 112-221.

agenda global para mudança”, a comissão foi presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland. O relatório de Brundtland, como ficou conhecido, tinha como principais objetivos:

Propor agendas ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante.

Recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve a consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento.

Considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental.²⁵¹

Essas foram algumas das ideias que nortearam o documento, cujo objetivo fundante girou em torno de um desenvolvimento que pudesse satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Nesse ambiente, a ideia de desenvolvimento ganhou um novo enfoque: seria sustentável um desenvolvimento que desse conta das necessidades presentes e que não comprometesse as necessidades futuras. Essa noção de desenvolvimento acompanhada de sustentável possibilitava manter o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, “zelar” pelo planeta.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou mais força a partir da “Rio-92”. A noção de sustentabilidade, segundo consta do documento *Nosso Futuro Comum* “é um processo de mudança, no qual a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do investimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras”.²⁵² Em suma, a proposta de um desenvolvimento sustentável deveria obedecer três princípios básicos: 1) ser economicamente viável; 2) socialmente justa; e 3) ecologicamente responsável para com as futuras gerações.²⁵³ De agora em diante, todo desenvolvimento deveria ser sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

No Brasil, como já foi dito, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou mais evidência com a Conferência Rio-92, Eco-92 ou ainda Cúpula da Terra, onde foram discutidos temas relativos à questão ambiental do planeta, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então houve uma união de esforços por parte do governo e organizações não-

²⁵¹ RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

²⁵² Ibid.

²⁵³ Ibid.

governamentais para promover a ideia, e um desenvolvimento com o adjetivo sustentável passou a ser perseguido por todos. Mas, dentro dessa lógica, o que se viu foi um uso indiscriminado do adjetivo por governos e instituições, e muitas vezes, as políticas públicas eram incompatíveis com o discurso apresentado, como aconteceu na Amazônia, caso analisado por Antônio Cláudio Rabello.

O autor analisou dois programas do governo de Fernando Henrique Cardoso que orientaram as propostas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. O primeiro foi o “Avança Brasil”, que defendia a associação do “desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico, com respeito à vocação das diversas regiões e seus ecossistemas”. O segundo programa foi o “Comunidade Solidária”. Neste programa, o desenvolvimento sustentável tem sua dinâmica nas “comunidades locais”. É centrado no Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e se baseia em uma nova forma de promover o desenvolvimento que

possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.²⁵⁴

No entanto, a noção de desenvolvimento associada ao adjetivo sustentável, embora muito disseminada, foi e tem sido pouco discutida ou se discute de forma equivocada. Entre aqueles que se dedicam ao tema, há uma vertente que avalia a economia verde e o desenvolvimento sustentável como um conjunto de medidas reformistas com vistas a esverdear o capitalismo, capitaneada pelas grandes ONGs. Essas grandes ONGs, dentre as quais está o Greenpeace, atuam no sentido de formar novos costumes mais condizentes com a “ecologização” do capitalismo.²⁵⁵

O caráter reformista e escamoteador das práticas do desenvolvimento sustentável e do seu equivalente material, a economia verde, foi capaz, segundo Elder de Paula, de retirar o

²⁵⁴ RABELLO, Antônio Cláudio. A questão setentrional – Amazônia, Natureza e Capitalismo. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil**: ensaios históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 115-128. O artigo de Rabello trata da expansão capitalista na Amazônia e de como esta foi travestida da ideia de sustentabilidade, redirecionando os caminhos do desenvolvimento na Amazônia, transformando-os de acordo com interesses particulares, em um primeiro momento de apta ao avanço agropecuário para em seguida transformar-se em uma área de preservação.

²⁵⁵ RABELLO, Antônio Cláudio. A questão setentrional – Amazônia, Natureza e Capitalismo. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil**: ensaios históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 115-128.
PAULA, Elder Andrade de. Entre Selvas. Capitalismo Verde, Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil**: ensaios históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 101-114.

capitalismo de cena. Pois, o que se pretende é construir um consenso ativo em torno do capitalismo verde, o que equivale a suplantar um ao outro, isto é, capitalismo por capitalismo verde. Esse último seria um conjunto de “transformações reais operadas no capitalismo contemporâneo no sentido de promover um movimento simultâneo de adaptação à nova divisão internacional do trabalho, ao reordenamento de natureza geopolítica, às reconfigurações nas relações Estado-Mercado”.²⁵⁶

Em defesa de um capitalismo verde, temos uma série de organismos internacionais comprometidos com o “interesse geral” da humanidade e defesa do meio ambiente. Como colocar em xeque objetivos que se apresentam tão nobres? E, no que implica um capitalismo verde? Qual o alcance de suas transformações? Na XVIII reunião do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada em 2012 na cidade de Quito, definiu-se, em seu documento final que,

es de suma importancia remarcar que el concepto de “economía verde” no sustituye al de “desarrollo sostenible”, sino que es una ruta a tomar para alcanzarlo. El camino concreto no es igual para todos los países, sino que depende de la situación y perspectivas específicas de cada uno. En la región existen diversas iniciativas que ya apuntan hacia el desarrollo sostenible que pueden considerarse como economía verde. Dentro de esa amplia gama de opciones hay algunos elementos que son comunes a todos ellos.²⁵⁷

A economia verde é, portanto, segundo esse documento, um caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável. Por isso, ao avaliar possíveis formas de erradicar a pobreza e tendo como princípio a economia verde e o desenvolvimento sustentável, dentre outros fatores, o documento enfatiza que

muchas de las iniciativas de políticas, programas y proyectos promovidos por los gobiernos, el sector privado y las organizaciones de la sociedad civil en la región, en áreas que van desde la generación de energía limpia, la agricultura sostenible, el ecoturismo y la gestión sostenible de los recursos naturales son elementos básicos de una economía verde. La transición a una economía verde no es un obstáculo para el desarrollo y la industrialización, generando condiciones que los puedan atrasar. Por el contrario, una economía verde está destinada a promover la industrialización basada en la

²⁵⁶ PAULA, Elder Andrade de. Entre Selvas. Capitalismo Verde, Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 101-114.

²⁵⁷ Programa de Las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. **La economía verde en el context del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza: una perspectiva desde América Latina y el Caribe**. XVIII Reunión del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe. Quito, jan. 2012.

eficiencia de recursos, asegurando un acceso fiable, local y asequible a la energía y la tecnología, así como mejorar la eficiencia en el uso de los recursos que podría mejorar la competitividad de la región.²⁵⁸

A agricultura ecológica e o ecoturismo, juntamente com outras propostas, são algumas das iniciativas de organizações não-governamentais para promover inclusão social e erradicar a pobreza. Essa seria a economia verde que, inserida na concepção de desenvolvimento sustentável, equivaleria a um capitalismo verde. Elder Andrade de Paula, citando Rivera, avalia tais práticas como um “mecanismo encobridor por excelencia de las nuevas formas de colonización”²⁵⁹, que, adotadas pela burguesia, funcionam como uma nova forma para cooptar e neutralizar lideranças sociais, o que acaba reproduzindo “una inclusión condicionada, una ciudadanía recortada de segunda clase, que moldea imaginários e identidades subalternizadas al papel de ornamentos o masas anónimas que teatralizan su propia identidad”.²⁶⁰ Nessa perspectiva, a sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável se apresenta como uma armadilha muito refinada. O que nos leva a indagar como essa noção de desenvolvimento sustentável está sendo apropriada pelos agentes da sociedade e como está sendo compreendida e disseminada para todos.

Conclui-se, portanto, que o capitalismo verde é um caminho a ser percorrido e um objetivo a ser alcançado. Acredita-se que as práticas sustentáveis possam tornar o capitalismo mais humano e menos individualista. Por isso, busca-se afastar a ideia de que o sistema capitalista seja capaz de corroer o emocional das pessoas, tornando superficiais as relações sociais e de trabalho. É preciso suplantar a concepção de que o sistema imputa a homens e mulheres uma flexibilidade constante, ao mesmo tempo em que exige uma contínua capacidade para correr riscos, para se enquadrar em uma nova ética que “serve a uma economia política flexível”²⁶¹.

As consequências desse mundo flexível é um trabalhador que não sabe e não consegue conviver com as dificuldades próprias de uma época individualista. Dessa forma, os efeitos tornam-se corrosivos ao caráter das pessoas. Mas o novo liberalismo não isola somente

²⁵⁸ Programa de Las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. **La economía verde en el context del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza: una perspectiva desde América Latina y el Caribe.** XVIII Reunión del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe. Quito, jan. 2012.

²⁵⁹ PAULA, Elder Andrade de. Entre Selvas. Capitalismo Verde, Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 103.

²⁶⁰ PAULA, Elder Andrade de. Loc. cit.

²⁶¹ SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

pessoas. Ele isola e molda movimentos. A concepção de desenvolvimento do Fórum é fruto dessas limitações quanto ao espaço de ação tanto quanto em relação às temáticas abordadas, pois propõe um desenvolvimento de alcance regional.

Nesse sentido, uma pauta com alcance maior é descartada, ou melhor, nem sequer é cogitada. O regional é o limite, é até onde podem ir. O mesmo acontece com os projetos. Quando se vê a questão por esse ângulo, torna-se mais claro compreender a opção por projetos regionais para abrir poços tubulares, prestar assistência técnica, auxiliar no plantio de hortas. Isso porque construir novas maneiras de erradicar a pobreza e promover a inclusão social, mesmo que de forma condicionada, são caminhos mais fáceis de se percorrer e se obter resultados imediatos do que lutar por uma reforma agrária, por exemplo. É a partir de objetivos como esses que são construídas as políticas públicas para a classe trabalhadora. É nesse sentido que a ideologia do capitalismo verde e do desenvolvimento sustentável é construída e disseminada, conciliando conflitos e criando medidas para reformar o capitalismo, mesmo que de forma velada. No entanto, é preciso compreender que um capitalismo verde ou de qualquer outra cor jamais abandonará sua premissa básica que é a acumulação e a exploração.

Foi buscando um desenvolvimento sustentável que se concentraram as ações do Fórum. Por isso, no próximo tópico, vamos abordar o Fórum e as noções de desenvolvimento sustentável.

4.2 O Fórum e a pauta do desenvolvimento sustentável

A ideia de um desenvolvimento sustentável está presente na concepção do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, como elemento fundante, portanto, de grande relevância. Pode ser compreendida como uma ideologia, um modo de pensar e agir que se queria disseminado. O contato com os documentos revelou um grande esforço por parte dos representantes do Fórum para que essas práticas fossem disseminadas, para que se tornassem conhecidas e adquirissem o *status* de senso comum. Principalmente porque eram práticas recentes no país. O trecho abaixo faz parte do parágrafo introdutório do documento organizado pelo Fórum, em 1993, para ser entregue para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Fórum de Desenvolvimento Regional é um movimento de caráter popular, plural e autônomo. É composto por cidadãos comuns, profissionais de diversas áreas, dirigentes, representantes de movimentos populares e sindicais e entidades não-governamentais, preocupados com a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, justo socialmente e viável economicamente para a região Norte Mineira.²⁶²

Baseados nesses supostos, as propostas discutidas e apresentadas pelo Fórum privilegiavam a questão agrária e ambiental. Foram nessas questões que o Fórum se deteve com mais cuidado, e traçou aquilo que seriam as condições obrigatórias para se construir esse novo modelo, além de sugerir os meios e instrumentos para sua efetivação. Essas práticas passariam pela participação popular, seja em associações, sindicatos de trabalhadores rurais ou ONGs. A intenção era promover, por meio dessas agências, debates sobre políticas públicas com órgãos do governo como Sudene, Sudenor, Codevasf, Seplan, Emater, IEF.

Para os representantes do Fórum, a construção de um modelo sustentável e democrático para a região mineira do nordeste estava diretamente ligada à estruturação do campo, com escolas e estradas; a desconcentração da renda; a resolução dos conflitos agrários; a concessão de crédito agrícola; ao manejo das bacias hidrográficas; o redirecionamento dos recursos da Sudene e aceleração do processo de desapropriação e parcelamento das áreas de assentamento, sempre considerando o uso de tecnologias alternativas e fontes alternativas de energia. Com exceção de uma reforma agrária, a pauta do Fórum estava, em grande medida, em consonância com as diretrizes do Banco Mundial.

Nesse primeiro documento, o termo desenvolvimento sustentável, embora presente, não é esclarecido. Em 1995, os documentos indicam que o Fórum passou a ser parceiro do Fórum Mineiro de Desenvolvimento Sustentado e passou a trabalhar o conceito de um desenvolvimento sustentável por meio de encontros para formação de lideranças comunitárias, em reuniões para ensinar novas técnicas de plantio, cuidados com a terra, controle de pragas. Outros meios para difusão desta concepção eram panfletos, cartilhas e os boletins informativos, principalmente o *Integração* e o *Pelejando*, das Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra. No boletim *Integração* eram veiculados textos chamando a atenção para o perigo dos agrotóxicos e para as vantagens e importância da agricultura orgânica, sobretudo com receitas contra doenças provocadas por ataques de

²⁶²FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. Brochura encadernada, 44 p. p. 4.

insetos e bactérias, lesmas, pulgões ou lagartas nas lavouras; indicava-se como fazer as receitas, o melhor momento para aplicar e como proceder com a aplicação.²⁶³

Os boletins informavam também sobre os encontros que aconteciam na região para debater o tema. Um desses encontros foi o I Encontro Regional de Tecnologias Alternativas, aconteceu entre os dias 19 e 21 de julho de 1985, em Montes Claros, sob a coordenação da Comissão Pastoral da Terra, com apoio da Secretaria de Trabalho e Assistência Social e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater). Esse encontro, em especial, informava sobre a constituição de um centro de tecnologia alternativa, futuro CAA.²⁶⁴ Consta do texto que

preocupados com o aumento do consumo de agrotóxicos na lavoura (veneno, inseticida, herbicida, etc), aproximadamente 100 técnicos e pequenos produtores de todo o estado realizaram o primeiro Encontro Regional de Tecnologia Alternativa na Agricultura. [...] No Encontro ficou claro que os produtos químicos usados na lavoura estão destruindo completamente a natureza.²⁶⁵

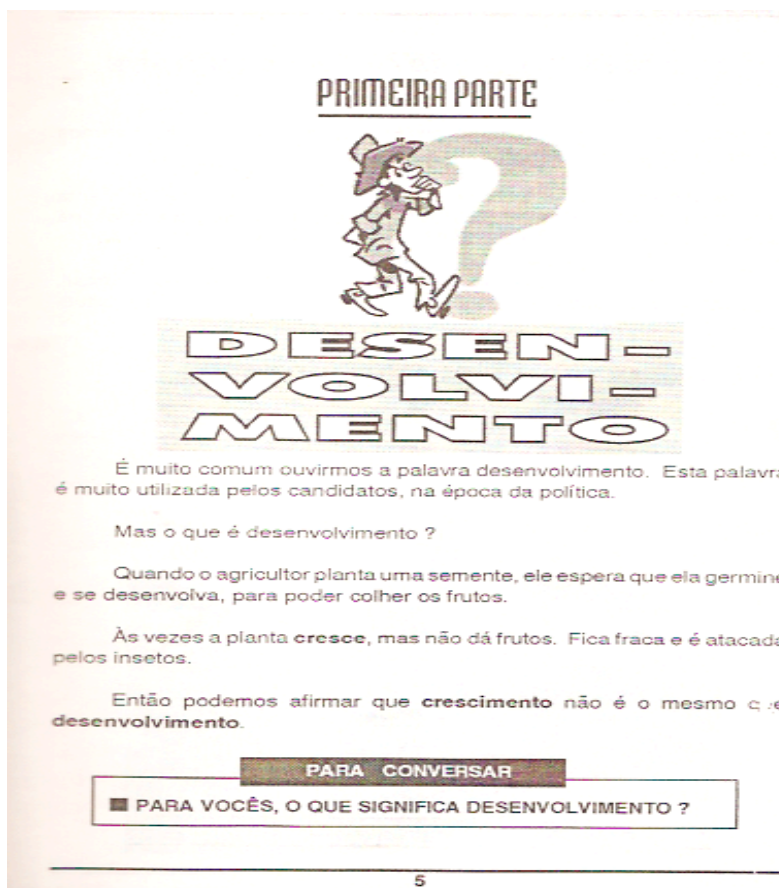
Divulgando receitas para controlar as pragas na lavoura, sugerindo novas formas de preparar a terra usando palha, mato capinado, restos de lavoura, folhas, adubo animal curtido, os boletins tentavam disseminar novas técnicas que não agredissem o meio ambiente. O termo mais usado era agricultura orgânica, mas após 1995, encontramos uma cartilha pedagógica contendo um conjunto de princípios e métodos referentes ao desenvolvimento sustentável, com o título de “A vida na roça tem jeito! Ou o que é Desenvolvimento Rural Sustentável”. Essa cartilha trouxe uma série de informes sobre o que seria um desenvolvimento sustentável no campo. A primeira parte da cartilha se inicia com uma grande interrogação sobre o significado da palavra “desenvolvimento” e porque desenvolvimento não significa a mesma coisa que “crescimento”. Faz uso de uma linguagem simples e constrói associações com o mundo do homem do campo, como podemos ver abaixo.

²⁶³ TECNOLOGIA ALTERNATIVA: Integração. Boletim Informativo da Cebs, CPT e PO do Norte e Noroeste de Minas. Diocese de Montes Claros, ano II, n. 12, jul./ago., 1985.

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ Ibid.

Figura 1 – Cartilha pedagógica “A vida na roça tem jeito! Ou o que é Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Acervo CAA, 2015.

O texto segue buscando esclarecer temas como o desenvolvimento da sociedade e as consequências de sua modernização e, sempre ao fim de cada tema, é apresentada uma questão para debate em grupo. A primeira parte da cartilha é encerrada com o tema “desenvolvimento sustentável”. Nesse momento, foi enfatizado que, ao levar em conta alguns princípios básicos (pequena produção familiar, segurança alimentar, liberdade e democracia na organização dos trabalhadores, beneficiamento e comercialização descentralizados, uma agricultura sustentável, uma nova relação entre homens, mulheres e meio ambiente, igualdade de benefícios e democracia), o desenvolvimento rural pode ser considerado desenvolvimento sustentável. A primeira parte chega ao fim destacando que para vivermos numa “sociedade justa e fraterna será necessário lutarmos para a adoção de políticas baseadas nos princípios do desenvolvimento sustentável”.²⁶⁶

²⁶⁶ FÓRUM de entidades sindicais, ONGs, pastorais e movimentos sociais de Minas Gerais. A vida na roça tem jeito ou O que é Desenvolvimento Rural Sustentável. Belo Horizonte: Editora Gráfica Ltda, 1985. Cartilha. p. 5.

A segunda parte da cartilha discute como chegar aos princípios básicos. A “reforma agrária” como base para a “pequena produção familiar”, que deveria ter também uma “política agrícola diferenciada”, para promover o “desenvolvimento de uma nova agricultura onde o beneficiamento da produção não compromettesse a segurança alimentar e permitisse condições dignas de trabalho no campo, com infraestrutura e serviços básicos como saúde, educação” pudessem criar condições para uma “nova relação entre homens e mulheres” contribuindo para uma “sociedade livre dos preconceitos” e fundada na “força da organização popular”.

Ao fim da cartilha, consta que uma sociedade civil forte seria de fundamental importância para a construção da cidadania.²⁶⁷ O objetivo da cartilha foi ensinar, difundindo uma determinada concepção de vida. Por isso mesmo, ela foi dividida em tópicos e construída, sempre fazendo alusão ao mundo rural, ao universo do trabalhador, com imagens e um vocabulário de fácil entendimento, sendo que, ao fim de cada tópico, eram apresentadas questões para debate nos grupos. Ao usar uma linguagem simples, tornava-se mais fácil para o trabalhador entender e assimilar na sua vida. É muito provável que esse material tenha sido usado em reuniões de formação de lideranças ou cursos técnicos realizados pelo CAA e CPT, entidades que compunham o Fórum.

4.2.1 A questão hídrica e uma nova possibilidade de ação

Os poucos documentos feitos pelos representantes do Fórum a que tivemos acesso nos mostra o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional com um novo nome: Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável. Sai o popular e entra o sustentável. Além do documento feito para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foram produzidos, entre os anos de 1999 e 2001, alguns relatórios dando conta das discussões, encaminhamentos e planejamentos sobre algumas questões. Com essas informações, construímos um quadro com as deliberações.

²⁶⁷ FÓRUM de entidades sindicais, ONGs, pastorais e movimentos sociais de Minas Gerais. A vida na roça tem jeito ou O que é Desenvolvimento Rural Sustentável. Belo Horizonte: Editora Gráfica Ltda, 1985. Cartilha, p. 22-23.

Quadro 18 – Encaminhamentos do Fórum de Regional de Desenvolvimento Sustentável (continua)

V Seminário regional de recursos hídricos e políticas de combate à seca		
Data: 18 a 20 de agosto de 1999		
Objetivo: discutir propostas para serem encaminhadas ao governo do Estado por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.		
Tema		Proposta
Uso da terra e vegetação		Cumprir legislação relativa às nascentes, uso de agrotóxico e no comércio do carvão; elaborar e implantar projetos para recuperação das nascentes; matas e áreas degradadas; criação de parques ou áreas de preservação ambiental; não renovação dos contratos de arrendamento de terras devolutas com as reflorestadoras e destinar essas terras para reforma agrária; erradicação da cultura do eucalipto em áreas críticas; proibição do plantio de novas áreas de eucaliptos e do replantio após corte; tornar obrigatórias as práticas de manejo e conservação de solos e água em projetos com verba pública e privada; controle de queimadas.
Uso da água		Construção de barramentos e açudes e perenização dos rios; perfuração de poços tubulares; retomada e conclusão do Plano Diretor de Recursos Hídricos de Afluentes do Rio São Francisco; revisão da legislação com penalização da pesca predatória, a partir de conversa com os pescadores; despoluição do São Francisco e Rio das Velhas; equipar poços para abastecimento; não conceder outorgas de direito do uso da água para grandes projetos de irrigação; suspender a implantação da barragem Irapé; garantia de audiência pública sobre a barragem de Berizal; construção de bacias para captação de água; infraestrutura básica de saneamento nas comunidades rurais; retirar dragas dos rios; suspensão do garimpo no rio do Sono.
Riachão		Apoio à suspensão de todas as irrigações na lagoa da Tiririca; estudos dos efeitos causados no baixo Riachão; cadastrar as famílias da bacia do Riachão; estudos para locação de pequenas barragens e seus afluentes; estudo sobre a degradação do Riachão; planejamento para desenvolvimento sustentável na bacia do Riachão.

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Quadro 18 – Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continuação)

Educação		Conscientização ambiental de todos os segmentos da população; capacitação de trabalhadores rurais para implantação de propostas que conciliem a produção com a conservação ambiental; introdução da disciplina “meio ambiente” no currículo escolar; produção de cartilhas sobre a História Ambiental do Norte de Minas; capacitação de educadores.
Organização e gestão		Controle social pelas organizações dos trabalhadores dos recursos para combate a seca; firmar parceria entre trabalhadores, ongs e órgãos governamentais; garantir porcentagem da arrecadação municipal para um fundo de desenvolvimento da agricultura a ser administrado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; incentivar a formação de comitês de sub-bacias; garantia de recursos para assistência técnica rural.

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Esse Seminário, realizado de 18 a 20 de agosto de 1999, trata especificamente de questões relativas aos recursos hídricos e seus desdobramentos. Foca, sobretudo, os danos causados pela degradação ambiental e como esses danos foram causados em nome de uma ideia de modernização econômica. Além de criticar a indústria da seca que se estabeleceu na região, ressaltou a necessidade de criar uma nova concepção de desenvolvimento que fosse capaz de ser conciliada com o meio ambiente, respeitando-se os saberes dos camponeses da região e socializando políticas públicas.²⁶⁸

No entanto, nota-se que esse é o quinto seminário realizado. Após 1993, esse é o primeiro documento do Fórum a que tivemos acesso. O evento contou com a participação de “115 participantes de entidades não-governamentais, pastorais, organizações representativas de trabalhadores rurais, vereadores e entidades governamentais de 29 municípios da região”.²⁶⁹ Tal abrangência, na visão dos integrantes do Fórum, seria suficiente para colocá-lo como um “ator no cenário regional de elaboração e decisão de políticas ambientais e do desenvolvimento”.²⁷⁰ As propostas que saíssem dali seriam encaminhadas ao governo do

²⁶⁸ FÓRUM Regional de Desenvolvimento Sustentável. **Seminário Regional de Recursos Hídricos**. Montes Claros. Ago. 1999.

²⁶⁹ Ibid.

²⁷⁰ Ibid.

estado por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Esse é um encontro interessante, pois, a partir dele, os representantes do Fórum se aprofundam nas questões relativas à preservação das nascentes e a atuação do Fórum, enquanto intelectual coletivo, começa a ser concentrada na questão das águas.

Outros documentos analisados indicam ações nesse sentido desde o início da década de 1990. Por exemplo, os relatórios da CPT, que informavam sobre seminários realizados sobre nascentes e sobre o reflorestamento e carvoejamento na região. Nesse momento, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável já havia mudado o perfil de suas entidades, com uma participação maior de associações e conselhos comunitários, com mais pastorais sociais da Igreja de várias cidades, secretarias municipais e sindicatos rurais, vereadores e ONGs. Os sindicatos urbanos, presentes quando da constituição do Fórum, não participam mais. As entidades convidadas relacionadas somaram 27, entre IEFs, Emater, Unimontes, Prefeituras, Codevasf, Copasa, dentre outros. Os participantes do Fórum conseguem algo importante: respeito e reconhecimento por parte dos agentes do Estado.

A questão hídrica tornou-se algo muito debatido na região e, com o passar dos anos, ganhou uma nova dimensão. Tornou-se parte do discurso das entidades representativas da classe empresarial e dos fazendeiros, como forma de angariar apoio permanente do Estado.²⁷¹ Para além disso, essa era uma realidade na região que foi se agravando com o passar dos anos e, portanto, era sentida principalmente pela classe trabalhadora. Em relatórios de 1994, os agentes da CPT encontraram poços perfurados havia mais de um ano sem os equipamentos para funcionar, com caixas abertas, motores expostos ao sol, enquanto comunidades inteiras estavam sem água. Poços que deveriam ter sido abertos para atender várias famílias foram encontrados em áreas particulares. De um total de 10 poços visitados em comunidades da região, vários apresentavam irregularidades nos equipamentos e mal uso.²⁷² Em relatório sobre trabalhos realizados em 1990, datado de maio de 1991, a CPT informa a realização de seminários sobre os rios São Norberto e Pacuí, próximos a Montes Claros. Nesse período, uma das prioridades da CPT era auxiliar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos municípios de Salinas, Cristália e Grão Mogol. As ações envolviam encontros, cursos e seminários para os atingidos com o objetivo de esclarecer sobre os projetos e as consequências na vida dos trabalhadores.

²⁷¹ PEREIRA, Laurindo Mekie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

²⁷² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório de acompanhamento, assessoramento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela. Montes Claros, 1994. Relatório.

No entanto, a escassez de chuvas na região era de longa data. Pereira informa que o Norte de Minas foi incluído nas áreas de atuação contra as secas desde 1911, por meio do decreto 9.256, de 28/12/1911. Mais de vinte anos depois, em 1936, foi criado o polígono das secas sem a inclusão do Norte de Minas. Contudo, em 1946, a região entra na área do polígono das secas, devido à interferência do então deputado Vasconcelos Costa junto ao presidente Dutra. O deputado atendia a uma iniciativa dos prefeitos de cidades da região.²⁷³ Assim sendo, com o passar dos anos, o aumento do período seco e a diminuição das chuvas, a questão hídrica ganhou um peso muito grande na dinâmica regional transformando-se em uma questão de relevância. Qualquer pessoa que tivesse acesso aos jornais locais em períodos anteriores inevitavelmente encontraria muitas matérias e reportagens tratando do tema.

Como em 08 de março de 1977, o jornal *Diário de Montes Claros*, noticiou em sua primeira página que “o avião da chuva está na cidade”, à espera de condições favoráveis, ou seja, a formação de nuvens e umidade. Consta que esse avião era a última esperança de chuvas dos pecuaristas, sendo que estes já estavam preocupados com os quarenta dias de sol inclemente. Os custos do avião seriam pagos pelo governo e as despesas dos tripulantes seriam pagas pela Codevasf. Nessa mesma matéria é informado ainda que Lucas Elmo, presidente da Sociedade Rural, aguardava a resolução das solicitações feitas em Brasília com relação às dívidas dos pecuaristas. A Sociedade Rural acreditava em uma possível prorrogação das dívidas, sobretudo devido à estiagem que, segundo eles, a classe dos pecuaristas estavam enfrentando desde o ano anterior, o que fez com que tivessem sua liquidez reduzida em mais de 50%.²⁷⁴

Verificando jornais anteriores encontramos inúmeras reportagens dando conta da seca e suas “consequências para a região” norte mineira.²⁷⁵ Nas últimas duas décadas do século XX, as mudanças no clima parecem ter sido maiores, tornando mais constante o período seco na região. O que só fez agravar a situação para a classe trabalhadora, na cidade ou no campo. A fórmula criada pela classe dominante local exigia cada vez mais repasse de verbas públicas para as indústrias da região, cada vez mais projetos e estudos para implantar perímetros irrigáveis ou frentes de trabalho, tornando a questão hídrica “o” problema regional.

²⁷³ PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

²⁷⁴ AVIÃO da chuva está na cidade, mas espera nuvens e umidade: **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 07 mar. 1977.

²⁷⁵ LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008)**. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

Formou-se uma indústria da seca, em que grande quantidade de verba pública, que deveria ser investida na construção de barragens, poços artesianos, cisternas, acabavam desviadas de sua função. Em 27/11/93, um jornal regional noticiou que a “verba federal contra a seca não é usada por culpa do governo de Minas Gerais”. O atraso de três meses no repasse dos Cr\$ 400 milhões, montante liberado pelo governo federal, aguardava a apresentação dos projetos de aplicação. Essa verba, informava o jornal, seria usada para a criação de frentes de trabalho em obras hídricas.²⁷⁶

Em 05/12/1993, Edmilson Guimarães, repórter do Jornal *Estado de Minas*, publicou matéria sobre as frentes produtivas no Norte de Minas. Segundo informou o repórter, a verba liberada pelo governo federal não teve a sua contrapartida liberada pelo governo do estado. O montante de \$2.5 milhões foi destinado a combater a seca no Norte de Minas em 1993, no entanto, salienta o repórter, esse dinheiro estava sendo usado somente para perfurar poços tubulares e em algumas frentes de trabalho, que já estavam atrasadas devido à demora do governo estadual. Esse atraso no repasse da verba estadual prejudicou muitas prefeituras, que tiveram que reduzir o número de trabalhadores, finaliza o texto.²⁷⁷

Outra situação foi denunciada em reportagem também publicada no Estado de Minas, pelos jornalistas Waldo Ferreira e Luís Ribeiro. Com o título “Seca e morte do cerrado”, os jornalistas falaram sobre a degradação do cerrado e o flagelo do povo atingido pela estiagem no Norte de Minas. A reportagem denunciou a má aplicação dos recursos públicos em uma questão que nunca era resolvida. Consta do texto que foi feita uma denúncia grave ao programa de construção de 117 barragens no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, coordenada pela Copasa, envolvendo recursos da ordem de R\$ 11 milhões, com financiamento do Prohidro. Constatou-se que as obras foram mal feitas e não possuíam serventia – as barragens não haviam sido construídas, os poços perfurados não funcionavam, contudo os recursos haviam sido repassados às empreiteiras.²⁷⁸

Dessa maneira, o desenvolvimento de projetos e a busca por alternativas para essa questão passaram a ser a pauta de ação do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, como vimos com relação ao ano de 1999, o que culminou com a intensa mobilização em

²⁷⁶ CAA. VERBA federal contra a seca não é usada por culpa do governo de Minas Gerais: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 27 nov. 1993. A matéria consta de pasta juntamente com outros recortes de jornais.

²⁷⁷ GUIMARÃES, Edmilson. Frentes de trabalho ficam prejudicadas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 05 dez 1993.

²⁷⁸ FERREIRA, Waldo; RIBEIRO, Luís. Denunciada a indústria da Seca: acusação mais grave é contra barragens que nem sequer foram construídas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 jun. 1999.

torno do projeto um milhão de cisternas (P1MC). O interessante é que a atuação em torno da questão hídrica, não somente na região, mas no nordeste brasileiro como um todo, já havia sido apontada desde a década de 1970 por instituições americanas que prestaram assessoria ao governo brasileiro. Naquela oportunidade, o *Bureau of Reclamation*, órgão do governo americano, indicou 20 localidades para construção de barragens na área do São Francisco, indicação esta que foi seguida pelo governo brasileiro.²⁷⁹ Isso é um indicativo de que o caminho escolhido pelos representantes do Fórum encontrou respaldo em objetivos muito mais amplos, já delineados anteriormente.

Vejam as deliberações do Fórum para o ano de 2000.

Quadro 19 – Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continua)

Seminário de Planejamento do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável	
Data: 16 de fevereiro 2000	
Objetivo: avaliar o funcionamento do Fórum e propor encaminhamentos	
Tema	Avaliação
Avaliação do Fórum	O Fórum foi avaliado como importante instância articuladora de propostas para o desenvolvimento regional, a partir da perspectiva dos trabalhadores. A avaliação apontou as diferenças de concepções entre os membros do Fórum. Avaliou-se a ingerência da Fetaemg, que não respeitou os sindicatos locais, chegando a apoiar um sindicato controlado pela oligarquia local. Discutiu-se a necessidade do Fórum ter uma secretaria executiva.
Luta pelo Crédito	Propostas aprovadas – Fetaemg articular a luta contra as dívidas dos agricultores com Pronaf/Proger. Enviar questionário sobre pesquisa de crédito para os sindicatos rurais preencherem; comissão para sistematizar dados da pesquisa e fundamentar propostas para negociação.
Proágua	O Instituto Mineiro de Gestão das águas aprovou projeto encaminhado pelo Centro de Agricultura Alternativa com parte das propostas aprovadas no Seminário Regional de Recursos Hídricos. Está previsto no projeto realizar estudos sobre os impactos do reflorestamento nos recursos hídricos, propostas para redução dos impactos, propostas para retomada das terras que foram arrendadas pelo reflorestamento, pelas comunidades.

Fonte: documentos do Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

²⁷⁹ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** – uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 27-29.

Quadro 19 – Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continuação)

Evento no Jaíba	Visita de representante dos sindicatos rurais ao projeto Jaíba. Esta visita rendeu uma carta aberta ao poder público estadual, federal e a sociedade, onde se questionou a utilidade social e a organização do projeto. A carta aberta propôs, entre outras coisas renegociação das dívidas dos colonos; encontro com o Banco Mundial para discussão dos resultados sociais do projeto; e encaminhamento das reivindicações dos colonos.
Programa de Formação	Proposta de realização de programas de formação.
Projeto de Cisternas	Proposta para o Centro de Agricultura Alternativa organizar cursos sobre a questão dos recursos hídricos, associados com a construção de caixas d'água de placa, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
Pronera	Propõe que o Pronera, curso realizado pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), tenha a participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg).
Marcha das Margaridas	Convite para participação da marcha internacional das mulheres em Brasília.

Fonte: documentos do Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Quadro 20 – Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continua)

Encontro de avaliação e planejamento do Fórum	
Data: 05 e 06 de outubro de 2000	
Tema: avaliar e propor encaminhamentos para as atividades no campo de atuação do Fórum	
Tema	Encaminhamento
Luta pela terra	Grito da Terra; agilizar implantação de novos assentamentos; desapropriação de áreas de conflito; assentamento agroextrativistas.
Luta pela água	Desdobramentos da luta no Riachão; redirecionamento do Proágua; apresentação e discussão do projeto de construção de 1 milhão de cisternas que está sendo negociado pela ASA com o Ministério do Meio Ambiente.
Crédito rural e Assistência técnica	Encaminhamento do processo de negociação com os bancos; continuidade da pesquisa; discussão da proposta de reunião com todos os gerentes regionais da Empresa de Assistência Rural Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater) no Norte de Minas.
Projeto Jaíba	Desdobramentos da visita dos técnicos do Banco Mundial ao projeto; encaminhamentos das propostas aprovadas na visita das entidades do Fórum ao projeto em 30/04/2000.
Educação/Formação Projeto Semear/CUT – Programa de alfabetização e escolarização; programa economia solidária e sustentável; Pronera; Programa de Formação/FAT. Debate em torno do projeto de construção de um milhão de cisternas de placa, que está sendo elaborado pela ASA.	

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Quadro 20 – Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continuação)

PLANEJAMENTO 05 e 06/10/2000	
Tema	Proposta
Luta pela água	Constituição do Grupo de Trabalho responsável por elaborar proposta do projeto para Minas Gerais; realização do abraço da lagoa da tiririca; realização de curso de capacitação domiciliar de água de chuva e gestão de recursos hídricos; planejamento dos municípios onde vão acontecer as experiências de manejo e conservação dos recursos naturais envolvendo os recursos do PROÁGUA;
Projeto Jaíba	Articular reunião com representante do Banco Mundial, órgãos do governo, representante dos colonos e entidades do Fórum para discutir encaminhamento efetivo para os problemas sócio-econômicos e ambientais do projeto.
Luta pelo crédito e assistência Técnica	Reorganizar equipe; reunião com lideranças sindicais e de base para discutir as decisões tomadas pelo governo com relação a agricultura familiar; realizar movimento de ocupação dos bancos para forçar a negociação; retomar a pesquisa e construção de propostas mais efetivas.
Planejamento	Realização de outro encontro em 29 e 30 de novembro para terminar o planejamento.

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Quadro 21 – Relatório do Seminário do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continua)

Relatório do Seminário do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável	
Data: 29 e 30 de novembro de 2000	
Tema: Resultado das propostas aprovadas durante o seminário	
Tema	Encaminhamento
Crédito e assistência técnica	Cobrar dos bancos nivelamento de conceitos; negociar perdão das dívidas; Fetaemg discutir além do Pronaf; promover ida à Brasília; reunir com Contag; marcar audiência com Ministro (Fetaemg); fazer documento para negociação; elaborar pauta negociação.
Assistência técnica	Garantir assistência técnica gratuita; participação dos agricultores familiares nas políticas públicas; negociação com o governo para manter os técnicos para os STR com direito de elaborar e acompanhar projetos
Luta pela Terra	
Avanço	Participação de 250 trabalhadores em mobilização e ocupação do INCRA; audiência em Brasília com Superintendência, garantido vistoria em 60 fazendas

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Quadro 21 – Encaminhamentos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável (continuação)

Crédito	Negociação das dívidas em Belo Horizonte; carência por mais 1 ano.
Não houve avanço	Parcerias em Dolabela não aconteceram; ocupações ficaram para o próximo ano em Coração de Jesus e Campo Azul.
Aprofundar	Cédula da terra; banco da terra; terras devolutas; discriminatória.
Indicativos	Denúncia e mobilização contra o banco da terra; acompanhamento das reivindicações feitas e negociadas; apoiar e dar sustentação as ocupações.
Jaíba	Garantir uma assessoria política e organização técnica permanente; reunião com Fetaemg para discutir relatório e estatuto; divulgar o relatório do Banco Mundial; verificar qual subsídio de energia do projeto; lutar para que o projeto tenha assistência da Empresa de Assistência Rural Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); formar grupos para experiência em Agricultura Alternativa; informar aos pequenos irrigantes os objetivos do projeto.
Educação e formação	Educação básica para o campo; proposta de denúncia de irregularidades no uso dos recursos; Pronera não é pauta do Fórum; articular e formar articuladores; Semear (se o Fórum for solicitado propor avaliação do processo); Fórum se posicionar sobre o FAT
	Luta pela água
Propostas	Cadastro de sem terras e das terras ocupadas; Constituir grupo de apoio à comissão; Constituição de uma A.P.A na lagoa tiririca; Fazer cumprir propostas do Copam; Riachão: ampliar envolvimento de outros setores e trabalhos da população; Participar da elaboração do Plano Diretor de Montes Claros; Rio Pardo de Minas: acompanhar processo de negociação junto às famílias atingidas pelas barragens; Fornecer parcerias com entidades e poder público para preservação ambiental;
Encaminhamentos	Realizar estudos sobre degradação ambiental em Montes Claros; promover intercâmbio de trabalhadores de outras bacias com o Riachão; movimento sindical elaborar documento respaldando trabalho do CAA e de técnicos da Emater que acreditam na agricultura familiar; ASA projeto 1 milhão de cisternas seminário estadual em 2001; grupo de apoio para mobilização e discussão plano Montes Claros: STR; CAA; Aldari; CPC; Sônia.

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Os quadros 18, 19, 20 e 11 evidenciam como a questão, durante a década de 1990, aos poucos, deixava de ser polarizada em torno da ideia de modernização econômica e suas consequências para o Cerrado e buscava visualizar uma maneira que desse conta de conciliar o desenvolvimento dos trabalhadores, principalmente na zona rural e a preservação do meio ambiente.

As propostas constantes nos relatórios feitos pelos representantes do Fórum eram variadas e atacavam problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, mas grande parte era

focada em uma boa gerência da água e no extrativismo como uma opção para os trabalhadores.²⁸⁰ Além da questão da água, em fevereiro de 2000, os representantes do Fórum centraram seus esforços nos encaminhamentos referentes às demandas que envolviam o crédito agrícola, o projeto Jaíba e a formação de lideranças.

Em outubro do mesmo ano, os encaminhamentos seguiram no mesmo sentido, com especial destaque para a interação com os agentes do Banco Mundial, no que se referia ao projeto Jaíba. No encontro de outubro foi constituído um grupo de trabalho para lidar com as questões hídricas. Em novembro, o relatório do seminário indicou os resultados das propostas aprovadas e fez alguns encaminhamentos envolvendo a questão ambiental e o Programa 1 Milhão de Cisternas, além de registrar propostas de acompanhamento e assessoria.

A questão da água seguiu sendo um dos destaques da atuação do Fórum, sobretudo no ano 2000. A articulação com outras entidades para tratar da questão do abastecimento de água em comunidades rurais e a parceria com a Articulação do Semiárido Brasileiro foi do que decorreu o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC).²⁸¹ Carlos Alberto Dayrell esclarece que a execução desse projeto começou com financiamentos de agências internacionais para, depois, ser adotado pelo governo federal. O projeto é gerido pela ASA.

ASA. Articulação do Semiárido. Uma articulação que existe no Semiárido brasileiro, que discute primeiro o projeto, começam a fazer ações... primeiro de uma maneira muito descentralizada em cima de recursos de organizações não-governamentais internacionais que vai financiando. Até que o governo sinaliza aprovar o primeiro projeto e, que, no governo Lula, ele é encampado. Ele é encampado como um projeto estratégico do governo Lula. Não é o único, mas é um dos projetos que o governo vai financiar. Então, esse projeto 1 milhão de cisternas ele tem uma coisa que é muito provocadora... ele debate a questão da água. Ele coloca o processo de gestão mais descentralizado, a gente cria as comissão municipais.²⁸²

²⁸⁰ O extrativismo como forma de complementar a renda familiar é prática comum em várias partes do Brasil. No Norte de Minas, parte dessa experiência foi apresentada no livro “Assentamento Americana e Grupo Agroextrativista do Cerrado”, organizado por Igor Somini Homem de Carvalho. A fazenda Americana, de propriedade da extinta estatal Vale do Rio Doce foi desapropriada em fins da década de 1990 e transformada em assentamento para várias famílias que já viviam no local. CARVALHO, Igor Simoni Homem (Org.) Assentamento Americana e Grupo Agroextrativista do Cerrado. Uma experiência agroecológica no Norte de Minas. Brasília/DF – Grão Mogol/MG. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)/Grupo agroextrativista do Cerrado. Brasil, 2012. 132 p.

²⁸¹ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

²⁸² Ibid.

Abaixo, trazemos a pauta de reunião do Fórum realizada em 2001.

Quadro 22 – Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável

Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável
Data: 01/10/2001
Tema: Reunião – definição do projeto ASA de transição
Pauta
Informes – reunião Juazeiro – São Francisco, curso de GRH, reunião em Salinas com o Vale do Jequitinhonha
Avaliação do processo de construção das 10 caixas na comunidade de Borá
Situação atual do projeto
Critérios de definição de municípios e microrregiões
Gestão financeira e de execução desta etapa.

Fonte: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa, 2015.

Conclui-se, portanto, considerando os documentos analisados, que os participantes do Fórum encontraram nas questões hídricas uma possibilidade de atuação. A partir dos documentos, podemos constatar que os esforços do Fórum foram, aos poucos, sendo redirecionados após o ano 2000. Suas deliberações, durante esse ano, guardam algumas das propostas que foram encaminhadas à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1993. No entanto, última pauta do Fórum a que tivemos acesso, a pauta de 2001, as demandas passaram a se concentrar em torno da questão da água. Quando conversamos com um dos organizadores do Fórum, um dos aspectos que ele salientou com relação ao trabalho do Fórum foi que o Projeto 1 Milhão de Cisternas “demanda uma energia pra ser executado” e, consecutivamente, exige mais do Fórum, fazendo com que “outras questões estruturais que seriam fundamentais acaba não sendo... o Fórum não dá conta”, como, por exemplo, “a questão agrária, a questão da educação”.²⁸³

Por isso, consideramos importante tentar tornar claro, nesse processo, em que medida os projetos do Fórum se afastaram ou coincidiram com os projetos dominantes. Como podemos analisar os projetos do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável com os projetos que buscam reformar o capitalismo por meio de uma economia verde e de um desenvolvimento sustentável? Um caminho possível para obter algumas respostas pode ser encontrado na articulação entre os agentes do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável e o Banco Mundial. É o que vamos tratar no próximo tópico.

²⁸³ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

4.3 É preciso “aliviar a pobreza”!

Dayrell ressaltou algumas atividades desenvolvidas pelo Fórum que significaram, em sua visão, mudanças na condução de projetos regionais – nesse caso, o projeto Jaíba.

A gente acionou, inclusive, o Banco Mundial. Acionamos o Banco Mundial. Mandamos propostas e tal. Porque, até então, o Banco Mundial vinha e conversava era com a Emater, com as elites e iam pra lá... ou no máximo com a ANDA, em Belo Horizonte, discutindo as condicionantes. Mas não era assunto que passava pela região.²⁸⁴

Nos quadros apresentados, especificamente entre o 19 e o 20, datados do ano 2000, os representantes do Fórum avaliam o seu funcionamento e propõem alguns encaminhamentos, dentre os quais um encontro com os agentes do Banco Mundial para discutir os resultados sociais do projeto Jaíba, em fevereiro de 2000. Foi marcada uma visita de representantes de sindicatos ao projeto, que aconteceu entre 29 e 30 de abril de 2000.

Desse encontro saiu a “Carta aberta ao poder público estadual, federal e à sociedade em geral”, em que se critica a forma como foi conduzido o Projeto Jaíba, os altos investimentos e seus resultados sociais. Dentre outras coisas, os representantes do Fórum propõem que seja realizado um encontro com a participação do Banco Mundial para que possam apresentar os resultados ainda não divulgados de pesquisas realizadas por seus agentes sobre o projeto, além de acompanhar e assessorar as lutas, fortalecer o trabalho de base visando uma maior participação dos colonos na administração, investir na capacitação dos colonos, divulgar resultados de pesquisas críticas ao projeto para os colonos, promover discussões sobre o modelo de produção agrícola dentro do projeto, fomentar pesquisas específicas sobre as condições de crédito, dentre outras.²⁸⁵ Ao conversarmos com Dayrell, questionamos quanto os resultados da visita dos técnicos. Segundo ele,

teve resultado. Um dos resultados... porque a estrutura de gestão do projeto Jaíba era militar, era do período militar. Então cê tinha lá, o distrito que era dirigido... não lembro o nome da pessoa. Mas ele [o projeto] era dirigido

²⁸⁴ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

²⁸⁵ Projeto Jaíba. Carta Aberta ao Poder Público Estadual, Federal e à Sociedade em Geral.

militarmente, de uma maneira extremamente autoritária, né... as pessoas lá questionavam isso, os pequenos agricultores lá, né, que foram assentados lá... eles questionavam isso. Foi quando quebrou essa estrutura, né, e o distrito começou a discutir com os colonos a gestão... foi muito embate... foi muito embate, acho que o embate mantém até hoje, eu imagino... essa foi uma das questões de atuação do fórum, né? O fórum debatia questões que eram mais estruturais que afetavam a região.²⁸⁶

Esse distrito a que se refere Dayrell é o Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ), criado em 1988, por exigência do Banco Mundial²⁸⁷. Segundo Moura,

o distrito é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, patrimônio e administração próprios que busca congrega os irrigantes do projeto (pequenos, médios e grandes produtores) em co-gestão com o poder público. Seu objetivo é administrar, operar, manter e conservar toda a infraestrutura de uso comum do perímetro de irrigação do Jaíba. O DIJ teria um importante papel na seleção e transformação dos assentados em produtores rurais capitalizados. Sua criação foi uma forma encontrada pela agência financiadora internacional de representá-la junto aos trabalhadores rurais e agências estatais sendo sua presença e atuação no projeto Jaíba uma forma estratégica de buscar estabelecer as regras do Banco Mundial para o desenvolvimento da agricultura.²⁸⁸

O próximo encontro, programado para novembro de 2000, tinha como objetivo discutir os resultados das propostas anteriores, a saber: acompanhar os desdobramentos da visita dos técnicos do Banco Mundial e divulgar o relatório de avaliação. Não tivemos acesso ao relatório feito pelos agentes do banco e, independente da avaliação feita pelo Banco Mundial, importa-nos mais a relação estabelecida com o Fórum.

Duas questões devem ser observadas a partir dessas constatações. A primeira é que parte da verba destinada à implantação do Projeto Jaíba veio do Banco Mundial. A segunda é que alguns financiamentos liberados pelo Banco Mundial, na década de 1980, não foram bem avaliados por ambientalistas, resultando em muitas críticas.²⁸⁹ Entretanto, o que isso significa

²⁸⁶ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

²⁸⁷ MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba MG**. 2014.163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

²⁸⁸ Ibid.

²⁸⁹ Para compreender a relação entre Banco Mundial e ONGs nos valem da pesquisa de GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 228 p.

dentro do processo que estamos analisando? Entre a década de 1980 e 1990, com o objetivo de aumentar a fiscalização e o controle sobre o Banco Mundial, os EUA promoveram mudanças dentro da instituição, por meio de alianças com entidades da sociedade civil organizada (ONGs) que fossem críticas à organização. Devido a inúmeros problemas referentes às questões ambientais nos projetos financiados pelos agentes do Banco Mundial, ONGs foram convocadas pelo governo americano para prestar depoimentos críticos ao banco no Congresso estadunidense, durante um dos processos de reabastecimento de recursos do Banco Mundial. Isso fez com que a alta burocracia do banco promovesse reformas internas que, ao fim, contribuíram para um fortalecimento da aliança entre os agentes do Banco Mundial e agentes de ONGs.²⁹⁰

Segundo Feliciano de Sá Guimarães, esse fortalecimento foi fruto de uma equipe multidisciplinar, ou seja, formada por profissionais de várias áreas do conhecimento. Sua constatação se deve a um estudo comparativo feito entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que trabalhou com a hipótese de que o Banco Mundial teria alcançado um grau mais elevado de autonomia burocrática em relação ao Fundo Monetário Internacional em virtude, do que ele chama de uma *expertise* mais diversificada em oposição ao FMI, que teria uma equipe mais rígida.

Isso proporcionou ao Banco Mundial profissionais mais diversificados, tornando possível ao banco elaborar estratégias para elevar o nível de sua autonomia. Uma diversificação que passou pela forma como os Estados e o *Sênior Management* recrutaram o corpo burocrático, que se deu de duas maneiras: 1) diversificada, ou seja, envolvendo um número maior de profissionais (economistas, engenheiros, ambientalistas, sociólogos) ou 2) restrita, com um número reduzido de profissionais (economistas). Uma *expertise* diversificada seria capaz de dinamizar as relações com as comunidades epistêmicas²⁹¹ e com ONGs. Um dos diferenciais do Banco Mundial é que ele conseguiu estabelecer relações com comunidades epistêmicas fora da esfera financeira, ou seja, nas áreas social e ambiental. Isso porque, aponta Guimarães, profissionais considerados peças-chaves dessa burocracia fazem parte de comunidades epistêmicas amplas, que envolvem inúmeras entidades da sociedade

Cf. ainda HORTA, Korinna. Duas décadas após a cimeira do Rio: *quo vadis* desenvolvimento sustentável? In: **Janus.Net**, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2011. Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: <<http://observare.ual.pt/janus.net/en>>. Acesso em: 30 set. 2015

²⁹⁰ GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora: FGV. 2012. p. 65.

²⁹¹ As comunidades epistêmicas são “uma rede de profissionais com expertise e competência reconhecida em determinada área de conhecimento e que tem autoridade sobre a construção de políticas relacionadas a esta área”. Cf. GUIMARÃES, Feliciano de Sá. Op. cit.

civil organizada e têm uma atuação ampla. São, portanto, transnacionais e domésticas. As transnacionais operam em vários países e níveis: burocracias locais e internacionais, universidades, grupos de interesses e ONGs. Nesse sentido, temos no Banco Mundial uma organização muito mais aberta à participação das ONGs que o FMI, por exemplo. Uma abertura que, conforme conclui Guimarães, não foi programada, mas aconteceu com o objetivo de diminuir os conflitos e proporcionar melhores resultados para a organização.

Nesse processo de reorganização interna de sua equipe, o Banco Mundial sofreu inúmeras críticas, principalmente com relação aos grandes projetos financiados para Brasil, Índia²⁹² e Indonésia.²⁹³ A crítica a esses projetos aconteceram, segundo Guimarães, por conta da destruição do meio ambiente e o empobrecimento das populações locais.²⁹⁴ Por isso, em conformidade com a agenda ambiental proposta pela ONU, o Banco Mundial, sob a presidência de Robert McNamara, adequou suas diretrizes a uma ideia de desenvolvimento sustentável. O banco reavaliou sua dinâmica interna com relação à aprovação de projetos, fazendo com que o seu processo decisório fosse aberto a ONGs.

Por isso, a alta hierarquia da instituição decidiu realizar uma reforma significativa em sua organização. Essa reforma passava, prioritariamente, por uma nova compreensão acerca do conceito de desenvolvimento, descentralização, ampliação de especialistas em outras áreas (social e ambiental) e participação de agentes da sociedade civil organizada.²⁹⁵

A partir de então, os projetos eram desenvolvidos, financiados e fiscalizados pelo Banco Mundial. Desse modo, as estratégias foram redirecionadas, criando-se, em 1987, o departamento de meio ambiente de nível superior, fazendo das questões ambientais uma causa a ser defendida pela organização.²⁹⁶ Os *experts* concluíram que era mais interessante e inteligente trazer os críticos para debater os projetos do que reagir posteriormente às críticas.²⁹⁷ Por isso, o Banco Mundial tratou de incluir a sociedade civil organizada nas fases

²⁹² GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

²⁹³ HORTA, Korinna. **Dois décadas após a cimeira do Rio: quo vadis desenvolvimento sustentável?** In: Janus.Net, v. 2, n. 2, 2011, p. 49-65. (Universidade Autónoma de Lisboa). Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/en/>.

²⁹⁴ GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

²⁹⁵ Ibid. p. 65.

²⁹⁶ HORTA, Korinna. **Dois décadas após a cimeira do Rio: quo vadis desenvolvimento sustentável?** In: Janus.Net, v. 2, n. 2, 2011, p. 49-65. (Universidade Autónoma de Lisboa). Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/en/>.

²⁹⁷ GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 65.

de realização dos projetos, em que desenvolve os projetos, financia e fiscaliza as obras.²⁹⁸ O Projeto Jaíba está inserido nessa dinâmica.

Nesse processo, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, enquanto espaço de negociação, também se fez presente nas discussões e encaminhamentos, indicando que faz parte dessa rede global. Em alguma medida, ao assumir a pauta defendida pelo Banco na região, os representantes do Fórum determinaram ou indicaram novas formas de organização do Projeto Jaíba, em concordância com a pauta do Banco Mundial para esses projetos.

De um modo geral, a agenda do Fórum e também do Centro de Agricultura Alternativa, com projetos como o PIMC, por exemplo, são financiados tanto por agências internacionais, parceiras da ONG, como pelo Estado e governo brasileiro; em conjunto, trabalham para aliviar a pobreza no campo. No caso do PIMC, os financiamentos provêm de vários parceiros, mas o seu sucesso depende das agências locais que cuidam e executam o programa, evidenciando uma sintonia entre os órgãos envolvidos.

Para o Banco Mundial, as alterações em sua dinâmica, ou seja, sua abertura à participação de organizações da sociedade civil significou uma reformatação da participação dessas agências em benefício de um bom funcionamento do sistema. A grande jogada foi trazer o “inimigo” para o seu lado. Ao Banco Mundial cabia adequar seus projetos para não “ferir” o meio ambiente; portanto, deveria incluir cuidados ambientais e sociais como condição para a aprovação de grandes projetos, como foi com o Polonoroeste, e projetos como o DRI, Sertanejo, dentre outros.

Para as ONGs, trabalhar com o Banco Mundial, uma organização internacional, indicou um ganho substancial no quesito “confiabilidade” dos seus projetos e trabalhos desenvolvidos, por exemplo. Por isso, muitas organizações que anteriormente eram críticas ferozes passaram a fazer parte do grupo, discutindo, apoiando e adequando projetos da instituição e tentando obter alguns poucos benefícios para extratos da população. A interação entre Banco Mundial e ONGs, em especial, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável indica o sucesso das estratégias desta organização, sobretudo no que se refere à obtenção de um consenso por parte das ONGs e dos movimentos sociais que estas representam.

²⁹⁸ GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 66.

Essas medidas foram parte de um processo de reorganização interna do Banco Mundial com o objetivo de conter críticas aos seus projetos, tendo em vista que o Projeto Jaíba foi também financiando por ele. O objetivo dessa interação é colocar nas mãos dos nativos a responsabilidade sobre o referido projeto. Algo como que se isentando de culpas futuras. Isso, porque se constatou ser muito mais interessante para os agentes capitalistas incorporar aos seus objetivos algumas reivindicações e interesses das classes populares do que ter que lidar com críticas *a posteriori* ou com possíveis revoltas. Dessa forma, conseguem “aliviar a pobreza”, sem causar grandes impactos na ordem estabelecida e conseqüentemente obter um consenso.

A fórmula para se obter esse consenso ativo pressupunha a existência de uma sociedade civil com uma certa complexidade organizacional vigorosa, seja por meio de sindicatos, associações, partidos, ONGs, dentre outras, com capacidade de mobilização e reivindicação de pautas específicas, como o combate à pobreza e a defesa de territórios, por exemplo. Soma-se à organização e participação desses agentes o princípio de “oferecer pouco e receber muito”. Equação trabalhada por Elder Andrade de Paula em seus textos sobre o desenvolvimento sustentável na região amazônica, mas que é válida para o país inteiro. Oferecer pouco e receber muito significa “compatibilizar as restrições advindas dos cortes nos gastos governamentais destinados às áreas sociais com um aumento crescente das demandas de investimentos nessas áreas”.²⁹⁹

À medida em que se harmonizam as “restrições” provenientes dos cortes nos gastos do governo, que deveriam ser destinados ao social, aumenta-se a demanda de investimentos para essas áreas, além de convencer àqueles que reivindicam de que as coisas melhoraram, ressalta Paula. Essas demandas são provenientes das transformações promovidas pelo avanço das relações capitalistas no campo e nas cidades e agravadas pela “ineficiência” das políticas públicas, seja do passado seja do presente. Esse consenso ativo é potencializado pela formação de uma sociedade civil forte, com prevalência dos valores e das relações de mercado, com os mecanismos de mediação e preservação e a formação de redes.³⁰⁰ O consenso, também entendido como hegemonia, foi e é construído com mecanismos poderosos, que são sentidos na vida cotidiana das pessoas. Veja a resposta dada por Sr. José Adão quando perguntado sobre como era a vida na roça.

²⁹⁹ PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2005, 383 p.

³⁰⁰ Ibid.

Lá na roça era uma vida sofrida, mas era bom demais. [...] Folgava e trabalhava o dia que queria, num era mandado por ninguém, mas hoje é melhor. Porque lá na roça pra estudar... eu num estudei quase, num tinha como, num tive oportunidade. Então, quando eu entrei na Coteminas, se eu estudo mais, né? Surgiu uma vaga de encarregado, mandou uma turma e eu não fui. Chegou um cara mais novo lá e ele tinha 2º grau, eu num tinha 2º grau. Eu não fiz nem o 2º grau lá na roça. Num tinha. [...]

[...] Igual na casa de minha irmã lá, tem o rio lá perto de casa, motor lá no rio, antena parabólica dentro de casa, chuveiro quente dentro de casa, luz, água, caixa d'água por todo canto, antigamente tinha uma lamparazinha de querosene... tinha que pegar água na cabeça: punha a carguinha na jeguinha e ela sabia, chegava aqui, enconstava num canto, despejava a lata, dava um tapa nela e ela voltava. Daí a pouco enchia a lata no rio, virava ela, ela ia baixar lá em casa, num precisava ninguém, chegava lá eles tirava a lata e despejava no tambor, tornava a voltar com ela pra trás. Tem que dá valor no que tem. Eu falo com minha irmã: o sofrimento de minha mãe, de minhas irmã mais velha, hoje tem tudo dentro de casa, irrigação lá, tem associação, o poço artesiano que tem lá é da associação e cambia água pras casa.³⁰¹

Essa fala pode ser analisada sob vários aspectos. A leitura que o entrevistado faz de sua própria trajetória, considerando a educação formal como elemento importante para se conseguir melhorias de vida, assim como as limitações sociais às quais ele estava submetido; as dificuldades em se adaptar a um novo modo de viver, sobretudo com relação ao controle fabril; as contradições presentes na análise que faz de sua própria trajetória ao confrontar modos de vida diferentes. Isso nos dá a dimensão de uma experiência construída no embate com situações diversas, onde a comparação entre campo e cidade é parte dessa experiência.

Essa percepção é de suma importância para se compreender as experiências forjadas no interior das relações capitalistas.³⁰² No entanto, é preciso ir além, sobretudo quando o objetivo é analisar o modo como são construídos os projetos de convencimento, ou seja, a forma como a hegemonia é construída e como esta se faz presente no nosso cotidiano. Precisamos considerar que as percepções de melhora de cada pessoa, diante de situações vivenciadas em momentos diferentes da vida, não podem e não devem ser tomadas como única forma de compreender um processo tão complexo. Principalmente, porque essa relação é uma via de mão dupla, embora completamente desigual. Nesse sentido, o modo como o narrador compreende as mudanças experimentadas, quando comparadas ao passado, pode ser

³⁰¹ JOSÉ ADÃO. José Adão.: depoimento. [mar. 2009]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Casa do Entrevistado, 2009. Formato mp3 (1: 40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

³⁰² LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida**: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

entendido como um poderoso recurso de convencimento, principalmente porque foram conquistas importantes experimentadas diariamente. E, nessas circunstâncias, como não acreditar que as coisas “melhoraram”?

Nesse contexto, as ações de entidades organizadas da sociedade civil adquirem muita importância, uma vez que atuam como organizadores das vontades coletivas das camadas populares. Podem ser considerados intelectuais orgânicos – como o Fórum, CAA e também a CPT. O Fórum se constituiu com o objetivo de intervir no planejamento do Estado a fim de direcionar o orçamento e políticas públicas. Essa intervenção, pelo histórico dos representantes do Fórum, aconteceu de maneira mais sistematizada no campo. Com isso, a pauta original do Fórum foi se adequando às novas imposições ou às possibilidades de atuação, dentre as quais estão projetos relativos à questão hídrica, tema da mais profunda relevância na região e com amplos recursos financeiros nacionais e internacionais.

As propostas apresentadas na Audiências Públicas Regionais, entre 1995 e 1997, indicam que suas preocupações estavam voltadas para a questão da água. As ações e os objetivos do Fórum foram adequados ao momento e seus esforços centrados na questão hídrica, participando do projeto 1 milhão de cisternas, o P1MC.³⁰³ Além do P1MC, que envolve a questão da água, os representantes do Fórum passaram a atuar na defesa das chamadas comunidades tradicionais, como foi constatado por Alvimar.

Então algumas entidades, elas continua, né, reúne. No ano passado mesmo nós reunimos, várias microrregiões, no sentido de resgatar um pouco essa nova luz e dizer: olha, o caminho do fórum tá também nessa questão aí... já da questão da preservação, do extrativismo, de resgatar um pouco nessa questão das comunidades tradicionais... aí tá os quilombolas, os geraizeiros, os veredeiros e todo esse pessoal... porque também houve um avanço no sentido desse reconhecimento... que tem lei hoje que já defende essas pessoas. Então o fórum começa dar outro foco... e aí tá... tem o CAA, tem as outras entidades que... Cáritas... que um pouco foca e apoia ainda essa turma que permanece no fórum. Na verdade, o fórum não acabou, ele mudou... vamos dizer assim de... bandeiras diferentes, né... de lutas diferentes.³⁰⁴

³⁰³ O Programa 1 Milhão de Cisternas faz parte do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA, que tem como meta construir um milhão de cisternas de placas para beneficiar famílias carentes do semiárido. Segundo o sítio eletrônico da ASA, ela conta com a parceria de pessoas físicas, do empresariado, de entidades internacionais e do governo federal.

³⁰⁴ SANTOS, Alvimar Ribeiro. **Alvimar Ribeiro Santos**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

Como salientou Alvimar, essas novas bandeiras de luta promoveram um redirecionamento na pauta do Fórum. No entanto, as críticas de Alvimar foram destinadas ao gerenciamento de projetos como o programa um milhão de cisternas (P1MC), que, segundo ele, deveriam ficar a cargo do Estado e não de uma entidade classista.

a gente foi assim, num sentido, bastante crítico, né... porque, apesar de que há importância por ser uma área no semiárido, mas isso são políticas que poderiam ser implementadas pelo próprio Estado e não por uma organização de classe, no sentido de, ela mesma executar os programas... da nossa parte foi algumas divergências, mas no sentido crítico construtivo porque dentro da nossa concepção há a importância, mas isso poderia ser executado... vamos dizer assim... pela própria comunidade e não pela organização dos próprios trabalhadores.³⁰⁵

As palavras de Alvimar chamam a atenção para os caminhos escolhidos pelos representantes do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, com outras bandeiras e outras lutas sendo defendidas, em especial com relação as comunidades tradicionais. Para Alvimar, o Fórum se distanciou de seu objetivo primeiro, que era ser uma organização de classe para representar os trabalhadores. Isso significa que entre as organizações que compuseram o Fórum havia expectativas diferentes quanto a sua atuação.

A fala de Alvimar indica um posicionamento discordante dele em relação às propostas específicas do Fórum, embora ressalte a participação da CPT nas atuais reuniões daquela entidade. Como já foi observado acima, um desses caminhos dizem respeito às questões que estão à frente das noções e práticas de sustentabilidade e seus desdobramentos diretos: a preservação, o extrativismo, o resgate das comunidades tradicionais, os geraizeiros, veredeiros, ribeirinhos, catingueiros, os quilombolas e a valorização de seus saberes, dentre outros. Inúmeros estudos buscam valorizar a diversidade social, mas sua preocupação se dá com as diferenças e com as “identidades”, desconsiderando termos classistas, mas valorizando e destacando as diferenças.

Reconhecer as diferenças é importante, mas quando isso acontece – como é o caso dos quilombolas no Norte de Minas, buscando preservar um modo de vida “herdado dos

³⁰⁵ SANTOS, Alvimar Ribeiro. **Alvimar Ribeiro Santos**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora

antepassados, resgatando a história”³⁰⁶ – parece-nos problemático. Queremos dizer com isso que as diversidades existem, mas não deveriam ser colocadas acima de uma luta maior. Isso acaba enfraquecendo as lutas sociais que, se analisadas de forma separadas, como as apontadas acima, corre o risco de não questionarem o sistema e a sua lógica predatória. Acabam sendo assimiladas e entendidas como “natural” e seguem alimentando cada vez mais a hegemonia da pequena política, afastando da sociedade debates e discussões acerca de projetos de uma sociedade mais justa e humana.³⁰⁷

Os agentes do Fórum têm a percepção dessas opções. Dayrell ressalta que um dos temas que eles, enquanto representantes do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, não foram capazes de lidar foi a reforma agrária. Para ele,

[...] de alguma maneira, cê tem o movimento sindical mais acomodado, cê tem o governo Lula que ele sinaliza com questões e o pessoal vai junto, e cê tem outras questões estruturais que seriam fundamentais que o fórum não dá conta de... né, tipo a questão agrária, a questão da educação.³⁰⁸

A questão agrária, mencionada por Dayrell, sempre foi uma ferida aberta na sociedade brasileira. Da década de 1970 até os dias atuais, nada de concreto foi feito pelos governos para enfrentar esse problema e os conflitos gerados na luta pela terra ainda permanecem, fazendo suas vítimas. Conversando com Elton dos Santos Carvalho, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba, em setembro de 2013, obtivemos narrativa em detalhes sobre a atual situação dos assentamentos “Para Terra” I, II, III e IV, dos quais ele é o representante. Elton contou que, na década de 1990, um grupo de pessoas, formado nas ruas de Jaíba e do qual ele participava, planejou a “invasão de uma fazenda”. “Nós invadimos uma

³⁰⁶ ONGs protestam para o reconhecimento de área de quilombo: Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte, 20 jul. 2001.

³⁰⁷ Em documento emitido pela Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais por ocasião das manifestações ocorridas em Brasília-DF foi enfatizado que lideranças indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiras, pesqueiras artesanais e apanhadores de flores sempre viva de vários estados do Brasil reúnem-se desde 2013 para partilhar as experiências de vida e de luta. As manifestações ocorreram em outubro de 2015, na Câmara dos Deputados, com a presença de 200 pessoas de vários estados do Brasil que pediram providências pelo assassinato de seus líderes, pelo fim da PEC 215 e fim das milícias armadas.

Cf. ARTICULAÇÃO dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília-DF, outubro de 2015. Documento Político da Organização Disponível em <<http://povosecomunidadestradicionais.blogspot.com.br/2015/10/documento-final-da-mobilizacao-da.html>>.

Acesso em: 01dez. 2015. Esse documento é indicativo de que as lideranças sociais conseguem perceber que a diversidade existe, mas a fragmentação da luta é prejudicial aos próprios trabalhadores. Por isso, trabalham no sentido de agregar forças.

³⁰⁸ DAYRELL, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Dayrell**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Solar dos sertões, 2013. Formato mp3 (1 h 10 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

fazenda 17 km aqui pra cima”.³⁰⁹ A ocupação não durou mais que algumas horas, pois a polícia “correu” com todos.

Elton conta que nasceu e cresceu na roça, na região de Salinas, tendo seguido para Jaíba em 1973. Sempre teve o sonho de possuir um pedaço de terra, como seu pai e seu avô. Quando chegou em Jaíba, soube que a Ruralminas estava fazendo assentamentos, mas, sendo solteiro, não pode se cadastrar. Em 1997, surgiu a oportunidade.

Em 97 chegou um secretário do governo do Estado falando contra o INCRA. Que o INCRA... o pessoal do INCRA tava combinando com os fazendeiros o valor da terra e levando outro valor pro governo e dividindo mais o fazendeiro. E, aí, agora, que o governo do Estado tá lançando um programa bom, que os sem-terra pudesse formar associações, fazer a concorrência de preço e levar três orçamento lá pra secretaria do governo, que na época chamava Sudenor. E, aí essa secretaria vinha avaliar a terra e comprava. O banco pagaria a terra e entrega pros sem terra e entraria – hoje é PRONAF mas na época era o PROCERA – com recurso pra pessoa trabaiá com crédito, assistência técnica.³¹⁰

A possibilidade de ter seu pedaço de terra fez com que Elton fundasse a “associação dos assentamentos do governo”. No entanto, a compra da terra não foi algo fácil. Foi preciso encontrar uma terra que o governo estivesse disposto a pagar. Elton relata que

Vários orçamentos que a gente levou, de várias fazendas, chegava lá: “não tá caro... isso aí nem olhar nós num vamos”. Foi uma imposição muito grande, e, aí a gente conseguiu uma terra ruim, muito arenosa com um preço em conta e eu levei lá e eles disse que vinha olhar, e, eu reuni o pessoal e falei: “olha, a terra que aprova é essa aqui. Porém é uma terra muito fraca. Pra mim, se quiser produzir tem que ir com a intenção de fazer farinha, plantar mandioca e criar bode, porque pra outra coisa essa terra num presta não.”³¹¹

³⁰⁹ CARVALHO, Elton dos Santos. **Elton dos Santos Carvalho**. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Jaíba: Sindicato dos trabalhadores rurais de Jaíba, 2013. Formato mp3 (3 h 30 min). Entrevista concedida à autora. Elton dos Santos Carvalho: nasceu na região de Salinas/Minas Gerais, em 1951. Quando criança morou em São Paulo. Foi vendedor de banana e verduras. Desde 1993, Elton está envolvido com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba. Na atual legislatura é vice-presidente. Em 1997 fundou a Associação dos Assentamentos do Governo, com o objetivo de participar de um projeto do Estado para assentar famílias de sem-terras na região. Foi assim que conseguiu o seu pedaço de terra.

³¹⁰ CARVALHO, Elton dos Santos. **Elton dos Santos Carvalho**. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Jaíba: Sindicato dos trabalhadores rurais de Jaíba, 2013. Formato mp3 (3 h 30 min). Entrevista concedida à autora.

³¹¹ Ibid.

Com o aval da associação, Elton foi em busca da terra. Em 11 de setembro de 1998, “nós recebemos a solenidade de posse das escrituras coletivas”. A partir daí, as dificuldades só fizeram aumentar. Os agentes do Estado fizeram imposições que os trabalhadores não aceitaram – como, por exemplo, organizar o assentamento em forma de agrovila. O objetivo do Estado foi facilitar a construção das casas e a instalação de poços, o que implicaria trabalho coletivo, coisa que os trabalhadores não aceitaram. Os assentados argumentaram que a terra arenosa só servia para criação; a extensão de 10 km por 1 km de largura não favorecia – então, “como tocar a terra se ela é fraca e as chuvas são poucas?”. Segundo Elton, para que conseguissem construir cada um no seu lote foi preciso que eles ameaçassem abandonar as terras. Uma vez aprovada construção nos lotes, mais problemas surgiram:

os créditos num entraram, num teve assistência técnica e nós ficamo lá abandonados. E muitos que chegaram pensando que era uma coisa e num era o que a gente pensava. E ai só via gente desistindo achava uma mixaria no direito dele e vendia, sendo que o nome dele ficava lá envolvido. Nós tivemos um desfalque muito grande de assentamento por causa que os recurso do governo num entrô de imediato e ai depois transformou o Procera em Pronaf e nós foi assentado em 98, nós foi receber o Pronaf, menos da metade do pessoal foi receber o Pronaf em 2004, porque nós procuramos um técnico particular, tivemos uma briga muito forte com a Emater em cima dessas dificuldade e a coisa muito presa, num conseguia ir, muita gente desistia. A pessoa tem que trabaiá, filho tem que estuda e um senhor num pode ficar lá com fome, então as dificuldades são muito grande nesses assentamentos. E, aí, agora **tem floreado um comentado muito bonito sobre assentamento e produtor rural**, mas na verdade cê vai lá ver a realidade o trem tá desfalcado, tá cheio de pessoas que comprou um direito de ser assentado e vendeu o direito. [...] gente que comprou o direito dos outros e vai lá uma vez na semana, outra de quinze em quinze dias, outros uma vez no mês, põe um funcionário. Então, o assentamento tá cheio dessas coisas. Culpa de quem? Do governo que num chegou com as coisas em cima, entendeu? Não atendeu na hora que precisa, deixa matar o cara de fome, os programas do governo é mais assim.³¹²

Segundo Elton, foram anos lutando por crédito e quando o crédito foi incorporado nas políticas do governo e disponibilizado para o trabalhador, este não conseguiu usufruir. Salienta que atualmente (2013) o governo tem liberado “mais um poquim porque (os trabalhadores) vai lá pro Grito da Terra, briga lá, briga, briga”. Em 2009, os pequenos produtores reivindicavam que ao menos 30% da merenda escolar fosse comprada diretamente

³¹² CARVALHO, Elton dos Santos. **Elton dos Santos Carvalho**. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Jaíba: Sindicato dos trabalhadores rurais de Jaíba, 2013. Formato mp3 (3 h 30 min). Entrevista concedida à autora. Grifos nossos.

deles. Segundo Elton, a chamada pública foi feita, mas o pequeno produtor não estava preparado, os assentamentos não tem água suficiente para produção e a terra é fraca: “nós tamo impossibilitado de fornecer pra escola, mesmo que o programa chegou através de nossas reivindicação, do movimento sindical”.

Elton argumenta que faltam todas as condições para que o pequeno produtor desses assentamentos tenha condições de tentar produzir, mas para muitos “esse povo é preguiçoso”! As linhas de crédito – outra conquista dos trabalhadores – estão disponíveis, mas eles não podem pegar porque estão em dívida com o banco. Sem produção para comercializar, eles não têm como quitar as dívidas e não tem como usufruir das linhas de crédito, como Pronaf A, B, C, E, Pronaf Floresta, Pronaf jovem, Pronaf mulher. A grande maioria dos trabalhadores se mobilizou para conseguir amortizar a dívida com os bancos. Conseguiram um rebate de 85%, mas como não tem o que vender, não podem pagar. A falta de assistência técnica também é outra questão colocada. No entanto, por ter poucas famílias, a empresa responsável por essa assistência não realiza o serviço.

Elton continuou seu relato narrando a questão da educação escolar no assentamento. Em 2007, a luta foi para colocar o Ensino Médio na escola local. Conseguiram uma extensão, mas o número de alunos caiu e esse nível de ensino foi retirado. A prefeitura disponibilizou um ônibus, mas além de viajar em uma estrada ruim “é quatro hora de viagem pra vim, mais quatro no banco da sala, mais quatro pra voltar. Ele vai aprender o quê”?

Ao lado da falta de oportunidade para frequentar uma escola, a falta de água é um dos graves problemas enfrentados pelos assentados. Depois de muita mobilização, um novo poço seria aberto, em 2013. Mas, era preciso que mais de vinte famílias estivessem morando nas comunidades. No Para Terra I só há nove famílias. Em alguns assentamentos, a Copasa, empresa que tem a responsabilidade de abrir os poços, não executou a obra devido à quantidade de famílias. “Meu Deus do céu, num dá pra desistir dum trem desse não?”, questiona Elton ao encerrar essa parte da entrevista.

Em 2013, uma das muitas questões a serem resolvidas pelos assentados naquele momento estava relacionada à individualização das dívidas da terra. A individualização consiste em cada assentado pagar a sua dívida, pois, até então, o pagamento das terras era feito pela associação; portanto, coletivo. A individualização é feita pela Unidade Técnica (UTE). Esta exige dos assentados que deixaram a terra serem substituídos por outros. Nesse processo, o ex-assentado deveria assinar um termo de elegibilidade que, segundo Elton, é muito “pesado”, ao limitar a renda a R\$ 1.250,00 mensais ou R\$ 15.000,00 anuais, além se

exigir que ele nunca tenha participado de nenhum outro programa de “reforma agrária”. Exigências que são somadas a outras. Do ex-assentado, a UTE exige a assinatura de um termo de desistência que tira o direito de voltar a ocupar futuramente outro assentamento. As exigências chegam a ser humilhantes.

O relato de Elton traduz uma parte da experiência de trabalhadores rurais com a reforma agrária de mercado, que vêm sendo implantada desde 1996 no país. O abandono de famílias, a baixa ou nenhuma fertilidade das terras e o seu alto valor, além das dívidas com os bancos e a falta de estrutura são algumas das irregularidades mencionadas por Elton e que já foram divulgadas por entidades como o Fórum de Reforma Agrária e a Contag, ainda naquele período.

Essa “Reforma Agrária de mercado” tornou-se uma política de Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso.³¹³ Foi financiada pelo Banco Mundial dentro do espírito de aliviar a pobreza e apaziguar os movimentos sociais no campo sobre o qual já falamos anteriormente. Medidas como essas encontraram um terreno fértil entre a população da zona rural.

Ao lembrar aquele momento Elton disse que tudo foi muito bem “floreado” pelos agentes do Estado e eles se interessaram. Anteriormente, já haviam tentado ocupar uma fazenda, mas foram expulsos pela polícia. Lembra que “nós já tava planejando outro local pra nós ocupar e teve essa reunião e aí deu essa apaziguada. Nós vamos entrar nisso aí, falei com o pessoal”.³¹⁴ Viram ali a possibilidade de adquirirem a terra tão sonhada, sem embates e enfrentamentos com a polícia.

Assim como Elton, muitos outros na região de Jaíba formaram associações para participar do programa. Ao narrar todos esses problemas, Elton deixou claro que não questiona o fato de terem que pagar pela terra, mas sim a forma como isso acontece. “Nós tem que pagar pra eles com toda essa burocracia, o que eu questiono é isso”. Nesse sentido, a reforma agrária de mercado cumpre o papel de minar os movimentos sociais no campo, ao mesmo tempo que coloca o governo ou mesmo o Estado à frente dessas políticas. Ademais, esses projetos, divulgados como reforma agrária, obedecem a lógica do mercado,

³¹³ SAUER, Sergio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 98-126, 2010.

³¹⁴ CARVALHO, Elton dos Santos. **Elton dos Santos Carvalho**. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Jaíba: Sindicato dos trabalhadores rurais de Jaíba, 2013. Formato mp3 (3 h 30 min). Entrevista concedida à autora.

beneficiando os grandes fazendeiros que já querem se desfazer de terras improdutivas a um preço satisfatório para eles.

Quanto aos trabalhadores, acabam engajando-se e aderindo aos planos do governo. Diante de tantos malogros, essa acaba sendo a grande oportunidade de suas vidas, sobretudo porque ninguém consegue viver sempre reivindicando e protestando.

No outro extremo desse processo, temos a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia. A Liga atua na região liderando ocupações em formatos diferenciados, pois suas ações e perspectivas são muito diferentes. É um movimento organizado e, atualmente, atuante no Brasil inteiro.

A Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas foi oficialmente fundada no ano 2000 e tornou-se nacional em 2005. Segundo um colaborador a Liga,

surgiu no início da década de 1990, entre um grupo de companheiros que começaram a questionar o caminho das eleições, o caminho do movimento social [...] alguns companheiros que começaram a questionar essa forma de fazer política e começaram a defender que tinha que ter uma revolução no nosso país, e ainda sem muita clareza começou a organizar, a tomar contato com o movimento camponês aqui da região e começou a atuar em várias frentes.³¹⁵

Em 18 e 19 de julho de 1998, sob o nome de Liga Operária e Camponesa, foi realizado um Seminário que, dentre outras coisas, avaliou a luta pela terra no Norte de Minas e as ações na região: implantação de curso de alfabetização no Poço da Vovó; publicação do jornal *Terra Nossa*; apoio à luta das 45 famílias que tentaram ocupar uma área em Mucambinho; visita e apoio às ocupações; ingresso de novos militantes oriundos de Matias Cardoso e Acampamento Nova Era. Em 2001, já como Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, foi realizada a primeira reunião. No balanço das atividades daquele ano, 2001 estará marcado para sempre na história, pois foi o ano em que as “bandeiras vermelhas rasgaram os céus escuros por tantos anos de dominação do latifúndio e do predomínio do oportunismo na direção do movimento camponês”³¹⁶. Essa passagem indica como a Liga se posiciona em

³¹⁵ E. V. A. E. V. A.: depoimento. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Pedras de Maria da Cruz. Formato mp3 (3h 30 min). Entrevista concedida à pesquisadora. [out. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Formato mp3 (5h 30 min). Pedras de Maria da Cruz.

³¹⁶ LIGA OPERÁRIA E CAMPONESA: **O que é, como surgiu, o que propõe.**

relação ao seu congênere, o MST. Este, segundo os membros da Liga, teria se vendido ao PT e ao sistema.

Diferentemente do Centro de Agricultura Alternativa e Comissão Pastoral da Terra, não é signatária do Fórum, portanto não participa dos circuitos oficiais de negociações nem senta à mesa para debater projetos com os agentes do governo. Procuramos a Liga para uma conversa que aconteceu nas proximidades de suas áreas revolucionárias. O encontro aconteceu em setembro de 2003, durante uma tarde, sob uma Mangueira, na pequena cidade de Pedras de Maria da Cruz, localizada às margens do São Francisco, Norte de Minas, a 200 km de Montes Claros. Participaram do encontro o coordenador da Liga no Norte de Minas, Cleomar Rodrigues e mais dois membros, além de um colaborador.

A Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas tem uma atuação diferenciada. Em seus primeiros textos, ressalta que não é uma organização pronta e acabada, não possui grandes estruturas ou base material, não funciona nos moldes de uma central sindical. É uma organização de luta que mobiliza trabalhadores da cidade e do campo em prol de um ideal revolucionário. Suas ações são baseadas na união de trabalhadores que se dedicam a lutar pela defesa de seus interesses.

Sua pauta propõe, dentre outras coisas, superar a consciência das categorias profissionais e a “compreensão de que somos todos uma só e única classe de explorados”. Usando sempre a “via principal de luta através do emprego da violência, educando as massas a exercê-la consciente e organizadamente”. Seu mote é “conquistar a terra e destruir o latifúndio!”. Para tanto, faz-se presente em meio às “massas” para agrupá-las em torno desse objetivo comum, fortalecer as relações com as bases e lutar em prol dos anseios e reivindicações da classe.³¹⁷ Assim foi dito por Eva, membro da Liga.

Eu sou daqui da região. A gente faz parte também do movimento, a gente é camponês desde pequeninim, na verdade a gente num sabia, nasceu e criou debaixo da lona nos barraco. A vida da gente foi bastante sofrida, desde pequeno, e a gente tem bastante sentimento, porque eu perdi meu pai foi por causa de doença de chagas. Porque a gente morou toda vida foi sofrendo pelos mato, num tinha moradia certa, igual eu cabei de colocar pra companhia que até hoje eu num tenho um barraco na cidade. Hoje a gente mora no assentamento, tá com cinco anos que a gente mora no assentamento. E, quando eu conheci o movimento, a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, eu pensei mil e uma vez. Porque, muita gente falava: cê vai, cê num conhece o que é isso, [porque ninguém sabia nem o quê que era o

³¹⁷ LIGA OPERÁRIA E CAMPONESA: **O que é, como surgiu, o que propõe.**

movimento, ninguém tinha conhecimento] cê vai entrar em uma coisa que cê num conhece, cê é doida, cê é isso é aquilo, e se for coisa ruim? Eu falei: se for bom eu vou, eu fico. Se for ruim e vô e tento, porque se for ruim nós conserta, se for bom nós fica lá. E, eu, hoje, graças a Deus nós tá ali numa área.³¹⁸

Algumas reflexões são necessárias. Primeiramente, o preconceito e a falta de conhecimento sobre o movimento é um dos obstáculos da Liga para angariar adeptos e difundir sua ideologia. Muitas pessoas não acham certo “ocupar” o que é do outro. Esse preconceito e avaliação negativa de movimentos como a Liga e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), é diariamente reforçado pela mídia, que os avalia como “invasores da propriedade alheia”, “vândalos”, “bandidos” e “vagabundos”. O Jornal *Hoje Em Dia*, de 24 de maio de 2002, trouxe matéria veiculada, dando conta da “radicalização” dos membros da Liga. Consta de matéria que “sem-terra põe fogo na sede da Codevasf em Montes Claros”. Outra matéria, do mesmo veículo, informa que “sem-terra se armam até com coquetel *molotov*”.³¹⁹ Dessa forma, quando a mídia destaca o uso de armamentos pelos membros da Liga e os define como pessoas violentas, não analisando ou questionando a violência empregada pelos agentes do Estado desde sempre, ela está se posicionando politicamente.

Desse preconceito externo com relação aos membros da Liga decorre outra situação. A forma como os membros do movimento se veem nesse processo é algo importante e deve ser considerado, principalmente pelos julgamentos que muitas pessoas fazem acerca de quem está ativo no movimento. Enquanto acompanhava Eva pelas ruas da cidade, ela foi chamada de sem-terra, de forma pejorativa, como se estivesse cometendo um crime. O objetivo da Liga é chegar até as pessoas mais pobres, como Eva, e ser uma esperança de vida digna para eles. Foi buscando essa esperança e essa dignidade que Eva e os demais ingressaram no movimento. Porque esperar que os agentes do Estado fizessem algo já não era mais uma possibilidade.

As falas de Cleomar, Eva, José e Duda foram carregadas de revolta e denúncia. Conversamos por quatro horas e um dos trechos de maior emoção se deu quando Cleomar,

³¹⁸ E. V. A. E. V. A.: depoimento. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Pedras de Maria da Cruz. Formato mp3 (3h 30 min). Entrevista concedida à pesquisadora. [out. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Formato mp3 (5h 30 min). Pedras de Maria da Cruz.

SANTOS, Alvimar Ribeiro. **Alvimar Ribeiro Santos**: depoimento. [mar. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Montes Claros: Escritório da CPT, 2013. Formato mp3 (40 min). Entrevista concedida à pesquisadora.

³¹⁹ Arquivo da Liga dos Trabalhadores Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia.

assassinado à entrada de sua propriedade em outubro de 2014, um ano depois da entrevista, relatou-nos o tratamento dispensado a ele em uma de suas “visitas” à delegacia local para esclarecer sobre uma ocupação da qual estava sendo acusado.

As três narrativas revelam uma vida sofrida, privada de qualquer conforto ou regalia que se possa imaginar, como grande parte da classe trabalhadora desse país. Um momento particularmente interessante foi quando Cleomar Rodrigues, avaliou a atual política para a classe trabalhadora.

o próprio presidente hoje, que é a Dilma, sequer vê ela falar de reforma agrária ou em alguma desapropriação de terra. É... a propaganda hoje é o agronegócio, dividir tradições, dividir massas, porque isso é pra... quando cê divide massa a massa perde força, aqui na região mesmo tem muito colocado de querer, de eliminar mesmo o camponês de criar tradições de quilombolas, de ribeirinhos, vazanteiros, como se todos num fosse camponês.³²⁰

O terreno que emergiu nos anos 1990, combinando um misto de desesperança e busca por participação, favoreceu a institucionalização dos movimentos sociais. Temos os agentes do Estado, cujas ações seguiram no sentido de estimular novas práticas de organização em todos os setores que se queria conter um certo ímpeto herdado dos movimentos passados, fomentando nas ONGs o ideal de reorganizar a sociedade civil e conduzi-la rumo a uma nova ordem mundial.

Portanto, quando colocamos que o Fórum se calou diante da possibilidade de lutar pela reforma agrária, por exemplo, estamos ressaltando que suas ações estão em consonância com os objetivos dos representantes do Estado, ou melhor, acabam sendo uma adequação às limitações impostas por esses agentes. Por isso, a reordenação da luta a partir de outras bandeiras como a questão das comunidades tradicionais, principalmente devido a possibilidade de obter resultados a um curto prazo.

A partir dessa interação entre ONGs e agências internacionais, é possível perceber a hegemonia sendo construída e difundida, alcançando o *status* de senso comum. Porque a hegemonia acontece quando um conjunto de valores e crenças conseguem arraigar-se no senso comum, frequentemente contraditório, e conseguem se orientar, sem que se tenha muita

³²⁰ RODRIGUES, Cleomar. **Cleomar Rodrigues**. [set. 2013]. Entrevistadora: Valéria de Jesus Leite. Pedras de Maria da Cruz: casa do entrevistado, 2013. Formato mp3 (3 h 30 min). Entrevista concedida à pesquisadora. Quanto ao assassinado de Cleomar, em nota, os colaboradores da Liga informaram que dois pistoleiros estão presos, mas os mandantes nem sequer são mencionados.

consciência dessa orientação, o modo de pensar e agir de grandes contingentes de homens e mulheres.³²¹ Pensando como Gramsci e analisando os desdobramentos desse processo na nossa realidade, estamos presenciando a adesão das lideranças sociais ao projeto hegemônico dominante, e, como sabemos, a hegemonia pressupõe concessões. Tudo é muito refinado porque, ao verificarmos o processo, percebemos que mesmo que não seja algo planejado, tudo se converge para circunstâncias propícias tanto para a ação de agências como de suas lideranças.

Nos anos 1990, existiram todas as condições necessárias para que novas entidades fossem constituídas com o objetivo de atender a essas demandas. Podemos inferir que o ideal que fomentava as lutas dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, donde uma nova forma de sociedade não fora alcançada, formaram um terreno propício para novas formas de atuação, sob o signo da cidadania.

É nesse terreno e sob essas condições que o transformismo se processa. O transformismo é um processo onde a classe dominante e hegemônica consegue agregar em torno de si as lideranças de outros grupos sociais. É uma adesão pacífica, porque feita de forma a entender que é espontânea, é uma aceitação sem contestação aos projetos dominantes, porque são o caminho mais fácil e, em grande medida, o caminho que pode trazer algum resultado a curto prazo. Ou seja, diante das circunstâncias experimentadas é o caminho que foi possível trilhar.

O transformismo é um processo orgânico porque atua diretamente na sociedade. Essa forma de cooptação foi analisada por Gramsci como tendo dois momentos distintos: até 1900, que ele denomina de “molecular” e, posterior a 1900, acontecendo por meio dos partidos políticos e pela obra de Benedetto Croce, no caso específico da Itália. Acreditamos que, nas décadas finais do século XX, esse transformismo atinge uma nova fase, mais refinada e mais eficaz, desenvolvendo uma série de mecanismos para se consolidar.

Nesse processo, a atuação dos intelectuais é fundamental, porque são os intelectuais orgânicos, coletivos ou não, os organizadores das vontades coletivas que, em contato permanente com as camadas populares, alimentam-se de demandas e as transformam em forma de estratégia política. Elaboram elementos de “bom senso” no que aparece dissipado como “senso comum”, ou seja, organiza o bom senso que se quer difundido, a partir de

³²¹ COUTINHO, Carlos Nelson. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-46.

pequenas coisas proferidas sem muita consciência, e a atuação dos intelectuais junto de organizações da sociedade civil constitui um vínculo orgânico responsável pela relação entre as esferas sociais.

O contato entre intelectuais e as camadas populares ou movimentos sociais permitem que os intelectuais identifiquem seus problemas, sonhos e anseios e transforme-os em projetos políticos. Entendemos o Fórum, assim como as entidades que o compõe, principalmente o CAA, enquanto intelectuais coletivos, porque atuam diretamente com as camadas populares, identificando problemas e incorporando-os à agenda política, quando possível. No entanto, a relação mais efetiva nesse processo é garantida pela política, uma vez que esta é capaz de assegurar a unidade ideológica do bloco histórico. Isso significa que, mesmo constatando as necessidades mais urgentes das camadas populares, as relações políticas estabelecidas no interior da sociedade civil devem ser suficientemente fortes para perpetuar e fortalecer tal vínculo, gerando uma necessidade constante.

É o que acontece com alguns organismos de representação popular e com os governos. Entidades organizadas da sociedade civil fazem chegar demandas populares – no caso do Norte de Minas, a questão hídrica e de preservação do Cerrado e das comunidades tradicionais, são algumas – até aqueles que podem determinar as políticas públicas e/ou financiar projetos. Em fins do século XX, essa relação adquiriu novos contornos, sobretudo pela atuação das ONGs nacionais e seus parceiros internacionais. Com esse objetivo, foram abertos os caminhos para a constituição de ONGs na década de 1990 para tratar, desenvolver e implantar projetos que dessem conta de diminuir a pobreza. Dessa forma, os agentes do Estado transferiram suas responsabilidades para as entidades organizadas da sociedade civil.

No caminho percorrido para verificar se as novas estratégias políticas foram capazes de canalizar ou sufocar as reivindicações populares das décadas de 1970 e 1980 foi preciso recuar até aquele momento para conhecer esse processo histórico por meio das demandas da classe trabalhadora. Nesse exercício, foi possível detectar, nos anos 1990, a constituição de novos espaços e novas estratégias. Identificar esses espaços e a forma como se deu ou não a adesão de grupos ligados à classe trabalhadora e às formações políticas da classe dominante nos fez compreender a dinâmica das relações de forças estabelecidas no espaço de nossa pesquisa. Ao fim e ao cabo, essas novas práticas contribuíram para que importantes demandas sociais fossem incorporadas e tratadas de forma a contribuir para amenizar as tensões sociais, além de reorientar os rumos da luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma hipótese está associada a uma leitura conjunta de documentos os quais, em conjunto com uma opção teórica, permite-nos construir proposições que se analisadas à luz das evidências podem ou não ser comprovadas. Portanto, conhecer as fontes, a bibliografia que aborda o tema e com uma base teórica é possível construir hipóteses que, em última instância, devem servir para problematizar questões até então cristalizadas ou negligenciadas pela historiografia. Isso nos permite ouvir outras vozes que foram caladas, descortinar outras movimentações, tornar claras propostas e trazer à tona projetos que foram relegados ou ignorados por aqueles que escreveram a nossa história.

Iniciamos esta pesquisa com a hipótese centrada nas ações dos movimentos populares organizados. Tínhamos como certa a ideia de que o povo, através de seus movimentos organizados, participou e atuou ativamente no processo de desenvolvimento de Montes Claros, assim como do Norte de Minas, elaborando e apresentando propostas concretas, reivindicando mais participação popular nas ações do Estado, interferindo nestas ações, até que, em algum momento, determinadas propostas tivessem que ser incorporadas, mesmo que posteriormente fossem tratadas como sendo apresentadas pela classe dominante.

O caminho percorrido até aqui permitiu que descortinásemos parte desse processo. As evidências analisadas nos mostraram uma ativa atuação de agentes das pastorais da Igreja – em especial, Comissão Pastoral da Terra – e de ONGs como o Centro de Agricultura Alternativa, de entidades classistas como a Fetaemg, CUT, dentre outras, que estiveram à frente desse processo. No entanto, a participação do “povo” não foi a que esperávamos, ou melhor, não aconteceu da forma como imaginávamos. A participação da maioria social é algo complexo e, até certo ponto, utópico. Todavia, não se pode negar a força das ações reivindicatórias dos movimentos sociais, pois foram eles que trouxeram uma nova dinâmica para a política brasileira, sendo os responsáveis pelas conquistas obtidas. Ao fim e ao cabo, não se trata de exigir a participação ideal ou a participação de todos, mas compreender que o processo histórico imputa a mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores, limites e pressões.

Nesse processo optamos por analisar de perto o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável, constituído para ser um espaço de articulação de propostas para a classe trabalhadora regional e duas das agências responsáveis por sua criação, a CPT e o CAA. Discutir o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável sem se prender a ele enquanto

instituição, mas considerando o processo em que ele foi formado, tornou-se crucial para avaliarmos seu objetivo primeiro, que era ser um espaço de articulação de propostas para a classe trabalhadora na região, além de perceber outros atores nesse processo.

Nesse caminho, procuramos avaliar as ações do Fórum diante das circunstâncias apresentadas quando de sua criação e dos seus objetivos. Para isso, foi necessário conhecer a forma como este foi constituído, ou seja, quais agentes tornaram possível esse espaço. Dessa maneira, avaliamos seu sentido para movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 – o significado que foi possível atribuir-lhe enquanto espaço para se definir e pensar políticas públicas que envolvessem a classe trabalhadora – e, por fim, seu significado diante das questões colocadas pelos movimentos sociais atuais.

Primeiramente, devemos considerar que o Fórum não foi o ponto de partida desse processo, mas sim um caminho. Por isso, optamos por analisar o período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980, momento de maior expansão do desenvolvimento regional. Ao buscar pelos trabalhadores que viviam em Montes Claros e Norte de Minas, antes da formação do Fórum, foi possível identificar vários pontos de conflitos em curso na região. Inúmeras situações foram evidenciadas pelos agentes das pastorais sociais da Igreja – em especial, pela CPT – e por entidades de classe que, mesmo incipientes, foram importantes. A luta por moradia, por terra e pelos direitos trabalhistas permearam as cidades e o campo, gerando conflitos e importunando os donos do poder, evidenciando que o tão sonhado caminho para o “desenvolvimento” e “progresso” não poderia ser alcançado sem a participação dos trabalhadores.

Nessa situação de exploração e carência, uma fração dos trabalhadores se organizou em sindicatos e constituiu movimentos para lutar por seus direitos, incomodando e corroendo o projeto de desenvolvimento regional, mesmo em uma relação profundamente desigual. Essa organização foi possibilitada pela atuação das pastorais sociais da Igreja – nesse caso, a CPT –, que atuou ativamente na formação de lideranças sociais, fomentando a luta e a esperança em dias melhores.

Entretanto, a derrota política nas urnas em 1989 e a não regulamentação de direitos conquistados na Constituição de 1988 deixaram os militantes dos movimentos sociais com uma descrença latente ante ao espaço da política, indicando mudanças. Os anos 1990 se iniciaram lembrando que as décadas de lutas, de mobilização e reivindicação não foram suficientes para se alcançar as transformações na estrutura social; e, somadas a um sentimento

de desesperança, levaram à busca por novos caminhos – dentre os quais, a institucionalização dos movimentos sociais.

As novas configurações sociais que emergiram nos anos 1990 estimularam a criação de novos espaços, a atuação de novos sujeitos, a adesão a novos valores e a emergência de novas pautas de mobilização. As ações dos agentes do Estado foram no sentido de reabsorver os conflitos ainda latentes e criar novas possibilidades de participação para os movimentos sociais. E isso foi feito de várias formas – como, por exemplo, com as Audiências Públicas Regionais. Ao convocar as reuniões regionais, os agentes do Estado deixam claro o caminho e quem poderia segui-lo. O Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável compôs essa nova mesa de negociação que, durante a década de 1990, tornou-se o exercício da cidadania.

As Audiências Públicas Regionais de Minas Gerais convocadas pelos deputados estaduais tinham como objetivo discutir com a “sociedade civil organizada” o desenvolvimento regional para assim concretizar o “exercício da cidadania”. Estes foram mecanismos que serviram para conter e redirecionar a força dos movimentos sociais, dando a impressão de democracia e participação cidadã. O Fórum nasceu nesse ambiente com o objetivo de ser um espaço para disputar projetos de desenvolvimento que beneficiassem a classe trabalhadora. No entanto, ao revistarmos esse processo podemos inferir que esse novo caminho significou, naquele momento, a derrota daqueles movimentos sociais, que passaram a trilhar novos caminhos e novos espaços. Restava saber até que ponto os esforços empreendidos pelos agentes do Estado causaram a derrota daqueles movimentos sociais *a posteriori*.

A década de 1990 foi compreendida também como um período da reinvenção dos movimentos sociais. Tendo a seu favor o novo modelo de democracia que emergiu com a “Constituição Cidadã”, os agentes do Estado não pouparam esforços para construir esse novo caminho e erradicar de vez qualquer possibilidade de mudança, valendo-se, para isso, de todas as transformações e eventos que viabilizaram essa erradicação. Como se pode perceber no percurso do estudo, em Minas Gerais, as Audiências Públicas Regionais significaram a “concretização da cidadania”. E os caminhos para a cidadania, é preciso considerar, passavam diretamente por esses novos mecanismos, dentre os quais a participação em entidades organizadas da sociedade civil, pela via de uma das principais preocupações: a diminuição da pobreza na mundial.

Somamos a isso a preocupação com a causa ambiental que trouxe consigo novas práticas, a exemplo das noções de “desenvolvimento sustentável”, “economia verde” e

“capitalismo verde”. No centro desses debates, questões importantes como a degradação do meio ambiente, a fome e o constante aumento da pobreza mundial foram usadas pelos agentes capitalistas como elemento unificador. Afinal, ante a derrota do “socialismo” mundo afora, o capitalismo se colocou como o único caminho possível, e nessa perspectiva, a pobreza é só uma questão administrativa.

Pobreza e violência andavam juntas, por isso era preciso erradicá-la. Esse era o pensamento de Robert McNamara quando esteve à frente do Banco Mundial. Portanto, para evitar a violência era preciso acabar com a pobreza nos países do terceiro mundo. E isso deveria ser feito proporcionando condições para que o homem do campo se tornasse um consumidor. Mas tudo deveria ser feito sob os cuidados do capitalismo, ou melhor, sob os cuidados de um novo modelo de capitalismo – o “capitalismo verde” – com a ajuda e a parceria de todos, pois, dessa forma, seria possível “zelar” pelo planeta sem comprometer o “progresso e o desenvolvimento”. Com base nesse pensamento, o Banco Mundial liberou milhões de dólares que foram injetados em projetos nos países que eram seus clientes, países localizados sobretudo na América Latina, África, Ásia. Verbas que foram desviadas de seu objetivo, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Nesse conjuntura, a atuação de uma nova forma de participação, cujas ONGs foram os expoentes, fizeram chegar alguns recursos aos pobres do mundo.

A compreensão do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável passa também pela atuação de alguns de seus interlocutores, dentre os quais a ONG Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. O CAA foi fundamental nesse processo. Surgiu como muitas outras ONGs, em meados dos anos 1980, tendo à frente ex-funcionários públicos que se preocupavam em pensar propostas alternativas para os pequenos produtores rurais em um momento de expansão capitalista. Dentro dessa perspectiva, defendiam a necessidade de um espaço onde pudessem realizar testes em agricultura ecológica, montar unidades de produção para demonstração, promover cursos e debates visando os trabalhadores rurais locais. E, mais que isso. Concluíram que esse trabalho seria em vão se os trabalhadores rurais não tivessem a terra. Por isso, propunham trabalhar questões referentes à estrutura agrária regional. E, nos primeiros tempos o CAA se dedicou a essas questões; primeiramente, prestando assessoria aos assentados da região e, posteriormente, auxiliando os movimentos sociais na luta pela terra. A atuação em conjunto com a CPT e outras entidades que apoiavam e auxiliavam os trabalhadores foram o caminho para, em 1993, formarem o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional.

O objetivo do Fórum Popular de Desenvolvimento Regional, transformado posteriormente em Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, foi o de ser um espaço para articular ações políticas para o desenvolvimento regional visando os trabalhadores e, por isso defendiam um novo modelo de desenvolvimento para a região. Mas, ante as evidências analisadas, o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável não deu conta de seguir com suas propostas iniciais no que se refere a questão da terra, por exemplo. Seus esforços – até onde analisamos – foram concentrados na questão hídrica. Questão de grande importância na região e onde foi possível obter resultados imediatos.

Com isso, acreditamos que o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável agiu no sentido de aglutinar diversas entidades da sociedade civil que acabaram sendo canalizadas para sociedade política por meio da atuação das Audiências Públicas Regionais, legitimando a ação dos agentes do Estado. Os representantes do Fórum – consciente ou inconscientemente – agiram na cooptação de movimentos e na construção do consenso. Dessa forma, revelou-se uma resposta reformista aos protestos sociais das décadas de 1970 e 1980, efetivada por meio da parceria entre sujeitos sociais diversos: agentes de Estado, de agências internacionais e empresariado, cuja preocupação era o combate à pobreza. Com os esforços direcionados aos programas de combate à seca, que disponibilizam verbas para as frentes produtivas, financiamentos que subsidiam a produção dos pequenos produtores com uma casa de farinha ou uma horta comunitária, em prol de uma sustentabilidade que existe só para os pobres, pois um desenvolvimento sustentável não é compatível com a premissa do sistema capitalista.

Programas dessa natureza são importantes, mas eles sozinhos não são capazes de promover mudanças reais. Dessa forma, a pobreza deixa de ser encarada como consequência do sistema e passa a ser vista como uma questão administrativa. Isso significa que os trabalhadores da cidade ou do campo continuarão enfrentando um estado de pobreza, a diferença é que não morrerão de sede ou de fome. Dizemos isso porque as questões presentes nas lutas empreendidas pelos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 ainda permanecem. A luta pela terra, a reforma agrária ou a questão referente aos direitos trabalhistas batem diariamente à nossa porta e continuam fazendo suas vítimas.

Essas demandas não são incorporadas pelos agentes do Estado, pois qualquer medida nesse sentido só se efetiva pela pressão dos movimentos sociais. Nesse ambiente, a atuação da CPT e a Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, embora com metodologias diferentes, seguem incomodando e chamando a atenção para a questão agrária, por exemplo.

Nossa intenção ao tratar desta questão não é esgotar o assunto. Por isso, esperamos que o trabalho tenha sido capaz de suscitar indagações e sirva para estimular novas pesquisas sobre o tema.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. In: **Estudos Avançados**. vol. 18 no.52 São Paulo Sept./Dec. 2004.

BOFF, Leonardo. **João Paulo II e Bento XVI afastaram a Igreja do mundo**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI172828-15227,00LEONARDO+BOFF+JOAO+PAULO+II+E+BENTO+XVI+AFASTARAM+A+IGREJA+D O+MUNDO.html>. Acesso em 23 Mar. 2015.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da área mineira da SUDENE**. Um estudo de caso: Montes Claros. Editora: Unimontes, 2011, 128 p.

CARDOSO JUNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. 205 f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. O transformismo na Nova República e a contra-reforma agrária. Reflexos sobre o meio ambiente. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Movimentos Sociais: lições e esperanças**, ano 19, n. 2, p. 3-6, ago./nov. 1989.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 293 f. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos**: englobamento, exclusão e resistência. 2003. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.) **Hegemonia às avessas**: economia política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

FIORI, José Luís. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, José Luís. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3 ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

_____. Sobre a crise contemporânea: uma nota perplexa. In: FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**. Teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932). **Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais**. Cadernos do cárcere, v.2.2002.p. 13-53.

GRAMSCI, A. Caderno 25 (1934). **Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)**, p. 129-147. Cadernos do Cárcere, v.5

GRAMSCI, Antônio. **Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais**. In: Caderno 12 (1932). Cadernos do cárcere, v.2, 2002, p. 13-53.

GRAMSCI, Antônio. **Às margens da história**. In: Caderno 25 (1934). História dos grupos sociais subalternos. (Cadernos do Cárcere, volume 5).

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Os burocratas das organizações financeiras internacionais**: um estudo comparado entre o Banco Mundial e o FMI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

HERCULANO, Selene. **Ongs e Movimentos sociais**: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade. In: HERCULANO, Selene. Meio Ambiente: questões conceituais.

HORTA, Korinna. **Duas décadas após a cimeira do Rio**: quo vadis desenvolvimento sustentável? In: Janus.Net, vol 2, n. 2, 2011, p. 49-65. (Universidade Autónoma de Lisboa). Disponível em: <http://observare.ual.pt/janus.net/en/>.

JACOBI, Pedro. “Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle popular vs. cooptação e clientelismo”. In: Boschi, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 145-179.

JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 18-34, 1987.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. In: ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LEITE, Valéria de Jesus. **Os fios da vida**: memórias e lutas de trabalhadores têxteis em Montes Claros/MG (1975-2008). 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

LOWY, Michel. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

MENDES, Leandro de Aquino. **“Povo de Deus” na política**: Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros-MG na década de 1980. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. *História Unisinos*. Vol. 14, n. 2, p. 188-196, Maio/Agosto 2010.

MORENO, Camila. **Economia verde é o novo discurso hegemônico**. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Economia-verde-e-novo-discurso-hegemonico-diz-pesquisadora/3/25270>. Acesso em 17 abr. 2015.

MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do projeto Jaíba MG**. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova Cidade, Velha política**. Poder local e desenvolvimento regional na área mineira do nordeste. Maceió: Edufal, 2000. 214 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boi Tempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Quanto Melhor, Melhor**. O acordo das montadoras. *Novos Estudos*, Cebrap, n. 36, jul 1993.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins; RODRIGUES, L. (*et all*). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela. (org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. Hannover: Marco Zero, ILDEFES, LABOR, 1995.

_____. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na História Operária do Brasil. In: LEITE, José Sergio Leite. **Cultura e identidade Operária**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

_____. Trabalhadores e cidadania: Experiência no mundo público na história do Brasil moderno. São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 40-66, set/dez 1989.

PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2005, 383 p.

_____. Entre Selvas – Capitalismo Verde, Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: **Sociedade Civil: ensaios históricos**. PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina. (orgs). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

_____. Entre Selvas. Capitalismo Verde, Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade Média e Região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, L. M. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. 6 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RABELLO, Antônio Cláudio. A questão setentrional – Amazônia, Natureza e Capitalismo. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina (Orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 115-128.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento Ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. 2007. 446 f. Tese (Doutorado em História Social) – USP, 2007.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba** – uma interpretação: 1970-1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 17-29.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa**: transformando modos de vida no sertão e na cidade. 233 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAUER, Sergio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 98-126, 2010.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Os estudantes movimentam a cidade**: trajetórias, lutas e memórias do movimento estudantil em Montes Claros. 2010. 257 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

VELOSO, Cândida Maria Santos. **Outros modos de viver**: pobreza urbana em Montes Claros 1960 a 1980. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

VIEIRA, Maria das Graças. **Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 86 Fls. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia. 2003

WILLIAMS, Raymond. **O campo e cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZEMELMAN, Hugo. **Conocimiento colonizado y conocimiento liberador**. El papel de la ciencia em la transformación social.

FONTES

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. RELATÓRIO CPI. 16/11/1995.

AUGUSTO, Rosely Carlos. Aprender na Prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, Norte de Minas, nas últimas três décadas. 2011. 375 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. A área da Sudene em Minas Gerais. Informações Básicas para Investidores. INDI/SDI-CIN/025/EP. Belo Horizonte, nov. 1987. UFMG/Biblioteca Universitária. Relatório.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. A área da Sudene em Minas Gerais. Informações Básicas para Investidores. INDI/SDI-CIN/025/EP. Belo Horizonte, nov. 1970. UFMG/Biblioteca Universitária. Relatório.

LIGA OPERÁRIA E CAMPONESA: O que é, como surgiu, o que propõe. Panfleto

MINAS GERAIS. Associação Comercial e Industrial (ACI) et al. A região mineira do Nordeste e o Semi-Árido. Montes Claros, novembro de 1993. p. 4-5

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Avaliação da Estratégia do Planejamento Participativo no PDRI do Vale do Gortuba. 1983.

MINAS GERAIS. Processo-crime. Vara Criminal de Montes Claros, Montes Claros, 1981. 330 p.

MONTES CLAROS. Associação Comercial e Industrial (ACI) et al. A região mineira do Nordeste e o Semi-Árido. Montes Claros, novembro de 1993.

PRIMEIRO SEMINÁRIO SOBRE DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO BRASIL. Brasília, Câmara dos Deputados, 24 e 25 nov. 1992.

1) JORNAIS IMPRESSOS - FOTOCÓPIAS

AVIÃO da chuva está na cidade, mas espera nuvens e umidade: Diário de Montes Claros. Montes Claros, 07 mar. 1977.

CÁSSIO denuncia ação violenta da plantar. Corrente, Pirapora, ano V, n. 66, mai./1982.

LAVRADORES discutem reflorestamento. Corrente. ano V, n. 61, Pirapora, dez/1981.

MONTES CLAROS recebe Cr\$ 7,1 bilhões. Diário de Montes Claros, Montes Claros, 28 nov. 1984. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

PROGRAMA Mineiro de Cidades de Médio Porte. Diário de Montes Claros, Montes Claros, 09 out. 1977. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

VEREADOR critica tratamento que a Ação Social dá aos sem casa. Jornal do Norte, Montes Claros, 16 abr. 1991. Arquivo particular de Américo Martins Filho.

2) REVISTA MONTES CLAROS EM FOCO - FOTOCÓPIAS

COTEMINAS: um exemplo dos novos tempos. Montes Claros em Foco. Belo Horizonte, n. 36, ago. 1979.

MACHADO, S. G. Sudene: Qual a tua culpa? Montes Claros em Foco, Belo Horizonte, out. 1981.

AS FAVELAS invadem a cidade. Montes Claros em Foco, Belo Horizonte, ano XII, n. 36, ago. 1979.

BICO DA PEDRA, um sonho realizado: Montes Claros em Foco, Belo Horizonte, abr. 1979.

O PROBLEMA trabalhista: ameaça ou direito? Montes Claros em Foco, Belo Horizonte, ano XII, n. 36, ago. 1979.

3) DOCUMENTOS COPIADOS ARQUIVO DO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS

CAA – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DO NORTE DE MINAS. Montes Claros, out. 1985. Estudo.

CAA – Norte de Minas. Perfil de cooperação de Misereor no Brasil. Aachen, out. 1994. Rp/Bz/Kön/ Sn/Bel.. Documentação.

CAA – PTA/FASE. Centro de Tecnologia Alternativa. Rio de Janeiro, jul 1986. Centro de Documentação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

CAA (Arquivo). Acabou o conflito: CDI negocia com posseiros com indenização e mais sementes. Diário de Montes Claros. Out. 1987. Recorte de jornal fotografado.

CAA. Centro de Tecnologias Alternativas do Norte de Minas. Projeto para segunda fase de implantação. Julho de 1988. Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

CAA. Centro de Tecnologias Alternativas do Norte de Minas. Projeto para segunda fase de implantação. Julho de 1988. Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

CAA. FERREIRA, Waldo; RIBEIRO, Luís. Denunciada a indústria da Seca: acusação mais grave é contra barragens que nem sequer foram construídas. Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 jun. 1999.

CAA. GUIMARÃES, Edmilson. Frentes de trabalho ficam prejudicadas. Estado de Minas, Belo Horizonte, 05 dez 1993.

CAA. ONGs protestam para o reconhecimento de área de quilombo: Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte, 20 jul. 2001.

CAA. Síntese do projeto para segunda fase de implantação. Setembro de 1989. Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

CAA. VERBA federal contra a seca não é usada por culpa do governo de Minas Gerais: Arquivo do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 27 nov. 1993. A matéria consta de pasta juntamente com outros recortes de jornais.

FÓRUM de entidades sindicais, ONGs, pastorais e movimentos sociais de Minas Gerais. A vida na roça tem jeito ou O que é Desenvolvimento Rural Sustentável. Belo Horizonte: Editora Gráfica Ltda, 1985. Cartilha.

FÓRUM POPULAR de Desenvolvimento Regional. Montes Claros, 1993. Brochura encadernada, 44 p.

FÓRUM Regional de Desenvolvimento Sustentável. Seminário Regional de Recursos Hídricos. Montes Claros. Ago. 1999.

4) DOCUMENTOS FOTOCOPIADOS DO ARQUIVO DA CPT:

BOLETIM Integração. CEB's, CPT, PO do Norte de Minas. Montes Claros: Diocese de Montes Claros. Ano II, n. 12.. jul./ago. 1985.

CODEVASF ataca Janaúba. Pelejando. Jornal das Ceb's, PO, CPT de Minas Gerais. Contagem: ano 2, n. 10, jul./ago. 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório de acompanhamento, assessoramento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela. Montes Claros, 1994. Relatório.

CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL. Comissão Pastoral da Terra. 1985. Disponível em <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/266?Itemid=23>. Acessado em 04 nov. 2014.

CPT DENUNCIA. Vítimas diárias das reflorestadoras. Integração. Jornal das CEBs, CPT e CPO do Norte de Minas, Montes Claros, ano III, n. 9, jan./fev. 1985.

DENÚNCIA contra a firma Adiflar em São Francisco. Pelejando. Jornal das Ceb's, PO, CPT de Minas Gerais, ano 2, n. 10. Jul./ago. 1984.

DENUNCIAS E SOLIDARIEDADE: Atentado contra a Delegacia Sindical do Jaíba. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Montes Claros: ano III, n. 22, out.1985. 12 p.

DIOCESE DE MONTES CLAROS. Relatório de Avaliação da Pastoral Rural. Montes Claros, mai. 1991.Arquivo da Comissão Pastoral da Terra.

DIOCESE DE MONTES CLAROS. Resgatar a esperança e a vida na terra. Assembleia Regional da CPT Norte de Minas. Montes Claros, jul. 1994. Relatório.

ENCONTRO de assalariados do reflorestamento: Pelejando. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Contagem-MG: ano 2, n. 9, mai.-jun. 1984.

HISTÓRIA das lutas dos trabalhadores rurais de Minas Gerais. Comissão Pastoral da Terra, Montes Claros, mai. 1984. Greve no Paraíso. Brochura. 34 p.

INTEGRAÇÃO INFORMA. Teologia da Libertação. Boletim Informativo das CEBs, CPT, CPO do Norte de Minas. Diocese de Montes Claros, Diocese de Montes Claros, ano II, n. 9, jan/fev. 1985.

IRREGULARIDADES na Indústria Malvina: Pelejando. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Contagem: ano X, n. 103, fev.-mar. 1993. Cf. Também Trabalhadores da Industrial Malvina. In: Pelejando. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Ano X, n. 105, mai1993.

Nova tabela de preços das lavadeiras. In: Integração. Jornal das CEBs, CPT e PO do Norte e Noroeste de Minas. Ano II, n. 11, mai/jun 1984.

POSSEIRO baleado em Itacarambi. Pelejando. Jornal das Ceb, PO, CPT de Minas Gerais CPO de Minas Gerais. Contagem-MG, n. 49, fev. 1988.

SANTOS, José Sétimo dos. Carta aos deputados. Barra do Guaicuí. 04 jan de 1987. Arquivo Comissão Pastoral da Terra.

TECNOLOGIA ALTERNATIVA: Integração. Boletim Informativo da Ceb, CPT e PO do Norte e Noroeste de Minas. Diocese de Montes Claros, ano II, n. 12, jul./ago., 1985.

TRABALHADORES rurais reagem contra a exploração: Integração. Jornal das CEBs, CPT e CPO de Minas Gerais. Montes Claros: ano II, n. 16, jun. 1986.

TECNOLOGIA ALTERNATIVA. Integração: Boletim Informativo das Ceb, CPT e PO do Norte e Noroeste de Minas. Diocese de Montes Claros. Ano II, n. 13, nov-dez., 1985.

5) ARQUIVO DA ALMG:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta da Associação de amigos do bairro Nova Morada. PASTA 2. 1993.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta do Sindicato dos Comerciantes de Janaúba. PASTA 2. 1993

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Norte de Minas. PASTA 2. 1993

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Microrregião VI – Noroeste. Montes Claros. Síntese de Proposta do Sindicato dos Comerciantes de Janaúba. PASTA 2. 1993.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1994.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1995.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. 1997.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Relatório Geral. ME. 336.12 (815.1) M663a. 1994, 1995, 1997.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Gerência de Projetos Institucionais. Norte II. Caixa 86, 13ª leg. 1995-1998.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Propostas. Pastas 1 e 2. 1993.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiências Públicas Regionais. Gerência de Projetos Institucionais. Norte II. Caixa 86, 13ª leg. 1995-1998.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública Montes Claros. Belo Horizonte. Jun 1993. p. 55-65.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Departamento de Taquigrafia e Publicação. Audiência Pública Montes Claros. Taq.: Cidinha/Letícia. Dig.: Rosana/Letícia/Wilson. Belo Horizonte. Jun 1993.

6) DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ARQUIVO DPDOC

Lavradores discutem reflorestamento. In: CORRENTE. Ano V, n. 61, Pirapora, dez/1981. O CORRENTE foi um periódico de circulação na cidade de Pirapora e possivelmente na região. Em suas páginas eram publicadas entrevistas, reportagens, contos, poesias, crônicas, dentre outros.

CÁSSIO DENUNCIA AÇÃO VIOLENTA DA PLANTAR. In: CORRENTE. Ano V, n. 66, mai/1982.

7) DOCUMENTOS OBTIDOS ONLINE

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. DOPS. Pasta 1065. Busca geral “Gerogino Jorge de Souza”. p. 28-30. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

BOFF, Leonardo. João Paulo II e Bento XVI afastaram a Igreja do mundo. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI172828-15227,00LEONARDO+BOFF+JOAO+PAULO+II+E+BENTO+XVI+AFASTARAM+A+IGREJA+DO+MUNDO.html>. Acesso em 23 Mar. 2015.

CENTRO de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Quem somos. Disponível em: <<http://www.caa.org.br/quem-somos#missao>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=APBfI_iDJNQ Acessado em 10 out 2013. O vídeo foi feito entre 1973 e 1975, período do mandato de Moacir Lopes,

História. Amams. Disponível em: <<http://www.amams.org.br/site/institucional/3/historia.html>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

MDF (2015). Movimento de defesa do favelado. Quem somos. Disponível em: <<http://www.mdf.org.br/quem-somos/historico.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

Programa de Las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. La economía verde en el context del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. XVIII Reunión del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe. Quito, jan 2012.

ENTREVISTADOS:

Alvimar Ribeiro dos Santos: nasceu em Santa Rosa de Lima, distrito de Montes Claros, em 1955. Até os dezessete anos viveu com a família em Engenheiro Dolabela, distrito de Bocaiuva, cidade próxima a Montes Claros, em fazendas da Agro-indústria Malvina, de onde sua família foi despejada. Foi trabalhador rural, trabalhador da construção civil e operário. É agente de pastoral da CPT.

Aumerindo Martins de Souza: nasceu na região de Janaúba. Entrevista cedida por Auricharme Cardoso de Moura.

Carlos Alberto Dayrell: nasceu em Sete Lagoas. Formou-se em agronomia pela Universidade Federal de Viçosa. Trabalhou em Moçambique por dois anos, entre fins da década de 1970 e início de 1980, onde adquiriu experiência com a agricultura ecológica. Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Internacional de Andalucia (1999). Atualmente é doutorando em Desenvolvimento Social pelo PPGDS – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Atuou como engenheiro agrônomo do CAA. Atualmente é pesquisador do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

Cleomar Rodrigues: nasceu na região de Mangaí, nas proximidades de Januária. Andou por São Paulo, mas não deu certo e voltou para o Norte de Minas. Ingressou no movimento em busca de melhores condições de vida e trabalho. Morreu assassinado em 22 de outubro de 2014, na entrada de sua propriedade, no município de Pedras de Maria da Cruz. Em nota os colaboradores da Liga informaram que dois pistoleiros estão presos, mas os mandantes nem sequer são mencionados.

Constantina Pereira da Silva. Entrevista cedida por Laura Cristina Cordeiro Primo.

Elton dos Santos Carvalho: nasceu na região de Salinas/Minas Gerais, em 1951. Quando criança morou em São Paulo. Foi vendedor de banana e verduras. Desde 1993, Elton está envolvido com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaíba. Na atual legislatura é vice-presidente. Em 1997 fundou a Associação dos Assentamentos do Governo, com o objetivo de participar de um projeto do Estado para assentar famílias de sem-terras na região. Foi assim que conseguiu o seu pedaço de terra.

Eva e Duda: membros da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia. Nasceram na região de Januária e Janaúba, respectivamente.

Humberto Leal Rodrigues: nasceu em Miralta, zona rural de Montes Claros no ano de 1966. Chegou a Montes Claros no ano de 1988. Trabalha no grupo Coteminas desde 1990. É casado e pai de três filhos. Mora no bairro Nova Morada, região do grande Santos Reis.

Joana Francisca da Silva: nasceu na região de Janaúba. Entrevista cedida por Auricharme Cardoso de Moura.

José Adão: [Seu Dedé] nasceu na Fazenda Cabeceiras no município de Montes Claros no ano de 1944. É casado e tem três filhos. Trabalhou no grupo Coteminas de 1980 a 2008. Atualmente é aposentado. Mora no bairro Nova Morada, região do grande Santos Reis.

Nemézio Rodrigues Costa Filho: nasceu em São Francisco. Nos anos 1980, Nemézio seguiu de São Francisco para Jaíba e de Jaíba para Montes Claros. Em Montes Claros se engajou no movimento associativista. Foi presidente da Unammoc entre 1993 e 1997. Atualmente mora em Jaíba.